

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A utilização das novas tecnologias nos processos democráticos da
União Europeia

Johnny Camello

Doutoramento em Ciência Política

Orientadora:

Doutora Maria José Dias Carocinho Sousa, Professora Auxiliar com
Agregação do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2023

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

A utilização das novas tecnologias nos processos democráticos da União Europeia

Johnny Camello

Doutoramento em Ciência Política

Júri:

Doutor Filipe Miguel Ramos de Abreu Nunes, Professor Associado do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa (Presidente)

Doutora Maria da Saudade Rodrigues Colaço Baltazar, Professora Associada da Universidade de Évora;

Doutor Vítor Manuel Pereira Duarte dos Santos, Professor Auxiliar da Universidade Nova de Lisboa;

Doutora Maria Asensio Menchero, Professora Associada Convidada do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Maria José Dias Carocinho Sousa, Professora Auxiliar com Agregação do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa (orientadora)

DEDICATÓRIA

Esta pesquisa de doutoramento é dedicado às pessoas que fazem a diferença no mundo e àquelas que servem ao interesse público. Não existe um chamado maior.

AGRADECIMENTOS

Agradeço sinceramente a todos que contribuíram, de forma direta e indireta, para a realização deste trabalho. Em especial, expresso minha gratidão aos meus pais, João Alves Camello e Maria José Lyrio Camello, pelo investimento de tempo e recursos na minha educação. Sem o apoio deles, esta conquista não teria sido possível. Agradeço também aos meus filhos, Victor e Lucas, por seu constante apoio, que tornou a distância e a saudade mais suportáveis. Um agradecimento especial à minha esposa, Flavia, pela sua determinação e apoio durante os momentos difíceis que enfrentamos ao longo do doutoramento. Quero expressar minha gratidão aos professores pela generosidade, apoio e compartilhamento de conhecimento, especialmente ao professor André Freire pela condução qualificada e enriquecedora do curso. Agradeço também à professora Isabel Flores pelo suporte fundamental na obtenção das respostas dos eurodeputados ao inquérito. Um reconhecimento especial vai para a minha orientadora, professora Maria José Sousa, pela disponibilidade e qualidade do suporte prestado na construção deste trabalho. A todos, meu muito obrigado.

RESUMO

A presente tese mergulha nas complexidades da interseção entre avanços tecnológicos e a dinâmica democrática na União Europeia, com um foco particular nos eurodeputados(as) e cidadãos portugueses. A pesquisa investiga o impacto das iniciativas e programas de modernização política da UE implementadas nas últimas três décadas, com o objetivo de promover o acesso e a participação dos cidadãos na criação, implementação e avaliação de políticas públicas. Com base no conceito de democracia como uma característica única humana, que abrange a discussão e a gestão em constante mudança de demandas coletivas, este estudo procura compreender como o uso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) nos processos democráticos da UE pode ajudar a organização a enfrentar os desafios atuais, como mudanças climáticas, revolução tecnológica e biotecnológica. Adotando uma metodologia mista, que combina aspectos qualitativos e quantitativos, a análise explora a percepção e participação dos representantes políticos e cidadãos portugueses, bem como as políticas públicas implementadas pela UE até o momento em relação à modernização política. O estudo também explora a potencial desconexão entre cidadãos e representantes, mediada por estruturas complexas, e como isso pode impactar a agilidade necessária na regulamentação das NTICs. As conclusões destacam desafios significativos, incluindo a superação de obstáculos burocráticos e o aumento da vontade política para efetivar mudanças no atual modelo democrático representativo da UE. Além disso, o surgimento do "capitalismo de vigilância" por grandes empresas tecnológicas levantam questões cruciais sobre a orientação do poder econômico e político.

Palavras-chave: Democracia Digital, Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs), Modernização Política, Participação Cidadã, Desafios Democráticos na União Europeia.

ABSTRACT

This thesis delves into the complexities of the intersection between technological advances and democratic dynamics in the European Union, with a particular focus on MEPs and Portuguese citizens. The research investigates the impact of EU political modernization initiatives and programs implemented over the last three decades, with the aim of promoting citizens' access and participation in the creation, implementation, and evaluation of public policies. Based on the concept of democracy as a unique human characteristic, which encompasses the discussion and management of ever-changing collective demands, this study seeks to understand how the use of New Information and Communication Technologies (NTICs) in the EU's democratic processes can help the organization to face current challenges, such as climate change, technological and biotechnological revolution. Adopting a mixed methodology, which combines qualitative and quantitative aspects, the analysis explores the perception and participation of Portuguese political representatives and citizens, as well as the public policies implemented by the EU to date in relation to political modernization. The study also explores the potential disconnection between citizens and representatives, mediated by complex structures, and how this can impact the agility required in the regulation of NICTs. The findings highlight significant challenges, including overcoming bureaucratic obstacles and increasing political will to effect changes to the EU's current representative democratic model. Furthermore, the emergence of “surveillance capitalism” by large technology companies raises crucial questions about the orientation of economic and political power.

Keywords: Digital Democracy, New Information and Communication Technologies (NTICs), Political Modernization, Citizen Participation, Democratic Challenges in the European Union.

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	II
AGRADECIMENTOS.....	III
RESUMO	IV
ABSTRACT	V
ÍNDICE DE FIGURAS.....	X
ÍNDICE DE TABELAS	XI
LISTA DE ANEXOS	XIII
LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS.....	XIV
INTRODUÇÃO	1
1) CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO SOBRE MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS E SUA RELAÇÃO COM A FACILITAÇÃO DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	3
1.1 DEMOCRACIA E PROCESSOS DEMOCRÁTICOS.....	7
1.2 A DEMOCRACIA COMO CARACTERÍSTICA UNICAMENTE HUMANA.....	8
1.3 O COMEÇO DA HISTÓRIA SOCIAL HUMANA, E DE FATO, DA DEMOCRACIA MODERNA.	10
1.4 A RAÇA HUMANA NA ENCRUZILHADA DAS REVOLUÇÕES – CONTEXTO AMBIENTAL E HUMANO.....	11
1.5 A DEMOCRACIA DA FOGUEIRA.....	12
1.6 O SURGIMENTO DA SOCIEDADE TRIBAL – REPRESENTATIVIDADE, RELIGIÃO E PODER COERCIVO. ...	14
1.7 A REVOLUÇÃO AGRÍCOLA – A FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE MODERNA. UM AVANÇO SOCIOPOLÍTICO HUMANO OU UMA ARMADILHA CIVILIZATÓRIA?	16
1.8 A DEMOCRACIA ATENIENSE DOS SÉCULOS IV E V.....	20
1.8.1 INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DA DEMOCRACIA NA GRÉCIA ANTIGA.....	22
1.9 DA MONARQUIA AO IMPÉRIO: A EVOLUÇÃO DO SISTEMA POLÍTICO ROMANO.	23
1.9.1 AS INOVAÇÕES DOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS DA ROMA ANTIGA.....	25
1.10 O DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA SOCIAL E POLÍTICA: O PRÉ-CAPITALISMO E SUA RELAÇÃO COM OS MOVIMENTOS HUMANISTAS E ILUMINISTAS A PARTIR DO SÉCULO XIII.....	27
1.10.1 O IMPACTO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DA PRENSA MÓVEL COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO NAS ESTRUTURAS DE PODER DA IDADE PRÉ-MODERNA.	28
1.11 O CENTRO DO JUDAÍSMO MUNDIAL: A PENÍNSULA IBÉRICA NO SÉCULO XV.....	31
1.12 A DEMOCRACIA E OS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS NA VELOCIDADE DO VAPOR – A REVOLUÇÃO	

INDUSTRIAL DO SÉCULO XVIII E XIX.	34
1.13 PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL.	36
1.14 SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.	37
1.15 A GUERRA FRIA E A VITÓRIA DO CAPITALISMO NEOLIBERAL AMERICANO SOBRE O COMUNISMO SOVIÉTICO.	39
1.16 AS NOVAS TECNOLOGIAS.	40
1.16.1 O LADO NEGRO DA FORÇA.	46
1.17 NOVA SOCIEDADE QUE EMERGE DESDE O INÍCIO DO SÉCULO XXI.	49
1.18 AS REFORMAS ADMINISTRATIVAS E A EVOLUÇÃO DA MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS.	53
1.18.1 A BUROCRACIA IDEAL DE MAX WEBER.	53
1.18.2 O NEW PUBLIC MANAGEMENT.	53
1.18.3 O NEO-WEBERIAN STATE.	55
1.19 A SOCIEDADE EM REDE.	56
1.20 A GOVERNANÇA.	58
1.20.1 MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS COMO VETOR DE FACILITAÇÃO DOS SERVIÇOS AO CIDADÃO E PARTICIPAÇÃO NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.	59
2) CAPÍTULO II – CONSTRUINDO O CAMINHO – POLÍTICAS PÚBLICAS DE MODERNIZAÇÃO DEMOCRÁTICA NA UE.	64
2.1 NAVEGANDO PELAS ÁGUAS DA MUDANÇA.	64
2.2 NA VANGUARDA DA INTERNET.	64
2.3 O PLANO DE AÇÃO EEUROPA 2002	65
2.4 O PLANO DE AÇÃO EEUROPA 2005	65
2.5 PLANO DE AÇÃO - ADMINISTRAÇÃO EM LINHA I2010	66
2.6 TRATADO DE LISBOA – UMA VISÃO MODERNA DA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA CIDADÃ	67
2.7 INICIATIVA DE CIDADANIA EUROPEIA – UM MARCO NA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA DIRETA	67
2.8 UMA AGENDA DIGITAL PARA A EUROPA	69
2.9 PLANO DE AÇÃO EUROPEU (2011-2015)	70
2.10 ESTRATÉGIA PARA O MERCADO ÚNICO DIGITAL NA EUROPA.	71
2.11 PLANO DE AÇÃO EUROPEU (2016-2020)	72
2.12 PLANO DE AÇÃO PARA A DEMOCRACIA EUROPEIA	72
2.13 DÉCADA DIGITAL 2030	73
3) CAPÍTULO III – METODOLOGIA.	76
INTRODUÇÃO	76
3.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E QUESTÕES DE PESQUISA.	76
3.2 OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO.	78

3.3	ESCOLHA DA METODOLOGIA.....	79
3.4	METODOLOGIA QUALITATIVA.....	79
3.5	METODOLOGIA QUANTITATIVA.....	81
3.6	ABORDAGENS QUANTITATIVA E QUALITATIVA: SINERGIAS NA UTILIZAÇÃO COMBINADA.....	82
3.7	OPÇÃO METODOLÓGICA.....	83
3.8	COLETA DE DADOS.....	83
3.9	INSTRUMENTO DE RECOLHA DE DADOS; QUESTIONÁRIO.....	84
3.9.1	INQUÉRITO AOS EURODEPUTADOS PORTUGUESES.....	85
3.9.2	INQUÉRITO AOS CIDADÃOS PORTUGUESES.....	89
3.10	ANÁLISE DOCUMENTAL.....	93
3.11	CONSIDERAÇÕES ÉTICAS.....	102
4)	CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	103
	INTRODUÇÃO.....	103
4.1	INQUÉRITO AOS PARLAMENTARES PORTUGUESES.....	104
4.1.1	APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....	105
4.2	INQUÉRITO AOS CIDADÃOS PORTUGUESES.....	130
4.3	ANÁLISE DOCUMENTAL.....	145
5)	CAPÍTULO V - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	163
	INTRODUÇÃO.....	163
6)	CONCLUSÃO.....	182
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	188
	ANEXO A - INQUÉRITO EURODEPUTADOS(AS) PORTUGUESES.....	197
	ANEXO B - INQUÉRITO AOS CIDADÃOS PORTUGUESES.....	202
	ANEXO C – GRUPOS DE CÓDIGOS UTILIZADOS NA ANÁLISE DOCUMENTAL.....	209
	ANEXO D – MÉDIAS E DESVIO PADRÃO DE TODOS OS ITENS.....	213
	ANEXO E – COMPARAÇÕES DE MÉDIAS TENDO EM ATENÇÃO ALGUMAS VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS. IDADE.....	215
	ANEXO F – COMPARAÇÕES DE MÉDIAS TENDO EM ATENÇÃO ALGUMAS VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS. SEXO.....	219
	ANEXO G – COMPARAÇÕES DE MÉDIAS TENDO EM ATENÇÃO ALGUMAS VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS. EM RELAÇÃO AO SEU ENQUADRAMENTO IDEOLÓGICO E	

PARTIDÁRIO, VOCÊ CONSIDERA-SE DE..... 222

**ANEXO H – COMPARAÇÕES DE MÉDIAS TENDO EM ATENÇÃO ALGUMAS VARIÁVEIS
SOCIODEMOGRÁFICAS. JÁ PARTICIPOU EM ALGUM PROCESSO DEMOCRÁTICO DO
PARLAMENTO EUROPEU QUE UTILIZE TECNOLOGIAS MODERNAS, COMO A INTERNET OU
APLICAÇÕES MÓVEIS?..... 227**

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1-1 - A ENCRUZILHADA DAS REVOLUÇÕES CIVILIZATÓRIAS	6
FIGURA 1-2 - EVOLUÇÃO DA DEMOCRACIA E PROCESSOS DEMOCRÁTICOS.	20
FIGURA 1-3 - ROTA MIGRATÓRIA DA COMUNIDADE JUDAICA.	33
FIGURA 4-1 - CITAÇÕES DOS TEMAS DA PESQUISA NA INICIATIVA eEUROPE - UMA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO PARA TODOS.....	147
FIGURA 4-2 - CITAÇÕES DOS TEMAS DA PESQUISA NO PROJETO DE PLANO DE AÇÃO eEUROPE 2002 – UMA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO PARA TODOS.....	149
FIGURA 4-3 - CITAÇÕES DOS TEMAS DA PESQUISA NO PROJETO DE PLANO DE AÇÃO - eEUROPE 2002 – IMPACTO E PRIORIDADES. .	150
FIGURA 4-4 - CITAÇÕES DOS TEMAS DA PESQUISA NO PLANO DE AÇÃO - eEUROPE 2005: UMA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO PARA TODOS.....	151
FIGURA 4-5 - CITAÇÕES DOS TEMAS DA PESQUISA NO DOCUMENTO - RELATÓRIO FINAL DO eEUROPE 2002.	152
FIGURA 4-6 - CITAÇÕES DOS TEMAS DA PESQUISA NO PLANO DE AÇÃO - ADMINISTRAÇÃO EM LINHA I2010.	153
FIGURA 4-7 - CITAÇÕES DOS TEMAS DA PESQUISA NO PLANO DE AÇÃO - UMA AGENDA DIGITAL PARA A EUROPA.....	155
FIGURA 4-8 - CITAÇÕES DOS TEMAS DA PESQUISA NO PLANO DE AÇÃO - PLANO DE AÇÃO EUROPEU (2011-2015.	155
FIGURA 4-9 - CITAÇÕES DOS TEMAS DA PESQUISA NO REGULAMENTO (UE) N. ° 211/2011 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, SOBRE A INICIATIVA DE CIDADANIA EUROPEIA.	156
FIGURA 4-10 - CITAÇÕES DOS TEMAS DA PESQUISA NA – ESTRATÉGIA PARA O MERCADO ÚNICO DIGITAL.	157
FIGURA 4-11 - CITAÇÕES DOS TEMAS DA PESQUISA NO – "PLANO DE AÇÃO EUROPEU (2016-2020).	158
FIGURA 4-12 -CITAÇÕES DOS TEMAS DA PESQUISA NO – REGULAMENTO (UE) 2019/788 - INICIATIVA DE CIDADANIA EUROPEIA (ICE).	159
FIGURA 4-13 - CITAÇÕES DOS TEMAS DA PESQUISA NO – PLANO DE AÇÃO PARA A DEMOCRACIA EUROPEIA.....	160
FIGURA 4-14 - CITAÇÕES DOS TEMAS DA PESQUISA NO – DÉCADA DIGITAL.....	161
FIGURA 4-15 - CITAÇÕES DOS TEMAS DA PESQUISA NO – DÉCADA DIGITAL 2030.....	162

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 3-1 - QUESTIONAMENTOS AOS PARLAMENTARES PORTUGUESES DO PE.	87
TABELA 3-2 - QUESTIONAMENTOS AOS CIDADÃOS PORTUGUESES.	91
TABELA 3-3 - DOCUMENTOS OFICIAIS DA UNIÃO EUROPEIA.	94
TABELA 4-1 - IDADE.	105
TABELA 4-2 - REGIÃO DE DOMICÍLIO ELEITORAL EM PORTUGAL.	105
TABELA 4-3 - GRUPO POLÍTICO QUE PERTENCE NO PE.	106
TABELA 4-4 - SE JÁ APRESENTOU OU ESTÁ ATUALMENTE ENVOLVIDO EM ALGUMA PROPOSTA LEGISLATIVA OU COMISSÃO ESPECIAL QUE VISA A MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS.	106
TABELA 4-5 - PROMOVE A EXPANSÃO DO DIREITO DE VOTO E UMA MAIOR PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.	107
TABELA 4-6 - AUMENTA O PODER DO GOVERNO EM ESTABELECEER AUTORIDADE SOBRE OS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS QUE EXECUTAM FUNÇÕES PÚBLICAS, COM O OBJETIVO DE ATENDER E CONTROLAR AS NECESSIDADES E EXIGÊNCIAS DA SOCIEDADE.	107
TABELA 4-7 - POSSIBILITA UMA MAIOR ESPECIFICIDADE FUNCIONAL, ISTO É, A DIVISÃO DE TAREFAS ADMINISTRATIVAS ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS BUROCRÁTICOS ESPECÍFICOS, E UMA MAIOR INTEGRAÇÃO ENTRE TODAS AS INSTITUIÇÕES ADMINISTRATIVAS QUE COMPÕEM O SISTEMA POLÍTICO.	108
TABELA 4-8 - A BUROCRACIA ADMINISTRATIVA INTERNA REPRESENTA UM DESAFIO PARA O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO POLÍTICA DO PE.	109
TABELA 4-9 - FALTA VONTADE POLÍTICA NO PE PARA A PROPOSIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO(S) DE MODERNIZAÇÃO POLÍTICA.	110
TABELA 4-10 - QUESTÕES COMO: EXCLUSÃO E LITERACIA DIGITAL SÃO CONSIDERADAS E PRIORIZADAS NAS PROPOSTAS E PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO POLÍTICA DO PE.	110
TABELA 4-11 - A MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS DO PE CAUSOU UM IMPACTO PRÁTICO NAS VIDAS DOS CIDADÃOS DA UE.	111
TABELA 4-12 - A UTILIZAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS FAZ COM QUE OS CIDADÃOS PERCEBAM OS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS COMO MAIS EFICAZES E DE MELHOR QUALIDADE.	112
TABELA 4-13 - OS CIDADÃOS TÊM UMA PERCEPÇÃO MAIORITARIAMENTE POSITIVA A RESPEITO DA MIGRAÇÃO DOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS TRADICIONAL (PRESENCIAIS) PARA OS ELETRÔNICOS (DIGITAIS).	112
TABELA 4-14 - A UTILIZAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS TEM MODIFICADO A RELAÇÃO ENTRE CIDADÃO E GOVERNO, AMPLIANDO A PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA.	113
TABELA 4-15 - A ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS POR MEIO DE PESQUISAS DE OPINIÃO E A AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS NAS PLATAFORMAS DIGITAIS SÃO FORMAS DE MENSURAR O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS DO PE.	114
TABELA 4-16 - O INCREMENTO DO INTERESSE E ENVOLVIMENTO DOS CIDADÃOS NO DEBATE, PROPOSTA, IMPLEMENTAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.	115
TABELA 4-17 - REDUÇÃO DOS CUSTOS ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAIS ASSOCIADOS AOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS.	115
TABELA 4-18 - AMPLA COBERTURA TERRITORIAL.	116
TABELA 4-19 - A PARTICIPAÇÃO ATIVA DE INDIVÍDUOS EXPATRIADOS.	117

TABELA 4-20 - A POSSIBILIDADE DE O PE TOMAR DECISÕES POLÍTICAS MUITO MAIS PRECISAS BASEADAS NA ANÁLISE DE UMA GRANDE QUANTIDADE DE DADOS.	117
TABELA 4-21 - REDUÇÃO DA DEPENDÊNCIA DA REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA POR PARTE DOS CIDADÃOS.	118
TABELA 4-22 - A PROMOÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO DAS DECISÕES POLÍTICAS, COM VISTA A VIABILIZAR A AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E POLÍTICA DOS DISTRITOS E REGIÕES NA GESTÃO DAS SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS.	119
TABELA 4-23 - UM RISCO AO MODELO DE DEMOCRACIA REPRESENTATIVA ATUAL DO PE.	119
TABELA 4-24 - A ADAPTAÇÃO DO PE A REALIDADE DE UMA SOCIEDADE CADA VEZ MAIS HIPERTECNOLÓGICA.	120
TABELA 4-25 - TABELA COMPARATIVA POR TEMAS: PODER POLÍTICO, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, PROCESSO DEMOCRÁTICO E POLÍTICA PÚBLICA.	122
TABELA 4-26 - IDADE	130
TABELA 4-27 - SEXO	130
TABELA 4-28 - GRAU DE ESCOLARIDADE	131
TABELA 4-29 - REGIÃO DE DOMICÍLIO ELEITORAL EM PORTUGAL.....	131
TABELA 4-30 - EM RELAÇÃO AO SEU ENQUADRAMENTO IDEOLÓGICO E PARTIDÁRIO, VOCÊ CONSIDERA-SE DE:	132
TABELA 4-31 - JÁ PARTICIPOU EM ALGUM PROCESSO DEMOCRÁTICO DO PE QUE UTILIZE TECNOLOGIAS MODERNAS, COMO A INTERNET OU APLICAÇÕES MÓVEIS?	132
TABELA 4-32 - JÁ PARTICIPOU EM ALGUM PROCESSO DEMOCRÁTICO DO PE QUE UTILIZE TECNOLOGIAS MODERNAS, COMO A INTERNET OU APLICAÇÕES MÓVEIS? RESPOSTA: SIM / SEXO.	133
TABELA 4-33 - JÁ PARTICIPOU EM ALGUM PROCESSO DEMOCRÁTICO DO PE QUE UTILIZE TECNOLOGIAS MODERNAS, COMO A INTERNET OU APLICAÇÕES MÓVEIS? RESPOSTA: SIM / IDADE.	133
TABELA 4-34 - JÁ PARTICIPOU EM ALGUM PROCESSO DEMOCRÁTICO DO PE QUE UTILIZE TECNOLOGIAS MODERNAS, COMO A INTERNET OU APLICAÇÕES MÓVEIS? RESPOSTA: SIM / REGIÃO DE DOMICÍLIO ELEITORAL EM PORTUGAL	134
TABELA 4-35 - JÁ PARTICIPOU EM ALGUM PROCESSO DEMOCRÁTICO DO PE QUE UTILIZE TECNOLOGIAS MODERNAS, COMO A INTERNET OU APLICAÇÕES MÓVEIS? RESPOSTA: SIM / GRAU DE ESCOLARIDADE.....	134
TABELA 4-36 - JÁ PARTICIPOU EM ALGUM PROCESSO DEMOCRÁTICO DO PE QUE UTILIZE TECNOLOGIAS MODERNAS, COMO A INTERNET OU APLICAÇÕES MÓVEIS? RESPOSTA: SIM / EM RELAÇÃO AO SEU ENQUADRAMENTO IDEOLÓGICO E PARTIDÁRIO, VOCÊ CONSIDERA-SE DE.	134
TABELA 4-37 - JÁ PARTICIPOU EM ALGUM PROCESSO DEMOCRÁTICO DO PE QUE UTILIZE TECNOLOGIAS MODERNAS, COMO A INTERNET OU APLICAÇÕES MÓVEIS? RESPOSTA: SIM / SE SIM NA PERGUNTA ANTERIOR, QUAL(IS). SE NÃO, NÃO MARCAR NENHUMA.	135
TABELA 4-38 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MODERNIZAÇÃO DIGITAL DA UE.	146

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - INQUÉRITO EURODEPUTADOS(AS) PORTUGUESES.....	197
ANEXO B - INQUÉRITO AOS CIDADÃOS PORTUGUESES.....	202
ANEXO C – GRUPOS DE CÓDIGOS UTILIZADOS NA ANÁLISE DOCUMENTAL	209
ANEXO D – MÉDIAS E DESVIO PADRÃO DE TODOS OS ITENS.	213
ANEXO E – COMPARAÇÕES DE MÉDIAS TENDO EM ATENÇÃO ALGUMAS VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS. IDADE.....	215
ANEXO F – COMPARAÇÕES DE MÉDIAS TENDO EM ATENÇÃO ALGUMAS VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS. SEXO.....	219
ANEXO G – COMPARAÇÕES DE MÉDIAS TENDO EM ATENÇÃO ALGUMAS VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS. EM RELAÇÃO AO SEU ENQUADRAMENTO IDEOLÓGICO E PARTIDÁRIO, VOCÊ CONSIDERA-SE DE.....	222
ANEXO H – COMPARAÇÕES DE MÉDIAS TENDO EM ATENÇÃO ALGUMAS VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS. JÁ PARTICIPOU EM ALGUM PROCESSO DEMOCRÁTICO DO PARLAMENTO EUROPEU QUE UTILIZE TECNOLOGIAS MODERNAS, COMO A INTERNET OU APLICAÇÕES MÓVEIS?.....	227

LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS

Comissão Europeia (CE)
Computação de alto desempenho (HPC)
Conselho Europeu (COE)
Fundo Monetário Internacional (FMI)
Governo Eletrônico (e-Government)
Governo em linha (GL)
New Public Management (NPM)
Inclusão digital (ID)
Iniciativa de Cidadania da EU (ICE)
Inteligência Artificial (IA)
Inteligência das coisas (IoT)
Literacia digital (LD)
Neo-Weberian State (NWS)
Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC)
Orçamento Participativo (OP)
Orçamento Participativo Inteligente (i-OP)
Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)
Parlamento Europeu (PE)
Processos democráticos em linha (PDL)
Produto Interno Bruto (PIB)
Programa Europa Digital (PED)
Realidade aumentada (RA)
Realidade virtual (RV)
Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR)
Social-democratas (SPD)
Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)
União Democrática Cristã (CDU)
União Europeia (UE)

INTRODUÇÃO

A União Europeia (UE), como uma organização transnacional, tem se destacado na adoção das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) como ferramentas cruciais para melhorar os seus processos democráticos. A utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nos serviços públicos e processos democráticos a partir do final da década de 90, remodelou a política, seja transformando os padrões do discurso político e a relação cidadãos-representantes ou no empoderamento da população para a tomada de decisões, estreitando ao mesmo tempo, a relação entre informação, conhecimento e cidadania (Duarte, 2007a). Nesse sentido, a organização vem implementando nas últimas três décadas, um conjunto de iniciativas e programas de modernização de serviços públicos e processos políticos, consistentemente alinhadas com princípios de inclusão e literacia digital. Inicialmente, o propósito constante dessas políticas públicas foi de se ajustar, de maneira contínua, à velocidade e à intensidade transformadora das novas tecnologias nos domínios social, econômico, ambiental e político, tanto no nível da União Europeia quanto dos Estados-Membros.

E a democracia e o planeta agradecem (Pollitt & Bouchaert, 2017) pela postura corajosa e altruísta de todos os legisladores e governantes anteriores e atuais da organização. Até o momento, eles identificaram, por vezes com apreensão, as ameaças das NTICs, mas escolheram direcionar seu olhar para o futuro, abraçando a modernidade e concentrando-se nos benefícios que ela pode trazer para a organização e seus cidadãos. E por que? Os desafios contemporâneos nas esferas ambiental, econômica, tecnológica, social e política são sem precedentes. Isso ocorre, primeiramente, pela sua ocorrência simultânea. Em segundo lugar, e mais preocupante, é o fato de ocorrerem em um cenário de população global de 8 bilhões de habitantes. Em outras palavras, esses desafios não são exclusivos de alguns, pois enfrentá-los não se restringe às fronteiras nacionais; eles possuem uma natureza global. Assim, para superar esses desafios, torna-se imperativo desenvolver soluções políticas globais e transnacionais. Nesse sentido, a União Europeia emerge como um potencial modelo para o mundo na abordagem dos desafios globais postos, pois, se destaca como uma arena de experimentação bem-sucedida de debate e decisões democráticas multiníveis (local, regional, nacional e internacional) e multidimensionais (meio ambiente, economia, tecnologia, social e política). As iniciativas e programas da organização de integração eficaz e inclusiva das novas tecnologias nos processos democráticos até aqui, credibiliza a organização a oferecer um caminho para a construção de respostas coletivas a problemas que transcendem fronteiras nacionais através da política de forma democrática.

De acordo com Diamond (2015, p. 144), de 2006 até 2014, o mundo passou por uma ligeira

“recessão democrática” e na Europa em particular, um declínio do funcionamento e da autoconfiança nas suas democracias nas últimas décadas. E segundo Serra-Silva (2016a, p. 2), “várias pesquisas de opinião mostraram sinais de apatia, descontentamento político e desengajamento entre os cidadãos europeus em relação às instituições políticas”. As afirmações dos autores tornaram-se pertinentes considerando os resultados das eleições parlamentares de 2014 em que a taxa de participação (42,61%) foi a mais baixa registrada desde a realização da primeira eleição em 1979. Porém, não ocorreu um desgaste significativo no apoio público à democracia mesmo com o forte descontentamento dos cidadãos com os processos democráticos formais. E aprova disso foram as eleições parlamentares de 2019 (L. Diamond, 2015; European Parliament. Directorate General for Communication. & Kantar Public., 2019; Fieldhouse et al., 2007; Franklin & Russo, 2020; Serra-Silva, 2016a).

As eleições parlamentares de 2019 registraram um aumento recorde de participação dos jovens com menos de 25 anos (14%) e com idades entre 25-39 (12%), em relação ao pleito de 2014 (European Parliament. Directorate General for Communication. & Kantar Public., 2019). Segundo alguns autores, esse fenômeno está diretamente relacionado a mudança de estratégia pela UE e outras organizações não governamentais de atração e engajamento dos jovens para participarem do debate político dos temas importantes para eles (European Parliament. Directorate General for Communication. & Kantar Public, 2019; Fieldhouse et al., 2007; Franklin & Russo, 2020; Hänel & Pohl, 2019).

As redes sociais deram voz e poder de mobilização aos jovens e influenciadores. Um bom exemplo desse poder de mobilização foi o caso do jovem YouTuber alemão Rezo. Alguns dias antes das eleições parlamentares europeias de 2019, publicou um vídeo criticando os partidos União Democrática Cristã (CDU) e Social-democratas (SPD, acusando-os de não terem tomado ações efetivas em relação a mudança climática. O vídeo teve mais de 14 milhões de visualizações e acabou inspirando a publicação de uma mensagem colaborativa de mais de 70 outros YouTubers alemães famosos pedindo aos eleitores que não votassem em nenhum candidato dos dois partidos. É difícil medir o impacto e influencia que a publicação do Rezo teve no resultado final das eleições, porém, o fato foi que a CDU e o SPD tiveram um número de votos bem menor do que esperado enquanto os Verdes prosperaram, se transformando no partido mais popular entre os eleitores jovens alemães com idade entre 18 e 30 anos (Hänel & Pohl, 2019). O fato é que por causa do engajamento inédito da juventude europeia nessa eleição, verificou-se um crescimento significativo do número de deputados eleitos pertencentes aos partidos comprometidos com pautas ambientais, econômicas e sociopolíticas mais progressistas e uma considerável renovação e equilíbrio de forças políticas no PE.

Diante dessa situação, é essencial realizar uma análise estatística das iniciativas e programas de modernização política implementados pela UE até o momento, visando fortalecer seus processos democráticos (Grasso, 2014; Ribeiro & Menezes, 2013; Sloam, 2016). Estudos já realizados

evidenciam que, a utilização das novas tecnologias nos processos democráticos, como por exemplo o e-voto na Estónia e as plataformas públicas digitais de facilitação do exercício da cidadania pela população, está relacionada a melhoria do acesso pelas populações aos processos deliberativos e aumento na proposição, formatação, definição, execução e fiscalização de políticas públicas com uma significativa redução nos custos. Esta constatação demonstra a relevância desta investigação, associada ao fato da abordagem da democracia eletrônica relacionando-a com as iniciativas e programas de modernização política da UE através da implantação de estratégias inovadoras de incorporação de novas tecnologias aos processos. Com base nisso, o estudo aborda as iniciativas e programas de modernização dos processos democráticos na UE até o momento. Partimos da premissa de que essas ações podem facilitar o acesso dos cidadãos aos processos democráticos, contribuindo, assim, para aprimorar e fortalecer a democracia dentro do bloco (Kersting & Baldersheim, 2004).

A pesquisa concentra-se na análise fundamental da forma como a União Europeia tem integrado novas tecnologias em seus processos democráticos, com o propósito de modernizar a política e facilitar o acesso e a participação dos cidadãos em todas as etapas do ciclo político. Isso abrange desde as fases iniciais de discussão até a criação, implementação e avaliação de políticas públicas. O objetivo da investigação é compreender o papel desempenhado pela UE na promoção da participação cidadã em linha, examinando como essas iniciativas contribuem para tornar os processos democráticos mais inclusivos, transparentes e participativos, levando em consideração as complexidades da estrutura política transnacional da União Europeia.

O presente trabalho estrutura-se do seguinte modo: o capítulo 1 diz respeito ao enquadramento teórico sobre evolução e modernização dos processos democráticos e a sua relação com a facilitação de serviços ao cidadão; o capítulo 2 fala sobre a construção das políticas públicas de modernização dos processos democráticos da UE; 3 refere-se a metodologia de investigação, nomeadamente os referenciais existentes de validação e reconhecimento dos processos de modernização dos processos democráticos na UE; o capítulo 4 e sobre a análise dos resultados; o capítulo 5 é sobre a discussão e por último as conclusões, destacando aspetos essenciais que resultam deste trabalho, os quais permitem enunciar algumas conclusões e recomendações.

1) CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO SOBRE MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS E SUA RELAÇÃO COM A FACILITAÇÃO DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A discussão democrática de questões de interesse coletivo é uma característica unicamente do “homo politicus”. De acordo com (Plato & Jowett, 1991, p. 12), “os humanos são um grupo animal e que,

para criar um ser humano “justo”, devemos criar uma organização política “justa” da sociedade”. Assim sendo, definir a melhor forma de organização política passou a ser uma missão que a sociedade humana vem perseguindo ao longo da sua evolução civilizatória, estando assim a democracia e os processos democráticos, em um constante processo de redefinição provisória, assumindo diferentes formas e desenhos institucionais de acordo com contexto ambiental, económico, social, cultural, tecnológicos e políticos, bem como dos interesses e interessados detentores do poder (Glassman, 2018).

Os antropólogos e historiadores consideram como marco fundador da democracia moderna a “democracia da fogueira” dos grupos caçadores-coletores de 60000 anos atrás. Através da utilização da linguagem, transformamos uma característica inata humana, a democracia, em uma vantagem civilizatória que nos levou a dominar o mundo. Como uma obra inacabada, em constante estado de recriação por múltiplos artistas, os modelos atuais de democracia e processos democráticos retratam e representam milhares de anos da sua experimentação empírica contínua em contextos civilizatórios complexos e particulares. Dessa forma, a conceitualização simplista e oportunista da democracia e dos processos democráticos, sem o respaldo da construção de uma linha de raciocínio cronológica, estruturada e referenciada cientificamente a respeito da sua natureza e evolução contextual, pode distorcer o seu significado intrínseco e operacional como ferramenta de proposição, deliberação, execução e fiscalização de demandas coletivas (políticas públicas) para a sobrevivência e manutenção da sociedade humana. É nesse sentido que revisar e analisar a evolução da institucionalização informal e formal da democracia e dos processos democráticos desde as sociedades pré-históricas e as rupturas políticas, sociais e económicas causadas por inovações tecnológicas até os dias de hoje, ajuda a promover um entendimento mais amplo e claro dos modelos democráticos atuais, o porquê dos seus elementos estruturais e a sua eficácia ou não na gestão do interesse público e enfrentamento dos desafios globais simultâneos e inéditos impostos as gerações atuais e as futuras (Aristotle et al., 1998; Filho, 2022; Glassman, 2018; Harari, 2014).

A princípio, a modernização dos processos democráticos reflete a necessidade das organizações públicas atuais de adaptarem as suas rotinas políticas e administrativas à realidade de uma sociedade cada vez mais hipertecnológica que emerge desde o início do século XXI. Porém, não é somente uma questão de “*upgrade*” do Estado que está em jogo. O contexto ambiental, económico, tecnológico e sociopolítico atual exige e exigirá das organizações públicas e privadas mudanças radicais e profundas nas suas estruturas, seja pela adaptação ou por imposição. Uma coisa é certa. Da mesma forma que as NTICs revolucionaram a relação consumidor/mercado, a sua utilização no setor público vai mudar radicalmente a relação cidadão/Estado. E não adianta a classe política resistir ou ir contra a respeito, pois a história tem provado que o avanço tecnológico é um caminho sem volta (Neves, 2001; Pollitt & Bouchaert, 2017). Já em 2001 Neves (2001) salientava que a modernização dos processos democráticos das organizações públicas não era um processo fácil e nem consensual, seja no conteúdo

ou na estratégia a ser adotada, porém era impreterível. De fato, a questão da modernização dos processos democráticos e de governança tem provocado, tanto no meio acadêmico quanto na população em geral, o questionamento do papel do Estado como formulador de políticas públicas e provedor de serviços e equipamentos públicos em retorno aos impostos pagos. Vários estudos apontaram que a modernização do Estado facilita o acesso dos cidadãos aos serviços e equipamentos públicos, bem como possibilita o aumento da sua participação direta, ativa e democrática na formulação, definição, execução e fiscalização de políticas públicas (Drechsler, 2009; Harari, 2016; Neves, 2001; Pollitt et al., 2007; Pollitt & Bouchaert, 2017; Strange & Bayley, 2008).

Porém, como ocorreu em outras revoluções tecnológicas do passado – a industrial do século XVIII e a das TICs no final da década de 90 – esse processo é lento e conflituoso, pois existe uma diferença fundamental entre a velocidade do desenvolvimento tecnológico e a sua adaptação e absorção pelo setor público.

Segundo Harari (2016):

Nos séculos XIX e XX a Revolução Industrial se desenrolou devagar o bastante para que políticos e eleitores permanecessem um passo à frente, regulando e manipulando seu curso. Mas, enquanto o ritmo da política não mudava muito desde os dias do vapor, a tecnologia saía da primeira marcha para engrenar a quarta. Hoje, a velocidade das revoluções tecnológicas ultrapassa a dos processos políticos, o que faz com que tanto parlamentares como eleitores percam o controle (p. 376–377).

O debate e ações políticas que até então eram discutidas em círculos restritos de pessoas, hoje faz parte do dia a dia da população. Através das redes sociais e aplicativos de telefonia móvel, os cidadãos têm acesso irrestrito a informação e a formas de comunicação coletiva. Essa democratização da informação e dos meios de comunicação de massa, promoveu uma revolução na capacidade de informação, comunicação, organização e principalmente mobilização coletiva de milhares e até milhões de indivíduos em torno de um tema, causa ou movimento. Dessa forma, os cidadãos modernos exercem uma cidadania mais ativa, participativa e responsável em relação aos seus interesses e demandas coletivas, mudando a relação cidadão/Estado e exercendo uma pressão maior sobre os seus representantes políticos, para que os atos e ações dos parlamentares e governantes, traduzam a sua vontade.

Outro fator a ser levado em consideração é que o advento da utilização das novas tecnologias nos processos democráticos e na gestão pública, provocam conflitos de interesses e de interessados nos

negócios públicos. É perceptível que as novas tecnologias proporcionam aos cidadãos a possibilidade de serem muito mais autônomos e independentes em relação a gestão e administração dos seus interesses e necessidades coletivas e já pressionam o setor público para uma redefinição e redesenho das estruturas representativas e governamentais atuais. E isso gera conflito e resistência ao processo de modernização em razão do conflito de interesse. Porém, de certa forma esse conflito é extremamente oportuno e importante para o aprofundamento do debate a respeito dos modelos e processos democráticos como mecanismo real e efetivo de empoderamento e responsabilização dos cidadãos na discursão, deliberação, execução e fiscalização de políticas públicas para a tratativa dos seus interesses e necessidades coletivas. Pois, como sociedade humana, estamos em um momento civilizatório extremamente crítico e desafiador. Segundo alguns autores, estamos no início da maior de todas as revoluções civilizatórias humana, a Revolução do Século XXI. E por que a maior? Porque ela apresenta desafios inéditos e simultâneos como: aquecimento global, crescimento demográfico, revoluções gêmeas da tecnologia da informação e da biotecnologia, sinais claros do exaurimento dos modelos econômicos e políticos atuais de desenvolvimento global sustentável e solidário, e tudo isso, com uma população global de oito bilhões de habitantes. Porém, não é a primeira vez que nos encontramos na encruzilhada das revoluções civilizatórias (Figura 1-1). Situação análoga a que estamos vivenciando hoje já aconteceu antes (Harari, 2016, 2018).

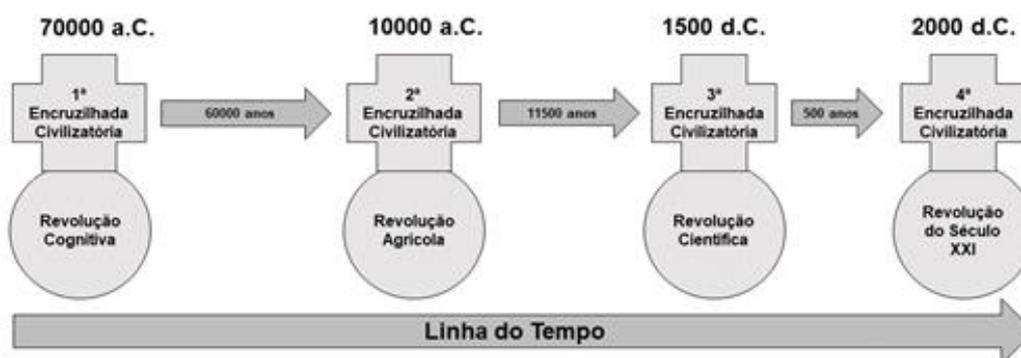


Figura 1-1 - A encruzilhada das revoluções civilizatórias

Fonte: Elaborado pelo autor

Os antropólogos e historiadores defendem que as fundações do mundo moderno foram estabelecidas após o último máximo glacial a 20.000 a.C. – em particular depois da Revolução

Agrícola de 10.000 a.C.. Durante esse período a sociedade humana sofreu com os 1000 anos de aquecimento global, explosão demográfica da população e a abundância e falta de recursos e alimentos para a sua manutenção (Harari, 2016; S. Mithen, 2005a). De acordo com Mithen, (2006, p. 3) a superação e adaptação aos desafios postos só foi possível porque a nossa raça pode contar com uma “mente moderna — uma mente bem diferente da de qualquer ancestral humano ou de outras espécies hoje vivas. É uma mente com poderes de imaginação, curiosidade e invenção aparentemente ilimitados”. Através da dinâmica de tentativa, acerto e erro, a raça humana desenvolveu a competência de conversar e decidir em grupo as questões relacionadas ao território, população e recursos.

E talvez, será necessário um outro “*update*” mental para enfrentarmos os desafios da Revolução do século XXI. A sociedade humana conseguiu controlar todas as variáveis para a sua sobrevivência – alimentação, ambiente, abrigo, transporte e saúde – porém, ainda não conseguiu resolver questões civilizatórias de 14000 anos atrás (Camello, 2019b). Às vezes é até difícil acreditar que em pleno século XXI existam questões coletivas primitivas e absurdas, como por exemplo, a profunda desigualdade econômica, social e tecnológica entre os países, guerras por territórios e recursos e como denunciado pela *Free the Slaves* ([s.d.]), “a existência de dezenas de milhões de pessoas presas em várias formas de escravidão em todo o mundo hoje”.

A raça humana é a única espécie animal que possui a característica de tomar decisões coletivas através da institucionalização formal, ou não, dos processos democráticos de discursão em grupo. E é o que já fazemos há milhares de anos. Ou seja, contextualmente, todas as estruturas, organizações e instituições econômicas, sociopolíticas e religiosas que estão ao nosso redor, são fruto desse processo humano de criação, discursão, execução e manutenção de coisas fictícias. Dessa forma, como civilização, a democracia e os processos democráticos não foram elementos permanentes e estáticos de relacionamento sociopolítico. Na verdade, foram e continuam sendo redefinidos para a adaptação do ambiente externo aos nossos interesses e necessidades, como um livro não terminado, mas sim que continuamente permanece a ser escrito. E é por isso, que como metodologia científica de investigação da modernização dos processos democráticos como mecanismo de fomentação de políticas públicas para entregar serviços e equipamentos públicos a população, é necessário estruturar uma linha de raciocínio temporal e sociológica da evolução da utilização dos processos democráticos como característica humana de discursão e relacionamento grupal (Glassman, 2018; Harari, 2014, 2016; Raaflaub et al., 2008).

1.1 Democracia e processos democráticos.

Historicamente, a democracia sempre foi associada aos gregos, em particular aos atenienses dos séculos IV e V a.C., seja pela etimologia da palavra ou como sinônimo de sistema político. O termo democracia é derivado do grego *demokratia* que significa literalmente “poder do povo” (Glassman, 2018; Raaflaub et al., 2008). Não se sabe quem cunhou o termo, ou como e quando exatamente ele foi aceito como definição do sistema político e de governança pelos cidadãos atenienses. Lembrando sempre que só eram considerados cidadãos aptos a participarem da vida política da cidade, os adultos do sexo masculino, que na época eram pouco mais de 30.000 habitantes de uma população estimada de 180.000 moradores, ficando fora mulheres, escravos e estrangeiros. Mas uma coisa é certa, na categoria de uma cidade-estado, e considerando o contexto demográfico, econômico, religioso, tecnológico, político e social da época, a experiência ateniense foi única. Ou como afirma Hansen (1999, p. 313), a democracia ateniense foi um sistema notável, inédito e “sem paralelo na história mundial” que mobilizava, envolvia, motivava e obrigava os cidadãos a participarem ativamente através das instituições políticas democráticas (assembleias, conselhos e tribunais) do controle direto e indireto dos negócios públicos. Outros feitos realmente notáveis da experiência democrática ateniense foram a descentralização administrativa e política do governo e a determinação e compromisso dos seus cidadãos em criar organizações e instituições democráticas que impossibilitavam a concentração e detenção do poder do governo por oligarquias, sejam elas econômicas, militares, religiosas ou populares (Raaflaub et al., 2008).

Porém, o que os cidadãos atenienses denominaram “democracia”, no sentido de mecanismo de discursão e decisão política por um grupo de indivíduos, é muito mais “antigo” do que a experiência grega. É preciso posicioná-la contextualmente na história sociopolítica humana, mas acima de tudo, considerá-la somente uma característica única humana de tomada de decisões coletivas em constante redefinição. E para se ter uma compreensão sistemática da natureza e instrumentalização da democracia e dos processos democráticos como meios de criação, gestão e fiscalização de políticas públicas, é necessário analisá-los de uma forma mais ampla, cronológica e antropológica. Dessa forma, é possível estruturar uma sequência lógica da contínua redefinição pelas sociedades humanas até aqui, dos elementos sociopolíticos institucionalizados. E assim, construir um raciocínio substancial, coerente e pragmático para se projetar o impacto das novas tecnologias nas democracias e processos democráticos atuais e futuros e a redefinição das organizações e instituições públicas para o enfrentamento dos desafios postos a raça humana nesse século (Glassman, 2018; S. J. Mithen, 2009).

1.2 A democracia como característica unicamente humana.

O homem é um ser social e político, e a reunião de indivíduos e/ou grupos de indivíduos para discutirem suas necessidades coletivas, segundo alguns autores, foi o que permitiu a sobrevivência e

expansão demográfica dos bandos primitivos e a conquista da supremacia humana em relação aos outros seres vivos. Essa característica vem se moldando constantemente em diferentes estruturas sociais e políticas desde a “democracia da fogueira” dos caçadores-coletores até às democracias modernas de hoje.

Segundo o filósofo Clóvis de Barros Filho (Filho, 2022):

A política ela não tem nem começo nem fim. E nesse sentido, ela é um processo ininterrupto. Enquanto houver gente em relação, haverá política. Podemos também concluir que não tendo nem começo nem fim a política é sempre uma solução provisória de convivência. E esse caráter de provisoriedade da política é um caráter cada vez mais presente na reflexão dos teóricos e porque não dizer também na dos práticos. Afinal de contas, é todo conflito aparentemente resolvido, a partir da definição pelo exercício do poder, das condições de satisfação destes ou daqueles interesses, é provisória pelo surgimento de novos interessados e pelo surgimento de novos interesses. Então, o que confere dinamismo a política, é o surgimento ininterrupto de agentes interessados e o surgimento ininterrupto de sempre novos interesses. Portanto, podemos dizer diferentemente do que se pretende, que a política nunca fecha a questão concluindo como devemos conviver. A convivência será sempre objeto de uma redefinição, de uma revisitação.

Platão e Aristóteles, a princípio, estabeleceram em sua filosofia política que o homem é um animal grupal e para desenvolver um ser humano “justo” se faz necessário criar instituições políticas “justas” (Glassman, 2018). Aristóteles (1998, p. 21) afirmou que “a natureza do indivíduo humano só é realizável através da comunidade social e política. O indivíduo isolado torna-se insociável e apolítico, comportando-se “como um deus ou uma besta”. Segundo Eberhard Ruschenbusch, (1995, p. 432–445), “qualquer sistema no qual as pessoas em assembleia estão envolvidas na tomada de decisões comunais é essencialmente uma democracia”. Nesse sentido, é possível afirmar, que a “democracia” pressupõe a capacidade inerente os humanos de se comunicarem uns com os outros através da linguagem, comunicação simbólica e retenção de conhecimento para discutir e deliberar – através de organizações e instituições formais ou não – a respeito das questões de interesse coletivo (Glassman, 2018).

De acordo com Glassman (2018):

Os humanos – Homo sapiens – são ao mesmo tempo animais, compartilhando os impulsos e necessidades dos animais: comemos, bebemos, urinamos, defecamos, fornicamos, dormimos,

sangramos, nascemos, e nós morremos. Ao mesmo tempo, também somos seres conscientes, inteligentes, que podem refletir sobre tudo isso. Como animais, respondemos à dominação com medo e obediência, defendemos um território contra predadores e outros humanos, lutamos uns com os outros e fazemos sexo uns com os outros. Como seres humanos, discutimos problemas de forma inteligente e tomamos decisões racionais, respondemos ao misticismo e aos líderes carismáticos e regulamos conflitos de grupo e uniões sexuais com normas e leis. Esses dois aspectos dos seres humanos se exibem nas instituições políticas dos grupos humanos (p. lxxxix)

Assim sendo, essa dualidade da natureza humana sempre esteve presente nos processos políticos dos grupos humanos, gerando uma eterna competição entre instituições democráticas racionais e instituições despóticas irracionais. O resultado prático da associação dessa característica a eventos como: mudanças climáticas, expansão demográfica, escarces de recursos vitais e sedentarização dos agrupamentos humanos, foi a redefinição provisória constante da política até aqui para atender os nossos interesses e necessidades. Fazer a revisão do desenvolvimento da democracia e dos processos democráticos através da ótica evolucionária dos agrupamentos humanos é importante porque permite a compreensão cronológica e factual de como adaptamos – e continuamos a adaptar – as nossas organizações e instituições democráticas de acordo com a mudança das nossas necessidades econômicas, sociais e políticas e tecnológicas (Glassman, 2018; Raaflaub et al., 2008).

Porém, é extremamente importante ressaltar que o processo de institucionalização da democracia e dos processos democráticos como mecanismo de gestão e administração grupal, não ocorreu ao mesmo tempo em todos os grupos humanos existentes. A revolução Agrícola, por exemplo, não ocorreu ao mesmo tempo nas Américas, Oceania e na Eurásia. E esse detalhe vai ser muito importante para se entender o porquê do surgimento dos conflitos e guerras entre os grupos por recursos e o processo de categorização social e política dos seres humanos a partir de 10.000 a.C. (Glassman, 2018; S. Mithen, 2006; Onça, 2016).

1.3 O começo da história social humana, e de fato, da democracia moderna.

A história social humana moderna – e consequentemente da democracia – no sentido do desenvolvimento acumulativo de fatos e conhecimento é bem recente e na verdade curta. Diferente da evolução humana que já é bem mais longa – a mais ou menos 3 bilhões de anos desde a origem da vida, e 6 milhões desde que nossa linhagem se cindiu à dos chimpanzés (Mithen, 2006).

Mithen (2006) afirma que:

Pouca coisa de importância aconteceu até 20.000 a.C. — as pessoas apenas continuaram vivendo

como caçadores-coletores, exatamente como vinham fazendo seus ancestrais por milhões de anos. Viviam em pequenas comunidades e jamais permaneciam muito tempo em um assentamento. Pintaram-se algumas paredes de cavernas e fizeram-se algumas armas de caça mais ou menos excelentes; mas não houve fatos que influenciassem o curso da história futura, que criassem o mundo moderno. Então vieram uns espantosos 15 mil anos que testemunharam a origem da agricultura, das cidades e da civilização. Em 5000 a.C., as fundações do mundo moderno já se haviam estabelecido, e nada do que veio depois — a Grécia clássica, a Revolução Industrial, a era atômica, a Internet — jamais se igualou ao significado desses fatos. Se 50.000 a.C. assinalou o nascimento da história, 20.000-5000 a.C. foi a sua maioria (p. 4).

1.4 A raça humana na encruzilhada das revoluções – contexto ambiental e humano.

Embora cada continente tenha a sua narrativa casual particular da história social humana, dois fatores de mudança histórica foram comuns a todos. O primeiro foi que em 20.000 a.C. o *Homo sapiens* já era a única espécie humana na Terra e contava com uma mente moderna cognitivamente fluida com poderes de imaginação, curiosidade e invenção teoricamente ilimitadas e segundo Mithen (2005b, p. 272), “partilhavam os mesmos impulsos biológicos e os meios de realizá-los — um misto de cooperação e competição, partilha e egoísmo, virtude e violência”. E o segundo, os eventos climáticos que provocaram mudanças ambientais oscilantes que determinaram as condições de sobrevivência, manutenção e crescimento dos grupos humanos a partir do último máximo glacial 20 mil anos atrás. Após 10.000 a.C., ocorreu um forte aquecimento global que atingiu o seu pico em 7000 a.C. e pôs fim a era do gelo, mudando radicalmente o curso da história humana para o bem e para o mal com seu resultado imediato (Glassman, 2018; Harari, 2014; S. Mithen, 2005a).

Primeiro, o aquecimento global trouxe a abundância. De acordo que o oeste da Ásia ficava mais quente e úmido por volta de 12.500 a.C., plantas comestíveis selvagens e animais tornavam-se mais abundantes, aumentando consideravelmente a oferta de alimentos para os caçadores-coletores. Com uma alimentação melhor, as mulheres passaram a ter mais filhos que conseguiam chegar até à fase adulta e reproduzirem-se. O resultado disso, foi um crescimento demográfico exponencial da população humana. Porém, a partir de 10.800 até 9600 a.C. veio a escassez. Em 9600 a.C., as temperaturas ascenderam 7.°C em menos de uma década, provocando uma tumultuada mudança no clima. O fenômeno que foi batizado como Jovem Dryas, provocou mil anos de frio e seca global por causa do grande influxo de águas glaciais derretidas do Atlântico Norte, na altura em que as camadas de gelo do norte do continente americano desabaram. A falta de chuva e calor, matou uma grande parte das florestas do oeste asiático e colapsou as reservas de alimentos no mesmo tempo em que a população da terra alcançava o seu pico recorde (S. Mithen, 1998, 2005a). Mesmo que os arqueólogos

considerem estimar o tamanho da população mundial passada uma tarefa difícil, Onça (2016) especula que “com comida farta e relativamente fácil, não é de estranhar que a população da Terra, estimada em 5 milhões de pessoas por volta de 10.000 a.C., saltasse para cerca de 170 milhões no ano 1”. E por que entender a influência desses dois fatores na evolução econômica, social, religiosa, tecnológica e política dos agrupamentos humanos é relevante para a definição e conceitualização do que é democracia e processos democráticos? Porque na verdade esses dois fatores foram determinantes para a transformação da “democracia da fogueira” dos caçadores-coletores, em estruturas sociais e políticas muito mais complexas como as das tribos, vilas, cidades, impérios e cidades-estados (Glassman, 2018; Harari, 2014).

1.5 A democracia da fogueira.

Uma forma unicamente humana de organização e instituição política surgiria em bandos humanos: a democracia. A democracia implica a tomada de decisões por meio da discussão e processos racionais de legitimação. Nas sociedades de bandos, a democracia e os processos democráticos eram institucionalizados para se tratar de questões relacionadas a sobrevivência do grupo como: caça, coleta, defesa e ordem. Para isso, era necessário planejamento, compartilhamento, cooperação e normatização de conflitos. Os bandos, na sua grande maioria, eram compostos de 50 a 150 indivíduos. Dessa forma, a discussão e deliberação dos assuntos de interesse coletivo eram, em um primeiro momento, debatidos por todos os indivíduos do grupo em volta de uma fogueira, que fazendo uma analogia com as democracias modernas, funcionava como uma “assembleia popular”. Nesse momento, homens, mulheres e adolescentes opinavam livremente a respeito dos temas em discussão (Glassman, 2018; Harari, 2014).

Finalizada essa fase de “discussão popular”, ocorria então a reunião do conselho masculino formado pelos caçadores e homens mais idosos do bando para analisar a posição e propostas da “assembleia popular” e decidir efetivamente sobre o que fazer. Porém, o processo político deliberativo não terminava aí. Porque cada indivíduo era importante para as atividades de sobrevivência e manutenção do grupo, quando as decisões do conselho masculino eram contrárias às sugeridas pela “assembleia popular”, para não haver uma cisão no grupo, as mudanças e ações decididas pelo conselho, continuavam a serem debatidas por vários dias até se chegar ou não a um consenso de todo o grupo. Às vezes, quando isso não acontecia, as decisões não eram nem implantadas ou executadas, pois, o mais importante para o conselho masculino era manter a coesão e a manutenção da solidariedade interna do bando (Glassman, 2018; Harari, 2014).

Dessa forma, pode-se considerar que a democracia da fogueira foi uma democracia mista com

uma primeira fase de democracia direta (pura), em que todos os indivíduos do grupo discutiam as questões de igual para igual, e uma segunda institucionalizada com uma oligarquia masculina adulta. Porém, é importante destacar a dificuldade de usurpação do papel de liderança e do despotismo na sociedade caçador-coletora. Como não existia riqueza, propriedade privada, escravos e nenhum excedente alimentar, e por outro lado, não se podiam conceder muitos privilégios sociais por medo de se comprometer as regras sensíveis de manutenção da solidariedade interna existentes, a democracia da fogueira funcionava através do grupo para o grupo. Alguns críticos questionam considerar a “democracia da fogueira” uma democracia por causa da exclusão das mulheres do conselho masculino para a tomada das decisões finais (Glassman, 2018).

Gralssman (2018) reflete a respeito:

Por que as mulheres não formaram um conselho de mulheres para discutir o parto e os cuidados com os filhos? A resposta é que tais conselhos de mulheres se formavam de tempos em tempos, mas nunca foram institucionalizados permanentemente como o conselho de homens. A razão pela qual esses conselhos de mulheres se reuniam apenas esporadicamente é que a estratégia diária nesses assuntos não precisava ser planejada. Mas o conselho masculino estava permanentemente institucionalizado e se reunia regularmente. E o que começou como um grupo de discussão de caça tornou-se também um grupo de discussão política. Pois, a defesa, a ordem interna e até a justiça interna foram discutidas como uma extensão natural da conversa no sentido de que os homens eram considerados responsáveis por esses processos (p. 14).

Porém, é importante e oportuno ressaltar que a história do despotismo masculino nos processos políticos, não é uma prerrogativa das democracias primitivas. É importante lembrar, que entre as democracias modernas, as primeiras mulheres a exercerem o direito ao voto foram as neozelandesas somente em 1893. As americanas só passaram a ter esse direito a partir de 1920 e as sauditas em 2011. De acordo com estudo inédito feito pela ONU Mulheres e União Interparlamentar (UIP), dos 193 Estados membros da organização, somente em vinte e dois as mulheres estão na liderança política dos seus países como chefes de Estados ou líderes de governos. Nos níveis representativos a situação não melhora muito. A mesma pesquisa constatou que o percentual de mulheres eleitas para os parlamentos dos Estados membros é de somente 25% do total dos deputados. Segundo as contas da ONU Mulher, sob as condições actuais, a paridade de género nos mais altos escalões do poder só será alcançada nos próximos 130 anos. Nesse sentido, embora cada vez mais as mulheres ocupem posições de representação parlamentar, chefia de Estado e liderança de governo, é necessário se avançar bastante e

rapidamente para reverter essa desigualdade (De Witte et al., 2020; Glassman, 2018; Lusa, 2021; Raaflaub et al., 2008; Salvador, 2021).

1.6 O surgimento da sociedade tribal – representatividade, religião e poder coercivo.

Durante milhões de anos a raça humana viveu em sociedades caçadoras-coletoras intimamente ligadas e definitivamente sem muito impacto sobre o ambiente. Como afirmou Harari (2014, p. 8–9) “a coisa mais importante a saber acerca dos humanos pré-históricos é que eles eram animais insignificantes, cujo impacto sobre o ambiente não era maior que o de gorilas, vaga-lumes ou águas-vivas”. Porém, isso mudaria com o surgimento das sociedades tribais. Como mencionado acima, a abundância de alimentos e baixa natalidade a partir de 12.500 a.C. no oeste da Ásia, causaram a explosão demográfica dos bandos de caçadores-coletores. Os pequenos bandos que até então eram formados por cerca de 50 a 150 indivíduos, se transformaram – seja pelo crescimento dos bandos em si, ou pela fusão deles – em grandes tribos com centenas e algumas, com milhares de indivíduos. E é plausível imaginar a multiplicidade étnica e cultural dos bandos que habitavam o mundo antes da Revolução Agrícola (10.000 a.C.) – uma população estimada em 5,8 milhões de indivíduos – divididos em milhares de tribos com milhares de idiomas e culturas diferentes. Dessa forma, as sociedades tribais inauguraram uma nova era da história da raça humana, com transformações estruturais complexas ao nível ambiental, tecnológico, econômico, religioso, cultural e principalmente sociopolítico (Glassman, 2018; Harari, 2014).

Nas tribos, a democracia e os processos democráticos passaram a ser institucionalizados em conselhos tribais bem estruturados compostos por múltiplas lideranças ligadas aos chefes eleitos dos clãs, chefes de guerra e xamãs masculinos e femininos. Essa forma plural de governança e poder, criou uma importante inovação sociopolítica humana. A representatividade política. Os processos democráticos de discussão, deliberação e fiscalização das questões de interesse coletivo, evoluíram para modelos representativos que aprenderam a lidar com as diferenças entre os clãs que constituíam as tribos. Por isso, sem sombra de dúvida, uma das marcas da democracia tribal foi a institucionalização da representatividade política. Essa nova forma de fazer política e governança, foi que possibilitou a expansão das tribos para vilas, cidades-estados, impérios e estados-nações. É plausível se considerar a experiência democrática tribal como o embrião do surgimento de organizações e instituições políticas representativas, monárquicas e teocráticas, pois os chefes de clãs eram eleitos por suas tribos para representá-los no conselho tribal, reis e clãs reais surgiram das tribos guerreiras, induzindo-os ao despotismo militar e a dominação teocrática sacerdotal surgiu do papel dos xamãs (Glassman, 2018).

Outro elemento importante relacionado à sociedade tribal, foi a institucionalização do poder coercivo pela força física e terror psíquico que nas sociedades futuras seria aperfeiçoado e usado como

ferramenta de cooptação e manutenção de poder.

Bem como descreve Glassman (2018):

Na sociedade tribal existem agências institucionalizadas de coerção governamental. Ali atuam os clãs e as fraternidades militares. como agências de policiamento e estão diretamente envolvidas no poder governamental em geral e no processo judicial em particular (p. 28).

A institucionalização da coerção nas sociedades tribais inaugurou uma nova era da relação dos indivíduos do grupo com as instituições, oficiais ou não, de poder decisório coletivo. É plausível afirmar que foi o início do processo gradativo de dominação e controle de muitos por poucos. Seja ela através da violência física ou terror psíquico, ou pela básica necessidade de recursos (comida, água e abrigo) e proteção para a sua sobrevivência.

De acordo com Glassman (2018):

Mesmo com o aumento maciço do carisma manufaturado, manipulação ideológica e cooptação, a utilização da coerção – força física e terror psíquico – teve que ser utilizada em uma escala nunca antes exibida na história humana. As ocasionais repressões brandas praticadas pelos clãs ou fraternidades militares da sociedade tribal foram substituídas por violência e terror ferozes. O potencial para essa ferocidade e violência – além de qualquer coisa exibida no mundo animal – já estava claro na tormenta, terror e tortura dos prisioneiros de guerra. Horrores que fariam qualquer humano se encolher foram utilizados por tribos. Esses horrores estavam agora voltados para o povo em geral, pela liderança das sociedades religiosas (p. 208).

E por que é importante destacar a institucionalização da coerção nas sociedades tribais? Porque nas sociedades caçadores-coletoras a coerção era institucionalizada com o objetivo de manter a ordem interna do bando e aplicada somente com a concordância unânime de todos os indivíduos do grupo. Ou seja, existia acima de tudo o propósito de defesa do interesse público e eram raros os casos de execução de um indivíduo como punição por algum ato que violasse as normas de conduta do bando, sendo a pena máxima, o banimento. Porém, na sociedade tribal isso mudaria. Mesmo que inicialmente o objetivo fosse o mesmo, com o tempo a institucionalização da coerção pelo conselho tribal – julgar, condenar, punir, prender e até matar – passou a ser usada como mecanismo de imposição e manutenção de poder para a defesa dos interesses, privilégios e status quo dos membros do concelho. A princípio, dos anciões e xamãs e depois dos chefes de guerra. Para isso, foram criadas instituições e

aparelhos coercivos cruéis e impiedosos respaldados pela extrema violência física e psíquica. E a raça humana gostou dessa prática. Essa apropriação e manipulação das organizações e instituições “governamentais” e dos aparelhos coercivos por alguns, se tornou a base operativa de imposição e manutenção de poder (econômico, militar, religioso e tecnológico) e controle da população. E de certa forma, legitimou e operacionalizou a nossa maior vergonha civilizatória como raça. A escravização de um ser humano pelo outro. No fim, a fundição desses elementos sociopolíticos, econômicos e religiosos e o surgimento da propriedade privada na Revolução Agrícola, enterraram os princípios norteadores da “democracia da fogueira” e comunalismo das sociedades caçadores-coletoras. E segundo alguns autores, esse foi o nosso maior erro civilizatório em relação à democracia e processos democráticos (Glassman, 2018; Harari, 2014).

1.7 A Revolução Agrícola – A fundação da sociedade moderna. Um avanço sociopolítico humano ou uma armadilha civilizatória?

A Revolução Agrícola – a partir de 9600 a.C. na região da Eurásia – foi sem dúvida alguma, o evento civilizatório mais significativo para a formação da sociedade moderna. De acordo com (Harari, 2014, p. 142), “alguns defensores afirmam que ela colocou a humanidade no caminho da prosperidade e do progresso; outros insistem que a levou à perdição”. Para muitos autores, foi ela que desenvolveu as tecnologias ferramentais e genéticas que possibilitou a raça humana alimentar milhões de indivíduos espalhados pelo mundo inteiro. Já outros acreditam ter sido o ponto crucial em que a raça humana trocou a sua íntima simbiose com a natureza pela ganância e alienação. A Revolução Agrícola se desenrolou de forma lenta ao longo de séculos e milênios, em um cenário inédito da ocorrência de eventos simultâneos como: mudanças climáticas, econômicas, sociopolíticas, religiosas e tecnológicas. Outro aspecto muito importante desse período, foi que ele se desenrolou com a coexistência de três linhas sociais humanas: a hortícola, pastoreira e a caçador-coletora que foi determinante para construção das estruturas econômicas, políticas, sociais e religiosas que nos acompanham até os dias de hoje (Glassman, 2018; Harari, 2014; S. Mithen, 2005a).

O processo de manipulação contínua e domesticação de algumas espécies de plantas e animais, revolucionou a maneira como os agrupamentos humanos passaram a viver e se organizar. De fato, desencadeou forças de mudanças que transformaram o mundo que com o passar do tempo não tinha mais retorno.

Segundo Harari (2014):

A transição para a agricultura começou por volta de 9500-8500 a.C. no interior montanhoso do sudeste da Turquia, no oeste do Irã e no Levante. Começou devagar em uma área geográfica restrita.

Trigo e bodes foram domesticados por volta de 9000 a.C.; ervilhas e lentilhas, em torno de 8000 a.C.; oliveiras, cerca de 5000 a.C.; cavalos, por volta de 4000 a.C.; e videiras, em 3500 a.C. Alguns animais e sementes, como camelos e castanhas-de-caju, foram domesticados ainda mais tarde, mas em 3500 a.C. a principal onda de domesticação havia chegado ao fim (p. 87).

Na expectativa de uma vida mais fácil, tranquila e segura, bem como as facilidades e luxos oferecidos pela vida sedentária, lentamente a sociedade tribal de caçadores-coletores nômades foram atraídas para as sociedades hortícolas sedentária das aldeias, passando a viver do cultivo da terra e do pastoreio. E considerando as teorias de mudança social de Weber e de Marx, o sucesso da reorganização tecnológica e econômica ocorrida na Revolução Agrícola, produziu algumas semelhanças estruturais em todas as sociedades posteriores que a adotaram como: tendências ideológicas, certos tipos de conflito social, tipos específicos de instituições econômicas e políticas. E assim, aos poucos, a agricultura e o pastoreio foi se espalhando para o mundo inteiro, sendo no século I d.C., praticados na maior parte do planeta. O desenvolvimento de novas técnicas de plantio e o aperfeiçoamento genético de plantas e animais, “proporcionou muito mais alimento por unidade de território e, com isso, permitiu que o *Homo sapiens* se multiplicasse exponencialmente” (Harari, 2014).

Porém, as pesquisas antropológicas e históricas desse período demonstraram – ao contrário do que se acredita – que a Revolução Agrícola não proporcionou aos agricultores e pastores uma vida mais fácil e gratificante que a das sociedades caçadoras-coletoras e tribais. Em termos de qualidade de vida, um agricultor em média trabalhava mais que um caçador-coletor para obter uma dieta mais pobre e ficar mais vulnerável à ameaça de fome e doenças (Glassman, 2018; Harari, 2014; S. Mithen, 2005a). Se durante milhares de anos as sociedades caçadoras-coletoras e tribais viveram e sobreviveram graças a sua forte organização econômica e sociopolítica comunal e democrática, na Revolução Agrícola isso não aconteceu. O processo de sedentarização humana não mudou somente a nossa dieta. De fato, mudou a nossa própria sociologia coletiva como raça. O surgimento de assentamentos permanentes viu nascer e crescer a manipulação da democracia e dos processos democráticos para atender aos interesses das emergentes oligarquias dos anciões, xamãs e chefes guerreiros. Na prática, politicamente a população viu a ascensão gradativa da gerontocracia, teocracia, despotismo e conseqüentemente, o colapso da democracia e dos processos democráticos (Glassman, 2018; Harari, 2014; S. Mithen, 2005a).

Segundo Harari (2014):

Em toda parte, brotaram governantes e elites, vivendo do excedente dos camponeses e deixando-os com o mínimo para a subsistência. Esses excedentes de alimento confiscados alimentaram a política, a guerra, a arte e a filosofia. Construíram palácios, fortes, monumentos e templos. Até o fim da era moderna, mais de 90% dos humanos eram camponeses que se levantavam todas as manhãs para trabalhar a terra com o suor da frente. Os excedentes que produziam alimentavam a ínfima minoria das elites – reis, oficiais do governo, soldados, padres, artistas e pensadores –, que enchem os livros de história. A história é o que algumas poucas pessoas fizeram enquanto todas as outras estavam arando campos e carregando baldes de água (p. 111).

Para isso, foi institucionalizada e normalizada uma prática socioeconômica vergonhosa, covarde e perversa praticada somente pela raça humana e sem precedentes no mundo animal. A subjugação, tortura, exploração e escravização de um ser humano pelo outro através da coerção – violência física e terror psíquico – que passou a ser usada em uma escala nunca visto antes na história humana. A utilização branda da coerção praticadas pelos clãs e fraternidades militares na sociedade tribal, se transformou em terror e violência extrema nas sociedades posteriores (Glassman, 2018; Harari, 2014).

De acordo com Glassman (2018):

Assim, as lideranças passaram a se engajar em atividades diretamente coercitivas para manter-se no poder e produzir ordem social, econômica e política. O terror começou por meio da instituição da puberdade, onde meninos e meninas eram assustados até a morte pelos xamãs anciões por meio de mutilações, torturas, canibalismo e execuções. Adultos — homens e mulheres — foram ameaçados pelos mesmos fatos e pelo mesmo destino pelas sociedades de culto (p. 208).

A princípio, a institucionalização e legitimação da religião como poder ocorreu na sociedade hortícola. Provavelmente em função da natureza estoica da dinâmica da agricultura, a religião com o tempo se impôs como poder legítimo e divino nas aldeias. A dependência dos eventos naturais para o sucesso das colheitas, bem como, a própria rotina ritualística de cultivo da terra, foi um campo fértil para que os xamãs e depois sacerdotes fomentassem tabus e ficções para aterrorizar e controlar a sociedade aldeã. Para isso, foram eleitos deuses e deusas fictícias benevolentes ou impiedosos – de acordo com a conveniência – e criados aparelhos coercivos brutais operacionalizados pelas “sociedades secretas” dos sacerdotes que promoviam espetáculos sanguinolentos de esquarteramento e sacrifício dos que não obedeciam às suas determinações. Com o tempo, as sociedades secretas expandiram o seu poder político e econômico e passaram a controlar todas as atividades econômicas, legislativas, judiciais, policiais e administrativas das sociedades hortícolas.

E como afirma Harari (2014):

Os mitos, como se veio a saber, são mais influentes do que qualquer um poderia ter imaginado. Quando a Revolução Agrícola criou oportunidades para a criação de cidades populosas e impérios poderosos, as pessoas inventaram histórias sobre grandes deuses, pátrias-mães e empresas de capital aberto para fornecer os elos sociais necessários. Enquanto a evolução humana estava rastejando no seu usual ritmo de tartaruga, a imaginação humana estava construindo redes impressionantes de cooperação em massa, diferentes de qualquer outra já vista (p. 112-113).

Já nas sociedades pastoreiras-militares, a religião permaneceu subordinada e subjugada ao poder dos chefes guerreiros que controlavam com mão de ferro a população através da coerção física, com o apoio dos seus seguidores guerreiros leais comprados com a distribuição dos despojos das guerras. As sociedades pastoreiras consideravam a religião somente uma instituição secundária/auxiliadora e não de poder. Isso se deve talvez, em função de terem preservado o estilo de vida em “modo de ação” dos caçadores-coletores que simplesmente não tinham muito tempo para rituais religiosos ou contemplações abstratas (Glassman, 2018). Dessa forma, com o tempo, os chefes guerreiros se tornaram reis déspotas e as guerras, pilhagem e a escravidão, a atividade econômica central das sociedades pastoreiras-militares.

Como mencionado acima, a coexistência das sociedades caçadoras-coletoras, hortícolas e pastoreiras durante a Revolução Agrícola, foi um fato extremamente determinante para o desenrolar do processo de criação e abandono das instituições e organizações econômicas e sociopolíticas coletivas na sociedade humana. Enquanto nas sociedades caçadoras-coletoras pouca coisa mudou nesse sentido, nas sociedades hortícolas e pastoreiras não. As duas sociedades desenvolveram instituições e organizações econômicas, religiosas e políticas distintas (Figura 2), porém ambas, com a propriedade privada e pública no centro das suas atividades econômicas (S. Mithen, 2005a). Com o advento da propriedade privada e pública, surgiu proporcionalmente ao seu crescimento, os conflitos e a violência por melhores terras agricultáveis e água. E isso foi determinante para o fortalecimento econômico e político das oligarquias religiosas e despóticas, pois os sacerdotes e chefes guerreiros passaram a cobrar dos novos agricultores e pastores, um pagamento pela proteção física e das suas propriedades. E assim, nascia o “Estado” primitivo. No final do período da Revolução Agrícola venceu a força bruta dos reis déspotas com seus exércitos mercenários que juntos com os sacerdotes criaram monarquias divinas que passaram a monopolizar o poder e viver dos excedentes produzidos pelos servos ou escravos, estabelecendo assim, as bases econômicas, políticas, religiosas e sociais das futuras cidades-impérios e monarquias feudais.

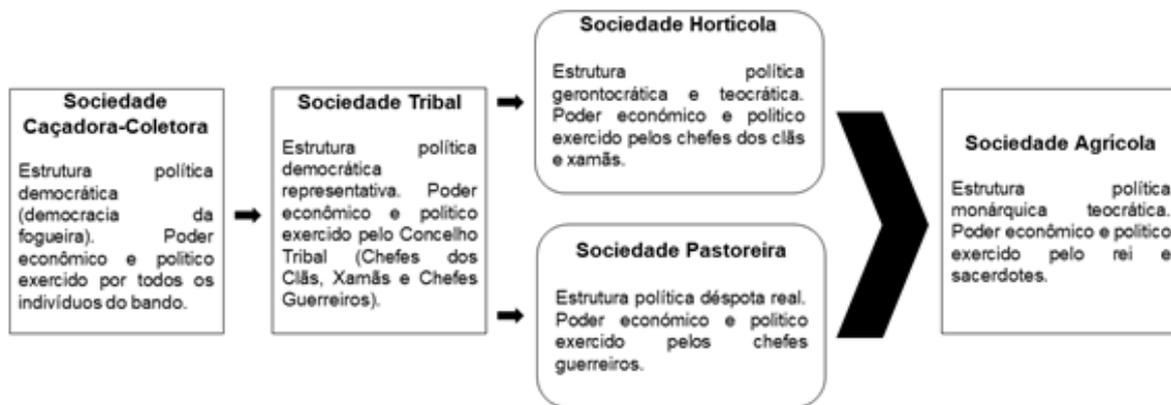


Figura 1-2 - Evolução da democracia e processos democráticos.

Fonte: Elaborado pelo autor

Dessa forma, com o chicote em uma das mãos e a ficção na outra, as oligarquias gerontocráticas, teocráticas, despóticas e por último financeiras, conseguiram cooptar e legitimar o seu poder econômico e político. Com isso, a democracia e os processos democráticos praticamente desapareceram nas sociedades posteriores tradicionais, ressurgindo somente em (Glassman, 2018, p. 208) “democracias mercantis como as da Grécia, a Roma republicana e a Europa pós-feudal” (Glassman, 2018; Harari, 2014).

Porém, quando analisamos as variáveis civilizatórias envolvidas na Revolução Agrícola de forma mais ampla, entendemos porque ela é considerada a revolução civilizatória humana mais relevante para a formação da sociedade moderna. O processo de sedentarização das sociedades caçadoras-coletoras se desenvolveu de forma lenta, porém, dentro de um contexto de elementos problemáticos existenciais simultâneos como: aquecimento global, alta densidade demográfica, revolução tecnológica, biotecnológica e genética. E essa condição inédita na evolução sociológica humana, provocou mudanças ambientais, econômicas, religiosas e sociopolíticas complexas e transformadoras. Alguma semelhança com o que estamos vivenciando hoje? Definitivamente sim. E é por essa razão que as experiências empíricas da Revolução Agrícola podem ajudar muito as gerações atuais e as futuras a lidar com os desafios postos pela Revolução do Século XXI (Harari, 2014, 2016; S. Mithen, 2005a).

1.8 A democracia ateniense dos séculos IV e V.

Como afirmou Hansen (1999, p. 313), a democracia ateniense dos séculos V e IV a.C foi um sistema

notável, inédito e “sem paralelo na história mundial” que mobilizava, envolvia e motivava os cidadãos a participarem ativamente através das instituições políticas democráticas (assembleias, conselhos e tribunais) do controle dos negócios públicos. Uma experiência única de democracia direta quando levado consideração o contexto demográfico, econômico, religioso, tecnológico, político e social da cidade-estado de Atenas. A formulação, deliberação, execução e fiscalização das políticas públicas tinha a participação ativa e regular de todos os cidadãos atenienses através das instituições políticas e administrativas e dos processos democráticos da época. Para melhor ilustrar esse grau de participação, é que mais de um terço dos cidadãos acima de dezoito anos e mais ou menos dois terços de todos os cidadãos com mais de quarenta, em algum momento de suas vidas serviram por um ano no “Concelho dos 500”. A assembleia (*ekklesia*) se reunia pelo menos quarenta vezes por ano. Além disso, existia um sistema de rotatividade de ofícios que proporcionava o envolvimento constante dos cidadãos em vários escritórios e funções diferentes. Esse fato, permitia que eles desenvolvesse um grau alto de familiaridade com a gestão e administração das demandas da comunidade e suas políticas. A vida política ateniense alçou a possibilidade de cultivar uma tensão instigante entre identidade pessoal e cívica (Dunn, 2008; Raaflaub et al., 2008).

Segundo Raaflaub et al. (2008):

Fica claro, portanto, que essa democracia não era apenas “direta” no sentido de que as decisões eram tomadas pelo povo reunido, mas a “mais direta” imaginável no sentido de que o povo, por meio de assembleias, conselhos e tribunais, controlava todo o processo político. e que uma proporção fantasticamente grande de cidadãos estava constantemente envolvida em negócios públicos (2008, p. 5).

Assim sendo, o que norteava a democracia ateniense era a determinação de toda a sociedade em controlar, e até eliminar, quaisquer interferências econômicas e sociais – seja da aristocracia ou dos militares – nas decisões políticas e negócios públicos. Ou seja, através das suas instituições democráticas (assembleias, conselhos e tribunais), e participação ativa e regular, os cidadãos atenienses operacionalizavam e executavam suas demandas coletivas de forma prática e direta. Nesse sentido, era visível a disposição e dedicação dos cidadãos em não “terceirizar” as suas obrigações e responsabilidades coletivas e sempre manter o foco no interesse público (Raaflaub et al., 2008). São essas características peculiares e originais da democracia ateniense que faz dela uma experiência histórica única e radicalmente diferente de tudo que até hoje é conhecido como democracia. Mesmo, levando em consideração algumas experiências de democracia direta ocorrida até aqui, são possíveis

apenas comparações elementares. Embora seja extremamente criticada por alguns, pois como mencionado acima mulheres, escravos e estrangeiros não eram considerados cidadãos, até hoje nenhuma experiência internacional de democracia repetiu o grau de envolvimento e preparação dos seus cidadãos nos processos políticos e na gestão dos negócios públicos. E aos críticos, é importante lembrar que na democracia americana as mulheres só conquistaram o direito ao voto em 1920, os negros em 1965 e que os estrangeiros até hoje, mesmo quando adquirem o *status* de residentes, não podem votar (Raaflaub et al., 2008).

Porém, não se pode comparar as democracias modernas com a da Atenas antiga. O máximo que se pode fazer é analisar e pontuar as diferenças e chamá-las, por exemplo, de “representativas”, “parlamentaristas” ou “populares”. As democracias modernas evoluíram de práticas políticas e governamentais variadas e ambíguas, com várias genealogias ideologicamente contaminadas e são de origem mais recente. Então por que a experiência ateniense é interessante como caso empírico de análise para as democracias modernas? Bem, entender como os atenienses lidaram com questões como: descentralização política e administrativa, criação de instituições e processos democráticos e alto grau de participação ativa, constatare e consciente dos cidadãos na política e negócios públicos, são questões bem atuais hoje em pleno século XXI. Com o advento das novas tecnologias, as democracias modernas podem tirar muito proveito da experiência bem documentada da democracia ateniense nesse sentido (Raaflaub et al., 2008).

1.8.1 Inovações tecnológicas e sua influência no desenvolvimento da democracia na Grécia antiga.

A democracia grega é considerada uma das grandes inovações políticas da história. No entanto, essa forma de governo também foi influenciada por inovações tecnológicas que surgiram na época. Neste texto, analisaremos algumas das principais inovações tecnológicas e sua influência no desenvolvimento da democracia na Grécia antiga. O alfabeto grego foi uma das maiores inovações tecnológicas da época e permitiu que os gregos escrevessem palavras de maneira clara e simples. Isso foi fundamental para a criação de registros precisos e confiáveis, documentos oficiais e a disseminação de conhecimento e cultura. As inscrições em pedra foram usadas para registrar leis, acordos e decretos oficiais. Um exemplo disso é a inscrição do código de leis de Gortina, na ilha de Creta, que foi escrito em grego no século V a.C. Além disso, o alfabeto grego foi usado para a criação de obras literárias, incluindo poemas épicos como a *Ilíada* e a *Odisséia*. Essas obras literárias ajudaram a disseminar valores democráticos, como o respeito à lei, a igualdade perante a lei e a liberdade individual (Castells & Castells, 2010; Vernant, 1990).

Outra inovação tecnológica importante foi o desenvolvimento de técnicas avançadas de cálculo,

que permitiram a realização de contagens e estatísticas mais precisas. Isso foi fundamental para a realização de eleições e a tomada de decisões coletivas, já que era necessário contar e tabular votos. Um exemplo disso é a *Ágora*, a praça central em Atenas, onde os cidadãos se reuniam para votar em questões importantes da cidade. Para garantir a precisão das contagens de votos, foram desenvolvidos dispositivos, como urnas de votação, que garantiam que cada voto fosse contado com precisão. Além disso, as estatísticas foram usadas para informar a tomada de decisões coletivas. Por exemplo, durante a Guerra do Peloponeso, a cidade de Atenas usou estatísticas para avaliar as necessidades de suprimentos para seus cidadãos e para as forças armadas (Cartledge, 2009).

O teatro grego também teve um impacto significativo na política e na democracia. As peças de teatro muitas vezes tratavam de questões políticas e sociais e forneciam uma plataforma para discussões públicas e críticas ao governo. Um exemplo disso é a peça *Antígona*, escrita por Sófocles no século V a.C., que trata da luta entre a autoridade do Estado e a liberdade individual. A peça questiona a autoridade do Estado e destaca a importância da justiça e da lei. O teatro também era uma forma de educação cívica, pois ensinava aos cidadãos as virtudes da democracia, como a justiça, a tolerância e a igualdade. Isso ajudou a disseminar valores democráticos e a desenvolver um senso de identidade cívica entre os cidadãos gregos (Goldhill, 2007).

Por fim, a invenção da moeda também teve um impacto significativo na democracia grega. Antes da introdução da moeda, o comércio era feito por meio de troca de bens e serviços. No entanto, a introdução da moeda permitiu que os gregos comercializassem bens e serviços com mais facilidade, o que impulsionou o comércio e o desenvolvimento econômico. Além disso, a moeda também foi fundamental para a criação de instituições financeiras, como bancos, que ajudaram a financiar a construção de edifícios públicos e a realização de outras obras importantes para a democracia grega (Reden, 2022).

1.9 Da monarquia ao império: a evolução do sistema político romano.

Roma foi fundada no século VIII a.C. como uma pequena aldeia agrícola no centro da Itália. Durante os séculos seguintes, Roma expandiu-se gradualmente, conquistando territórios e subjugando outros povos. Eventualmente, Roma tornou-se um império com vastos territórios, incluindo a maior parte da Europa, o norte da África e o Oriente Médio. Ao longo de sua história, Roma desenvolveu um sistema político complexo, que evoluiu de uma monarquia para uma república e, finalmente, para um império. Durante o período republicano, os romanos desenvolveram a ideia de que o poder político deveria ser

compartilhado entre os cidadãos. Os cidadãos de Roma eram organizados em duas classes: os patrícios, que eram os ricos e poderosos, e os plebeus, que eram os pobres e trabalhadores. No entanto, com o tempo, os plebeus conseguiram obter mais direitos e poder, e a classe social se tornou menos importante. Uma das principais contribuições de Roma para a democracia foi a criação de um sistema de governo representativo. Os romanos desenvolveram um sistema de eleições, no qual os cidadãos escolhiam representantes para o Senado e para outros cargos públicos. Esses representantes eram encarregados de tomar decisões em nome do povo. Além disso, Roma também criou um sistema de leis escritas, que foi uma grande inovação na época. As leis romanas eram aplicadas de maneira consistente e justa, e se tornaram a base para muitos sistemas legais modernos (Harari, 2014).

Embora a democracia romana seja amplamente estudada e admirada, também é importante reconhecer suas limitações. A democracia romana, como a grega, era exclusiva para cidadãos romanos e, portanto, não era uma democracia no sentido moderno da palavra. As mulheres, os escravos e os estrangeiros não tinham voz política na sociedade romana. Além disso, o sistema político romano era frequentemente corrompido e dominado por elites políticas e econômicas, o que limitava a verdadeira representação das classes mais baixas. No entanto, as inovações dos processos democráticos no Império Romano representaram um importante passo na evolução da democracia como a conhecemos hoje. O sistema político romano foi fundamental para o desenvolvimento da ideia de representação política e da noção de que as leis deveriam ser aplicadas de forma justa e igualitária a todos os cidadãos. Além disso, as inovações romanas ajudaram a criar um modelo político que foi estudado e adaptado ao longo dos séculos, influenciando a criação de constituições modernas em todo o mundo (Millar, 2002; Rosenstein, 2009).

A evolução dos processos políticos na Roma antiga ocorreu de forma distinta durante os períodos: monárquico, republicano e imperial. No período monárquico, destaca-se a importância do papel do rei na administração da justiça e na manutenção da ordem. O rei era responsável por garantir que a lei fosse cumprida e que as disputas fossem resolvidas de forma justa. Isso foi uma função crítica, dada a possibilidade de conflitos surgirem em uma sociedade composta por grupos díspares com interesses variados. A monarquia também foi marcada pelo surgimento da classe patrícia, que representava as famílias aristocráticas de Roma. Os patrícios foram os principais beneficiários do poder do rei, já que conseguiam influenciar suas decisões e ocupar posições-chave na administração. Essa concentração de poder nas mãos de poucos selecionados se tornaria um tema recorrente na política romana, já que os patrícios dominariam também a república e o império (Glassman, 2018).

O período republicano foi caracterizado por uma mudança em direção a formas mais democráticas de governo. Isso se deveu em parte à crescente dominação dos patrícios no processo político, o que provocou uma reação da classe plebeia. Os plebeus, que constituíam a maioria da população, foram excluídos do processo político e tinham poucos direitos. Isso levou a uma série de protestos e demandas por maior representação, que eventualmente resultaram na criação de novas instituições

políticas, como os tribunos e as assembleias populares. Essas instituições deram aos plebeus uma voz no governo e permitiram que eles influenciassem a tomada de decisões. No entanto, apesar dessas reformas democráticas, a república ainda era marcada por desigualdades significativas e concentrações de poder. O Senado, por exemplo, era dominado pelos patrícios, que usavam sua influência para manter seu domínio. O período republicano também foi marcado por conflitos e guerras frequentes, à medida que Roma expandia seu território e buscava exercer sua influência sobre estados vizinhos. Esses conflitos frequentemente opunham os patrícios aos plebeus, já que cada grupo buscava avançar seus próprios interesses (Glassman, 2018; Millar, 2002).

O período imperial marcou uma significativa ruptura em relação ao período republicano. Com o estabelecimento do principado, o poder foi concentrado nas mãos do imperador, que possuía controle quase absoluto sobre o Estado. Embora alguns elementos do sistema republicano tenham permanecido, como o Senado e as assembleias populares, seu papel foi grandemente diminuído sob o império. O imperador era capaz de tomar decisões unilateralmente, sem a necessidade de extensa consulta e debate que caracterizava o período republicano (Glassman, 2018).

Apesar desses desafios, no entanto, o sistema romano se mostrou notavelmente durável, perdurando por séculos e exercendo profunda influência sobre os sistemas políticos subsequentes. Embora o sistema romano estivesse longe de ser perfeito, representou, não obstante, um importante avanço na evolução da governança democrática. As reformas democráticas da república, em particular, pavimentaram o caminho para o desenvolvimento de novas instituições políticas que teriam um impacto duradouro no pensamento político ocidental e teve uma influência profunda no desenvolvimento político das cidades-estados italianas. O legado do direito romano, por exemplo, foi um fator chave no surgimento de códigos legais em muitos desses estados. A ênfase romana no dever cívico e serviço público, bem como, em formas democráticas de governo evidenciado pela emergência do sistema comunal, desempenhou um papel importante na formação da cultura política das cidades-estados italianas (Glassman, 2018).

1.9.1 As inovações dos processos democráticos da Roma antiga.

A evolução do sistema político romano nas fases monarquista, republicana e imperial, criou várias inovações que permitiam a participação dos cidadãos na vida política da cidade. Uma das principais inovações era o sistema de magistrados eleitos, que permitia que os cidadãos romanos votassem em seus líderes preferidos. Os magistrados eram responsáveis por presidir as reuniões do Senado, fazer cumprir as leis e regulamentos e administrar a justiça em casos civis e criminais. Além disso, eles

eram eleitos anualmente e responsáveis perante o povo romano. Outra inovação importante no sistema político romano era a separação de poderes. O Senado era responsável pela criação de leis, enquanto os magistrados eram responsáveis pela aplicação dessas leis. Além disso, o poder judiciário era independente e composto por juízes eleitos, que tinham o poder de tomar decisões com base nas leis existentes. Essa separação de poderes garantia que o poder não ficasse concentrado nas mãos de uma única pessoa ou grupo (Beard, 2016; Glassman, 2018).

A cidadania romana era altamente valorizada e dava aos cidadãos romanos o direito de participar da vida política da cidade. Ela era ampliada de forma gradual, e qualquer pessoa livre que nascesse no Império Romano poderia se tornar um cidadão romano. Isso significava que eles tinham o direito de votar, participar de eleições e desempenhar cargos políticos. Essa ampliação da cidadania tornou o sistema político romano mais inclusivo e representativo. Por fim, é importante ressaltar que a liberdade de expressão era uma característica distintiva da sociedade romana. Os cidadãos eram incentivados a discutir questões políticas e filosóficas abertamente. Isso criou um ambiente intelectualmente estimulante que ajudou a fomentar o pensamento crítico e o debate político. A liberdade de expressão era tão valorizada na sociedade romana que havia espaços públicos específicos, como o Fórum Romano, onde as pessoas podiam se reunir para discutir questões políticas (Boyle, 2006; Bradley, 2013; Glassman, 2018).

Uma das principais inovações dos processos democráticos da Roma antiga, foi a criação do cargo de tribuno da plebe. O tribuno da plebe era um representante eleito exclusivamente pelos plebeus - a classe mais baixa da sociedade romana. Ele tinha o poder de vetar qualquer decisão tomada pelos magistrados romanos, protegendo assim os interesses da plebe contra a opressão da aristocracia romana. Essa inovação foi fundamental para a criação da ideia de representação política, que se tornaria uma característica central da democracia moderna. Outra inovação importante foi a criação da Lex Hortensia em 287 a.C. Essa lei estabeleceu que as decisões tomadas pela Assembleia da Plebe teriam força de lei para todo o povo romano. Ou seja, não estavam mais limitadas apenas aos plebeus, mas se tornavam aplicáveis a todos os cidadãos romanos. Essa inovação foi um importante passo na construção da igualdade perante a lei e no estabelecimento da justiça como um valor fundamental da democracia romana (Millar, 2002; Osgood, 2018).

Apesar das limitações oligárquicas e de direitos de cidadania, as inovações dos processos democráticos na Roma antiga representaram um importante passo na evolução da democracia. O sistema político romano foi fundamental para o desenvolvimento da ideia de representação política e da noção de que as leis deveriam ser aplicadas de forma justa e igualitária a todos os cidadãos. Além disso, as inovações romanas ajudaram a criar um modelo político que foi estudado e adaptado ao longo dos séculos, influenciando a criação de constituições modernas em todo o mundo (Glassman, 2018; Harari, 2014; Lintott, 2009; Millar, 2002; Osgood, 2018; Rosenstein, 2009; Saller, 1997).

1.10 O despertar da consciência social e política: O pré-capitalismo e sua relação com os movimentos humanistas e iluministas a partir do século XIII.

A dinâmica estrutural e funcional da relação entre poder econômico e poder político existentes nas democracias atuais está diretamente relacionada com o surgimento das cidades-estados capitalistas italianas a partir do século XIII. O extraordinário sucesso das cidades-estados – primeiro Veneza, depois Génova – na produção capitalista comercial, industrial e de serviços (práticas comerciais, construção naval, bancos, empréstimo de dinheiro, produção artesanal, música, arte, arquitetura, ciência e tecnologia), promoveu o surgimento das classes: burguesa (comerciantes, industriais e banqueiros), média (artesões) e baixa (diaristas) contrastando com a estrutura social feudal. O desenvolvimento das grandes cidades não representou somente uma mudança de estilo de vida do rural (feudal) para o urbano (cidades), mas sim o início das profundas mudanças na política nos costumes e hábitos da sociedade da época, fortemente divergentes das concepções medievais. O surgimento dessa nova ordem socioeconômica, cultural e política, foi fundamental para a formação do movimento humanista que influenciou o resto da Europa, em particular, as cidades suíças, holandesas e alemãs. Essa nova ordem socioeconômica pré-capitalista combinado com a expansão do acesso da população a informação e comunicação através do aumento da publicação de livros, revistas e jornais – facilitado e viabilizado pela inovação tecnológica das prensas móveis de Johannes Gutenberg por volta de 1450 – marcou o início do declínio do poder da Igreja Católica e das monarquias absolutistas tirânicas feudais, abrindo o caminho para o fim da idade das trevas (como ficou conhecida a Idade Média) e o surgimento das ideias liberais e iluministas e conseqüentemente – depois de algumas revoluções e guerras – das repúblicas representativas democráticas (Glassman, 2018).

Segundo Glassman (2018):

As cidades eram novas entidades econômicas existentes fora da organização social feudal senhor-camponesa. Como tal, elas emergiram como politicamente independentes da estrutura de poder feudal-monárquica. A independência política das cidades-estados foi permitida pela nobreza guerreira feudal-monárquica, porque desejavam os bens comerciais que as cidades introduziam em seus territórios e precisavam de dinheiro para suas guerras contínuas. Desde que as cidades surgiram como entidades políticas independentes, elas tiveram que governar a si mesmas. Na maioria delas, um conselho municipal de comerciantes formou os primeiros governos dessas cidades, pois o comércio as trouxe à existência e os comerciantes estabeleceram o comércio (p. 1507).

O crescimento da burguesia foi acompanhado pela expansão do comércio marítimo, que levou ao contato com outras culturas e à descoberta de novas rotas comerciais. Isso impulsionou o renascimento científico e tecnológico, com a invenção de novas técnicas de navegação, construção naval, cartografia, entre outras. Com o desenvolvimento da economia, a burguesia ganhou um papel fundamental na sociedade. Ela passou a ter uma posição privilegiada na corte e a influenciar as decisões políticas. Com o tempo, a burguesia foi capaz de desafiar o poder da igreja católica através da disseminação de ideias seculares que iam contra a doutrina da igreja. O Humanismo, que enfatizava o potencial da humanidade, ganhou popularidade e competiu com a visão da igreja de que a humanidade era inerentemente pecaminosa. A Reforma Protestante (1517-1648), liderada por Martinho Lutero e outros reformadores, também enfraqueceu a igreja, dividindo a Europa em vários grupos religiosos e minando sua influência política. A reforma foi um movimento religioso que contestou a autoridade e os dogmas da Igreja Católica e levou à criação de novas denominações protestantes. A burguesia mercantilista apoiou a Reforma, pois ela permitiu a livre interpretação da Bíblia e o enfraquecimento da Igreja como instituição política e econômica (Burckhardt, 2021; Goldthwaite, 1995; Norwich, 2012; Stark, 2014).

Ao mesmo tempo, a burguesia também desafiou o poder das monarquias absolutistas e feudais. Essas monarquias dependiam do controle da terra e dos impostos para manter sua posição de poder, mas a burguesia começou a ganhar poder econômico através do comércio e do investimento em manufaturas e negócios. Com isso, a burguesia começou a exigir mais direitos políticos e econômicos, o que levou a conflitos com as monarquias que não estavam dispostas a ceder. A burguesia, ao contrário das monarquias, não tinha um interesse em manter o sistema feudal, baseado no controle da terra e da mão de obra. Ela queria liberdade para comerciar e empreender, e para isso precisava de um sistema político mais aberto e liberal. A burguesia passou, então, a lutar pela criação de um sistema político que a representasse, com mais participação popular e menos poder centralizado. Por fim, a ascensão da burguesia levou à cooptação do poder político pelo poder econômico. A burguesia conseguiu garantir o acesso ao poder político através de suas conexões com as elites políticas, especialmente através do controle dos bancos e das finanças. A riqueza da burguesia também permitiu que eles ganhassem influência em áreas como a cultura e a arte, ajudando a moldar a Europa moderna (Burckhardt, 2021; Goldthwaite, 1995; Norwich, 2012; Stark, 2014).

1.10.1 O impacto da inovação tecnológica da Prensa Móvel como agente de transformação nas estruturas de poder da Idade Pré-Moderna.

A invenção da prensa móvel por Johannes Gutenberg em 1440 foi um marco na história no sentido de disseminação de informações e ideias. Comparando com os dias atuais, teve o mesmo impacto que o

início da utilização civil da internet no final da década de 1990. A partir de então, a impressão se tornou uma atividade mais rápida e acessível, permitindo a produção em massa de livros e jornais. O impacto da prensa móvel no desenvolvimento da democracia entre os séculos XV e XIX foi significativo, pois ela proporcionou uma maior difusão do conhecimento, a formação de opiniões e o fortalecimento da participação política. A possibilidade de produzir livros em grande escala permitiu a disseminação do conhecimento para além das elites, mudando a maneira como a informação era disseminada e democratizando o acesso ao conhecimento, o que culminou na Reforma Protestante. De fato de acordo com Eisenstein (2012, p. 171), “o advento da imprensa foi uma pré-condição importante para a Reforma Protestante tomada como um todo”. A Igreja Católica, que antes era a única detentora do conhecimento e poder, perdeu o monopólio da educação e do acesso à informação (Eisenstein, 2009, 2012).

A invenção da prensa móvel teve um impacto significativo no desenvolvimento da democracia, permitindo a circulação de ideias e informações que antes eram restritas a elites privilegiadas. A tecnologia da tipografia e a difusão em massa da leitura criaram um novo tipo de indivíduo emancipado. No período que se seguiu à invenção da prensa móvel, a circulação de livros, jornais e panfletos se tornou mais fácil e acessível. Com o aumento da produção e disseminação de textos, as ideias e informações que antes eram restritas a um pequeno grupo de pessoas agora podiam ser compartilhadas com o público em geral. Esse aumento na circulação de informações teve um efeito democratizador na sociedade, permitindo que pessoas comuns se tornassem mais informadas e envolvidas no processo político. Além disso, a prensa móvel possibilitou a produção de livros em diferentes línguas, permitindo que ideias e conhecimentos fossem compartilhados entre diferentes países e culturas. A prensa móvel foi uma das invenções mais importantes da história, pois transformou a produção e a distribuição de informações (Eisenstein, 2012; Massimo Di Felice, 2023).

No século XVII, a imprensa foi usada como um instrumento de crítica política e social. Jornais como o *The London Gazette* e o *The Spectator* permitiram a difusão de ideias sobre política, economia e sociedade, dando voz a opiniões e críticas. A imprensa também desempenhou um papel importante na Revolução Gloriosa de 1688, na Inglaterra, ao informar e mobilizar a população. A imprensa foi fundamental para a emergência da esfera pública, onde as pessoas podiam discutir e debater sobre questões públicas. Já no século XVIII, a invenção da prensa móvel teve um impacto importante na Revolução Americana e na criação de um sistema político democrático nos Estados Unidos. Os colonos americanos utilizaram a prensa para difundir ideias sobre os direitos civis e a independência, o que ajudou a mobilizar a população e a fortalecer a luta contra a dominação britânica. Além disso, a Declaração de Independência e a Constituição dos Estados Unidos foram amplamente divulgadas por

meio de impressões, o que permitiu que os cidadãos tivessem acesso a esses documentos e pudessem discuti-los em detalhes. A imprensa, ao possibilitar a disseminação de ideias e informações, desempenhou um papel fundamental na mobilização do público americano em direção à independência e contribuiu para a consolidação da democracia na nova nação. Isso foi particularmente evidente durante a Guerra Civil Americana, quando a imprensa livre desempenhou um papel importante na moldagem da opinião pública e no fornecimento de informações sobre a guerra (Habermas, 1999; Kammen, 1986).

No final do século XVIII, a invenção da prensa móvel desempenhou um papel significativo na Revolução Francesa e na disseminação das ideias iluministas por toda a Europa. O Iluminismo, um movimento que emergiu nesse período, promoveu a primazia da razão e do conhecimento, questionando o poder absoluto dos monarcas e da Igreja. Nesse contexto, filósofos notáveis, como Voltaire, Montesquieu e Rousseau, utilizaram a imprensa como meio de difundir suas ideias sobre liberdade, igualdade e fraternidade, inspirando os ideais que moldaram a Revolução Francesa. A imprensa desempenhou um papel crucial ao divulgar informações sobre as condições de vida da população francesa, contribuindo para a conscientização e mobilização das massas. Durante o Iluminismo, a invenção da prensa móvel continuou a ser um fator-chave na democratização da informação, impulsionando a produção e disseminação de livros que amplamente propagaram os princípios iluministas. Essas ideias, centradas na razão, liberdade e igualdade, estabeleceram uma base intelectual fundamental para a Revolução Francesa e outros movimentos políticos que buscavam estabelecer sistemas governamentais mais democráticos. A Revolução Francesa, que teve início em 1789, marcou a queda das Monarquias Absolutistas Feudais. A criação da Assembleia Nacional e a promulgação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão estabeleceram os princípios da democracia representativa, onde a vontade do povo tornou-se a base do poder, substituindo a vontade do rei ou da Igreja (Darnton et al., 1989; Habermas, 1999; Pocock, 1987).

A invenção da prensa móvel foi um dos principais catalisadores da mudança de paradigma político na Europa. O livre acesso à informação permitido pela impressão em larga escala rompeu o monopólio do conhecimento mantido pela Igreja Católica, que por sua vez levou à propagação de novas ideias e filosofias políticas. O resultado desse processo foi o surgimento de uma nova visão de poder, baseada na soberania popular e não mais na vontade divina ou em uma elite dominante. A democracia representativa, tal como a conhecemos hoje, é um legado dessas mudanças históricas. Ela teve um impacto significativo no desenvolvimento da democracia ao possibilitar a disseminação de ideias e informações de maneira mais rápida e acessível. A Reforma Protestante, a Revolução Americana e a Revolução Francesa são exemplos históricos que demonstram como a prensa foi utilizada para disseminar ideias que deram origem a transformações sociais e políticas significativas da Igreja (Darnton et al., 1989; Habermas, 1999; Pocock, 1987).

No século XIX e XX, a imprensa se consolidou como um dos principais meios de comunicação,

sendo responsável por informar e mobilizar a população. Jornais como o *The Times*, na Inglaterra, e o *New York Times*, nos Estados Unidos, exerceram grande influência na opinião pública, ao cobrir eventos como a Guerra Civil Americana e a Revolução Industrial. A imprensa também foi fundamental na luta pelos direitos civis e políticos, ao dar voz a movimentos como o sufragismo e o abolicionismo. Porém, ao mesmo tempo passou a ser um instrumento poderoso de imposição de hegemonia cultural, ao influenciar a opinião pública e moldar a consciência coletiva. A utilização da imprensa como ferramenta de influência política e controle da população tem raízes históricas profundas, remontando aos primórdios da própria imprensa. No entanto, um marco significativo ocorreu com o surgimento do capitalismo e a expansão do poder econômico no final do século XIX e início do século XX. À medida que as empresas e elites econômicas ganharam mais influência, elas passaram a utilizar a imprensa para promover seus interesses políticos e comerciais. Isso frequentemente envolvia a disseminação de informações tendenciosas, manipulação de narrativas e criação de uma opinião pública favorável aos seus objetivos. Essa prática, conhecida como "jornalismo amarelo" A invenção da prensa móvel no século XVIII representou um avanço tecnológico revolucionário que mudou profundamente a sociedade e a política no século XVIII. Ao longo do século XIX e XX, a imprensa consolidou-se como um pilar essencial da comunicação, desempenhando um papel vital na informação e mobilização da população. A imprensa livre exerceu um papel crucial na evolução das democracias globais a partir do século XIX. A capacidade de divulgar informações, ideias e críticas de forma independente e sem censura governamental permitiu que a imprensa se tornasse o "quarto poder" em muitas sociedades democráticas. Através de jornais, revistas e, mais recentemente, mídias digitais, ela desempenhou um papel fundamental na vigilância do poder político, exposição de corrupção, abuso de autoridade e na defesa dos direitos civis e políticos. (Darnton et al., 1989; L. J. Diamond, 1999; Habermas, 1999; Herman & Chomsky, 2010; Liebling, 1981; McQuail, 2010; Pocock, 1987; Thompson, 1990).

1.11 O Centro do Judaísmo Mundial: A Península Ibérica no Século XV.

Um fato relevante que a história oficial omitiu – intencionalmente ou não – a respeito do surgimento e expansão do pré-capitalismo, e conseqüentemente do capitalismo moderno e atual configuração de poder global, foi o protagonismo da comunidade judaica na economia e no desenvolvimento científico e tecnológico medieval e pré-industrial. Inicialmente nas cidades-estados italianas e Península Ibérica e depois, no resto da Europa e no mundo. A comunidade judaica teve um papel determinante na

dinâmica de expansão econômica, social, cultural e política dos centros urbanos da época. A forte atuação comercial (durante o reinado do Imperador do Sacro Império Romano e Rei da Itália Frederick II (1220-1250), lhes foi concedido pelo monarca o monopólio da indústria da seda e o excelente trânsito e liberdade de viver e fazer negócios na Península Ibérica durante a ocupação árabe, pois, eram os únicos que falavam espanhol, português e árabe ao mesmo tempo, industrial (investimento na indústria naval) e nos serviços financeiros (empréstimos e financiamentos bancários), produziram as condições materiais, financeiras, humanas e tecnológicas que transformaram a comunidade judaica na maior credora das monarquias feudais da época, inaugurando uma nova era da relação do capital com a política (poder) na Europa medieval e pré-moderna. Fomentando e alimentando uma nova classe burguesa rica de comerciantes, industriais e banqueiros – empoderados pelos seus recursos financeiros, logísticos e tecnológicos – passaram a influenciar e materializar o redesenho econômico, social, cultural e político desse período, financiando direto ou indiretamente os movimentos revolucionários e de globalização da economia. É importante ressaltar, que foi através da influência e financiamento judaico que ocorreram as grandes navegações portuguesas e espanholas. De fato, elas não teriam acontecido sem o dinheiro e a ciência judaica – cartas cartográficas, construção de bússolas, relógios náuticos e outros instrumentos de precisão – necessários para a navegação. Em geral as pessoas não sabem que nos anos 1400 a Península Ibérica era o centro do judaísmo no mundo (“DIÁSPORA”, 2015; Glassman, 2018; Global Media Group, 2018).

De acordo com Jewish Virtual Library, [s.d.]:

Os judeus europeus se isolavam econômica e socialmente, bem como politicamente, os judeus da Holanda desfrutaram, já no século XVII, de uma integração econômica e social que o restante do judaísmo europeu não conheceria por centenas de anos. Profissões como a medicina tornaram-se muito populares e os médicos judeus eram livres para praticar mesmo entre os não-judeus. Mais importante ainda, os judeus, particularmente os sefarditas, desempenharam um grande papel na expansão econômica que elevou a Holanda a um centro mundial no século XVII. Os judeus portugueses, com seu conhecimento de línguas e conexões com a rede de comércio internacional de judeus e marranos, tornaram-se importantes nas indústrias de navegação e comércio. Vários judeus eram acionistas importantes da Companhia das Índias Orientais, que dominou o comércio internacional durante os séculos XVII e XVIII. Os judeus também se destacaram em outros negócios, obtendo sucesso nas indústrias de tabaco, refino de açúcar e impressão. Acima de tudo, a indústria de diamantes logo se tornou uma ocupação quase exclusivamente judaica devido ao seu sucesso nela.

Assim sendo, quando se segue a trajetória migratória involuntária da comunidade judaica entre 1200 e 1900 – em função das perseguições religiosas e políticas – fica claro a relação com a ocorrência da transferência de recursos financeiros, culturais, científicos e tecnológicos por onde passaram e se estabeleceram (Figura 3). Dessa forma, é possível afirmar que desde as cidades-estados

italianas, passando pelas grandes navegações portuguesas e espanholas, Revolta Holandesa, Guerra Civil Inglesa, Revolução Americana, Revolução Francesa, Guerras Napoleônicas, Revolução Industrial, a comunidade judaica teve um papel fundamental para o enfraquecimento do poder da igreja católica e das monarquias absolutistas, e, conseqüentemente, o surgimento das democracias republicanas parlamentaristas. É importante traçar essa linha na história da democracia e dos processos democráticos para se entender a dinâmica atual da relação entre poder econômico e poder político nas democracias representativas modernas (“DIÁSPORA”, 2015; Dunn, 2008; Glassman, 2018).

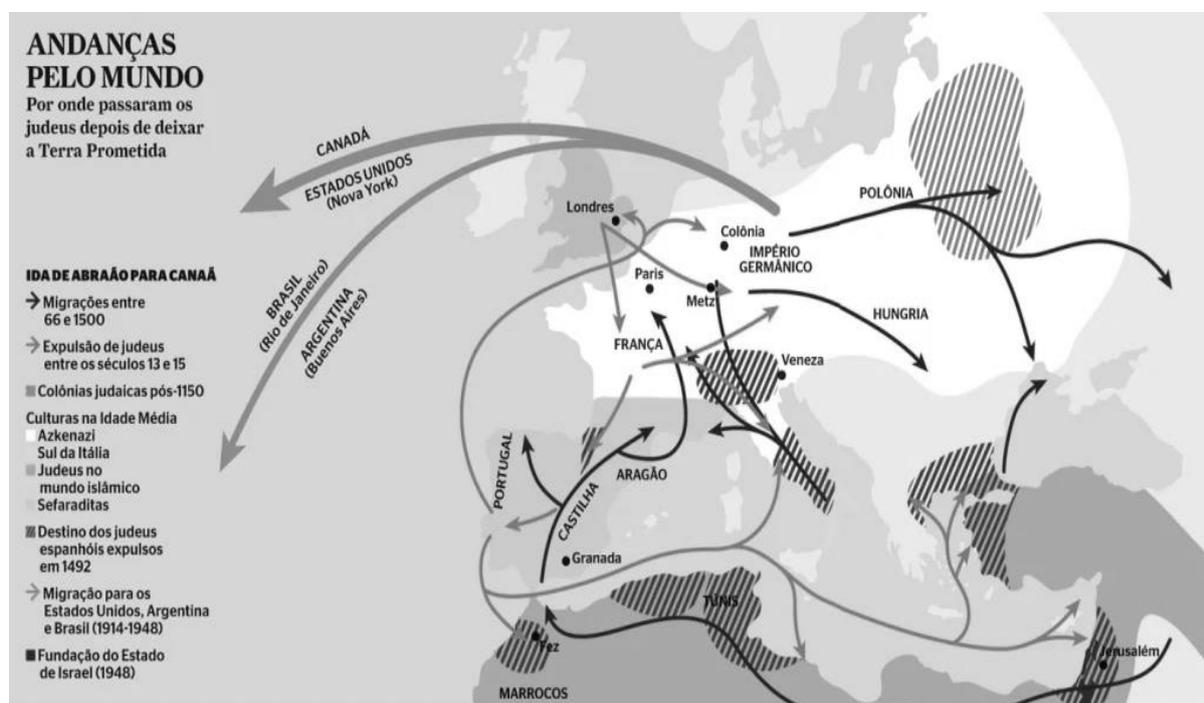


Figura 1-3 - Rota migratória da comunidade judaica.

Com o crescimento do comércio transatlântico, Espanha, Inglaterra e Holanda ascenderam como principais potências comerciais em substituição a Veneza e Gênova. Em toda a Europa, a queda do feudalismo e da monarquia pelas classes comerciais ocorreu em diferentes momentos. Tais classes impulsionaram o surgimento da democracia-legal e suas respectivas manifestações culturais. Contudo, o resqúicio feudal deu origem ao fascismo, que desafiou a legal-democracia. Além disso, a falha econômica na criação de grandes disparidades de riqueza entre ricos e pobres gerou o socialismo como seu antagonista. Todos esses acontecimentos ocorreram antes da Revolução Industrial (Glassman, 2018; Harari, 2014, 2018).

A análise dos fenômenos descritos destaca dois elementos-chave: a supressão das classes feudais

pelas comerciais e a consolidação do vínculo cultural comercial dentro da nação em questão. Essa dinâmica política conduz à autoridade legal e ao estabelecimento de um parlamento representativo; em termos econômicos, leva à ascensão da economia capitalista, e em termos sociais, à cultura orientada para o trabalho e motivada pelo dinheiro, legitimada pelo protestantismo calvinista. Todavia, da persistência de classes feudais emergem ideias antiempresariais e antipuritanas, gerando concepções políticas e sociais antidemocráticas fundamentadas numa visão idealizada do passado régio-feudal (Glassman, 2018; Harari, 2016, 2018).

A partir de uma perspectiva aristotélica, a análise desses mesmos processos históricos revela o conflito de classes no seio da cultura comercial, o que gera o confronto entre ricos, pobres e classes médias pelo controle político da instituição jurídico-parlamentar do Estado. A segunda etapa desse conflito de classes culmina em oligarquia, democracia de classe média ou tirania (esta última, como na Grécia antiga, emanando dos pobres, dos ricos ou ocorrendo como uma ditadura militar temporária sem uma base de classe clara). O componente oligárquico, quando excessivamente restritivo, desencadeia a reação socialista – os pobres e seus defensores intelectuais rejeitando a oligarquia plutocrática e, em casos extremos, rejeitando todo o vínculo cultural comercial. Nesse cenário extremo, o ideal utópico de um mundo social de iguais econômicos que sustente um mundo político de democracia irrestrita e representativa é projetado como um objetivo futuro (Glassman, 2018; Harari, 2014, 2018).

1.12 A democracia e os processos democráticos na velocidade do vapor – A Revolução Industrial do Século XVIII e XIX.

A Revolução Industrial foi um período de transformação econômica e social que ocorreu na Europa e nos Estados Unidos entre os séculos XVIII e XIX. Foi marcado pela introdução da produção mecanizada em larga escala e pela criação de fábricas de máquinas que substituíram a produção artesanal e a agricultura servil feudal. A introdução de máquinas impulsionada pelo progresso científico, o desejo calvinista de eliminar a escravidão e a busca pelo lucro no capitalismo comercial, levaram ao surgimento de um novo modo de produção que substituiu os antigos sistemas econômicos. A produção mecanizada trouxe consigo novas teorias econômicas e políticas, como a teoria do mercado e o sistema parlamentar legal de governo, que legitimaram o novo sistema capitalista industrial. Embora a revolução tenha fortalecido a democracia política e a autoridade legal no longo prazo, no curto prazo a emergência de uma vasta classe de trabalhadores industriais pobres desequilibrou o equilíbrio de classes da época, ameaçando a estabilidade e a legitimidade da democracia representativa legal. A Revolução Industrial mudou profundamente a sociedade, criando uma cultura capitalista comercial e expandindo a visão científica racional do mundo (Glassman, 2018;

Harari, 2014, 2018).

Durante o advento da Revolução Industrial, ocorreram significativas evoluções nos processos democráticos. Antes desse período, o poder era centralizado nas mãos de poucos indivíduos, em geral nobres ou monarcas, que detinham a maior parte dos recursos e das terras. Com a emergência de novas classes, como a classe média, que se enriqueceu e adquiriu poder através das oportunidades de negócios e do surgimento de tecnologias, essa nova camada passou a exigir maior participação nas decisões políticas. O aumento da urbanização, impulsionado pela busca de emprego nas fábricas, levou à formação de novas formas de organização política. Na Grã-Bretanha, os trabalhadores se uniram em sindicatos para lutar por melhores condições de trabalho e salários mais altos, o que resultou em uma maior consciência política e na formação de partidos políticos que representavam seus interesses. À medida que os processos democráticos evoluíam, as demandas por direitos civis, políticos e econômicos se intensificavam. Os movimentos sindicais se organizaram e passaram a reivindicar melhores condições de trabalho, salários mais justos e a abolição do trabalho infantil. As mulheres também passaram a lutar por seus direitos, como o direito ao voto e a igualdade salarial (Dunn, 2008; Glassman, 2018; Harari, 2014, 2018).

Além disso, o aumento da educação permitiu que mais pessoas aprendessem a ler e escrever, o que levou a uma maior consciência de seus direitos e a uma maior participação na vida política. A Revolução Industrial permitiu que mais pessoas tivessem acesso à educação e aos meios de comunicação, o que favoreceu a disseminação de ideias democráticas. A inovação da prensa a vapor possibilitou a produção em massa de materiais informativos, como jornais, revistas e panfletos, o que ampliou o acesso à informação e fomentou discussões públicas, desempenhando um papel crucial na formação e difusão de ideias políticas durante um período crucial de desenvolvimento democrático. Outra inovação impactante foi o telégrafo nos EUA. O advento do telégrafo no século XIX permitiu uma conexão mais rápida entre regiões distantes, possibilitando a transmissão instantânea de notícias. A liberdade de imprensa também se expandiu durante a Revolução Industrial, permitindo a formação de grupos de pressão que defendiam mudanças políticas. Na Grã-Bretanha, o forte movimento abolicionista lutou contra a escravidão e contribuiu para a criação de uma consciência política mais ampla. Finalmente, a Revolução Industrial levou a mudanças na estrutura do governo. Na Grã-Bretanha, uma campanha pela reforma eleitoral culminou na Lei de Reforma de 1832, que ampliou o direito ao voto para um número maior de pessoas, deslocando o poder político gradualmente do rei e da nobreza para o Parlamento, que se tornou mais representativo da população em geral. Isso resultou em um aumento da participação política e em um sistema político mais democrático (Dunn, 2008; Glassman, 2018; Harari, 2014, 2018).

Em síntese, a Revolução Industrial teve um impacto significativo nos processos políticos do mundo ocidental. A ascensão do capitalismo industrial mudou fundamentalmente as relações de poder e a dinâmica política nas sociedades ocidentais em função do surgimento de novas classes sociais, como a burguesia industrial e o proletariado, que competiam por poder e influência política. A classe trabalhadora, em particular, lutou por direitos políticos e sociais, e suas lutas foram fundamentais para a criação de um sistema democrático mais inclusivo. Ao mesmo tempo, as mudanças econômicas e políticas da Revolução Industrial levaram a uma maior centralização do poder estatal e ao surgimento de novas formas de nacionalismo e imperialismo. A competição entre as potências europeias pelo controle de recursos e mercados levou a conflitos internacionais, como a Primeira Guerra Mundial (Dunn, 2008; Glassman, 2018; Harari, 2014, 2018).

1.13 Primeira Guerra Mundial.

A Primeira Guerra Mundial, também conhecida como a Grande Guerra, foi um conflito bélico global que ocorreu entre 1914 e 1918, envolvendo as principais potências europeias e outras nações de diferentes partes do mundo. O conflito resultou em cerca de 17 milhões de mortos e mais de 20 milhões de feridos, além de causar mudanças significativas no cenário político e social da Europa e do mundo. A guerra foi um resultado direto das tensões políticas, econômicas e sociais que surgiram na Europa no final do século XIX e início do século XX. Essas tensões foram exacerbadas por uma série de alianças militares e disputas territoriais, que culminaram no assassinato do arquiduque austríaco Franz Ferdinand em Sarajevo, em 28 de junho de 1914. Foi marcada por avanços tecnológicos significativos, incluindo o uso generalizado de metralhadoras, tanques, aviões e submarinos, que mudaram radicalmente a natureza da guerra. As táticas de guerra também evoluíram, com a adoção de novas estratégias, como a guerra de trincheiras, que levou a uma guerra de desgaste prolongada e brutal (Harari, 2014; Tooze, 2014).

Além dos custos humanos e materiais, a Primeira Guerra Mundial teve um impacto significativo na política e na sociedade global. O desmantelamento dos impérios estabelecidos, como o Império Otomano e o Império Austro-Húngaro, e a criação de novas nações e alianças políticas, foi um deles. Outro foi na economia global, incluindo o surgimento dos Estados Unidos como uma potência econômica mundial e o declínio da influência econômica da Europa. A democracia foi um dos valores que emergiu vitorioso do conflito, pois, foram criadas condições políticas para a sua propagação. No período da guerra, a democracia se apresentava como um valor universal que se estendia por todo o mundo ocidental. Os regimes autoritários da Europa Central e Oriental foram derrubados, e as repúblicas democráticas foram estabelecidas em seus lugares. Além disso, a guerra impulsionou o desenvolvimento da democracia social, com o surgimento de partidos socialistas e trabalhistas que

promoviam a igualdade e a justiça social. A posição dos Estados Unidos como uma potência global emergente na década de 1920 também desempenhou um papel importante na promoção da democracia no pós-guerra. A diplomacia norte-americana na Europa apoiou a criação de regimes democráticos e ajudou a promover os direitos humanos e a liberdade de imprensa (Tooze, 2014).

No entanto, a competição econômica entre os Estados Unidos e as outras potências globais acabou por minar a democracia em muitos países. A crise econômica global que se seguiu levou ao surgimento de regimes autoritários e extremistas, que exploraram as tensões sociais e econômicas para alcançar o poder. Durante a guerra, muitos países adotaram medidas autoritárias para lidar com a crise, restringindo as liberdades civis e políticas e suprimindo a oposição política. marcando assim, o início de uma era de competição política e econômica global, que teve profundas implicações para o desenvolvimento dos processos democráticos. Um exemplo disso pode ser visto na Grã-Bretanha. Durante os primeiros anos da guerra, o governo britânico adotou uma série de medidas repressivas, incluindo a introdução da Lei de Defesa do Reino e a censura da imprensa (Tooze, 2014).

Em suma, a Primeira Guerra Mundial teve um impacto profundo no engajamento político e na ampliação dos direitos democráticos em muitos países. O conflito levou a uma mobilização política sem precedentes e a uma maior participação dos cidadãos, especialmente das mulheres, na vida pública. Além disso, a guerra estimulou o desenvolvimento do pensamento político e a exploração de novas ideologias e teorias. No entanto, esses avanços foram, em muitos casos, efêmeros, e a ascensão de novas forças políticas extremistas, como o nazismo, preparou o terreno para a Segunda Guerra Mundial e novos desafios para a democracia e os direitos humanos. A Segunda Guerra Mundial teve um impacto ainda mais profundo no mundo, e suas consequências continuam a ser sentidas até hoje (Tooze, 2014).

1.14 Segunda Guerra Mundial.

A Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), envolveu a maioria das nações do mundo, incluindo todas as grandes potências, organizadas em duas alianças militares opostas: os Aliados (Reino Unido, França, União Soviética e Estados Unidos) e o Eixo (Alemanha, Itália e Japão). O conflito resultou em cerca de 50 milhões de mortes, tornando-se um dos mais mortais da história. Os efeitos do pós Primeira Guerra Mundial na Europa foram significativos e contribuíram para a eclosão do conflito. A Alemanha antes da guerra, sofreu com uma grande crise econômica e social que criou um ambiente propício para o surgimento e chegada ao poder do nazismo. O início da guerra se deu em 1º de

setembro de 1939, quando a Alemanha invadiu a Polônia. O Reino Unido e a França declararam guerra contra a Alemanha em resposta a esta agressão. Em 1941, os Estados Unidos entraram na guerra, após o ataque a Pearl Harbor pelos japoneses. O genocídio dos judeus e de outras minorias étnicas foi um dos eventos mais trágicos e marcantes da Segunda Guerra Mundial. Sob o comando de Adolf Hitler, o regime nazista instituiu uma política de perseguição, segregação e extermínio de judeus, ciganos, homossexuais e outras minorias. Estima-se que cerca de 6 milhões de judeus foram mortos em campos de concentração e extermínio nazistas. A derrota da Alemanha nazista foi uma questão de tempo, a partir do momento em que os Aliados começaram a tomar o controle do conflito. A cronologia da derrota incluiu a vitória dos Aliados na Batalha de Stalinegrado, em 1943, a invasão da Normandia em 1944, e a rendição da Alemanha em 8 de maio de 1945. O resultado da guerra foi a vitória dos Aliados, que incluíram os Estados Unidos, a União Soviética, o Reino Unido, a França e outros países aliados. A Alemanha nazista foi desmantelada e os líderes do regime foram julgados e condenados por crimes de guerra. O conflito também levou à criação das Nações Unidas, com o objetivo de promover a cooperação internacional e prevenir futuros conflitos armados (Beevor et al., 2018; Keegan, 1997; Kerschaw et al., 2015; Tooze, 2014).

A guerra transformou o mundo e teve um impacto profundo nos processos democráticos dos países envolvidos. Durante o conflito, poucos novos processos democráticos surgiram, já que o evento foi caracterizado por regimes autoritários e ditatoriais que restringiram as liberdades civis e políticas. De fato, muitos desses processos foram afetados de maneira significativa, seja por meio de restrições à liberdade de expressão e ao direito de reunião, seja pelo fortalecimento dos governos autoritários. Na Alemanha, por exemplo, o regime nazista usou a guerra como pretexto para perseguir seus oponentes políticos e para restringir as liberdades civis. Os regimes fascistas e autoritários da Itália e do Japão também se beneficiaram do conflito para impor restrições à liberdade de expressão e para expandir seus poderes. Na Itália, o governo de Benito Mussolini aproveitou a guerra para ampliar a censura e a repressão política, a fim de controlar a opinião pública. No Japão, o governo militar suspendeu os direitos civis, colocou o país em estado de emergência e controlou os meios de comunicação para controlar a narrativa sobre a guerra (Beevor et al., 2018; Keegan, 1997; Kerschaw et al., 2015; Tooze, 2014).

No entanto, em muitos outros países, a guerra teve o efeito contrário e serviu para fortalecer a democracia. Nos Estados Unidos, por exemplo, a guerra contribuiu para consolidar a liberdade de imprensa e o direito de reunião, além de ajudar a promover a igualdade racial. As mulheres e os afro-americanos foram incorporados à força de trabalho e os movimentos sociais lutaram pelo fim da discriminação racial. A guerra também teve um impacto importante na Europa Ocidental, especialmente nos países que emergiram como democracias após o conflito. O processo de integração europeia, iniciado em 1950 com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, teve origem na necessidade de reconstruir a economia e estabelecer um sistema de cooperação política. A União

Europeia é hoje uma das principais democracias do mundo, e sua criação foi influenciada pelos traumas da guerra. Os países do Eixo derrotados, iniciaram o processo de transição para a democracia, alguns com maior sucesso do que outros. A Itália, por exemplo, teve um processo de democratização relativamente bem-sucedido após a guerra, quando o país adotou uma nova Constituição e realizou eleições livres. O Japão, por sua vez, também passou por um processo de democratização sob a liderança dos Aliados, que ajudaram a elaborar uma nova Constituição e a estabelecer um governo democrático. Na Alemanha, o processo de transição para a democracia foi mais complicado, já que o país ficou dividido em duas partes, com regimes políticos diferentes. A parte ocidental da Alemanha tornou-se uma democracia liberal, enquanto a parte oriental foi dominada pelo regime comunista da União Soviética (Beevor et al., 2018; Keegan, 1997; Kerschaw et al., 2015; Tooze, 2014).

A influência da guerra na democracia foi, em grande parte, negativa, com regimes autoritários e ditatoriais surgindo em muitos países. No entanto, após a guerra, muitos países iniciaram o processo de transição para a democracia, com maior ou menor sucesso. As décadas de 70, 80 e 90 viram um fortalecimento dos processos democráticos em todo o mundo, com a derrubada de regimes autoritários em muitos países. A queda do Muro de Berlim em 1989 e a dissolução da União Soviética em 1991 marcaram um ponto de virada na história global, com muitos países adotando a democracia como forma de governo e determinando o fim de décadas de Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética. Hoje, a democracia é amplamente vista como a melhor forma de governo, embora existam desafios contínuos na manutenção da liberdade e dos direitos humanos em todo o mundo (Beevor et al., 2018; Keegan, 1997; Kerschaw et al., 2015; Tooze, 2014).

1.15 A Guerra Fria e a vitória do capitalismo neoliberal americano sobre o comunismo soviético.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, com a derrota da Alemanha nazista de Adolf Hitler pelas tropas aliadas, os EUA e a União Soviética iniciaram um período transformador, que de certa forma moldou o mundo como o vemos hoje. Durante quase quatro décadas, travou-se uma batalha ideológica que mudou a vida das pessoas em todo o mundo. Uma guerra particular em que nunca as duas superpotências chegaram a ter um conflito armado de fato. Uma Guerra Fria. Fria porque as batalhas ocorriam dentro do campo ideológico, entre o capitalismo americano e o comunismo soviético, lutando cada um com suas “armas” pela supremacia política e econômica mundial. Mas quando se coloca uma lupa sobre os fatos envolvendo o período, constata-se que essa guerra remodelou o mundo

em todos os aspectos e inaugurou uma nova era de desenvolvimento social, econômico e principalmente político. O fenômeno da Guerra Fria durou aproximadamente desde o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 até a queda do Muro de Berlim em 1989 e baseou-se nas dimensões da política externa e da segurança interna dos EUA e da União Soviética, afetou a vida das pessoas em todo o mundo não somente no sentido militar e político, mas também na cultura, mídia, religião, negócios e educação, mudando radicalmente às suas identidades socioculturais e geopolíticas. A cultura da Guerra Fria impactou profundamente a forma que as pessoas passaram a ver o mundo e seu papel nele (Genoe McLaren & Mills, 2008; Kelley et al., 2006).

Porém, independente das tensões constantes provadas pela política externa americana e soviética, a evolução dos processos democráticos na Europa nas décadas de 70, 80 e 90 foi marcada por importantes transformações políticas e institucionais. Essas décadas foram caracterizadas pela transição de regimes autoritários para democracias pluripartidárias, pela consolidação dos sistemas democráticos em países que já haviam passado por transições e pela ampliação das agendas políticas e dos direitos civis. Em Portugal, a Revolução dos Cravos em 1974 encerrou a ditadura salazarista e deu lugar a uma democracia pluripartidária. Na Espanha, a morte do ditador Francisco Franco em 1975 levou à instauração de uma monarquia parlamentar democrática, enquanto a Grécia viu o fim da junta militar em 1974 e o estabelecimento de um governo civil. Na década de 80, a Europa viveu um período de intensas mudanças, em que a democracia se consolidou em muitos países e novas questões políticas e sociais passaram a ser discutidas. Na Itália, a aprovação de uma nova lei eleitoral em 1989 permitiu uma maior representação política dos partidos minoritários. Na Alemanha, a reunificação em 1990 resultou em um novo sistema político e institucional, que teve que lidar com a reconciliação entre a antiga Alemanha Ocidental e Oriental. A queda do Muro de Berlim em 1989 e a dissolução da União Soviética em 1991 foram os momentos mais significativos na evolução da democracia europeia e mundial. O fim da Guerra Fria e a queda do comunismo representaram a vitória final do liberalismo democrático como modelo político global e teve um impacto significativo no desenvolvimento da democracia na região central e oriental da Europa. Esses eventos permitiram que muitos países do Leste Europeu se integrassem ao sistema democrático ocidental, sendo um exemplo a adesão deles à União Europeia e à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Os movimentos sociais, a globalização e a integração europeia foram alguns dos fatores que contribuíram para o fortalecimento da democracia na região. Além disso, a UE teve um papel importante na promoção da democracia e dos direitos humanos na Europa (L. Diamond, 2015; Linz & Stepan, 1978; O'Donnell et al., 1986; O'Donnell & Schmitter, 2013; Page & Gilens, 2017).

1.16 As novas tecnologias.

As novas tecnologias digitais têm desempenhado um papel fundamental na transformação da sociedade ao longo dos últimos 80 anos. Desde os primeiros computadores até à era da internet, inteligência artificial e tecnologias emergentes como a computação quântica, essas inovações têm mudado radicalmente a forma como nos informamos, comunicamos e relacionamos, impactando continuamente diferentes setores da sociedade. As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) redefiniram nossa relação com o mundo, encurtando distâncias e transformando-o em uma aldeia global interligada. Essas tecnologias, incluindo internet, redes sociais e dispositivos móveis, permitiram conexões instantâneas entre as pessoas, abrindo portas para novas formas e canais de informação, comunicação, colaboração e principalmente de mobilização. Essa interconexão digital transcende barreiras geográficas, culturais e linguísticas, capacitando movimentos sociais, ativistas e cidadãos a colaborarem e coordenarem ações coletivas. Exemplos notáveis incluem a utilização das redes sociais durante as Primaveras Árabes (2010-2012) e a Jornadas de Junho no Brasil (2013) para organizar protestos e disseminar informações, assim como o uso de hashtags para sensibilização e mobilização em causas sociais e políticas. As NTICs têm o potencial de catalisar mudanças significativas em relação aos processos democráticos, oferecendo uma voz a qualquer pessoa ou grupos de indivíduos, ampliando a participação cívica em questões multiníveis (local, regional, nacional e internacional) e multidimensionais (econômica, social, ambiental, tecnológica e política) (Camello, 2019a; Castells & Castells, 2010; Esposito et al., 2016; Nobre, 2022; Susskind, 2022).

A história das novas tecnologias digitais desenrolou-se com uma rapidez notável desde o início do século XX, quando os primeiros computadores começaram a surgir. O ENIAC, construído em 1945, foi um dos primeiros computadores eletrônicos e abriu caminho para a computação moderna. A evolução dos computadores levou ao surgimento dos microprocessadores, possibilitando a criação de computadores pessoais e abrindo portas para a popularização da tecnologia. Na década de 1960, o Departamento de Defesa dos EUA criou a ARPANET, a precursora da internet. Com a expansão vertiginosa da internet comercial nos anos 90, surgiram ferramentas como websites, e-mails e VoIP, possibilitando interações entre corporações e indivíduos em qualquer parte do mundo que tivessem acesso à rede. Esse marco histórico impactou inicialmente o mercado e o consumo, gerando novas formas de negócios e vendas online. No início dos anos 2000 a criação do conceito de Big Data expandiu a capacidade de análise de vastos conjuntos de dados complexos, provenientes de diversas fontes, que seriam impraticáveis de serem tratados por métodos convencionais. Ao utilizar ferramentas especializadas e algoritmos sofisticados, o Big Data possibilitou a identificação categorizada de padrões, correlações e tendências ocultas, oferecendo uma visão mais profunda e abrangente de informações, desde comportamentos do consumidor até desempenho de sistemas complexos. A

convergência do rápido avanço tecnológico, redução dos custos dos computadores pessoais (PCs) e acesso à internet, possibilitaram o crescimento e popularização da rede mundial e abriu o caminho para expansão internacional das redes sociais (Abbate, 2000; Camello, 2019a; Castells & Castells, 2010; Ceruzzi, 2003; Mayer-Schönberger & Cukier, 2014).

A partir de 2004, a evolução das redes sociais testemunhou uma transformação marcante na maneira como as pessoas interagem e se conectam online. O lançamento do Facebook nesse ano por Mark Zuckerberg marcou o início de uma era de plataformas digitais que permitiam aos usuários criar perfis, compartilhar atualizações, fotos, vídeos e se conectar com amigos e familiares de maneira virtual. A popularidade do Facebook desencadeou uma onda de inovação, com outras redes sociais emergindo, como o Twitter, que introduziu a ideia de compartilhar mensagens curtas e rápidas, e o LinkedIn, voltado para conexões profissionais. Além disso, o YouTube permitiu o compartilhamento de vídeos, enquanto o Instagram focou no compartilhamento de fotos. Essas plataformas evoluíram ao longo do tempo, integrando recursos como *feeds* de notícias personalizados, grupos temáticos e recursos de streaming ao vivo. A evolução das redes sociais demonstra como a tecnologia digital transformou a maneira como nos comunicamos, compartilhamos informações e construímos relacionamentos no mundo online. Porém, isso só foi possível com o acontecimento de outra revolução paralela. O rápido avanço tecnológico da telefonia móvel (Boyd & Ellison, 2007; Campbell & Park, 2008; Castells & Castells, 2010).

A expansão das redes sociais ao longo do tempo entrelaça-se de forma intrínseca com a transformação da tecnologia dos dispositivos móveis, ambos sendo pilares da revolução digital que moldou a sociedade contemporânea, alterando profundamente a maneira como nos comunicamos, trabalhamos, consumimos informações e interagimos com o mundo digital. O primeiro telemóvel foi introduzido pela Motorola em 1983, o "DynaTAC 8000X". Com quase 1 kg e cerca de 25 centímetros, esse dispositivo inaugurou a era da mobilidade. Entretanto, sua funcionalidade era restrita a chamadas telefônicas básicas, e sua portabilidade estava longe dos padrões atuais. A verdadeira transformação teve lugar em 2007, quando a Apple lançou o primeiro iPhone. Caracterizado por uma tela sensível ao toque, um sistema operacional amigável e a possibilidade de instalação de aplicativos de terceiros, o iPhone estabeleceu os padrões para os smartphones modernos. A ascensão dos dispositivos Android da Google a partir de 2008, promoveu uma concorrência saudável e ajudou a diversificar o mercado de smartphones e "democratizar" o acesso à tecnologia móvel em razão do seu modelo de sistema operacional de código aberto. Essa característica permitiu que os fabricantes de dispositivos e desenvolvedores personalisassem e adaptassem o sistema de acordo com as suas necessidades. Isso abriu caminho para uma variedade de dispositivos móveis de diferentes fabricantes, viabilizando a diversificação de opções e preços para os consumidores (Baldwin, 2021; Campbell & Park, 2008; Katz & Aakhus, 2002).

Estes dispositivos móveis evoluíram rapidamente em termos de desempenho, dimensões,

funcionalidade e conectividade. Processadores cada vez mais poderosos permitiram que smartphones realizassem tarefas complexas, como jogos intensivos e edição de vídeo. Câmeras evoluíram substancialmente, possibilitando a captura de imagens e vídeos de alta qualidade. A conectividade 4G e, posteriormente, 5G, proporcionaram velocidades de internet mais velozes e uma experiência mais suave na navegação online e streaming de mídia. A metamorfose dos smartphones transcende a sua função original de dispositivos de comunicação. Hoje, eles assumem papéis de assistentes pessoais virtuais, centros de entretenimento móvel, ferramentas de produtividade e plataformas para aplicativos que abrangem todos os aspectos da vida cotidiana. Além disso, os dispositivos móveis estão impulsionando inovações como a realidade aumentada (RA) e a realidade virtual (RV), abrindo novas fronteiras em entretenimento, educação, negócios e na política (Baldwin, 2021; Campbell & Park, 2008; Gladden, 2018; Katz & Aakhus, 2002).

A inteligência artificial (IA) tem sido uma das tecnologias mais impactantes dos últimos anos e é uma das conquistas mais notáveis da ciência da computação e sua história é repleta de avanços surpreendentes e inovações revolucionárias. A sua história remonta ao século XX, quando pioneiros como Alan Turing começaram a explorar a possibilidade de máquinas que pudessem simular o pensamento humano. Através da aprendizagem de máquina, avanços em algoritmos, processamento avançado de grandes volumes de dados e poder computacional sem precedentes, a IA passou a ser capaz de executar tarefas complexas, como vencer campeões mundiais no xadrez e no Go, bem como realizar reconhecimento facial, veículos autônomos, assistentes de voz e diagnósticos médicos precisos. À medida que olhamos para o futuro, fica evidente que a IA tem o potencial de revolucionar profundamente nossa sociedade e formas de trabalho. Ela poderá automatizar tarefas monótonas e perigosas, liberando recursos humanos para empreender atividades mais criativas e estratégicas. Além disso, a IA tem a capacidade de aprimorar a tomada de decisões por meio de análises baseadas em dados e *insights* relevantes (Russell et al., 2010; Susskind, 2022).

No âmbito das esferas de comunicação de massa, a Inteligência Artificial (IA) detém o potencial de substancialmente reformular a disseminação e absorção de informações. Prospectivamente, a aplicação da IA nesse contexto abarca situações como personalização de conteúdo, que se efetua por meio da análise individualizada de preferências e comportamentos dos consumidores, permitindo ajustar as ofertas de conteúdo conforme os interesses de cada utilizador. Em um cenário adicional, a automação da geração de conteúdo desponta como uma possibilidade relevante, no qual a IA poderá criar de modo automatizado textos, vídeos e notícias, agilizando o processo de produção e distribuição de informações. Ademais, a capacidade da IA em verificar informações e combater a desinformação emerge como um aspecto crucial, sendo viável através da sua aptidão em verificar a veracidade de

dados e identificar notícias inverídicas. Além disso, a análise de sentimento e engajamento, bem como a tradução automatizada, delineiam um panorama em que a IA tem o potencial de remodelar fundamentalmente a dinâmica das comunicações de massa (Russell et al., 2010; Susskind, 2022).

A evolução projetada da inteligência artificial (IA) para os próximos 100 anos é um campo de especulação complexo, baseado nas tendências atuais e nas aspirações da pesquisa do seu desenvolvimento. Dentro deste horizonte temporal, prevê-se a possível emergência da "superinteligência", um estágio em que sistemas de IA ultrapassariam a capacidade humana em diversas áreas. Além disso, antecipa-se uma integração cada vez mais profunda da IA em várias facetas da vida cotidiana, potencialmente culminando em uma interação quase inseparável entre humanos e sistemas de IA. Avanços contínuos no aprendizado de máquina podem resultar em sistemas mais ágeis e adaptáveis, enquanto a personalização extrema e a colaboração humano IA podem se tornar a norma. Assim, a evolução da IA ao longo deste século aponta para uma integração profunda e interdependente entre a tecnologia e a sociedade, com implicações profundas e multidisciplinares em todas as esferas da vida humana. Contudo, é imperativo que a adoção da IA ocorra com responsabilidade ética, visando mitigar riscos associados a vieses algorítmicos, problemas de desinformação, potencial substituição de empregos e a questão da transparência. Assim sendo, é imprescindível que a aplicação da IA seja conduzida com responsabilidade, para que possamos capitalizar seus benefícios em prol da humanidade, ao mesmo tempo em que enfrentamos seus desafios de maneira ponderada. O diálogo entre especialistas em IA, legisladores e a sociedade civil é essencial para garantir que a IA seja um aliado, não uma ameaça (Bostrom, 2014; Castells & Castells, 2010; Kurzweil, 2006; Russell et al., 2010; Susskind, 2022).

A computação quântica representa uma abordagem inovadora para o processamento de informações, baseada nos princípios da mecânica quântica. A manipulação de informações quânticas, ou qubits, permite que os computadores quânticos executem cálculos complexos em velocidades extraordinariamente altas, superando as limitações dos computadores clássicos. A aplicação da computação quântica abrange diversas áreas. Na medicina, por exemplo, a simulação de interações moleculares complexas em nível atômico pode acelerar o desenvolvimento de medicamentos e tratamentos personalizados. No setor financeiro, os computadores quânticos têm o potencial de otimizar a análise de riscos e a modelagem de mercado, possibilitando uma tomada de decisões mais precisa. Na pesquisa científica, a computação quântica pode resolver problemas complexos, como simulações de reações químicas, com uma eficiência sem precedentes. Além disso, a computação quântica tem sido considerada uma ameaça potencial à segurança cibernética devido à sua capacidade de quebrar rapidamente algoritmos de criptografia convencionais, o que levou ao desenvolvimento de técnicas de criptografia quântica. Portanto, a computação quântica promete desencadear avanços significativos em diversas áreas, alterando fundamentalmente a maneira como abordamos problemas complexos e impulsionamos a inovação tecnológica (Bernhardt, 2019; Edwards, 2020).

A influência das novas tecnologias no setor público, com ênfase nas esferas democráticas e de governança, é marcada por um impacto substancial. As tecnologias emergentes têm a capacidade de aprimorar a eficiência operacional, a transparência das atividades governamentais e a participação cidadã na tomada de decisões. Por meio da automação de tarefas rotineiras e da disseminação de informações, o emprego de tais tecnologias pode otimizar a oferta de serviços públicos. Em termos de transparência, as inovações tecnológicas proporcionam meios para divulgação de dados e informações relevantes para a população, promovendo um ambiente de *accountability*. Além disso, a participação pública pode ser impulsionada por meio de plataformas interativas que possibilitam votações online, debates e colaboração. Porém, uma questão importante a se considerar é a disparidade entre a evolução das novas tecnologias e a capacidade do sistema político democrático em acompanhar essas mudanças. A acelerada evolução tecnológica superou a habilidade das instituições políticas tradicionais em processar de maneira eficiente e eficaz os dados gerados por essa evolução (Camello, 2019a; Castells & Castells, 2010; Neves, 2001; Norris, 2017).

Segundo Harari (2016):

Nos séculos XIX e XX a Revolução Industrial se desenrolou devagar o bastante para que políticos e eleitores permanecessem um passo à frente, regulando e manipulando seu curso. Mas, enquanto o ritmo da política não mudava muito desde os dias do vapor, a tecnologia saía da primeira marcha para engrenar a quarta. Hoje, a velocidade das revoluções tecnológicas ultrapassa a dos processos políticos, o que faz com que tanto parlamentares como eleitores percam o controle (p. 37).

Nesse contexto, o descompasso entre a velocidade das inovações tecnológicas e o ritmo da política democrática é um fator de ameaça potencial à própria essência da democracia e à efetividade da governança. Essa discrepância como observada no processo de avanço da internet a partir de 2000, demonstraram que os sistemas políticos frequentemente não conseguem oferecer respostas ágeis e pertinentes aos desafios tecnológicos emergentes. De fato, a rápida evolução das novas tecnologias, especialmente quando integradas de maneira abrangente, podem representar uma ameaça significativa ao status quo estabelecido. E essa ameaça está intrinsecamente ligado à velocidade das mudanças delas em comparação com a capacidade do sistema de se adaptar e regulamentar essas mudanças. Enquanto as inovações tecnológicas avançam, o sistema regulatório pode ficar defasado e incapaz de lidar com questões emergentes, como perda de empregos, desigualdades econômicas, privacidade de dados, disseminação de informações falsas, manipulação das redes sociais, segurança cibernética e ética na IA. Isso pode resultar em vácuos regulatórios que podem ser explorados por forças populistas

ou extremistas, ameaçando ainda mais o equilíbrio do sistema institucional existente. Portanto, a colaboração entre governos, empresas e sociedade civil se torna imperativa para assegurar que as novas tecnologias sejam empregadas para promover uma maior eficiência administrativa, participação pública ampliada e transparência nas decisões governamentais em prol do bem-estar de toda a sociedade (Bartlett, 2018; Fukuyama, 2005; Harari, 2016; Schwab, 2016; Zuboff, 2020).

1.16.1 O lado negro da força.

A utilização das novas tecnologias para influenciar e manipular processos eleitorais democráticos representa um risco real às democracias representativas mundiais, suscitando amplas preocupações no âmbito acadêmico, político e social. Dois marcos significativos desse tipo de prática indevida que ecoaram além de suas respectivas fronteiras, foram o processo de saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*) e a eleição de Donald Trump para presidente dos Estados Unidos em 2016. Ambos os eventos se caracterizaram por discursos populistas e nacionalistas, e suas implicações reverberaram globalmente, abrangendo áreas como a democracia, cooperação internacional, meio ambiente, e estabilidade mundial. Em março de 2018 os jornais *The New York Times* e *The Guardian* denunciaram como a empresa Cambridge Analytica coletou e utilizou indevidamente dados de milhões de usuários do Facebook para criar perfis psicográficos e direcionar mensagens políticas altamente segmentadas visando influenciar o comportamento dos eleitores. Os dados foram obtidos indevidamente por meio de um aplicativo de teste de personalidade chamado "*This Is Your Digital Life*", desenvolvido por Aleksandro Kogan, um cientista de dados (Allcott & Gentzkow, 2017; Cadwalladr & Graham-Harrison, 2018; Kaiser, 2019).

Trabalhando em prol da campanha *Leave*, que advogava a saída do Reino Unido da União Europeia no referendo de 2016, a Cambridge Analytica empregou técnicas de microdirecionamento para identificar eleitores inclinados a apoiar essa perspectiva. Usando técnicas avançadas de análise de dados, a empresa coletou informações demográficas, psicográficas e preferências políticas de milhões de usuários do Facebook para segmentar eleitores e direcionar mensagens específicas para diferentes grupos demográficos. A empresa concentrou-se em temas cruciais para a campanha, como imigração, economia e soberania. Ao identificar eleitores preocupados com essas questões, criou mensagens sob medida que visavam ressoar com suas ansiedades, alertando sobre os perigos da permanência na União Europeia e destacando os benefícios da saída. Além disso, ela criou listas de eleitores com maior probabilidade de comparecer às urnas, empregando-as para enviar mensagens de mobilização. A empresa foi acusada também de disseminar falsas notícias e desinformação sobre o Brexit, contribuindo para a polarização das opiniões públicas. Mesmo com um orçamento menor que o da campanha *Remain*, a *Leave* conseguiu superar em alcance e impacto, impulsionada pela atuação da

empresa. Embora a contribuição exata do escândalo para o resultado do referendo seja difícil de quantificar, é inegável que as ações da Cambridge Analytica influenciou o desfecho do referendo (Cadwalladr, 2019; Cadwalladr & Graham-Harrison, 2018; Levitin, 2016).

A empresa foi acusada de repetir a mesma estratégia na campanha presidencial de Donald Trump nos EUA. Segundo as investigações, a ideia no pleito americano era entender melhor as motivações e preocupações dos eleitores individualmente e, assim, moldar mensagens que ressoassem com eles em regiões-chave que eram considerados cruciais para a vitória de Trump. Se a atuação da empresa influenciou diretamente na vitória de Donald Trump nas eleições, é uma questão debatida e complexa. Isso se deve ao fato de que o pleito foi influenciado por diversos fatores, incluindo a retórica da campanha, questões políticas, econômicas, imigratórias e outros elementos, que tiveram um papel crucial na decisão dos eleitores. A vitória do Brexit e a conquista da presidência americana por Donald Trump em 2016 tiveram consequências negativas complexas e multidimensionais tanto em âmbito local quanto global. (Allcott & Gentzkow, 2017; Cadwalladr, 2019; Cadwalladr & Graham-Harrison, 2018; Kaiser, 2019).

A vitória do Brexit no referendo de 2016 teve uma série de consequências negativas abrangentes e quantificáveis para o Reino Unido. Em termos econômicos, a desvalorização acentuada da libra esterlina, seguida de um declínio no crescimento do PIB, evidenciou o impacto imediato no mercado financeiro e nas perspectivas econômicas. De acordo com o Banco da Inglaterra, o PIB do Reino Unido cresceu em média 2,2% ao ano entre 2007 e 2016, mas apenas 1,7% ao ano entre 2017 e 2022. Estimativas do Banco da Inglaterra projetaram um decréscimo substancial de 7,7% no PIB até 2030 em cenários de saída sem acordo. Além disso, o adiamento de investimentos por empresas preocupadas com a incerteza do Brexit e a perspectiva de uma perda de até 482 mil empregos até 2030, conforme destacado por estudo da *London School of Economics*, sublinharam os desafios do mercado de trabalho e a estabilidade econômica. A repercussão negativa no setor financeiro, a migração de talentos e a ampliação das divisões sociais e políticas, expondo tensões urbanas e rurais, destacam a amplitude das consequências desencadeadas pelo referendo. Assim, a vitória do Brexit provocou impactos multifacetados de natureza econômica, social e política, que persistem como preocupações centrais para o Reino Unido (Cadwalladr, 2019; Cadwalladr & Graham-Harrison, 2018; *The Impact of Brexit on UK Firms*, 2023; Zuboff, 2020).

O mandato de Donald Trump teve uma série de consequências negativas de natureza política, social e econômica nos Estados Unidos e no cenário global. Sob sua liderança, o país testemunhou um aumento da polarização política e divisões sociais, exacerbadas por sua retórica incendiária e desagregadora. Além disso, a sua abordagem agressiva e imprevisível em relação às relações

internacionais gerou tensões com aliados e minou tratados e acordos multilaterais, como a retirada do Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas e o Acordo Nuclear com o Irã. A política de imigração controversa, marcada pela separação de famílias na fronteira, também foi um fator de discórdia. O sistema de saúde pública foi ameaçado por tentativas de revogar o *Affordable Care Act* (Obamacare), e as alegações de interferência russa nas eleições de 2016 levantaram dúvidas sobre a integridade do processo democrático. Além disso, o presidente alimentou desconfiança nos meios de comunicação ao rotulá-los como "*fake news*", contribuindo para a disseminação de informações errôneas. A resposta inadequada à pandemia de COVID-19, minimizando e até negando a sua gravidade, agravou a crise de saúde pública durante a pandemia. A culminação das tensões políticas ocorreu com a invasão do Capitólio em janeiro de 2021 por apoiadores de Trump, ilustrando a gravidade das divisões e o desafio à democracia americana (Garrett & Becker, 2022; Leonnig & Rucker, 2021; Tucker, 2022; University et al., 2022; Zuboff, 2020).

Assim sendo, torna-se evidente que a ameaça subjacente às atividades da Cambridge Analytica em relação à democracia foi exacerbada pela identificação de um risco genuíno. Essa ameaça se tornou mais pronunciada nos contextos tanto do Brexit quanto da eleição presidencial dos Estados Unidos em 2016. A detecção do elevado grau de precisão e personalização alcançado por meio da análise de dados pessoais e comportamentais dos eleitores, com o intuito de influenciar e manipular esses processos democráticos, despertou um alerta vermelho em relação às reais ramificações das operações da empresa. Esses exemplos destacam a urgência de abordar não apenas a utilização indevida de dados pessoais, mas também a exploração dessas informações para fins de manipulação política. A crescente conscientização sobre esses riscos deve impulsionar discussões e ações em direção a regulamentação necessária para salvaguardar a integridade dos processos eleitorais e proteção da esfera democrática em meio ao cenário tecnológico contemporâneo (Aral, 2020; Cadwalladr, 2019; Cadwalladr & Graham-Harrison, 2018; Garrett & Becker, 2022; Kaiser, 2019; Levitin, 2016; Wylie, 2019; Zuboff, 2020).

A União Europeia tem adotado uma abordagem abrangente e rigorosa na regulamentação do uso das novas tecnologias nos processos eleitorais, reconhecendo os riscos associados à manipulação e ao comprometimento da democracia. A regulamentação do uso das novas tecnologias nos processos eleitorais é uma preocupação crescente, impulsionada pela necessidade de proteger a integridade democrática e a privacidade dos cidadãos. O Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR), em vigor desde 2018, emerge como um alicerce essencial nesse contexto. Embora não tenha sido concebido exclusivamente para processos eleitorais, o GDPR estabelece normas rigorosas para o tratamento de dados pessoais, incluindo a obtenção transparente de consentimento, a salvaguarda da privacidade individual e a imposição de responsabilidades às organizações que coletam e processam dados. Aprovada em 2019, a Diretiva de Segurança Eleitoral estabelece diretrizes cruciais para a mitigação de ameaças como ciberataques, desinformação e manipulação (*EUROPA - O portal da*

União Europeia, 2006; O Parlamento Europeu, 2023).

A diretiva também requer que os países membros desenvolvam um arcabouço jurídico específico para regular o emprego de novas tecnologias, englobando a proteção de dados pessoais, a aplicação da inteligência artificial e a supervisão das plataformas de mídia social. Adicionalmente, a Lei Eleitoral da UE, em vigor desde 1º de janeiro de 2022, visa aumentar a transparência e a confiabilidade nas campanhas eleitorais, abordando a publicidade política online e a divulgação de informações verídicas. Em junho desse ano, o Parlamento Europeu aprovou um projeto para regulamentar o uso de sistemas de inteligência artificial (IA) em todo o bloco. A votação é o primeiro passo no processo de aprovação da Lei de Inteligência Artificial da União Europeia (UE), a primeira do gênero no mundo. O projeto de lei regulamenta o uso da inteligência artificial nos processos eleitorais e estabelece um código de conduta para as plataformas de mídia social reforçando o compromisso da UE em salvaguardar a integridade dos processos democráticos diante da crescente influência das tecnologias. Estas medidas são um passo crucial para garantir eleições justas e autênticas, protegendo os valores democráticos diante dos desafios emergentes (*EUROPA - O portal da União Europeia, 2006; O Parlamento Europeu, 2023*).

1.17 Nova sociedade que emerge desde o início do Século XXI.

A sociedade do Século XXI é caracterizada por uma profunda interconexão global que se tornou um fenômeno verdadeiramente abrangente a partir da década de 1980. Esse período testemunhou eventos históricos como a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, que derrubaram as divisões ideológicas do mundo, bem como a ascensão do neoliberalismo, que promoveu uma economia global baseada na livre-iniciativa e no livre mercado. O avanço tecnológico, especialmente nas áreas de comunicação e informação, facilitou o fluxo de informações e bens entre nações, resultando em um aumento sem precedentes do comércio internacional, a criação de blocos econômicos e a proliferação de empresas multinacionais que operam em escala global. Essas transformações definem a sociedade do Século XXI como uma sociedade altamente interdependente e diversificada, onde as fronteiras físicas e culturais são cada vez mais permeáveis, e a mobilidade de pessoas, mercadorias e ideias é a norma. Uma sociedade que emerge envolvendo uma compreensão abrangente das diversas mudanças e tendências sociais, políticas, econômicas, culturais, tecnológicas e científicas que continuam moldando o nosso mundo atualmente, caracterizada por uma interconexão entre tecnologia, globalização, desafios globais e transformações culturais. A rapidez da evolução tecnológica e científica têm sido

fatores preeminentes na sociedade do Século XXI. A revolução tecnológica, marcada por avanços em internet, inteligência artificial, internet das coisas e aprendizado de máquina, bem como a revolução biotecnológica com inovações nas áreas da engenharia genética, bioinformática, biotecnologia industrial e na biotecnologia médica, estão transformando a maneira como entendemos e manipulamos a vida, economia, trabalho, informação e comunicação (Brynjolfsson & McAfee, 2016; Harari, 2016, 2018; Schwab, 2016).

O fenômeno da globalização, a partir da década de 80, constitui uma das dimensões cruciais da nova sociedade emergente, seja no sentido das oportunidades ou no enfrentamento dos desafios. Este processo implicou em uma maior interconexão econômica, cultural e social entre nações, que por sua vez, promoveu mudanças profundas nas relações internacionais, com impactos multidimensionais. Ela proporcionou a sociedade moderna acesso facilitado a bens, serviços e informações provenientes de diversas partes do mundo, impulsionando o comércio internacional e a interdependência econômica entre países. Porém, ao mesmo tempo, impôs a todos uma abordagem colaborativa e multidimensional para a resolução de questões globais como as mudanças climáticas, desigualdade econômica e as ameaças à saúde global. Dois exemplos que ilustram bem esses dois lados da globalização moderna, são a crise econômica global de 2008, que começou com o colapso do Lehman Brothers nos EUA rapidamente se espalhou globalmente, transformando uma crise local em uma crise financeira global e a pandemia de COVID-19 em 2020, que, através da cooperação internacional, resultou no desenvolvimento de vacinas em tempo recorde (1 ano). O contexto contemporâneo demonstra que esses desafios não respeitam fronteiras nacionais e exige de indivíduos, comunidades e nações e estão sendo enfrentados pela sociedade moderna através da interconexão tecnológica, facilitação e disseminação de informações e experiências compartilhadas. A nova sociedade terá a responsabilidade de enfrentar esses desafios de maneira inovadora e sustentável, reconhecendo a interdependência das nações e a urgência de soluções colaborativas (Camello, 2019a; Friedman, 2005; Harari, 2016, 2018; *The Global Risks Report 2021 Insight Report*, 2021).

As transformações no mundo do trabalho e na economia constituem uma dimensão crucial e desafiadora para a sociedade emergente no século XXI. O avanço acelerado da automação, robótica, inteligência das coisas, (IoT em inglês) digitalização e inteligência artificial está provocando mudanças significativas na natureza e na distribuição do emprego. Enquanto a criação de novos tipos de empregos em setores relacionados à tecnologia é observada, a rápida evolução das novas tecnologias de forma integrada está impactando ocupações tradicionais, levantando questões sobre a requalificação de trabalhadores afetados. Além disso, o crescimento da economia de plataformas, como a *gig economy*, está redefinindo as relações de trabalho, introduzindo flexibilidade e autonomia, mas também desafios quanto à segurança e aos direitos dos trabalhadores. Essas transformações econômicas têm implicações profundas para políticas de emprego, educação e redistribuição de renda, exigindo abordagens adaptativas que equilibrem inovação e inclusão. A adaptação a essas mudanças é

imperativo e requer a reconsideração das políticas públicas, a requalificação constante dos trabalhadores e a criação de estruturas econômicas que abordem a desigualdade e a fragmentação do trabalho, ao mesmo tempo em que aproveitam as oportunidades oferecidas por essa nova dinâmica econômica como por exemplo soluções climáticas. Segundo a *World Economic Forum* (2022), as “soluções climáticas trariam enormes oportunidades e uma transição positiva para a natureza poderia gerar até 10,1 bilhões de dólares em valor empresarial anual e criar 395 milhões de empregos até 2030” (Autor, 2015; Friedman, 2005; Harari, 2016, 2018).

Uma característica marcante na sociedade emergente é o impacto significativo das redes sociais e da internet no cenário político e na participação cidadã. A disseminação de plataformas digitais abriu espaço para uma participação política mais ativa, onde os cidadãos podem engajar-se nos processos políticos, expressar suas opiniões e compartilhar informações em uma escala global e instantânea. No entanto, essa expansão do envolvimento político também trouxe consigo desafios consideráveis, como a propagação de informações falsas e a polarização. A política digital transformou-se em um campo de conflito, onde diferentes narrativas e perspectivas competem por influência, frequentemente usando estratégias de desinformação, bots e segmentação algorítmica para moldar sutilmente a opinião pública, às vezes de forma imperceptível. Neste contexto, a participação política online é um terreno ambivalente, onde a promessa de fortalecimento da democracia coexiste com a necessidade premente de regulamentação eficaz para preservar a integridade dos processos democráticos, privacidade e ética. A ascensão da coleta massiva de dados e a proliferação da inteligência artificial suscitam questões intrincadas sobre como conciliar avanços tecnológicos com direitos individuais e coletivos. A utilização generalizada de plataformas digitais para monitorar, analisar e antecipar comportamentos humanos levanta consideráveis preocupações quanto à proteção da privacidade, manipulação de informações e criação de perfis minuciosos. Esse contexto fomenta debates sobre os limites éticos e legais da vigilância digital, os direitos à autonomia informacional e as implicações sociais das decisões algorítmicas. Assim, a busca pelo equilíbrio entre inovação tecnológica e valores fundamentais, como liberdade e dignidade humana, coloca os desafios de privacidade e ética no cerne das discussões que moldam a sociedade contemporânea (Dijck et al., 2018; Floridi, 2014; Rafiq, 2018; Sunstein, 2018; Zuboff, 2020).

Na área da saúde e da previdência social, a sociedade contemporânea está sendo moldada por uma série de tendências e avanços significativos e preocupações prementes. Um exemplo notável é a proliferação da telemedicina, como evidenciado durante a pandemia de COVID-19, quando consultas médicas virtuais se tornaram uma norma. A inteligência artificial também está desempenhando um papel cada vez mais importante, como visto no uso de algoritmos para diagnóstico médico e na

identificação de padrões epidemiológicos. Outra tendência notável é a medicina regenerativa, exemplificada pela impressão 3D de órgãos e tecidos para transplantes. Além disso, o sequenciamento genômico acessível está permitindo terapias genéticas inovadoras para tratar doenças hereditárias. Ou seja, passaremos a viver muito mais tempo. Porém, o aumento da longevidade da população global é uma questão premente que precisa ser abordada pela sociedade contemporânea de maneira proativa. Conforme dados estatísticos das Nações Unidas, a expectativa de vida média global tem aumentado significativamente, passando de cerca de 46 anos em 1950 para aproximadamente 73 anos em 2020. As projeções indicam que esse crescimento deve continuar chegando a cerca de 83 anos até 2100. Esse aumento traz desafios significativos para os sistemas de previdência social em todo o mundo. Para garantir a sustentabilidade desses sistemas, é essencial que a sociedade do Século XXI promova reformas e adaptações que permitam acomodar uma população que vive mais tempo e se aposenta mais tarde. Isso pode incluir ajustes na idade de aposentadoria, estratégias de planejamento financeiro de longo prazo e a promoção de uma cultura de trabalho mais flexível e contínua. A responsabilidade de abordar essa questão recai sobre governos, instituições financeiras, empresas e indivíduos, todos desempenhando um papel crucial na garantia de um futuro financeiramente seguro para os idosos (Nações Unidas, 2019; Topol, 2019; World Health Organization, 2021).

A dimensão educacional tem experimentado transformações profundas na sociedade do Século XXI, influenciadas pela rápida evolução tecnológica e pela crescente interconexão global. A digitalização e o avanço das tecnologias de informação e comunicação têm gerado novas abordagens ao ensino e aprendizado. Plataformas de ensino online, recursos educacionais digitais e ferramentas de aprendizado adaptativo têm redefinido os padrões tradicionais de educação. Essas inovações têm o potencial de democratizar o acesso ao conhecimento, permitindo que aprendizes de todas as partes do mundo adquiram habilidades e conhecimentos de maneira flexível e personalizada. O advento das tecnologias digitais permite o acesso rápido a informações e recursos de aprendizagem, promovendo a educação a distância. Dados estatísticos demonstram um aumento significativo na matrícula na Educação Superior, com 262 milhões de alunos em 2020, um aumento de 200% desde 1990. Além disso, 80% dos alunos usaram tecnologias digitais para aprender em 2020, e 257 milhões estudaram a distância. A Educação no século XXI traz desafios e oportunidades, destacando a importância de investir em inovação e políticas de qualidade para enfrentar as demandas de um mundo em constante evolução. Contudo, também levantam desafios relacionados à qualidade, equidade e segurança da aprendizagem online, bem como à necessidade de desenvolver habilidades de literacia digital, autogestão do aprendizado e universalização do acesso à internet para enfrentar essa nova dinâmica educacional (Bates, 2022; OECD, 2022; UNESCO, 2020; World Bank, 2023).

1.18 As Reformas Administrativas e a evolução da modernização dos processos democráticos nas organizações públicas.

As Reformas Administrativas Públicas estão intrinsecamente ligadas ao processo de modernização do Estado e dos processos democráticos. Essas reformas representaram uma série de mudanças na gestão e no funcionamento do setor público, com o objetivo de melhorar a eficiência, a eficácia e a responsabilidade das organizações governamentais. As Reformas Administrativas Públicas podem ser divididas em três principais abordagens: o Modelo Ideal de Max Weber, o New Public Management (NPM) e o Neo-Weberian State (Harari, 2016; Pollitt & Bouckaert, 2011).

1.18.1 A burocracia ideal de Max Weber.

Max Weber é considerado o pai das Reformas Administrativas. Embora Weber tenha desenvolvido seu modelo antes da era digital, as tecnologias contemporâneas têm o potencial de moldar profundamente os princípios fundamentais que ele delineou. O Modelo Ideal de Burocracia proposto por Max Weber introduziu elementos modernizadores significativos nos processos democráticos que de certa forma, perduraram até à década de 70 como modelo ideal de gestão e administração pública. Ele enfatizou a legalidade, a imparcialidade, a racionalidade e a transparência na administração pública. Esses princípios modernizadores promovem a igualdade perante a lei, a eficiência na alocação de recursos públicos e a abertura dos processos decisórios ao escrutínio público. Dessa forma, a burocracia weberiana ajudou a instituir uma administração pública mais profissional, baseada em méritos, e uma governança mais eficaz, contribuindo para o funcionamento eficiente das instituições democráticas (Pollitt & Bouckaert, 2011; Weber & Barbosa, 1991)

1.18.2 O *New Public Management*.

O *New Public Management* (NPM) emergiu na década de 80, como resultado das ações proeminentes da primeira-ministra britânica Margaret Thatcher e do presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan. Surgiu como um suporte à agenda neoliberal, enfatizando a necessidade de uma gestão mais eficiente do Estado, recorrendo a mecanismos de gestão e indicadores de desempenho do mercado. Se opôs diretamente aos Estados de bem-estar social que haviam surgido após a Segunda Guerra Mundial, mas

estavam enfrentando uma crise fiscal devido às turbulências financeiras dos anos 70 e à ineficiência da administração pública burocrática. O NPM ganhou proeminência impulsionado por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), tornando-se um modelo global para reformas estatais. Isso preparou o terreno para a agenda neoliberal de globalização dos mercados e economias mundiais. O NPM é considerado um marco na história da administração pública, marcando o início efetivo das reformas na gestão e administração pública em todo o mundo. Os conceitos, princípios e aplicações do *New Public Management* (NPM), como a mensuração de resultados, a simplificação das estruturas organizacionais, a introdução de mecanismos de mercado como licitações competitivas e remuneração por desempenho, a ênfase na consideração dos usuários de serviços públicos como "clientes" e a implementação de técnicas de melhoria da qualidade, como a Gestão de Qualidade Total, contribuíram para o desenvolvimento do conceito de sustentabilidade na administração pública. A incorporação tardia das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nas rotinas gerenciais e administrativas do Estado – utilização de computadores e criação de *websites* - desempenham um papel crucial na modernização dos processos democráticos e de governança, tornando a administração pública mais eficiente, transparente e acessível aos cidadãos. No entanto, apesar de se alinhar com os contextos sociológicos, econômicos, políticos e ideológicos da época, algumas análises sugerem que as propostas do NPM não obtiveram sucesso. Esse insucesso pode ser atribuído, principalmente, a duas razões fundamentais. Primeiro, o Estado é caracterizado pelo seu monopólio de poder, força e coerção, ao mesmo tempo em que tem o foco no interesse público, enquanto o mundo dos negócios é legitimamente orientado para a maximização de lucros (Drechsler, 2014; Pollitt & Bouckaert, 2011). Ou seja, o NPM foi caracterizado por um conflito estrutural subjacente de objetivos, interesses e permeabilidade. Após uma análise abrangente dos resultados da implementação do NPM em reformas estatais em todo o mundo – com foco particular nos Estados Unidos, Nova Zelândia, Austrália e Europa – mesmo sob a perspectiva dos padrões de eficiência nos negócios, é difícil afirmar que o NPM tenha alcançado sucesso à luz das avaliações contemporâneas. Ao longo de muitos anos, ficou cada vez mais evidente que não há evidências empíricas sólidas para respaldar a alegação de que as reformas do NPM resultaram em aumentos significativos de produtividade ou na maximização do bem-estar social. Na prática, muitas das promessas feitas revelaram-se clichês vazios. Por exemplo, a adoção de hierarquias planas mostrou ser uma questão de contexto, não um princípio universal de eficiência. Tratar os cidadãos unicamente como clientes frequentemente teve o efeito de retirar seus direitos e deveres participativos, prejudicando assim o papel do Estado na democracia. A abolição do serviço público de carreira muitas vezes resultou na erosão da capacidade administrativa, enquanto a despolitização contribuiu para o ressurgimento de burocratas imperiais, frequentemente disfarçados como burocratas empresariais, mantendo poder sem responsabilidade. A terceirização, por sua vez, provou ser excessivamente onerosa e, em muitos casos, levou à violação das competências essenciais

do Estado, além de minar padrões básicos de igualdade (Drechsler, 2014; Pollitt & Bouckaert, 2011).

Outro ponto importante a se considerar foi que a transparência, engajamento dos cidadãos e a descentralização não faziam parte do núcleo original do *New Public Management* (NPM), tanto do ponto de vista teórico - uma vez que o NPM se concentrava na governança apolítica liderada por especialistas, tornando esses aspectos mais difíceis de integrar - quanto empiricamente. Ficou claro a adoção pelos proponentes do NPM de valores empresariais na administração pública, como o interesse próprio, competição, mercado e o empreendedorismo. No entanto, questões como participação, deliberação, liderança, responsabilidade, justiça, equidade e outros valores fundamentais não eram necessariamente abordadas. Nos Estados Unidos, um exemplo notável é o livro "*Reinventing Government*" de Osborne e Gaebler, que, embora influente, não incluía termos como justiça, equidade, participação, liderança ou cidadania em seu índice. Isso levantou questões sobre como a reforma governamental pode ser discutida sem considerar um papel ativo para os cidadãos ou a cidadania. A crise financeira global de 2008 foi um fenômeno crucial que questionou os fundamentos neoliberais do NPM. Essa crise trouxe à tona uma questão estratégica fundamental: até que ponto o mercado privado, sem regulamentação estatal, e os representantes políticos são responsáveis por preservar a saúde e a sustentabilidade do mercado e, ao mesmo tempo, os interesses públicos? A crise de 2008 revelou a atuação fraudulenta e especulativa de agentes financeiros, como bancos, instituições financeiras, corretoras, seguradoras e investidores, que atuaram com total liberdade autorreguladora, sem fiscalização estatal adequada. Esse evento questionou profundamente a viabilidade das políticas públicas autossustentáveis em um ambiente onde o mercado estava livre de regulamentações eficazes (Camello, 2019a; Denhardt & Denhardt, 2015; Drechsler, 2014; Pollitt & Bouckaert, 2011).

1.18.3 O Neo-Weberian State.

No contexto do *Neo-Weberian State* (NWS), observamos uma ênfase distinta em relação ao *New Public Management* (NPM). Neste modelo, a ênfase recai sobre a modernização do aparato estatal tradicional, tornando-o mais profissional. Embora os métodos de negócios possam desempenhar um papel subsidiário, reconhece-se que o mundo empresarial não abrange todas as soluções necessárias. A burocracia tradicional é valorizada por suas virtudes, como clareza de responsabilidade, integridade, previsibilidade, continuidade e respeito à lei. O Estado é reconhecido como um ator distinto, com suas próprias normas, métodos e cultura. A abordagem central consiste em encontrar maneiras de combinar esses elementos com procedimentos mais eficientes e uma postura mais flexível e responsiva às

necessidades de uma população cada vez mais diversificada. O modelo do *New Weberian State* (NWS) baseia-se em uma combinação de elementos "Weberianos" e "Neo". Os elementos "Weberianos" envolvem a reafirmação do papel do Estado como o principal facilitador de soluções para os desafios da globalização, mudanças tecnológicas, mudanças demográficas e ameaças ambientais. Isso inclui a preservação da democracia representativa como um elemento legitimador no aparato estatal, a modernização do direito administrativo para preservar princípios fundamentais na relação cidadão estado e a manutenção da ideia de serviço público com um *status* distintivo (Camello, 2019a; Pollitt et al., 2007a; Pollitt & Bouckaert, 2011).

Os elementos "Neo" do NWS incluem uma mudança de uma orientação interna para uma orientação externa focada em atender às necessidades e desejos dos cidadãos. Isso é alcançado não apenas por meio de mecanismos de mercado, mas também pela criação de uma cultura profissional de qualidade e serviço. Além disso, o NWS complementa o papel da democracia representativa com dispositivos para consulta e representação direta dos pontos de vista dos cidadãos. Na gestão de recursos governamentais, há uma modernização das leis e dos recursos relevantes para incentivar um foco maior em resultados. Isso envolve uma profissionalização do serviço público, transformando burocratas em especialistas não apenas em leis, mas também em gerenciamento, visando atender às necessidades dos cidadãos e usuários. Assim, o NWS não busca necessariamente retornar ao Estado Weberiano anterior, mas sim combinar elementos positivos do *New Public Management* (NPM) com uma base Weberiana, de forma assimétrica. É importante destacar que o NPM serviu como base para a evolução dos novos conceitos gerenciais no setor público e as subsequentes reformas administrativas. No NWS, a modernização profissional do Estado visa a reintegração das responsabilidades do poder público, ao mesmo tempo em que interage de maneira amigável com os cidadãos, promovendo a participação cidadã ativa e fortalecendo a democracia (Camello, 2019a; Pollitt et al., 2007a; Pollitt & Bouckaert, 2011).

1.19 A sociedade em rede.

Os debates e publicações sobre as "redes" surgiram no início da década de 90, tendo o sociólogo espanhol Manuel Castells como um dos principais expoentes nesse campo. Os estudos de Castells sobre redes abrangem um amplo espectro, começando com a revolução da tecnologia da informação e comunicação, que teve origem na Califórnia na década de 70 com o desenvolvimento do circuito integrado, microprocessador, microcomputador e outras tecnologias eletrônicas inovadoras. Esse escopo se estende até a evolução das tecnologias da internet e das ferramentas de informação, comunicação e entretenimento digital, que transformaram radicalmente e de maneira veloz o fluxo de comunicação e informações entre indivíduos e organizações, chegando até à nanotecnologia. No que

se refere à dimensão e ao impacto das redes nas reformas administrativas públicas, há um contínuo debate acadêmico. No entanto, é inegável que os argumentos do New Public Management (NPM) e os das redes convergiram. As tecnologias de gestão, informação e comunicação foram fundamentais para a implementação dos conceitos e princípios do NPM. Somente por meio da aplicação dessas tecnologias foi possível gerenciar as múltiplas variáveis complexas dos mecanismos de gestão do NPM. O resultado empírico incontestável dessa convergência entre os conceitos das redes e o NPM foi um avanço qualitativo significativo na gestão e no desempenho das organizações públicas. Isso promoveu uma modernização do Estado, embora tardia, que se revelou fundamental para o desenvolvimento de reformas futuras (Camello, 2019a; Castells & Castells, 2010; Duarte, 2007b; Pollitt & Bouckaert, 2011).

Com a importação de tecnologias de gestão, informação e comunicação (*software e hardware*) do setor privado, os processos e as rotinas administrativas, e, especialmente, a comunicação pública, passaram por uma modernização substancial, alterando profundamente a maneira como os cidadãos interagem com as organizações públicas. Outros pontos relevantes foi a capacidade das redes de lidar com a complexidade do mundo moderno, graças à sua flexibilidade e a propriedades que as tornam superiores às hierarquias e aos mercados. As redes sociais ampliaram significativamente a participação de diversos atores nas tomadas de decisão das organizações públicas. As tecnologias de informação e comunicação reformularam profundamente a esfera política, afetando tanto os padrões do discurso político quanto as relações entre representantes e representados. Simultaneamente, elas facilitaram o acesso dos cidadãos a diversos níveis de poder, estreitando a relação entre informação, conhecimento e cidadania. A participação ativa do público passou a ser então um componente essencial na construção da cidadania, e as estratégias para garantir essa participação se tornaram instrumentos fundamentais no desenvolvimento de um país na era do conhecimento. Hoje, a principal vantagem competitiva de uma nação está intrinsecamente ligada à competência de sua população na produção e aplicação do conhecimento. Na perspectiva da gestão pública, da mesma forma que aconteceu no setor privado, foi imperativo incorporar a "sociedade em rede" como um elemento funcional e representativo para se adaptar a essa nova realidade de interação entre o Estado e os cidadãos, que é, de fato, irreversível. Nesse contexto, a conectividade com os cidadãos por meio da internet e das redes sociais tornou-se uma parte inseparável da estrutura moderna de gestão na administração pública. Elas desempenham um papel vital na disseminação de informações, na comunicação, na prestação de serviços, na promoção da transparência e no exercício da cidadania, seja através de manifestações, fiscalização ou votação (Camello, 2019a; Castells & Castells, 2010; Duarte, 2007b; Pollitt & Bouckaert, 2011).

1.20 A Governança.

A central premissa da governança reside em sua aspiração em tornar a ação governamental mais eficaz e legitimada, incorporando um leque mais abrangente de atores na formulação e execução de políticas públicas. Algumas abordagens de governança adotam explicitamente uma "lógica de rede", enfatizando, em sua maioria, a "horizontalidade" em contraposição às tradicionais estruturas hierárquicas. A governança, contudo, não se configura como uma alternativa ao governo, mas sim como um conceito mais inclusivo de gestão pública, que abrange o governo como um dos seus principais componentes. Na perspectiva da governança, o cidadão percebe o governo como uma das várias organizações em uma sociedade caracterizada por princípios de livre mercado. O termo "boa governança" implica na orientação da sociedade por meio de redes e parcerias entre governos, entidades empresariais e organizações da sociedade civil, estando intimamente relacionado ao modelo de redes. De fato, um dos principais teóricos das redes defende o conceito de "redes de governança". Portanto, a governança não deve ser entendida como uma substituição ao modelo de rede, mas sim como um modelo mais amplo que incorpora elementos deste último (Camello, 2019a; Pollitt & Bouckaert, 2011).

A governança promove o afastamento das tradicionais estruturas hierárquicas de organização, adotando formatos de redes e fomentando uma relação mais participativa entre o Estado e a sociedade civil. Além disso, desloca o monopólio da regulação e execução baseada em leis estatutárias para abordagens mais flexíveis. Assim, espera-se que o Estado se adapte, evoluindo em direção a um "sistema de rede", onde a autoridade é distribuída para instituições específicas de acordo com suas competências, operando em níveis subnacionais e supranacionais, por meio de associações interconectadas. Conseqüentemente, quando as ações administrativas e políticas do Estado refletem a consideração das necessidades de diversos atores da sociedade de maneira horizontal, fomentando a participação cidadã democrática e responsável, ocorre um notável desenvolvimento na capacidade da sociedade em se envolver de maneira ativa e informada nas decisões governamentais. A governança é caracterizada por uma série de princípios, incluindo transparência, responsabilidade, participação cidadã e orientação para resultados. Ela busca promover uma abordagem mais flexível e orientada para o mercado na prestação de serviços públicos, muitas vezes adotando práticas do *New Public Management* (NPM). No entanto, ao contrário do NPM, que se concentra principalmente na eficiência e na redução de custos, a governança coloca um forte foco na legitimidade e na inclusão de diferentes perspectivas na elaboração de políticas e na entrega de serviços (Camello, 2019a; Pollitt & Bouckaert, 2011).

A próxima reforma da administração pública no Século XXI deve ser fundamentada na consideração dos "três pilares" do desenvolvimento sustentável: sociedade, economia e meio ambiente. A interdependência entre esses pilares é crucial, uma vez que pessoas, *habitats* e sistemas

econômicos estão intrinsecamente ligados. A negligência dessa interconexão pode persistir por longos períodos, mas a história demonstrou que, mais cedo ou mais tarde, seja por meio de alarmes ou crises, somos confrontados com essa realidade. Geralmente, isso ocorre quando a política é priorizada em detrimento da gestão. Encontrar um equilíbrio na importância desses pilares ao abordar as necessidades coletivas das comunidades é essencial para a prática de uma administração pública moderna alinhada com os avanços científicos, tecnológicos e sociais. É necessário um modelo de gestão pública que incorpore o Planejamento Estratégico, a Gestão, as Tecnologias e a Cidadania Ativa, visando o desenvolvimento humano, social e econômico sustentável e solidário. Esse modelo deve facilitar a identificação, planejamento, execução e gestão integrada das necessidades coletivas em níveis local, regional, nacional e internacional, com a participação ativa de todos os indivíduos e organizações. O objetivo é criar soluções que promovam um desenvolvimento sustentável e solidário nos âmbitos social, econômico e ambiental. Essa abordagem sistêmica visa proporcionar um futuro melhor para as próximas gerações, abordando desafios atuais como previdência social, imigração e aquecimento global (Camello, 2019a; Pollitt & Bouckaert, 2011; Strange & Bayley, 2008b).

1.20.1 Modernização dos processos democráticos como vetor de facilitação dos serviços ao cidadão e participação na formulação, execução e fiscalização de políticas públicas.

O advento da internet e da revolução digital transformou profundamente a forma como os cidadãos interagem com o governo e participam ativamente da política. Hoje várias democracias realizam debates políticos ao vivo e fóruns de perguntas e respostas com candidatos e líderes políticos por meio de plataformas online, permitindo que os cidadãos participem diretamente na formulação de perguntas e na discussão de questões importantes. Isso demonstra como a revolução digital abriu novas vias para a participação cidadã e a facilitação dos serviços ao cidadão na esfera política. No início dos anos 2000, vários países embarcaram em iniciativas de Governo Eletrônico (e-Government) para melhorar a eficiência e a acessibilidade dos serviços públicos (Bwalya & Mutula, 2014; Chadwick, 2017; Manoharan, 2015).

Nos últimos anos, inúmeras iniciativas em todo o mundo têm demonstrado os benefícios da transparência e do acesso à informação através do uso das novas tecnologias como facilitador do envolvimento cidadão na fiscalização de políticas públicas. Um exemplo notável ocorreu em 2009, quando o governo dos Estados Unidos lançou o site Data.gov. O site é um repositório de dados públicos do governo dos Estados Unidos, que podem ser acessados e usados por qualquer pessoa e um recurso importante para a transparência e a participação do governo. Ele permite que os cidadãos

acessem informações sobre a gestão pública e participem do processo de tomada de decisões. Outro benefício da utilização do site foi permitiu que desenvolvedores, pesquisadores e cidadãos comuns utilizassem esses dados para criar aplicativos, conduzir análises e monitorar as ações do governo. O Data.gov.uk representa um repositório abrangente de dados públicos disponibilizados pelo governo do Reino Unido, lançado em 2012 como parte do seu compromisso com o governo aberto. Este repositório abarca uma ampla gama de informações, englobando áreas críticas da governança, como economia, saúde, educação, meio ambiente, justiça, segurança e transporte. Este recurso desempenha um papel crucial na promoção da transparência governamental e na promoção da participação cidadã no processo de tomada de decisões. Além disso, o Data.gov.uk é notável por ser gerido tanto pelo governo britânico quanto por uma equipe de voluntários, que desempenham funções vitais na catalogação, verificação da qualidade dos dados e no desenvolvimento de ferramentas que facilitam o uso dos dados. O sucesso deste portal é evidenciado pelo impressionante número de visitantes, que já ultrapassou a marca de 1 bilhão, com seu alcance estendendo-se além das fronteiras nacionais, servindo como um exemplo para outros governos que buscam aprimorar a transparência e a participação em suas próprias jurisdições (Gurin, 2014; Kitchin, 2014; Tauberer, 2014).

Um exemplo notável de modernização dos processos participativos públicos, é a Estônia. O processo de modernização dos serviços públicos na Estônia começou na década de 1990, após a independência do país. O governo estoniano percebeu que a digitalização poderia melhorar a eficiência e a eficácia da administração pública, bem como facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos. E de acordo com o Índice de Economia e Sociedade Digital da União Europeia de 2022, atualmente 99% dos serviços públicos oferecidos aos cidadãos já são digitais no país que tem uma cobertura de acesso à internet de 99% do seu território. Isso significa que os estonianos praticamente podem acessar a maioria dos serviços públicos, como abertura de empresas, pagamento de impostos, registro de recém-nascidos e consultas médicas, de forma online em qualquer lugar do país. O e-Voting, um sistema de votação eletrônica implantado na Estônia em 2007, representa uma notável inovação no processo eleitoral. Com base no uso do ID digital estoniano, que é um cartão de identificação equipado com um chip contendo informações pessoais do eleitor, esse sistema possibilita o voto online após a inserção do ID digital e a autenticação do eleitor por meio de uma senha. A confiabilidade e segurança do e-Voting são sustentadas por medidas como criptografia, autenticação de dois fatores e auditorias independentes (Aasmae, 2019; *Elections in Estonia*, 2023; Gorbatiuc, 2020; Kersting & Baldersheim, 2004; União Europeia, 2022).

A crescente adoção desse sistema é evidente, com 38% dos eleitores participando das eleições gerais de 2023 através do e-Voting, representando um aumento de 10% em relação às eleições de 2019. Pesquisas revelam que os eleitores que utilizam esse sistema estão altamente satisfeitos com o processo, com 92% de aprovação em uma pesquisa realizada em 2022. O e-Voting destaca-se como um exemplo bem-sucedido de digitalização de serviços públicos, proporcionando maior participação

eleitoral, transparência e acessibilidade, especialmente para pessoas com deficiência, e promovendo benefícios significativos para a democracia estoniana. Para isso, o governo estoniano investe pesadamente em infraestrutura de telecomunicações e oferece incentivos para que as empresas ofereçam serviços de Internet a preços acessíveis. A cobertura do acesso à Internet na Estónia é um resultado da política de governo do país de promover a digitalização. Hoje a digitalização dos serviços e processos democráticos da Estónia, é considerada uma referência internacional (Aasmae, 2019; *Elections in Estonia*, 2023; Gorbatiuc, 2020; Kersting & Baldersheim, 2004; União Europeia, 2022).

O Orçamento Participativo (OP) é amplamente reconhecido por seu caráter inovador no contexto dos processos democráticos e é considerado por alguns autores como a democracia do século XXI. Ele representa uma abordagem progressista, na qual os cidadãos não apenas têm o direito de votar em representantes, mas também participam ativamente da tomada de decisões sobre como os recursos públicos serão alocados em suas comunidades. Esse processo democrático inovador promove a inclusão e a participação direta dos cidadãos nas decisões governamentais, permitindo que suas vozes sejam ouvidas e que suas necessidades sejam atendidas de maneira mais eficaz. O OP demonstra que a democracia não se limita apenas ao ato de votar, mas também envolve a capacidade de moldar as políticas públicas e influenciar diretamente o destino de suas comunidades. Os resultados empíricos globais comprovaram que essa abordagem inovadora do OP, tem o potencial de fortalecer a confiança dos cidadãos no governo e promover uma governança mais responsável e orientada para as necessidades da população (Centro de Pesquisa Atopos, 2020; Coleman & Cardoso Sampaio, 2017; Dias, 2018; Fedozzi, 2009; Mærøe et al., 2020; Sousa et al., 2024).

O OP nasceu na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil na década de 80 e de lá para cá, se espalhou por muitas cidades do Brasil e de outros países. Ele já acumula mais de três décadas de experiência em nível global. Ao longo desse período, demonstrou sua resiliência perante desafios políticos e, a cada ano, observa-se um aumento no número de comunidades que o incorporam como uma ferramenta democrática para gerir e administrar demandas coletivas e orçamentos públicos. Agora, com o advento da incorporação das novas tecnologias na dinâmica de funcionamento dos OPs, espera-se não somente um passo à frente, mas sim um salto qualitativo e tecnológico nesse processo democrático de gestão e execução de orçamento público. O resultado dessa fusão pode ser o surgimento do Orçamento Participativo Inteligente (i-OP), que terá a capacidade de integrar processos de orçamento participativo multiníveis (local, regional, nacional e internacional) e multidimensionais (social, económica, política, tecnológico e ambiental) (Centro de Pesquisa Atopos, 2020; Coleman & Cardoso Sampaio, 2017; Dias, 2018; Fedozzi, 2009; Mærøe et al., 2020; Sousa et al., 2024).

Ou seja, o i-OP poderá trabalhar “sentada” em uma arquitetura hiper tecnológica analítica, financeira, gerencial, operacional e fiscalizadora de gestão e execução de orçamentos públicos integrados nunca possível até então. Os OPs são essencialmente baseados nos territórios e suas respectivas populações, que servem como as principais plataformas para o desenvolvimento dos processos. Em diversas experiências de OP em todo o mundo, a delimitação de território e população ocorre em níveis variados, que podem ser locais, regionais e, em alguns casos, nacionais, como observado em países como Portugal, Coreia do Sul e Taiwan. Nesse contexto, o processo do OP impulsiona discussões de ideias e projetos em todos esses níveis territoriais e populacionais, gerando uma riqueza de dados valiosos relacionados a demandas, projetos e orçamentos multiníveis. Essas demandas variam desde melhorias locais, como a pavimentação de ruas em bairros, até projetos de grande escala, como a construção de rodovias interestaduais. Esses dados intrinsecamente carregam as características das necessidades coletivas das populações, representando uma ampla gama de diversidades sociais, culturais, econômicas e ambientais de cada grupo e de toda a sociedade. A capacidade dos algoritmos de identificar padrões nesses dados e associá-los a cenários e resultados permite que o i-OP produza avaliações sem precedentes, impossíveis de serem obtidas por métodos convencionais de análise de dados. Propõe-se, portanto, uma plataforma de execução descentralizada e integrada do i-OP, que abarca territórios contínuos e descontínuos. Além disso, é importante ressaltar a amplitude das dimensões em que o i-OP pode atuar. Aproveitando-se da capacidade de processamento de grandes volumes de dados pela inteligência artificial e velocidade da computação quântica, o i-OP é capaz de operar em múltiplas dimensões simultaneamente, abrangendo áreas como a social, cultural, econômica, tecnológica e ambiental para criar cenários e simulações de resultados. Esse enfoque compartilhado e integrado representa uma abordagem inovadora e holística para a gestão das demandas coletivas da sociedade contemporânea (Camello, 2019a; Dias & Júlio, 2019; Sampaio, 2016; Schwab, 2018; Sousa et al., 2024).

O Orçamento Participativo Inteligente (i-OP) oferece a capacidade de gerenciar demandas coletivas, independentemente do tamanho dos grupos de indivíduos envolvidos, efetivamente transformando o mundo em uma aldeia global. No entanto, os benefícios significativos proporcionados pelo i-OP vêm acompanhados de desafios igualmente significativos para a sua implementação. Além das resistências políticas e sabotagens que têm sido registradas ao longo dos últimos 30 anos de história do Orçamento Participativo (OP), o i-OP enfrenta questões críticas relacionadas à segurança digital e à proteção da privacidade e dos dados pessoais dos cidadãos. Outro ponto fundamental para o futuro do i-OP é a necessidade de conscientização da comunidade internacional sobre a interdependência das ameaças climáticas, tecnológicas, econômicas e sociais atuais, que só podem ser enfrentadas por meio de ações globais. No entanto, ao mesmo tempo, esses desafios exigem uma atuação decisiva dos governos para resolver problemas multidimensionais em níveis locais. A implementação bem-sucedida do i-OP representa uma oportunidade para resgatar a verdadeira razão

de ser das organizações coletivas ao longo da história, ou seja, a gestão das demandas coletivas das populações. A relevância e o impacto desse tema são questões que merecem um estudo mais aprofundado no futuro, para que, tanto o desenvolvimento das soluções tecnológicas quanto as soluções econômicas, sociais e políticas, possam pavimentar o caminho para a adoção do i-OP em todos os níveis geopolíticos do planeta (Sousa et al., 2024).

2) CAPÍTULO II – CONSTRUINDO O CAMINHO – POLÍTICAS PÚBLICAS DE MODERNIZAÇÃO DEMOCRÁTICA NA UE.

2.1 Navegando pelas Águas da Mudança.

A utilização de novas tecnologias tem se mostrado cada vez mais relevante e estratégica no contexto político contemporâneo. Em todo o mundo, parlamentos e governos têm buscado maneiras de integrar ferramentas tecnológicas em seus processos democráticos, visando ampliar a transparência, a participação popular e a efetividade das decisões políticas. A União Europeia é um exemplo de organização que tem explorado as possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias para aprimorar sua atuação política. Já no Tratado de Maastricht em 1992, foi estabelecido que para se chegar aos fins pretendidos pela UE, se faria a promoção da investigação e do desenvolvimento tecnológico e o incentivo à criação e ao desenvolvimento de redes trans europeias. Em 2000, foi lançada a Agenda de Lisboa, um plano de desenvolvimento estratégico da UE que estabeleceu como objetivo converter a economia da União Europeia, até 2010, em uma economia do conhecimento altamente competitiva e dinâmica a nível mundial, buscando alcançar um crescimento econômico sustentável, melhorias tanto quantitativas quanto qualitativas no emprego e uma maior coesão social. Um dos pilares era o desenvolvimento da sociedade da informação, com foco no investimento público e privado nas tecnologias das telecomunicações e aumentar a utilização da internet como meio de modernização econômica e dos serviços públicos oferecidos aos cidadãos europeus (*Actualidade - Arquivos - Factos relevantes - Estratégia de Lisboa*, 2004; Tratado da União Europeia, 1992).

2.2 Na vanguarda da internet

O website www.europa.eu foi criado em 1995, tornando-se o portal oficial da União Europeia para fornecer informações e serviços em todas as línguas oficiais dos países membros da UE. Desde então, o site tem evoluído e ampliado sua oferta, tornando-se uma importante fonte de informações sobre a UE, suas políticas e programas, oportunidades de financiamento, eventos e muito mais. Através deste site, os cidadãos europeus podem ter acesso a informações atualizadas sobre as políticas e programas da União Europeia (UE), bem como a serviços online, como informações sobre emprego, estudos, viagens e negócios. Além disso, o *website* também promove a participação cidadã através de consultas públicas, permitindo que os cidadãos europeus possam dar *feedback* e participar ativamente da democracia europeia. A transparência da UE também é melhorada através do *website*, fornecendo informações detalhadas sobre as políticas e atividades da UE, permitindo que os cidadãos europeus

possam entender melhor como a UE funciona e como as políticas e decisões são tomadas. Outro impacto significativo do *website* é a melhoria da comunicação entre as instituições da UE e os cidadãos europeus, através do uso de linguagem clara e acessível, e da promoção de diálogos e debates online. Esses impactos demonstram a importância do website www.europa.eu para a população europeia (*EUROPA - O sítio Europa - Perguntas mais frequentes - Quando foi criado o Europa?*, 2006; *Princípios, países, história / União Europeia*, [s.d.]).

2.3 O Plano de Ação eEuropa 2002

Em 2001 a Comissão Europeia (CE) apresentou para o Conselho Europeu (COE) o Plano de Ação eEuropa 2002 que definiu como objetivo ampliar o acesso à Internet em toda a Europa, fomentar a competição nas redes de comunicação e impulsionar o uso da Internet com ênfase na educação e na proteção dos consumidores. As ações foram organizadas em torno de três metas centrais que deveriam ser alcançadas até o final de 2002: tornar a internet mais acessível, rápida e segura, investir no desenvolvimento das habilidades das pessoas e promover o aumento do uso da internet. No contexto da Estratégia de Lisboa, uma das prioridades era garantir um acesso amplo e generalizado aos serviços públicos por meios eletrônicos até o ano de 2003. Para alcançar esse objetivo, o plano de ação propôs uma série de medidas estratégicas. Isso incluiu a formulação de uma abordagem coordenada para a disponibilização de informações no setor público, a promoção do uso de software livre no âmbito governamental e a simplificação dos procedimentos administrativos online, especialmente direcionados às empresas. Essas medidas visavam aprimorar a acessibilidade e a eficiência dos serviços públicos, alinhando-se com o esforço mais amplo da União Europeia para impulsionar a modernização e a digitalização dos serviços governamentais em toda a região (*EUR-Lex - I24226a - PT - EUR-Lex*, 2003).

2.4 O Plano de Ação eEuropa 2005

Já em junho de 2002 o CE aprovou o plano de ação eEurope 2005, sucessor do eEurope 2002, que tinha como foco principal a expansão da conectividade à internet na Europa. O novo plano de ação, foi além da mera conectividade, buscando traduzi-la em ganhos significativos de produtividade econômica, bem como na melhoria da qualidade e acessibilidade dos serviços públicos em benefício de todos os cidadãos europeus. Isso seria alcançado por meio de um investimento em infraestrutura de

banda larga segura e acessível, garantindo que o maior número possível de cidadãos tivesse acesso a essa tecnologia essencial. No contexto do eEurope 2005, a UE estabeleceu metas ambiciosas a serem alcançadas até 2005. Isso incluiu a modernização dos serviços públicos por meio da oferta de serviços online, o desenvolvimento de um governo eletrônico eficaz (*e-government*), a promoção de serviços de aprendizado eletrônico (*e-learning*) e telemedicina (*e-health*), a criação de um ambiente favorável aos negócios eletrônicos (*e-business*), a construção de uma infraestrutura de informações segura e a disponibilização generalizada de acesso de banda larga a preços competitivos. Além disso, a iniciativa buscou facilitar a comparação e disseminação das melhores práticas na implementação desses objetivos, visando a modernização e fortalecimento da sociedade digital na Europa (*EUR-Lex - I24226 - PT - EUR-Lex*, 2010).

2.5 Plano de Ação - Administração em linha i2010

O *Plano de Ação - Administração em linha i2010*, lançado em junho de 2005, teve como objetivo primordial tornar os serviços públicos mais eficientes e modernos, de forma a atender melhor às necessidades da população. Este plano delineou uma série de prioridades e um roteiro para acelerar a implementação do governo eletrônico na Europa. Foi destacada a importância de acelerar essa transição para lidar com vários desafios, como a modernização dos serviços públicos, a melhoria da qualidade e segurança desses serviços para os cidadãos, a redução da burocracia para as empresas e a garantia da continuidade dos serviços públicos em nível transfronteiriço. O Plano de Ação visava alcançar três objetivos principais: acelerar a obtenção de benefícios tangíveis para cidadãos e empresas por meio do governo eletrônico, assegurar que a administração pública online nacional não criasse barreiras no mercado interno e estender os benefícios do governo eletrônico para o nível da União Europeia, permitindo economias de escala. Dentro dessas metas, o Plano identificou cinco áreas prioritárias: garantir o acesso equitativo de todos aos serviços públicos online, buscar maior eficiência na administração pública por meio da inovação em tecnologias da informação, promover serviços de alto impacto, como a contratação pública eletrônica, implementar facilitadores essenciais para otimizar o governo eletrônico, como identificação eletrônica segura, autenticação e arquivamento eletrônicos, e envolver os cidadãos na tomada de decisões políticas por meio das TIC. Essas iniciativas buscavam não apenas melhorar a eficiência e a acessibilidade dos serviços públicos, mas também fortalecer a participação democrática e promover uma administração pública mais ágil e eficaz em toda a União Europeia (*EUR-Lex - I24226j - PT - EUR-Lex*, 2006).

2.6 Tratado de Lisboa – Uma visão moderna da participação democrática cidadã

O Tratado de Lisboa foi assinado em 13 de dezembro de 2007 pelos Estados-membros da UE. Esse tratado trouxe reformas substanciais ao funcionamento da União, efetivadas a partir de 1 de dezembro de 2009, quando o tratado entrou em vigor. O tratado trouxe uma série de disposições significativas relacionadas à democracia eletrônica na União Europeia (UE). Estes elementos desempenham um papel fundamental na promoção de uma democracia mais participativa e transparente na UE. Primeiramente, o tratado reconhece explicitamente o direito dos cidadãos da UE de participarem em consultas públicas promovidas pela UE. Isso significa que os cidadãos têm a oportunidade de contribuir ativamente para a formulação de políticas da UE por meio de meios eletrônicos e outros canais de participação. Além disso, o acesso à informação é enfatizado, garantindo que os cidadãos tenham o direito de obter informações relacionadas às atividades e procedimentos da UE, promovendo, assim, a transparência. O princípio da subsidiariedade foi fortalecido, destacando a importância de tomar decisões o mais próximo possível dos cidadãos e incorporando meios eletrônicos para envolver os cidadãos nesse processo. Por fim, a Iniciativa de Cidadania da EU (ICE), embora não seja estritamente uma iniciativa de democracia exclusivamente eletrônica, permite que os cidadãos proponham legislação diretamente à Comissão Europeia, promovendo uma participação direta e ativa dos cidadãos na formulação de políticas da EU (Treaty of Lisbon, 2007).

2.7 Iniciativa de Cidadania Europeia – Um marco na democracia participativa direta

A Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE) representou um marco significativo na democracia participativa da União Europeia, sendo o primeiro instrumento transnacional a oferecer aos cidadãos a oportunidade de influenciar diretamente a legislação. Desde sua introdução em 1 de abril de 2012, de acordo com o artigo 11.º, n.º 4, do Tratado de Lisboa, a ICE possibilita que cidadãos da União Europeia apresentem propostas de mudanças legislativas, abrangendo áreas sob a competência da Comissão Europeia. A iniciativa tem como objetivo permitir que os cidadãos dos Estados-membros possam solicitar à Comissão Europeia (CE) que proponha nova legislação em determinado tema, e dessa forma, possam participar mais diretamente no processo político do bloco. O processo começa com a apresentação de uma proposta, por escrito ou online, que deve ser subscrita por, no mínimo, um milhão de cidadãos de sete países diferentes. Uma vez atingido o número mínimo de assinaturas, a proposta é submetida à Comissão Europeia, que tem seis meses para responder. Se a proposta for aceita, a CE pode apresentar uma proposta legislativa ou tomar outras medidas apropriadas, como

realizar uma consulta pública. A verificação da autenticidade das assinaturas coletadas é uma etapa crucial do processo de coleta de assinaturas na iniciativa. Isso é necessário para assegurar que somente cidadãos da UE que cumprem os critérios estabelecidos possam apoiar a iniciativa, evitando assim qualquer tipo de manipulação ou fraude. Os critérios para assinar uma ICE são: ser cidadão da União Europeia, ou seja, nacional de um Estado-Membro da EU, ter a idade mínima necessária para votar nas eleições para o Parlamento Europeu. A plataforma ICE verifica a autenticidade das informações fornecidas pelos apoiadores da iniciativa, utilizando medidas de segurança e tecnologia de última geração para garantir que apenas cidadãos da UE que atendam aos critérios estabelecidos possam assinar as iniciativas. A disponibilidade de informações públicas sobre todas as iniciativas registradas e o progresso da coleta de assinaturas é fundamental para promover a transparência e o acesso à informação, permitindo aos cidadãos da UE o acompanhamento das iniciativas de seu interesse. Além disso, a UE disponibiliza a lista completa das iniciativas bem-sucedidas e as razões pelas quais as iniciativas malsucedidas não foram aprovadas. A proteção das informações dos cidadãos que apoiam uma iniciativa é essencial para garantir a privacidade e segurança dos dados pessoais, evitando o uso indevido ou abusivo das informações coletadas, fornecendo aos cidadãos, uma forma segura e conveniente de expressar suas opiniões e demandas (*A Iniciativa de Cidadania Europeia | Eurocid - Informação europeia ao cidadão*, [s.d.]; *Iniciativa de Cidadania Europeia*, 2019; *Início | Iniciativa de cidadania europeia*, [s.d.]

De acordo com as estatísticas fornecidas pela Comissão Europeia, desde a criação da ICE em 2012, foram apresentadas um total de 114 iniciativas. Dessas, 76 foram registradas e tornaram-se elegíveis para coleta de assinaturas, enquanto 38 foram rejeitadas por não atenderem aos critérios estabelecidos. A taxa de sucesso de iniciativas registradas é de aproximadamente 65%, o que indica que a maioria das iniciativas são consideradas elegíveis para coleta de assinaturas. No entanto, o número de iniciativas bem-sucedidas que conseguiram coletar o número mínimo de assinaturas necessário para serem consideradas pela Comissão Europeia é relativamente baixo. Apenas 9 iniciativas conseguiram coletar o número mínimo de assinaturas de um milhão, sendo que apenas 4 delas foram bem-sucedidas em alcançar a etapa final e receber uma resposta oficial da Comissão Europeia. Alguns exemplos de iniciativas cidadãs que foram bem-sucedidas incluem a "Right2Water", que solicitou à Comissão Europeia que propusesse legislação para garantir o acesso universal à água potável, a "Stop Vivisection", que resultou na adoção de uma nova legislação da UE sobre a utilização de animais em pesquisa científica, recolheu 1,17 milhões de assinaturas e a "End the Cage Age", que visava proibir a utilização de gaiolas para animais de produção na UE. A iniciativa recolheu 1,4 milhões de assinaturas em toda a UE, tornando-se a iniciativa de cidadãos mais bem-sucedida até à data. Em junho de 2021, a Comissão Europeia apresentou uma proposta legislativa para proibir o uso de gaiolas em sistemas de criação animal na UE, em linha com as exigências da iniciativa. As iniciativas que foram rejeitadas pela Comissão Europeia foram em sua maioria rejeitadas devido à

falta de competência da Comissão Europeia para adotar ações solicitadas na iniciativa. A maioria dessas iniciativas solicitou ações que estavam fora do escopo da competência da Comissão Europeia, como questões relacionadas à política externa ou à segurança nacional, que são de competência dos Estados-Membros. Isso destaca a importância de considerar a competência da Comissão Europeia ao elaborar uma iniciativa. Outro dado relevante, é que as estatísticas mostram que a maioria dos signatários das iniciativas são provenientes de apenas alguns países da UE, como a Alemanha, a França e a Itália sendo os países com maior número de signatários. Isso pode indicar desafios na mobilização de cidadãos de todos os Estados-Membros da UE para apoiar as iniciativas. Portanto, é importante desenvolver estratégias para aumentar a participação de cidadãos de todos os Estados-Membros no processo de apresentação de uma iniciativa (*A Iniciativa de Cidadania Europeia / Eurocid - Informação europeia ao cidadão*, [s.d.]; *Início / Iniciativa de cidadania europeia*, [s.d.]).

2.8 Uma Agenda Digital para a Europa

A Agenda Digital para a Europa, lançada pela Comissão Europeia em maio de 2010, representou um marco significativo na estratégia de crescimento sustentável e inteligente da União Europeia, conhecida como "Europa 2020". Esta iniciativa emblemática sucedeu à estratégia TIC "i2010" da Comissão, que abrangeu o período de 2005 a 2009, mas se destacou por sua amplitude e abrangência. Ao abordar uma série de desafios e oportunidades relacionados à digitalização, a Agenda Digital para a Europa demonstrou o compromisso da UE em promover o desenvolvimento tecnológico, a inovação e a inclusão digital em toda a região, buscando assim um crescimento econômico inteligente e sustentável para todos os seus cidadãos. A agenda abrangeu uma ampla gama de áreas de ação destinadas a promover o desenvolvimento da sociedade digital na Europa. Estas ações incluíram a criação de um mercado único digital vibrante, facilitando o acesso ao conteúdo online e a simplificação das transações transfronteiriças. Além disso, buscou-se construir confiança digital, fortalecer o mercado único dos serviços de telecomunicações e promover padrões e interoperabilidade. A agenda também se concentrou na melhoria da infraestrutura de conectividade, visando garantir cobertura universal de banda larga e promover o acesso à Internet rápido e ultrarrápido. Para além disso, o programa enfatizou a importância da pesquisa e inovação, bem como da melhoria da literacia digital e competências para uma sociedade inclusiva e preparada para a era digital. Aspectos relacionados ao meio ambiente, saúde sustentável e mobilidade eficiente também foram considerados, juntamente com a promoção da diversidade cultural e conteúdos criativos. O e-governo, sistemas de transporte inteligentes e iniciativas internacionais completaram essa abrangente estratégia para a transformação digital da Europa (*A Digital Agenda for Europe*, 2010).

No tocante ao e-governo, ou governo eletrônico, a agenda reforçou a sua importância na construção de uma administração pública mais eficiente e na promoção da participação dos cidadãos e empresas. Esses serviços online não apenas reduzem custos e economizam tempo para administrações públicas, cidadãos e empresas, mas também desempenham um papel importante na mitigação de riscos relacionados a mudanças climáticas e desastres naturais, permitindo a compartilhamento de dados ambientais e informações relevantes. A promoção da utilização e da qualidade desses serviços foi considerada essencial para garantir que a internet continuasse sendo uma ferramenta valiosa para a administração pública. Outro ponto defendido pela agenda, foi que esses serviços funcionassem de forma transfronteiriça, permitindo a mobilidade de empresas e cidadãos dentro da União Europeia. Isso porque muitas vezes, os serviços públicos online estavam adaptados às necessidades nacionais e não levavam em consideração o mercado único. Nesse sentido, a agenda salientou a necessidade da melhoria da cooperação administrativa entre os Estados Membros, para o desenvolvimento e a implementação de serviços públicos online transfronteiriços. Isso envolveria a implementação de contratos públicos eletrônicos contínuos, apoio de serviços públicos online transfronteiriços por meio de programas de inovação e competitividade e a criação de soluções de identificação eletrônica e autenticação que funcionem em toda a UE (*A Digital Agenda for Europe*, 2010).

2.9 Plano de ação europeu (2011-2015)

Em dezembro de 2010 a CE apresentou ao PE o Plano de acção europeu (2011-2015) para a administração pública em linha - tirar partido das TIC para promover uma administração pública inteligente, sustentável e inovadora. O objetivo central deste plano foi facilitar a transição das administrações públicas existentes para uma nova geração de serviços de administração pública online em nível local, regional, nacional e europeu. Para atingir esses objetivos, a CE estabeleceu quatro prioridades que foram orientadas para tornar os serviços governamentais mais centrados nas necessidades dos cidadãos e das empresas, promovendo uma colaboração estreita com terceiros. Além disso, buscava-se aumentar o acesso à informação pública, reforçar a transparência e facilitar a participação eficaz das partes interessadas no cenário político. A mobilidade no Mercado Único Europeu foi outra ênfase, garantindo serviços de administração pública contínuos que apoiassem a criação e gestão de empresas, bem como permitisse estudar, trabalhar, residir e aposentar-se em qualquer parte da União Europeia. A eficiência e eficácia foram metas igualmente cruciais, almejando-se reduzir a burocracia, otimizar os processos organizacionais e promover uma economia sustentável de baixo carbono através do governo eletrônico. Tudo isso seria viabilizado por meio de facilitadores-chave apropriados e da criação das condições legais e técnicas necessárias. Com recursos mais limitados, os governos buscariam entregar serviços públicos aprimorados e estabelecerem novas e

melhores formas de interação com seus cidadãos. Tecnologias inovadoras, como arquiteturas orientadas para serviços e nuvens de serviços, juntamente com padrões mais abertos para compartilhamento, reutilização e interoperabilidade, desempenhariam um papel essencial na consecução da eficiência do setor público. O *eGovernment Action Plan 2011-2015*, parte integrante da Estratégia Europa 2020, contribuiu diretamente para dois objetivos fundamentais da Agenda Digital para a Europa: garantir que até 2015, serviços transfronteiriços essenciais estivessem acessíveis online, permitindo a livre movimentação de empresas e cidadãos na União Europeia, e que até 2015, 50% dos cidadãos da UE tivessem utilizado serviços de administração pública online. Além disso, almejava que até 2015, 80% das empresas tivessem interagido com a administração pública de forma digital, reconhecendo a importância destes serviços tanto para a população como para as empresas na União Europeia (*EUR-Lex - si0021 - PT - EUR-Lex*, 2011).

2.10 Estratégia para o Mercado Único Digital na Europa

Em 2015 a Comissão Europeia apresentou ao PE, “Estratégia para o Mercado Único Digital na Europa”. A CE estabeleceu como uma das suas principais prioridades a criação do Mercado Único Digital na Europa. Esse mercado visava garantir a livre circulação de bens, serviços, pessoas e capitais, proporcionando aos cidadãos e empresas um acesso ininterrupto a atividades online, promovendo a competição justa e protegendo os direitos dos consumidores e a segurança de seus dados, independentemente de sua nacionalidade ou local de residência. Apesar das capacidades da Europa para liderar na economia digital global, na altura, não estava aproveitando todo o seu potencial devido a obstáculos e fragmentação que não existem no mercado físico único. A eliminação desses obstáculos poderia contribuir significativamente para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) europeu. A economia digital poderia expandir mercados, oferecer melhores serviços a preços mais acessíveis, proporcionando maior variedade e novas oportunidades de empregos. Além disso, o Mercado Único Digital poderia abrir portas para startups e permitir que empresas estabelecidas crescessem em um mercado com mais de 500 milhões de pessoas. A estratégia baseou-se em três pilares principais: melhorar o acesso a bens e serviços online para consumidores e empresas em toda a Europa, criar condições favoráveis para o desenvolvimento de redes e serviços digitais, e otimizar o potencial de crescimento da economia digital europeia por meio de investimentos em infraestrutura, pesquisa, inovação e melhorias nos serviços públicos e habilidades (*A Digital Single Market Strategy for Europe*, 2015).

2.11 Plano de ação europeu (2016-2020)

Em abril de 2016, a CE apresentou ao PE o Plano de ação europeu (2016-2020) para a administração pública em linha - acelerar a transformação digital da administração pública. *O plano de ação* teve como principal propósito eliminar as barreiras digitais que prejudicavam a realização plena do Mercado Único Digital e prevenir uma fragmentação ainda maior no contexto da modernização das administrações públicas. Esse plano representou uma tentativa de unir esforços em direção a objetivos comuns. Apesar de os Estados-Membros continuarem a seguir suas estratégias e iniciativas individuais, o plano estabeleceu uma visão compartilhada de longo prazo, definindo princípios orientadores para futuras ações. Esses princípios visavam a proporcionar os substanciais benefícios que a administração eletrônica poderia oferecer a empresas, cidadãos e ao próprio setor público. O plano adotou uma abordagem adaptável e ágil para se ajustar a um ambiente em constante mudança e atuou como um catalisador para coordenar os esforços e recursos dedicados à modernização das administrações públicas no âmbito da administração online (*EU eGovernment Action Plan 2016-2020*, 2016).

2.12 Plano de Ação para a Democracia Europeia

Em dezembro de 2020 a CE lança o “Plano de Ação para a Democracia Europeia”. O principal propósito desse plano foi capacitar os cidadãos com as ferramentas e recursos necessários para que pudessem desempenhar um papel ativo na construção de democracias mais sólidas e resilientes em toda a União Europeia. Com uma ênfase renovada na participação cidadã, transparência e governança responsável, esse plano objetivava promover a capacitação dos cidadãos e dar o suporte necessário para que eles participassem ativamente dos processos democráticos, contribuindo assim para o fortalecimento dos valores democráticos na UE. No contexto da revolução digital atual, o plano levou em consideração, a importância de garantir que os cidadãos tivessem a capacidade de fazer escolhas livres e expressarem suas opiniões em um ambiente onde fatos e ficção são claramente distinguíveis e onde os meios de comunicação e a sociedade civil desempenham um papel ativo em um debate aberto e livre de influências prejudiciais. O plano se concentrou em três pilares fundamentais. Primeiro, promover a realização de eleições livres e justas, com medidas que incluíam transparência em conteúdos políticos patrocinados e revisão das regras de financiamento de partidos políticos europeus. Também incentivava a cooperação entre os Estados-Membros para abordar questões de integridade eleitoral, como a segurança cibernética. Segundo, busca fortalecer a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação. Isso ocorreu através de medidas que visavam a segurança dos jornalistas, incluindo ações judiciais estratégicas contra a participação pública (SLAPP). Além disso, promover o

pluralismo dos meios de comunicação e a transparência na propriedade desses meios. Terceiro, enfrenta o desafio da desinformação, propondo aprimorar os instrumentos da UE para combater interferências estrangeiras, impondo sanções financeiras aos autores de crimes. Também buscava transformar o Código de Conduta sobre Desinformação em um quadro regulatório mais sólido para as plataformas online, com diretrizes aprimoradas e uma estrutura mais robusta para supervisionar sua aplicação. Essas medidas eram cruciais para fortalecer as democracias europeias e garantir que os cidadãos tivessem acesso a informações confiáveis e à liberdade de expressão, fundamentais para uma sociedade democrática. O plano de ação está sendo implementado gradualmente até esse ano, com avaliações regulares de progresso e a possibilidade de adoção de medidas adicionais (*European Democracy Action Plan, 2021*).

2.13 Década Digital 2030

O programa “Década Digital 2030”, lançado pela Comissão Europeia em março de 2021, estabeleceu uma série de ambiciosas metas digitais para o horizonte de 2030, visando promover uma transformação digital abrangente, posicionar a Europa como líder global na era digital e garantir uma transição justa, sustentável e inclusiva para a sociedade digital do futuro em toda a região. Essas metas abrangem quatro áreas cruciais:

- **Competências Digitais:** A UE visa garantir que pelo menos 80% das pessoas com idades entre 16 e 74 anos possuam competências digitais básicas. Além disso, pretende aumentar significativamente o número de especialistas em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para um mínimo de 20 milhões, incentivando, ao mesmo tempo, o envolvimento das mulheres nesse setor e o aumento de graduados em TIC.
- **Infraestruturas Digitais:** A União está comprometida em criar infraestruturas digitais seguras, resilientes, eficazes e sustentáveis. Isso envolve garantir cobertura de redes de alta velocidade em todas as áreas povoadas, bem como promover a produção sustentável de semicondutores na UE. Além disso, visa estabelecer 10.000 nós periféricos de alta segurança que oferecem serviços de dados com baixa latência.
- **Transformação Digital Empresarial:** A UE busca impulsionar a transformação digital das

empresas. Isso inclui o objetivo de que pelo menos 75% das empresas adotem serviços de computação em nuvem, megadados e inteligência artificial. Também está focada em garantir que mais de 90% das pequenas e médias empresas (PMEs) alcancem um nível básico de intensidade digital. Além disso, busca promover o crescimento de empresas inovadoras, com o objetivo de duplicar o número de "unicórnios" - empresas iniciantes avaliadas em mais de um bilhão de dólares.

- **Digitalização dos Serviços Públicos:** A União Europeia tem como meta a digitalização abrangente dos serviços públicos. Isso implica que 100% dos serviços públicos essenciais sejam prestados eletronicamente, permitindo que cidadãos e empresas interajam online com as administrações públicas. Além disso, a UE visa garantir que todos os cidadãos tenham acesso aos seus registros de saúde eletrônicos e a meios de identificação eletrônica seguros e reconhecidos em toda a União.

O plano de ação terá um mecanismo de acompanhamento e colaboração com o objetivo de promover a transformação digital da União Europeia. Com foco na inovação e no investimento, proporciona uma orientação precisa para atingir metas digitais mensuráveis até 2030. Além disso, visa fortalecer a cooperação entre as principais instituições da UE, incluindo o Parlamento Europeu, o Conselho, a Comissão e os Estados-Membros, para garantir uma abordagem coesa e transparente no acompanhamento e na prestação de informações relacionadas ao progresso digital da União. Esta iniciativa também promove a colaboração internacional, permitindo projetos plurinacionais que contribuam para a realização dos objetivos digitais da UE (*2030 Digital Compass: The European Way for the Digital Decade*, 2021).

Em abril de 2021, através do Regulamento (UE) 2021/694 do Parlamento Europeu e do Conselho, foi criado o Programa Europa Digital (PED) como instrumento de financiamento e políticas de execução do Plano de Ação Década Digital 2030. O programa foi uma iniciativa da UE para acelerar a transformação digital da economia e sociedade europeia. Para alcançar esse objetivo ambicioso, o PED recebeu um orçamento de 7,6 bilhões de euros, a ser utilizado no período de 2021 a 2027. O programa faz parte do amplo quadro financeiro plurianual da UE, que também determinou o orçamento geral da UE para o mesmo período, com o propósito de promover a transformação digital em toda a região e fortalecer a liderança tecnológica da Europa no cenário global. Abaixo as áreas estratégicas e os valores orçamentais alocados a cada uma delas:

- **Supercomputação e Processamento de Dados:** Esta área receberá um investimento significativo para fortalecer a capacidade da Europa em computação de alto desempenho (HPC) e processamento de dados. O orçamento alocado foi de aproximadamente € 2,2 bilhões.

- Inteligência Artificial (IA): A IA é uma área crítica para o futuro digital da Europa. O PED destinou cerca de € 2,1 bilhões para apoiar o desenvolvimento e a adoção de tecnologias de IA na Europa.
- Cibersegurança e Confiança: Com um orçamento de cerca de € 1,6 bilhões, esta área tem como objetivo fortalecer a cibersegurança na Europa, incluindo o desenvolvimento de tecnologias e práticas de segurança cibernética e a criação de uma infraestrutura de segurança digital sólida.
- Habilidades Digitais Avançadas: Uma parte do orçamento, aproximadamente € 577 milhões, foi dedicada ao desenvolvimento de habilidades digitais avançadas na Europa, incluindo programas de treinamento e capacitação para os cidadãos.
- Implantação e Melhor Uso da Capacidade Digital e Interoperabilidade: Cerca de € 1 bilhão foram alocados para promover a implantação de tecnologias digitais e a interoperabilidade em áreas de interesse público, como saúde, educação, transporte e outros setores.

O PED tem como objetivo geral apoiar e acelerar a transformação digital da economia, indústria e sociedade europeias. Busca-se levar os benefícios da digitalização a cidadãos, administrações públicas e empresas em toda a União, ao mesmo tempo em que aprimora a competitividade da Europa na economia digital global, reduz a divisão digital dentro da UE e fortalece a autonomia estratégica do bloco (*L_2022323PT.01000401.xml*, 2022).

3) CAPÍTULO III – METODOLOGIA

Introdução

Neste capítulo, descreveremos a estratégia metodológica para a pesquisa, que tem como objetivo investigar a utilização das novas tecnologias nos processos democráticos da União Europeia. Nosso objetivo é garantir a clareza, fundamentação e possibilidade de replicação deste estudo.

3.1 Definição do Problema e questões de pesquisa.

Explorar o uso das NTICs nos processos democráticos da União Europeia, mais precisamente como vetor de modernização política do estado e mecanismo de participação dos cidadãos na criação, implementação e avaliação de políticas públicas, vem da percepção da mudança de paradigma sociopolítico em um mundo cada vez mais hipertecnológico. A utilização das TICs nos processos democráticos a partir do final da década de 90 remodelaram a política, seja transformando os padrões do discurso político, a relação cidadãos-representantes, ou no empoderamento da população para a tomada de decisões, estreitando ao mesmo tempo, a relação entre informação, conhecimento e cidadania. Dessa forma, com a incorporação de tecnologias (*software* e *hardware*) de informação e comunicação pelo setor público, modificou-se profundamente a maneira de interação entre os cidadãos e o Estado (Duarte, 2007b; Pollitt & Bouchaert, 2017).

Porém, de acordo com Diamond (2015, p. 144), de 2006 até 2014 o mundo passou por uma ligeira “recessão democrática” e na Europa em particular, um declínio do funcionamento e da autoconfiança nas suas democracias nas últimas décadas. E segundo Serra-Silva (2016b, p. 2), “várias pesquisas de opinião mostraram sinais de apatia, descontentamento e descontentamento político e desengajamento entre os cidadãos europeus em relação às instituições políticas”. As afirmações dos autores tornaram-se pertinentes considerando os resultados das eleições parlamentares de 2014 em que a taxa de participação (42,61%) foi a mais baixa registrada desde a realização da primeira eleição em 1979. Porém, não ocorreu um desgaste significativo no apoio público à democracia, mesmo com o forte descontentamento dos cidadãos com os processos democráticos formais e as eleições parlamentares de 2019 demonstrou isso (L. Diamond, 2015; Serra-Silva, 2016c).

As eleições parlamentares de 2019 registraram um aumento recorde de participação dos jovens com menos de 25 anos (14%) e com idades entre 25-39 (12%), em relação ao pleito de 2014. Segundo alguns autores, esse fenômeno está diretamente relacionado à mudança de estratégia pela UE e outras

organizações não governamentais de atração e engajamento dos jovens para participarem do debate político de temas importantes para eles. As redes sociais deram voz e poder de mobilização aos jovens e influenciadores. Um bom exemplo desse poder de mobilização foi o caso do jovem YouTuber alemão Rezo. Alguns dias antes das eleições parlamentares europeias de 2019, publicou um vídeo criticando os partidos União Democrática Cristã (CDU) e Social-democratas (SPD), acusando-os de terem tomado ações efetivas em relação à mudança climática. O vídeo teve mais de 14 milhões de visualizações e acabou inspirando a publicação de uma mensagem colaborativa de mais de 70 outros YouTubers alemães famosos pedindo aos eleitores que não votassem em nenhum candidato dos dois partidos. É difícil medir o impacto e influência que a publicação do Rezo teve no resultado das eleições, porém, o fato foi que a CDU e o SPD tiveram um número de votos bem menor do que esperado enquanto os Verdes prosperaram, se transformando no partido mais popular entre os eleitores jovens alemães com idade entre 18 e 30 anos (Hänel & Pohl, 2019).

A utilização pela União Europeia das novas tecnologias para a criação de novos espaços e canais de participação, mais dinâmicos e condizentes com o modo de vida atual das novas gerações, impactou diretamente no comportamento dos jovens em relação a importância de participarem através do voto, bem como no resultado das eleições parlamentares de 2019. A UE vem demonstrando nas últimas duas décadas, o reconhecimento da importância da utilização das novas tecnologias como ferramenta de modernização dos processos democráticos, bem como, de aumentar a participação e envolvimento dos cidadãos no debate político do bloco. Em resposta a esta situação, torna-se imperativo fazer uma análise estatística das iniciativas e programas implantados pela UE para a modernização dos processos democráticos através da utilização das novas tecnologias, com o objetivo do fortalecimento dos processos democráticos (Grasso, 2014; Ribeiro & Menezes, 2013; Sloam, 2016).

Estudos já realizados evidenciam que a utilização das novas tecnologias nos processos democráticos, como por exemplo o e-voto na Estônia, está relacionada à melhoria do acesso pelas populações nos processos deliberativos e aumento na participação na proposição, formatação, definição, execução e fiscalização de políticas públicas e uma significativa redução nos custos. (Kersting & Baldersheim, 2004).

A constatação evidencia a importância desta pesquisa, destacando a abordagem da democracia eletrônica em relação às iniciativas e programas implementados pela UE para modernizar os processos democráticos das organizações públicas. Isso ocorre por meio da adoção de estratégias inovadoras que incorporam novas tecnologias. Com base nisso, o estudo se concentra nas iniciativas e programas

implementados pela União Europeia para modernizar seus processos democráticos. Especificamente, explora o papel das novas tecnologias, partindo da premissa de que essas inovações têm o potencial de facilitar o acesso dos cidadãos aos processos democráticos.

A formulação da problemática considerou a análise das seguintes dimensões: utilização das novas tecnologias e iniciativas e programas implementados pela União Europeia para a modernização dos processos democráticos da organização que dão suporte para a pergunta de partida: Como as iniciativas e programas implantados pela UE têm influenciado a modernização dos processos democráticos da organização, promovendo acesso e participação do cidadão na criação, implementação e avaliação de políticas públicas? Esta questão serviu de base à construção da problemática:

- Quais as áreas foram priorizadas pela UE para a modernização dos processos democráticos?
- Quais desafios administrativos e políticos a União Europeia enfrentou ao implementar suas iniciativas e programas destinados à modernização dos processos democráticos?
- Na modernização dos processos democráticos, como a União Europeia abordou questões como exclusão digital e literacia digital?
- Como a modernização política da UE impactou diretamente a vida dos eurodeputados(as) e cidadãos portugueses?

Utilização das novas tecnologias nos processos democráticos.

- Será que a utilização das novas tecnologias nos processos democráticos promovem uma maior percepção de qualidade e eficácia dos mesmos pelos eurodeputados(as) e cidadãos portugueses?
- Como os eurodeputados(as) e cidadãos portugueses percebem a transição dos processos democráticos da forma tradicional para a eletrônica?
- De que forma a utilização das novas tecnologias tem modificado a relação entre cidadão português e UE?
- De que maneira podemos avaliar o impacto dos processos democráticos digitais na democracia, considerando a perspectiva dos eurodeputados(as) e dos cidadãos portugueses?

3.2 Objetivos da investigação.

A presente proposta de investigação visa identificar e analisar estatisticamente as iniciativas e programas implantados pela UE de modernização dos processos democráticos através da utilização das novas tecnologias com o objetivo de promover o acesso e participação dos cidadãos na criação,

implementação e avaliação de políticas públicas. De forma mais generalizada, pretende-se:

- 1) Clarificar os conceitos de modernização de processos democráticos;
- 2) Identificar e analisar as iniciativas e programas da União Europeia voltados para a modernização dos processos democráticos da organização;
- 3) Propor uma tipologia para avaliar a modernização dos processos democráticos como um fator crucial para o sucesso na promoção do acesso e participação dos cidadãos na discussão, proposição, formulação, definição, execução e fiscalização de políticas públicas;
- 4) Avaliar o impacto das iniciativas e programas de modernização política da UE nos eurodeputados(as) e cidadãos portugueses.

Num plano teórico de maior especificação, o projeto pretende contribuir para:

- 1) Apresentar um levantamento conceitual sobre modernização dos processos democráticos e a sua relação com a promoção do acesso e participação dos cidadãos na discussão, proposição, formulação, definição, execução e fiscalização de políticas;
- 2) Descrever os referenciais existentes de validação e reconhecimento dos processos de modernização dos processos democráticos na UE;
- 3) Indicar os modelos de reforma e modernização dos processos democráticos com a utilização das novas tecnologias na UE.
- 4) Descrever a importância da modernização dos processos democráticos para as organizações públicas e cidadãos da UE.

3.3 Escolha da Metodologia.

Neste estágio, procederemos à análise dos fundamentos, benefícios e restrições associados às várias abordagens metodológicas no domínio da Ciência Política, com o intuito de identificar oportunidades para a integração das metodologias quantitativa e qualitativa. A partir dessa avaliação e considerando os objetivos específicos desta pesquisa, delinearemos as decisões metodológicas que adotaremos.

3.4 Metodologia qualitativa.

A investigação qualitativa é uma abordagem de pesquisa amplamente utilizada em diversas disciplinas

acadêmicas, incluindo sociologia, psicologia, antropologia, educação e ciência política, entre outras. Ela se concentra na compreensão aprofundada de fenômenos sociais, culturais e humanos complexos por meio da coleta e análise de dados não numéricos. Aqui estão alguns dos princípios fundamentais da metodologia qualitativa:

- 1) *Natureza Descritiva: A pesquisa qualitativa é descritiva por natureza. Ela busca explorar, descrever e compreender os fenômenos sociais e humanos em seu contexto real. Os pesquisadores qualitativos estão interessados em conhecer os "porquês" e "comos" por trás dos comportamentos e experiências das pessoas.*
- 2) *Coleta de Dados: A coleta de dados qualitativos envolve métodos como entrevistas, observações participativas, análise de documentos, grupos focais e diários, entre outros. Esses métodos geralmente geram informações detalhadas e ricas sobre as experiências e perspectivas dos participantes.*
- 3) *Análise Interpretativa: A análise de dados qualitativos é um processo interpretativo. Os pesquisadores buscam identificar padrões, temas e significados subjacentes nos dados. Isso muitas vezes envolve a codificação dos dados e o desenvolvimento de teorias ou narrativas para explicar os achados.*
- 4) *Contextualização: Um dos pontos fortes da metodologia qualitativa é sua capacidade de contextualizar os fenômenos estudados. Ela leva em consideração o ambiente, as relações sociais e os valores culturais que moldam as experiências das pessoas.*
- 5) *Flexibilidade e Emergência: As pesquisas qualitativas frequentemente permitem que os pesquisadores se adaptem durante o processo de coleta de dados. Novas questões podem surgir à medida que a pesquisa avança, permitindo uma exploração mais aprofundada de tópicos emergentes.*
- 6) *Amostragem Deliberada: Em vez de amostragens probabilísticas comuns em pesquisa quantitativa, a pesquisa qualitativa usa amostragens deliberadas. Os participantes são escolhidos com base em critérios específicos que se relacionam com os objetivos da pesquisa.*
- 7) *Validade e Confiabilidade: Em vez de buscar a validade e a confiabilidade da mesma forma que na pesquisa quantitativa, a pesquisa qualitativa busca a credibilidade, a transferibilidade, a dependabilidade e a confirmabilidade como critérios de qualidade.*
- 8) *Teoria Fundamentada: Muitos estudos qualitativos buscam desenvolver teorias fundamentadas nos dados, ou seja, teorias que emergem diretamente dos achados da pesquisa.*

A metodologia qualitativa oferece uma compreensão mais profunda e rica dos fenômenos sociais, permitindo aos pesquisadores explorarem questões complexas e contextualizadas. No entanto, é importante reconhecer que não é adequada para todas as perguntas de pesquisa, e muitas vezes é complementada por métodos quantitativos para uma compreensão mais abrangente dos fenômenos estudados (Creswell et al., 2018; Denzin et al., 2024; Merriam & Tisdell, 2016; Patton, 2015).

3.5 Metodologia quantitativa.

A investigação quantitativa é uma abordagem robusta na pesquisa científica, que se destaca pela ênfase na coleta e análise de dados numéricos. Seu foco principal reside na mensuração objetiva de fenômenos sociais, econômicos e naturais. Essa abordagem oferece inúmeras vantagens, mas também apresenta limitações importantes a serem consideradas. Uma das características distintivas da metodologia quantitativa é a coleta de dados estruturados. Isso geralmente é alcançado por meio de questionários, pesquisas de opinião, experimentos controlados ou análise de registros existentes. Esses dados são quantificáveis e podem ser medidos numericamente, o que facilita a análise estatística. A análise estatística é o cerne da metodologia quantitativa. Ela envolve a aplicação de técnicas estatísticas para resumir, descrever, interpretar e generalizar resultados a partir dos dados coletados. Isso permite que os pesquisadores identifiquem tendências, padrões e relações entre variáveis. A amostragem desempenha um papel fundamental na pesquisa quantitativa, pois é frequentemente impossível coletar dados de toda a população. A seleção de uma amostra representativa é crucial para garantir a validade dos resultados. Além disso, a metodologia quantitativa enfatiza a objetividade e busca minimizar a interferência dos pesquisadores durante a coleta de dados. A busca pela generalização é outra característica importante da metodologia quantitativa. Os resultados obtidos por meio de pesquisa quantitativa geralmente têm como objetivo fazer afirmações sobre a população em geral com base nos dados da amostra. Isso torna os resultados mais aplicáveis em um contexto mais amplo (Creswell, 2015).

No entanto, a pesquisa quantitativa também apresenta limitações. Ela tende a ser mais superficial, já que se concentra nas medidas quantitativas, deixando de lado nuances e aspectos subjetivos. Além disso, as perguntas de pesquisa muitas vezes se concentram no "o quê" e no "quanto", negligenciando o "porquê" e o "como" dos fenômenos. A metodologia quantitativa é conhecida por sua objetividade, capacidade de generalização e reprodutibilidade. No entanto, sua natureza limitada pode não ser adequada para todos os tipos de pesquisa, especialmente quando se busca uma compreensão mais profunda e contextualizada de um fenômeno. Portanto, ao escolher a metodologia quantitativa, os

pesquisadores devem considerar cuidadosamente os objetivos da pesquisa e as características do objeto de estudo, garantindo que a abordagem escolhida seja a mais apropriada para responder às questões de pesquisa (Creswell et al., 2018; Onwuegbuzie & Johnson, 2021).

Compreendemos que ambas as abordagens metodológicas apresentam méritos incontestáveis, mas também limitações inerentes. Portanto, acreditamos que a verdadeira riqueza metodológica emerge quando utilizamos uma combinação de ambas as metodologias. Ao transcender as barreiras epistemológicas e adotar uma abordagem integrada, encontramos a chave para um desenho metodológico no qual as fraquezas de um método são contrabalançadas pelas forças do outro. Isso resulta em uma simbiose e complementaridade que conduz a resultados aprimorados, aproximando-nos de um entendimento mais completo da realidade em estudo. Nos próximos parágrafos, exploraremos essas perspectivas em maior detalhe.

3.6 Abordagens quantitativa e qualitativa: sinergias na utilização combinada.

O embate histórico entre os métodos quantitativos e qualitativos tem raízes profundas na história das ciências sociais. Nas últimas duas décadas, houve uma prolífica produção por parte dos teóricos das duas abordagens, que se voltaram para a problematização dos métodos concorrentes. Essa discussão, mais do que uma prática de pesquisa no campo social, tem raízes epistemológicas profundas. Apesar de algumas vozes proporem uma divisão rígida entre métodos quantitativos, associados às ciências físicas, e métodos qualitativos, ligados às ciências humanas, é possível vê-los como complementares e até mesmo simbióticos. É importante enfatizar que ambas as metodologias buscam responder às mesmas questões essenciais, embora não haja contradição real entre pesquisa quantitativa e qualitativa. Elas são, de fato, de natureza diferente. No entanto, nenhuma delas é suficiente por si só para a compreensão completa da complexa realidade social. Um método eficaz é aquele que, além de ser adequado ao objeto de pesquisa e oferecer embasamento teórico para análise, é operacionalmente viável (Creswell et al., 2018; Denzin et al., 2024; Onwuegbuzie & Johnson, 2021).

Assim, sem aderir a extremos epistemológicos, a experiência de pesquisa tem demonstrado que a combinação de ambas as abordagens pode ser altamente benéfica. Dadas as forças e limitações inerentes a cada método, a integração deles pode resultar em muita validade interna e externa, garantindo que as políticas de ação derivadas sejam concretas e adequadas às necessidades dos setores sociais em questão. A validade de uma metodologia não pode ser avaliada em um vácuo; ela deve ser analisada em relação ao problema e aos objetivos específicos que visa abordar. A utilidade prática é, portanto, a chave para a escolha dos métodos de pesquisa. Ao longo do desenho de uma investigação, pode ser produtivo alternar entre momentos de pesquisa quantitativa e qualitativa, cada um dos quais pode lançar luz sobre questões que podem ser melhor abordadas pelo outro tipo de estudo. Na prática, essas duas abordagens podem se entrelaçar e enriquecer mutuamente nossa compreensão da realidade

(Creswell et al., 2018; Denzin et al., 2024; Onwuegbuzie & Johnson, 2021).

3.7 Opção metodológica.

Dada a complexidade do objeto de estudo e a necessidade de obter insights tanto de representantes políticos quanto dos cidadãos, adotamos uma abordagem combinada de metodologia qualitativa e quantitativa. A escolha de uma metodologia mista é justificada pela complexidade do tema, que envolve a compreensão das implicações das novas tecnologias nos processos democráticos da União Europeia a partir de diferentes perspectivas. Enquanto a abordagem qualitativa permite uma compreensão aprofundada das experiências e percepções dos atores envolvidos, a abordagem quantitativa permite a análise de tendências, relações e padrões em uma amostra representativa. A combinação das duas abordagens enriquece a pesquisa, proporcionando uma visão mais completa e robusta do fenômeno em questão. Além disso, a metodologia mista permite uma validação cruzada dos resultados, aumentando a confiabilidade das conclusões. Em um primeiro momento, oferecemos insights sobre as metodologias qualitativas e quantitativas, destacando suas respectivas vantagens e limitações. Além disso, exploramos como essas abordagens podem ser utilizadas de forma complementar, levando em consideração os objetivos específicos desta pesquisa. Em seguida, detalhamos as escolhas metodológicas específicas feitas para este trabalho, incluindo a seleção de instrumentos de coleta de dados, os procedimentos de análise de dados e as estratégias de amostragem adotadas. Esse capítulo proporciona uma base sólida para a condução e compreensão deste estudo, assegurando a qualidade e rigor da pesquisa. Para coletar dados relevantes e abordar a complexidade do tópico de pesquisa, utilizamos uma variedade de métodos, incluindo questionários e análise documental. O tratamento dos dados foi realizado por meio de análise estatística e análise de conteúdo (Creswell, 2015; Creswell et al., 2018; Molina-Azorin, 2012).

3.8 Coleta de dados.

A coleta de dados representa uma fase crucial em qualquer pesquisa acadêmica, sendo um processo que requer meticulosidade e rigor metodológico para garantir a obtenção de informações confiáveis e relevantes. Neste contexto, a utilização de instrumentos como o inquérito por questionário e a análise documental desempenha um papel fundamental na aquisição de dados que sustentem a investigação. Esta seção discutirá esses dois métodos de coleta de dados, destacando suas características, vantagens

e limitações.

O inquérito por questionário é uma técnica amplamente empregada na coleta de dados quantitativos. Consiste na formulação de perguntas estruturadas que são apresentadas aos participantes da pesquisa, que respondem de acordo com alternativas pré-determinadas. Esta abordagem é particularmente útil quando se busca quantificar variáveis e obter uma visão geral de opiniões, atitudes ou comportamentos de uma amostra da população-alvo. A principal vantagem do inquérito por questionário é a capacidade de coletar dados de muitos participantes de forma eficiente. Além disso, os resultados são facilmente quantificáveis, o que permite análises estatísticas robustas. Porém, o inquérito por questionário também apresenta limitações. A formulação das perguntas deve ser cuidadosa para evitar viés ou ambiguidade, e nem sempre é possível abordar questões complexas ou detalhadas por meio de perguntas fechadas. Além disso, a taxa de resposta pode ser baixa, o que pode introduzir vieses de não resposta (Dillman et al., 2014; Jackson, 2019; Yin, 2009).

A análise documental, por outro lado, é uma técnica qualitativa que envolve a coleta e análise de documentos, registros, relatórios ou qualquer tipo de material escrito ou textual relevante para a pesquisa. Essa abordagem é particularmente valiosa quando se busca explorar a história, políticas, regulamentos, ou outros aspectos que estão registrados em documentos escritos. A análise documental permite uma análise aprofundada e contextualizada, muitas vezes revelando informações que não podem ser obtidas por meio de outros métodos. Contudo, a análise documental não está isenta de desafios. É imperativo exercer cautela na seleção dos documentos pertinentes, a fim de prevenir possíveis tendenciosidades na escolha. Ademais, a interpretação dos documentos pode ser inerentemente subjetiva, exigindo um profundo domínio da área de estudo. A disponibilidade de documentos pode oscilar, e, em determinadas circunstâncias, informações essenciais podem estar ausentes ou inacessíveis. Ou seja, nesse sentido, tanto o inquérito por questionário quanto a análise documental são instrumentos valiosos de coleta de dados em pesquisas acadêmicas, cada um com suas próprias vantagens e limitações. A escolha entre eles deve ser guiada pelos objetivos da pesquisa, pela natureza dos dados desejados e pela disponibilidade de recursos. Em muitos casos, a combinação desses métodos pode enriquecer a pesquisa, permitindo uma abordagem abrangente e multifacetada para a coleta de dados (Dillman et al., 2014; Jackson, 2019; Yin, 2009).

3.9 Instrumento de recolha de dados; questionário.

O uso de questionários como instrumento de coleta de dados em pesquisa desempenha um papel crucial na obtenção de informações diretamente dos sujeitos estudados. Questionários são particularmente úteis para acessar dimensões internas, como conhecimento, valores, atitudes e experiências dos participantes. Eles podem ser estruturados, com escalas de respostas padronizadas,

como a escala Likert de 10 pontos, que oferecem uma abordagem quantitativa para medir aprovação ou rejeição em relação a afirmações específicas. A escolha de um questionário como instrumento de pesquisa tem suas vantagens, como custos mais baixos, a capacidade de alcançar muitos sujeitos e a uniformidade na apresentação das questões, o que facilita a análise estatística e a comparação entre sujeitos. No entanto, o uso de questionários também apresenta desafios, como a dificuldade na construção das perguntas, baixa taxa de resposta e limitações na personalização das questões para diferentes sujeitos e contextos. Além disso, o questionário pode não ser adequado para populações com menor nível cultural, devido à necessidade de expressão escrita (Patten, 2017; Rea & Parker, 2014).

A abordagem mista adotada neste estudo permite contornar as limitações inerentes ao uso exclusivo de questionários, combinando-os com outros métodos. Isso oferece a vantagem de alcançar uma grande quantidade de dados rapidamente, ao mesmo tempo em que permite a coleta de informações mais profundas e contextuais por meio de outras abordagens. No entanto, essa estratégia também requer considerações cuidadosas para garantir a integração harmoniosa dos dados qualitativos e quantitativos coletados por meio de diferentes instrumentos. Essa combinação de métodos pode enriquecer a pesquisa, fornecendo insights mais abrangentes e permitindo a análise de dados por meio de técnicas estatísticas sofisticadas, ao mesmo tempo em que mantém a flexibilidade para explorar nuances contextuais e individuais (Patten, 2017; Rea & Parker, 2014).

3.9.1 Inquérito aos Eurodeputados Portugueses.

Foi elaborado um questionário virtual, constituído por itens de resposta tipo Likert, numa escala de 1 a 10, disponibilizando um link (por meio de um formulário web elaborado a partir do Google Forms, aplicativo do Google que permite a criação, compartilhamento e disponibilização de formulário na web) e encaminhado aos 21 eurodeputados(as) portugueses eleitos em 2019 por e-mail, Facebook, Instagram e Twitter. Durante todo o processo de coleta de dados, que se estendeu do dia 15 de fevereiro de 2023 até o dia 03 de junho de 2023, mantivemos um "Diário de Bordo", Anexo III. Esse diário registrou nossas observações de campo, reflexões pessoais e datas de interações com os perfis dos eurodeputados(as). O diário desempenhou um papel fundamental na orientação do trabalho, tanto no registro metodológico quanto na coleta e análise de dados, bem como nas reflexões sobre as descobertas e no acompanhamento das etapas do estudo. Foram recebidas 13 respostas dos eurodeputados(as). O questionário foi a ferramenta metodológica que norteou a pesquisa com o propósito de abordar os objetivos gerais 2, 3 e 4, com um enfoque, em particular, nos seguintes

aspectos:

- 1) Com quais definições do conceito de modernização dos processos democráticos e sua relação com a promoção do acesso e envolvimento dos cidadãos na discussão, proposta, formulação, definição, implementação e fiscalização de políticas os eurodeputados(as) mais se alinham? Dada a diversidade semântica que caracteriza o conceito de modernização dos processos democráticos, com definições frequentemente conflitantes de diferentes autores, é de grande relevância compreender os significados atribuídos a esse conceito por parte dos eurodeputados(as).
- 2) Quais são os critérios estabelecidos para validar e reconhecer as iniciativas de modernização dos processos democráticos na União Europeia? De que modo os eurodeputados(as) se posicionam em relação a esse processo, concordando ou discordando, em maior medida.
- 3) Como os modelos de reforma e modernização dos processos democráticos, através da adoção de novas tecnologias, influenciaram as práticas políticas dos eurodeputados? É relevante investigar se essas mudanças resultaram efetivamente em uma alteração substancial nas práticas. Nesse contexto, as práticas políticas merecem atenção especial, pois podem ser áreas suscetíveis a mudanças significativas devido à introdução do conceito de modernização dos processos democráticos.
- 4) As iniciativas e programas da UE para modernização dos processos democráticos tiveram influência política na população portuguesa? É de relevância investigar até que ponto os eurodeputados(as) consideram que a modernização dos processos democráticos pode afetar politicamente os cidadãos portugueses.

Com base nessas questões fundamentais e após revisão da literatura relevante sobre a problemática da utilização das novas tecnologias nos processos democráticos da UE, foram estabelecidas quatro categorias, que foram definidas da seguinte maneira:

- 1) Poder político: Esta categoria deve incluir itens que permita aos eurodeputados(as) expressarem suas concordâncias ou discordâncias com declarações que descrevem o impacto da utilização das novas tecnologias nos processos democráticos da UE no poder político dos parlamentares e do próprio Parlamento Europeu.
- 2) Participação política: Esta categoria deve incluir os itens que permitam aos eurodeputados(as)

expressar a sua opinião quanto ao impacto da utilização das novas tecnologias nos processos democráticos na participação política dos cidadãos.

- 3) Modernização dos processos democráticos da UE: Esta categoria deve incluir os itens que permitam aos eurodeputados(as) expressar a sua posição quanto ao modelo de utilização das novas tecnologias nos processos democráticos da UE.
- 4) Políticas públicas: Esta categoria deve incluir os itens que permitam aos eurodeputados(as) expressar a sua posição a respeito de quanto a utilização das novas tecnologias nos processos democráticos da UE influenciam e determinam a formulação de políticas públicas.

Com base nessas definições, foram elaborados vários itens em forma de afirmações relacionados ao questionamento: pensando na utilização das novas tecnologias nos processos democráticos do PE, de a sua opinião. Levou-se em consideração critérios como objetividade, simplicidade na formulação, credibilidade e clareza, conforme delineado no (Tabela 1) (Creswell, 2015; Dillman et al., 2014; Miles et al., 2020).

Tabela 3-1 - Questionamentos aos parlamentares portugueses do PE.

Pensando na utilização das novas tecnologias nos processos democráticos do PE, de a sua opinião: Classifique as seguintes frases de 1 (discordo totalmente) a 10 (concordo totalmente).

1) Promove a expansão do direito de voto e uma maior participação política.

2) Aumenta o poder do governo em estabelecer autoridade sobre os órgãos administrativos que executam funções públicas, com o objetivo de atender e controlar as necessidades e exigências da sociedade.

3) Possibilita uma maior especificidade funcional, isto é, a divisão de tarefas administrativas através da criação de órgãos burocráticos específicos, e uma maior integração entre todas as instituições administrativas que compõem o sistema político.

4) A burocracia administrativa interna representa um desafio para o processo de modernização política do PE.

5) Falta vontade política no PE para a proposição e implementação de projeto(s) de modernização política.

6) Questões como: exclusão e literacia digital são consideradas e priorizadas nas propostas e programas de modernização política do PE.

7) A modernização dos processos democráticos do PE causou um impacto prático nas vidas dos cidadãos da UE.

8) A utilização de novas tecnologias nos processos democráticos faz com que os cidadãos percebam os processos democráticos como mais eficazes e de melhor qualidade.

9) Os cidadãos têm uma percepção maioritariamente positiva a respeito da migração dos processos democráticos tradicional (presenciais) para os eletrônicos (digitais).

10) A utilização de novas tecnologias nos processos democráticos tem modificado a relação entre cidadão e governo, ampliando a participação e transparência.

11) A análise dos dados coletados por meio de pesquisas de opinião e a avaliação do nível de participação dos cidadãos nas plataformas digitais são formas de mensurar o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos do PE.

Oportunidades e ameaças

A modernização dos processos democráticos através da utilização das novas tecnologias no PE representa:

12) O incremento do interesse e envolvimento dos cidadãos no debate, proposta, implementação e monitorização de políticas públicas.

13) Redução dos custos administrativos e operacionais associados aos processos democráticos.

14) Ampla cobertura territorial.

15) A participação ativa de indivíduos expatriados.

16) A possibilidade de o PE tomar decisões políticas muito mais precisas baseadas na análise de uma grande quantidade de dados.

17) Redução da dependência da representatividade política por parte dos cidadãos.

18) A promoção da descentralização das decisões políticas, com vista a viabilizar a autonomia administrativa e política dos distritos e regiões na gestão das suas políticas públicas.

19) Um risco ao modelo de democracia representativa atual do PE.

20) A adaptação do PE à realidade de uma sociedade cada vez mais hipertecnológica.

Fonte: Elaborado pelo autor

Os itens formulados foram posteriormente submetidos a um processo de análise e seleção, envolvendo tanto abordagens qualitativas quanto quantitativas. Durante esse procedimento, alguns itens foram reformulados ou excluídos. Os itens desenvolvidos e sua correspondência com as categorias estabelecidas foram submetidos à avaliação crítica pela orientadora de doutoramento, a Dra. Maria José Sousa, que expressou seu parecer favorável, fornecendo *insights* valiosos para esclarecer alguns pontos. Em seguida, os itens e definições foram apresentados à perita Dra. Isabel Flores, especialista na área de políticas públicas, para avaliação adicional. Após a validação conceitual (validade de construção), procedeu-se à aplicação do questionário. Especificamente, a pesquisa foi administrada a uma amostra composta por 21 eurodeputados(as) portugueses eleitos em 2019, os quais foram solicitados a preencher o questionário durante o processo de aplicação.

O questionário definitivo utilizado nos participantes da pesquisa está anexado (Anexo I) a este

estudo. O método escolhido para a aplicação do questionário envolveu uma amostragem por conveniência, direcionada idealmente aos 21 eurodeputados(as).

O questionário foi projetado para manter o anonimato dos respondentes e precedidos por um cabeçalho explicativo, no qual foram apresentados os objetivos do estudo em andamento. Isso foi feito para garantir o anonimato, a confidencialidade e a obtenção do consentimento informado de todos os participantes.

3.9.2 Inquérito aos cidadãos portugueses.

Foi conduzida uma pesquisa junto aos cidadãos portugueses, utilizando uma amostragem por conveniência e a técnica não probabilística *snowball*. O questionário foi elaborado com base nos insights obtidos a partir das respostas do questionário aplicado aos eurodeputados(as) e destinava-se a investigar a perspectiva dos cidadãos em relação à incorporação das novas tecnologias no contexto democrático, abordando questões relevantes relacionadas a esse tópico. Este questionário virtual incluiu itens de resposta no formato *Likert*, com uma escala que variava de 1 a 10. Um link para o questionário virtual foi disponibilizado por meio de um formulário web criado no *Google Forms*, uma aplicação do Google que facilita a criação, partilha e distribuição de formulários online. Esse link foi divulgado aos cidadãos portugueses através de e-mails, bem como nas redes sociais, incluindo Facebook, Instagram e Twitter. O processo de coleta de dados ocorreu durante um período que abrangeu desde 14 de junho de 2023 até 02 de agosto de 2023. Foram recebidas 108 respostas dos cidadãos portugueses. O questionário norteou a pesquisa com o propósito de abordar os objetivos gerais 3 e 4, com um enfoque, em particular, nos seguintes aspectos:

- 1) Com quais definições do conceito de modernização dos processos democráticos e sua relação com a promoção do acesso e envolvimento dos cidadãos na discussão, proposta, formulação, definição, implementação e fiscalização de políticas os cidadãos portugueses mais se alinham? Dada a diversidade semântica que caracteriza o conceito de modernização dos processos democráticos, com definições frequentemente conflitantes de diferentes autores, é de grande relevância compreender os significados atribuídos a esse conceito por parte dos cidadãos portugueses.
- 2) Quais são os critérios estabelecidos para validar e reconhecer as iniciativas de modernização dos processos democráticos na UE? De que modo os cidadãos portugueses se posicionam em relação a esse processo, concordando ou discordando, em maior medida.

- 3) Como os modelos de reforma e modernização dos processos democráticos da UE, através da adoção de novas tecnologias, influenciaram as práticas políticas dos cidadãos portugueses? É relevante investigar se essas mudanças resultaram efetivamente em uma alteração substancial nas práticas. Nesse contexto, as práticas políticas merecem atenção especial, pois podem ser áreas suscetíveis a mudanças significativas devido à introdução do conceito de modernização dos processos democráticos.
- 4) Avaliar o impacto das iniciativas e programas de modernização política da UE nos cidadãos de Portugal? É de relevância investigar até que ponto os cidadãos portugueses consideram que a modernização dos processos democráticos pode afetá-los politicamente.

Com base nessas questões fundamentais como base, e após revisão da literatura relevante sobre a problemática das competências, foram estabelecidas quatro categorias, que foram definidas da seguinte maneira:

- 1) Poder político: Esta categoria deve incluir itens que permitam aos cidadãos portugueses expressarem as suas concordâncias ou discordâncias com declarações que descrevem o impacto da utilização das novas tecnologias nos processos democráticos da UE no poder político dos parlamentares e do próprio Parlamento Europeu.
- 2) Participação política: Esta categoria deve incluir os itens que permitam aos cidadãos portugueses exprimirem a sua opinião quanto ao impacto da utilização das novas tecnologias nos processos democráticos na participação política.
- 3) Modernização dos processos democráticos da UE: Esta categoria deve incluir os itens que permitam aos cidadãos portugueses exprimirem a sua posição quanto à utilização das novas tecnologias nos processos democráticos da UE.
- 4) Políticas públicas: Esta categoria deve incluir os itens que permitam aos cidadãos portugueses exprimirem a sua posição a respeito de quanto a utilização das novas tecnologias nos processos democráticos da UE influenciam e facilitam a formulação de políticas públicas direta ou indiretamente.

Com base nessas definições, foram elaborados vários itens em forma de afirmações relacionados ao questionamento: pensando na utilização das novas tecnologias nos processos democráticos do PE,

de a sua opinião. Levou-se em consideração critérios como objetividade, simplicidade na formulação, credibilidade e clareza, conforme delineado no (Tabela 3) (Dillman et al., 2014; Fowler, 2014).

Tabela 3-2 - Questionamentos aos cidadãos portugueses.

Pensando na utilização das novas tecnologias nos processos democráticos do PE, de a sua **opinião**: Classifique as seguintes frases de 1 (discordo totalmente) a 10 (concordo totalmente).

- 1) Promove a expansão do direito de voto e uma maior participação política.

- 2) Fortalece o governo ao dar-lhe mais autoridade sobre os órgãos que executam funções públicas, para que este possa atender e controlar as necessidades e exigências da sociedade.

- 3) Permite tornar as funções mais específicas, ou seja, dividir as tarefas administrativas criando órgãos burocráticos especializados, e promover uma melhor colaboração entre todas as instituições administrativas que fazem parte do sistema político.

- 4) A burocracia administrativa interna representa um desafio político para a implementação das novas tecnologias nos processos democráticos do PE.

- 5) Falta de vontade política no PE para a proposição e implementação de projeto(s) de modernização dos processos democráticos.

- 6) Questões como: exclusão (quando pessoas ficam de fora das oportunidades digitais) e literacia digital (saber usar as tecnologias de forma adequada) são consideradas e priorizadas nas propostas e programas de modernização política do PE.

- 7) Investimentos em infraestrutura digital e educação são necessários para garantir a participação plena dos cidadãos nos processos democráticos e estimular o progresso económico na UE.

- 8) A modernização dos processos democráticos da União Europeia teve um efeito real nas vidas dos cidadãos da UE.

- 9) Faz com que os cidadãos percebam os processos democráticos como mais eficazes e de melhor qualidade.

- 10) Aumenta a sua sensação de participação e participação política.

- 11) Melhora a sua confiança nos processos democráticos.

- 12) Torna os processos mais inclusivos e acessíveis a todos os grupos da sociedade.

- 13) Fortalece a confiança nas instituições políticas da UE.

- 14) A migração dos processos democráticos tradicionais para os electrónicos torna as decisões políticas mais eficientes e ágeis.

- 15) A utilização de novas tecnologias nos processos democráticos tem modificado a relação entre cidadão e governo, ampliando a participação e transparência.

- 16) Aumentar a responsabilidade dos políticos perante os cidadãos.

-
- 17) A avaliação do nível de participação dos cidadãos nas plataformas digitais é uma forma adequada de medir o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos do PE.
-
- 18) Aumentou o envolvimento dos cidadãos no debate, proposta, implementação e monitorização de políticas públicas.
-
- 19) Possibilita uma participação mais ampla e inclusiva de cidadãos em diferentes regiões da UE.
-
- 21) Fortalece a legitimidade das decisões políticas ao alcançar uma ampla cobertura territorial.
-
- 22) Reduz custos associados aos deslocamentos físicos e logística da participação e utilização dos processos democráticos pelos cidadãos.
-
- 23) Possibilita uma maior representatividade política dos indivíduos expatriados.
-
- 24) A modernização dos processos democráticos do PE por meio das novas tecnologias e análise de dados contribui para uma tomada de decisões políticas mais precisa e fundamentada.
-
- 25) Redução da dependência da representatividade política tradicional por parte dos cidadãos.
-
- 26) Permite aos cidadãos influenciarem diretamente as decisões políticas.
-
- 27) Promove a descentralização das decisões políticas, com vista a viabilizar a autonomia financeira, administrativa e política dos distritos e regiões na gestão das suas políticas públicas.
-
- 28) Fortalece a governança local e aumenta a eficácia das políticas públicas.
-
- 29) Permite uma melhor adaptação das políticas públicas às necessidades específicas de cada região.
-
- 30) Contribui para a descentralização de recursos e investimentos, estimulando o crescimento económico em diferentes regiões.
-
- 31) Um risco ao modelo de democracia representativa atual do PE.
-
- 32) Um desafio ao papel dos representantes eleitos e a sua capacidade de tomar decisões em nome dos cidadãos.
-
- 33) Pode requerer mudanças nas estruturas e nos procedimentos políticos existentes.
-
- 34) A adaptação do PE a realidade de uma sociedade cada vez mais hipertecnológica.
-
- 35) Estimula o interesse e a participação política dos jovens na UE.
-
- 36) A velocidade do avanço das novas tecnologias, supera a capacidade de regulação dos processos democráticos.
-

Fonte: Elaborado pelo autor

Os itens formulados foram posteriormente submetidos a um processo de análise e seleção, envolvendo tanto abordagens qualitativas quanto quantitativas. Durante esse procedimento, alguns itens foram reformulados ou excluídos. Os itens desenvolvidos e sua correspondência com as categorias estabelecidas foram submetidos à avaliação crítica pela orientadora de doutoramento, a Dra. Maria José Sousa, que expressou seu parecer favorável, fornecendo *insights* valiosos para esclarecer alguns pontos (Dillman et al., 2014; Fowler, 2014).

Após a validação conceitual (validade de construção), procedeu-se à aplicação do questionário. Particularmente, a pesquisa foi administrada aos cidadãos portugueses (amigos e conhecidos), empregando uma amostragem de conveniência e a técnica não probabilística *snowball*. Nesse contexto, os participantes foram convidados a preencher o questionário e, posteriormente, encorajados a compartilhar o link com um amplo círculo de conhecidos ao longo do processo de coleta de dados (Dillman et al., 2014; Fowler, 2014).

O questionário utilizado na pesquisa está disponível como anexo a este estudo. Para a coleta de dados, adotamos uma estratégia de amostragem de conveniência combinada com a técnica não probabilística *snowball*. Nesse contexto, os participantes foram convidados a preencher o questionário e, posteriormente, incentivados a compartilhar o *link* com um amplo círculo de conhecidos ao longo do processo de coleta de dados. O questionário foi cuidadosamente elaborado para preservar o anonimato dos respondentes e foi precedido por um cabeçalho explicativo, no qual foram apresentados os objetivos do estudo em curso. Essa abordagem foi adotada com o intuito de garantir a confidencialidade, o anonimato e a obtenção do consentimento informado de todos os participantes (Dillman et al., 2014; Fowler, 2014).

3.10 Análise documental.

A análise documental é uma etapa crucial em muitas pesquisas acadêmicas e científicas, incluindo aquelas que buscam compreender as políticas e regulamentações em um determinado campo. No contexto deste estudo, o objetivo da análise documental foi identificar ações concretas da União Europeia (UE) que se concentraram no tema da modernização da governança pública e processos democráticos por meio do uso das novas tecnologias (NTICs) entre 1999 e 2022 (Tabela 4). Este processo envolveu uma série de etapas e princípios bem definidos. A análise documental foi conduzida com base em documentos oficiais da UE que contêm citações a respeito do tema em questão. Esses documentos publicados por instituições como a Comissão Europeia, Comitê Europeu e Parlamento Europeu, fornecem uma visão abrangente das políticas, regulamentações e ações adotadas pela UE nesse domínio até a atualidade, e foram utilizados como fonte de dados secundários para a pesquisa. Neste estudo, foi feita a análise de conteúdo dos documentos através da utilização da ferramenta ATLAS.ti, aplicando a técnica de codificação e categorização temática para examinar os dados qualitativos provenientes dos documentos. Cada política pública foi desmembrada em suas partes essenciais, codificando-se elementos transversais ao referencial teórico e aos objetivos gerais e específicos da pesquisa. Esses elementos foram alocados em quatro categorias: governo em linha

(GL), processos democráticos em linha (PDL), inclusão digital (ID) e literacia digital (LD). Esta codificação e categorização temática serviram como blocos de construção, revelando padrões consistentes e tendências ao longo das décadas de esforços da UE para modernizar seus processos democráticos e governança pública. Isso expôs não apenas os contornos das políticas públicas, mas também as narrativas subjacentes, proporcionando uma compreensão profunda e multifacetada do panorama da modernização digital na organização. A análise documental norteou a pesquisa com o propósito de abordar os objetivos gerais 2, 3 e 4, com um enfoque, em particular, nos seguintes aspectos:

- 1) Propostas que visam a digitalização dos serviços públicos, tornando os processos governamentais mais eficazes e acessíveis aos cidadãos por meio de plataformas em linha.
- 2) Propostas que tiveram como objetivo o uso das novas tecnologias para facilitar e aprimorar os mecanismos democráticos da UE e a promoção de uma governança mais aberta, responsiva e participativa por meio da aplicação estratégica da tecnologia da informação e comunicação como: plataformas de participação pública digital, portais governamentais interativos, debates públicos em linha, votação eletrônica e eleições em linha.
- 3) Identificar nas políticas públicas temáticas, propostas direcionadas à promoção da inclusão e literacia digital que garantisse o acesso equitativo e oportunidades no mundo digital para todas as pessoas, eliminando disparidades socioeconômicas no acesso à tecnologia e às oportunidades em linha.
- 4) Identificar nas políticas públicas de modernização digital da UE, ações concretas direcionadas aos cidadãos de promoção da literacia digital com o objetivo de capacitá-los para usar e interpretar informações digitais de maneira crítica e eficaz, permitindo assim, que as pessoas participem ativamente na sociedade digital, tomem decisões informadas e naveguem no mundo online com confiança (Bardin, 2011; Hennen et al., 2020; Krippendorff, 2019; Patton, 2015; Prins et al., 2017; Sgueo, 2020).

Tabela 3-3 - Documentos oficiais da União Europeia

Título		eEurope - Uma sociedade da informação para todos
1999 - DOC01	Nº Documento	51999DC0687
	Tipo	Comunicação
	Autor	Comissão Europeia

	Data de publicação	08/12/1999
	Local de publicação	Bruxelas, Bélgica.
	Público-alvo	Conselho Europeu
	Propósito do documento	A passagem para uma economia digital baseada no conhecimento pode vir a ser um poderoso factor de crescimento, de competitividade e de criação de empregos, além de permitir melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e o ambiente. Para criar esta " sociedade da informação para todos", a Comissão lançou, em 1999, a iniciativa eEurope, um programa ambicioso destinado a generalizar, tanto quanto possível, as tecnologias da informação.
	Local da fonte	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=legissum%3A124221
	Título	eEurope 2002 Uma Sociedade da Informação para Todos Projecto de Plano de Acção preparado pela Comissão Europeia para o Conselho Europeu da Feira 19-20 de Junho /* COM/99/0687 final */
	Nº Documento	52000DC0330
	Tipo	Relatório
	Autor	Comissão Europeia
	Data de publicação	24/05/2000
2000 - DOC02	Local de publicação	Bruxelas, Bélgica.
	Público-alvo	Conselho Europeu
	Propósito do documento	O presente plano de acção tem por objectivo garantir a consecução das metas fixadas na Cimeira de Lisboa, definindo as medidas necessárias para tal. A eEurope identificou inicialmente 10 áreas em que uma acção a nível europeu produziria um valor acrescentado. No presente plano de acção, as áreas-chave foram revistas à luz das conclusões da Cimeira de Lisboa e das numerosas reacções comunicadas à Comissão, nomeadamente do Parlamento Europeu e dos Estados-Membros e ainda no decurso da Conferência Ministerial informal sobre a sociedade da informação e do conhecimento, realizada em Lisboa, nos dias 10 e 11 de Abril.
	Local da fonte	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52000DC0330
	Título	Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu - eEurope 2002: Impacto e prioridades Comunicação ao Conselho Europeu da Primavera, em Estocolmo, de 23 a 24 de Março de 2001 /* COM/2001/0140 final */
2001 - DOC03	Nº Documento	52001DC0140
	Tipo	Comunicação
	Autor	Comissão Europeia
	Data de publicação	13/03/2001
	Local de publicação	Bruxelas, Bélgica.

	publicação
	Público-alvo Conselho e Parlamento Europeu.
	Propósito do documento A presente comunicação constitui a contribuição da Comissão Europeia para esse debate. Tem como base o relatório de estratégia preparado pela Comissão para a Cimeira da Primavera em Estocolmo [4], desenvolvendo a sua componente eEurope. Baseia-se igualmente em debates com os Estados - Membros no Conselho e nos grupos de trabalho ad hoc.
	Local da fonte https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:52001DC0140
2003 - DOC04	Título Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões - Relatório Final do eEurope 2002 /* COM/2003/0066 final */
	Nº Documento 52003DC0066
	Tipo Comunicação
	Autor Comissão Europeia
	Data de publicação 11/02/2003
	Local de publicação Bruxelas, Bélgica.
	Público-alvo Conselho e Parlamento Europeu, Comité Económico e Social e Comité das Regiões.
	Propósito do documento O presente documento salienta as realizações do eEurope e identifica os obstáculos ainda existentes ao pleno desenvolvimento da sociedade da informação na Europa. É acompanhado de um [documento de trabalho dos serviços da Comissão] com comentários aos progressos realizados no que respeita a cada uma das 64 metas.
	Local da fonte https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52003DC0066
2002 - DOC05	Nº Documento 52002DC0263
	Tipo Comunicação
	Autor Comissão Europeia
	Data de publicação 28/05/2002
	Local de publicação Bruxelas, Bélgica.
	Público-alvo Conselho e Parlamento Europeu, Comité Económico e Social e Comité das Regiões.
	Propósito do documento O objectivo do presente plano de acção consiste em proporcionar um ambiente favorável ao investimento privado e à criação de emprego, impulsionar a produtividade, modernizar os serviços públicos e oferecer a todos a oportunidade de participarem na sociedade mundial da informação. Assim, o eEurope 2005 visa estimular serviços, aplicações e conteúdos seguros assentes numa infraestrutura de banda larga amplamente disponível.
	Local da fonte https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52002DC0263&qid=1696829705986

	<p>Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Plano de acção “Administração em linha i2010” - Acelerar a Administração em linha na Europa para benefício de todos {SEC(2006) 511 }</p>
	<p>Nº Documento 52006DC0173</p>
	<p>Tipo Comunicação</p>
	<p>Autor Comissão Europeia</p>
	<p>Data de publicação 25/04/2006</p>
	<p>Local de publicação Bruxelas, Bélgica.</p>
	<p>Público-alvo Conselho, Parlamento Europeu.</p>
2006 - DOC06	<p>A Comissão apresenta o seu Plano de Acção “Administração em linha”, integrado na sua iniciativa i2010 para o emprego e o crescimento na sociedade da informação, como contributo importante para a Agenda de Lisboa e outras políticas da Comunidade Europeia. Os países mais avançados na abertura e eficiência do sector público e na disponibilização de serviços de Administração em linha são também os primeiros no desempenho económico e na competitividade. Esta forte ligação entre competitividade nacional, capacidade de inovação e qualidade das administrações públicas mostra que, na economia mundial, uma melhor governação é um factor imperativo para a competitividade.</p> <p>Propósito do documento Com os serviços em linha, as administrações públicas podem dar um importante contributo para a Agenda de Lisboa. É igualmente importante acelerar a implantação da Administração em linha com vista à modernização e à inovação, dado que os governos enfrentam grandes desafios, como o envelhecimento da população, as alterações climáticas ou o terrorismo, e os cidadãos exigem melhores serviços, melhor segurança e melhor democracia, enquanto as empresas exigem menos burocracia e mais eficiência. Continuando a União Europeia a expandir-se e a abranger uma diversidade crescente, surgem novas necessidades e exigências, como a criação de serviços públicos transfronteiras sem descontinuidades, essenciais para aumentar as oportunidades de mobilidade linha pode ajudar os governos a responder a estes desafios e exigências.</p>
	<p>Local da fonte https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52006DC0173&qid=1696830189798</p>
	<p>Título Tratado de Lisboa que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia, assinado em Lisboa em 13 de Dezembro de 2007</p>
	<p>Nº Documento 12007L/TXT</p>
	<p>Tipo Tratado</p>
2007 - DOC07	<p>Autor Estados-Membros</p>
	<p>Data de publicação 13/12/2007</p>
	<p>Local de publicação Lisboa, Portugal.</p>
	<p>Público-alvo Estados-Membros</p>

	UE. SUA MAJESTADE A RAINHA DO REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E DA IRLANDA DO NORTE, DESEJANDO completar o processo lançado pelo Tratado de Amesterdão e pelo Tratado de Nice no sentido de reforçar a eficiência e a legitimidade democrática da União, e bem assim a coerência da sua acção, RESOLVERAM alterar o Tratado da União Europeia, o Tratado que institui a Comunidade Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica...
Propósito do documento	
Local da fonte	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A12007L%2FTXT
Título	Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões Uma Agenda Digital para a Europa /* COM/2010/0245 final */
Nº Documento	52010DC0245
Tipo	Comunicação
Autor	Comissão Europeia
2010 - DOC08	Data de publicação 19/05/2010
	Local de publicação Bruxelas, Bélgica.
Público-alvo	Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões
Propósito do documento	O objectivo geral da Agenda Digital é extrair benefícios económicos e sociais sustentáveis de um mercado único digital, com base na Internet rápida e ultrarrápida e em aplicações interoperáveis.
Local da fonte	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:52010DC0245
Título	Regulamento (UE) n. ° 211/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Fevereiro de 2011 , sobre a iniciativa de cidadania.
Nº Documento	32011R0211
Tipo	Regulamento
Autor	Parlamento Europeu, Conselho da União Europeia
2011 - DOC09	Data de publicação 16/02/2011
	Local de publicação Bruxelas, Bélgica.
Público-alvo	Estados-Membros
Propósito do documento	O presente regulamento estabelece os procedimentos e as condições para a apresentação de uma iniciativa de cidadania, tal como previsto no artigo 11.o do TUE e no artigo 24.o do TFUE.
Local da fonte	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32011R0211&qid=1696876218119
Título	Regulamento (UE) 2019/788 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2019, sobre a iniciativa de cidadania europeia (Texto relevante para efeitos do EEE.)
2019 - DOC10	Nº Documento 32019R0788
	Tipo Regulamento
	Autor Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia

	Data de publicação	17/04/2019
	Local de publicação	Bruxelas, Bélgica.
	Público-alvo	Estados-Membros
	Propósito do documento	O presente regulamento estabelece os procedimentos e condições aplicáveis às iniciativas que convidam a Comissão a apresentar, no âmbito das suas atribuições, uma proposta adequada em matérias sobre as quais os cidadãos da União consideram necessário um ato jurídico da União para aplicar os Tratados («iniciativa de cidadania europeia» ou «iniciativa»).
	Local da fonte	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32019R0788&qid=1696915572742
	Título	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Plano de acção europeu (2011-2015) para a administração pública em linha Tirar partido das TIC para promover uma administração pública inteligente, sustentável e inovadora /* COM/2010/0743 final */
	Nº Documento	52010DC0743
	Tipo	Comunicação
2010 - DOC11	Autor	Comissão Europeia
	Data de publicação	15/12/2010
	Local de publicação	Bruxelas, Bélgica.
	Público-alvo	Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões
	Propósito do documento	Plano de acção europeu (2011-2015) para a administração pública em linha: Tirar partido das TIC para promover uma administração pública inteligente, sustentável e inovadora
	Local da fonte	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52010DC0743&qid=1696878043133
	Título	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Estratégia para o Mercado Único Digital na Europa /* COM/2015/0192 final */
	Nº Documento	52015DC0192
	Tipo	Comunicação
2015 - DOC12	Autor	Comissão Europeia
	Data de publicação	06/05/2015
	Local de publicação	Bruxelas, Bélgica.
	Público-alvo	Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões

Propósito do documento	A presente Estratégia para o Mercado Único Digital beneficiou dos contributos dos Estados-Membros, do Parlamento Europeu e das partes interessadas e do diálogo com estes estabelecido. É de âmbito plurianual e centra-se em ações-chave interdependentes que só podem ser tomadas a nível da UE. As ações foram escolhidas de forma a obterem um impacto máximo, podem ser executadas durante o mandato da atual Comissão e serão levadas a cabo em consonância com os princípios de «Legislar Melhor». Cada ação será objeto de uma consulta e avaliação de impacto adequadas. A Estratégia para o Mercado Único Digital assentará em três pilares: Melhor acesso dos consumidores e empresas a bens e serviços em linha em toda a Europa – o que exige a rápida eliminação de diferenças-chave entre os mundos em linha e fora de linha a fim de derrubar os obstáculos à atividade transfronteiras em linha. Criação das condições adequadas para o desenvolvimento de redes e serviços digitais — o que implica a disponibilidade de infraestruturas de alta velocidade, seguras e fiáveis e de serviços de conteúdos, apoiados por condições regulamentares adequadas que promovam a inovação, o investimento, a concorrência leal e condições de concorrência equitativas. Otimização do potencial de crescimento da nossa Economia Digital Europeia — o que implica investir em infraestruturas e tecnologias TIC, como a computação em nuvem e megadados, investigação e inovação com vista a dinamizar a competitividade industrial, bem como a melhorar os serviços públicos, a inclusividade e as competências.
Local da fonte	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:52015DC0192
Título	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Plano de ação europeu (2016-2020) para a administração pública em linha Acelerar a transformação digital da administração pública COM/2016/0179 final
Nº Documento	52016DC0179
Tipo	Comunicação
Autor	Comissão Europeia, Direção-Geral de Redes de Comunicações, Conteúdos e Tecnologia
2016 - DOC13	Data de publicação 19/04/2016
	Local de publicação Bruxelas, Bélgica.
Público-alvo	Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões
Propósito do documento	Até 2020, as administrações públicas e as instituições públicas da União Europeia deverão ser abertas, eficientes e inclusivas, prestando serviços públicos em linha integrais, sem fronteiras, personalizados e de fácil utilização a todos os cidadãos e empresas na UE. São utilizadas abordagens inovadoras na conceção e prestação de serviços melhores de acordo com as necessidades e exigências dos cidadãos e das empresas. As administrações públicas utilizam as oportunidades oferecidas pelo novo ambiente digital para facilitar a sua interação entre si e com as partes interessadas.
Local da fonte	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52016DC0179&qid=1696879533333
Título	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre o plano de ação para a democracia europeia COM/2020/790 final
2020 - DOC14	Nº Documento 52020DC0790
	Tipo Comunicação

Autor	Comissão Europeia, Secretariado-Geral
Data de publicação	03/12/2020
Local de publicação	Bruxelas, Bélgica.
Público-alvo	Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões
Propósito do documento	<p>O presente plano de ação tem por destinatários as instituições da UE, os governos e parlamentos nacionais –, que são os principais responsáveis pela garantia do bom funcionamento da democracia–, bem como outras autoridades nacionais, os partidos políticos, os meios de comunicação social, a sociedade civil e as plataformas em linha. No pleno respeito das competências nacionais, estabelece um quadro político reforçado da UE e medidas específicas destinadas a:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Promover eleições livres e justas e uma forte participação democrática; -Apoiar meios de comunicação social livres e independentes; e -Combater a desinformação. <p>Uma democracia saudável depende da participação dos cidadãos e de uma sociedade civil permanentemente ativa, não apenas em época de eleições. Cidadãos empenhados, informados e capacitados são a melhor garantia de resiliência para as nossas democracias. O plano de ação dá especial atenção à capacitação dos cidadãos e da sociedade civil para combaterem as ameaças.</p>
Local da fonte	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52020DC0790&qid=1696880074055
Título	<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES</p> <p>Orientações para a Digitalização até 2030: a via europeia para a Década Digital</p> <p>COM/2021/118 final</p>
Nº Documento	52021DC0118
Tipo	Comunicação
Autor	Comissão Europeia, Direção-Geral de Redes de Comunicações, Conteúdos e Tecnologia
Data de publicação	09/03/2021
Local de publicação	Bruxelas, Bélgica.
Público-alvo	Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões
Propósito do documento	<p>À luz destes desafios, a nossa ambição declarada é mais importante do que nunca: prosseguir políticas digitais que capacitem as pessoas e as empresas a tirar proveito de um futuro digital sustentável, mais próspero e centrado no ser humano. A Europa terá de tirar partido dos seus pontos fortes — um mercado único aberto e competitivo, regras sólidas que incorporam os valores europeus, um interveniente assertivo no comércio internacional justo e com regras, uma base industrial sólida, pessoas altamente qualificadas e uma sociedade civil sólida. Ao mesmo tempo, tem de avaliar e ultrapassar cuidadosamente quaisquer fragilidades estratégicas, vulnerabilidades e dependências perigosas que ponham em risco a realização das suas ambições e tem de acelerar o investimento associado.</p>

2021 -
DOC15

Local da fonte	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52021DC0118
Título	Decisão (UE) 2022/2481 do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de dezembro de 2022 que estabelece o programa Década Digital para 2030 (Texto relevante para efeitos do EEE)
Nº Documento	32022D2481
Tipo	Decisão
Autor	Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia
Data de publicação	14/12/2022
Local de publicação	Bruxelas, Bélgica.
2022 - DOC16 Público-alvo	Estados-Membros
Propósito do documento	<p>1. A presente decisão estabelece o programa Década Digital para 2030 e cria um mecanismo de acompanhamento e cooperação para esse programa, destinado a:</p> <p>a) Criar um ambiente favorável à inovação e ao investimento, definindo uma direção clara para a transformação digital da União e para a consecução de metas digitais a nível da União até 2030, com base em indicadores mensuráveis;</p> <p>b) Estruturar e estimular a cooperação entre o Parlamento Europeu, o Conselho, a Comissão e os Estados-Membros;</p> <p>c) Promover a coerência, a comparabilidade, a transparência e a integralidade do acompanhamento e da prestação de informações pela União.</p> <p>2. A presente decisão estabelece um quadro para projetos plurinacionais.</p>
Local da fonte	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32022D2481&qid=1696880915539

Fonte: Elaborado pelo autor

A análise desses documentos não apenas fornece uma visão detalhada das políticas e regulamentações propostas, mas também ajuda a entender como a UE vem respondendo às demandas por modernização dos processos democráticos em um mundo cada vez mais digitalizado. Isso permite avaliar o impacto das medidas propostas, suas implicações para os cidadãos e a eficácia das estratégias de implementação. Essa abordagem é valiosa para a pesquisa nesse campo porque fornece uma base sólida para entender as políticas em vigor e o progresso em direção a uma democracia mais tecnologicamente avançada, inclusiva, segura e participativa na União Europeia (Hennen et al., 2020; Prins et al., 2017; Sgueo, 2020).

3.11 Considerações Éticas.

Em qualquer empreendimento de pesquisa no campo das ciências sociais e humanas, é imperativo abordar com extrema cautela as preocupações éticas, uma vez que o foco recai sobre a conduta dos

seres humanos, o que poderia potencialmente causar dificuldades, danos, desconforto, confusão ou até mesmo afetar negativamente as vidas daqueles que participam. Para mitigar esses possíveis impactos adversos, é essencial respeitar certos direitos fundamentais. São eles: 1) o direito à privacidade ou à não participação; 2) o direito ao anonimato; 3) o direito à confidencialidade, ou seja, a proteção dos dados contra acessos não autorizados por terceiros; e, por fim, 4) o direito de confiar na responsabilidade do pesquisador, que deve agir de forma a garantir que os participantes não sofram quaisquer prejuízos. Portanto, em estrita adesão às diretrizes éticas e em um firme compromisso com o bem-estar e a salvaguarda dos participantes, todas as pessoas envolvidas no estudo terão sua identidade preservada por meio da utilização de códigos, e quaisquer informações que pudessem possibilitar a sua identificação serão devidamente omitidas. Além disso, será assegurado o respeito pela privacidade, evitando-se questões pessoais irrelevantes e respeitando a opção de não participação. Os dados coletados serão usados exclusivamente para fins científicos, e todos os registros brutos serão destruídos após a conclusão da defesa da tese. Em todas as etapas do processo, o princípio do consentimento informado será rigorosamente observado (Tuckman & Harper, 2012).

4) CAPÍTULO IV – Apresentação dos resultados

Introdução

Esse capítulo tem como propósito principal apresentar e descrever os dados coletados durante o estudo. O contexto da coleta de dados está intrinsecamente ligado ao objetivo principal do estudo, que é investigar a modernização dos processos democráticos na União Europeia (UE) com um foco específico em Portugal. O objetivo central é identificar e analisar as iniciativas e programas implantados pela UE, relacionados à modernização democrática por meio da incorporação de novas tecnologias. Adicionalmente, o objetivo é entender como os eurodeputados(as) e os cidadãos portugueses percebem o impacto dessas propostas na promoção do acesso e na participação em diferentes fases do processo político da organização. A escolha dos instrumentos de coleta de dados, ou seja, os questionários aos parlamentares e cidadãos portugueses e a análise documental, é fundamental para atender aos objetivos da pesquisa. Os questionários permitiram obter informações diretamente dos parlamentares e cidadãos portugueses, possibilitando a coleta de dados sobre suas

propostas e percepções. Essa abordagem quantitativa fornece dados estruturados que podem ser analisados estatisticamente, o que é relevante para a quantificação das tendências e padrões nas opiniões de parlamentares e cidadãos portugueses sobre o tema.. Por outro lado, a análise documental, que envolve a revisão de documentos oficiais da UE que contenham informações sobre as propostas de modernização dos processos democráticos através da utilização das novas tecnologias, é uma abordagem qualitativa que enriquece a pesquisa ao fornecer contexto e detalhes sobre as propostas em análise. Isso permite uma compreensão mais profunda das políticas em questão e ajuda a contextualizar as respostas dos parlamentares e dos cidadãos portugueses nos questionários. Portanto, a combinação desses instrumentos de coleta de dados é crucial para alcançar uma visão abrangente da modernização democrática na UE, considerando tanto a perspectiva da organização (UE), dos tomadores de decisão (parlamentares) quanto a percepção da população (cidadãos). Essa abordagem metodológica mista contribui para uma análise mais completa e contextualizada do tema em questão, fornecendo insights valiosos para a pesquisa acadêmica e a formulação de políticas públicas (Tufte, 2001).

4.1 Inquérito aos parlamentares portugueses

O inquérito foi realizado por meio de um questionário virtual, disponibilizando-se um *link* (por meio de um formulário *web* elaborado a partir do Google Forms, aplicativo do Google que permite a criação, compartilhamento e disponibilização de formulários na *web*) encaminhado aos 21 parlamentares portugueses do PE, eleitos em 2019, por e-mail, Facebook, Instagram e Twitter. O período considerado das respostas, foi entre os meses de fevereiro e março de 2023. Foram recebidas 13 respostas dos eurodeputados(as). Este questionário foi a ferramenta metodológica que norteou a pesquisa, sendo que sua elaboração visou entender questões relativas à percepção dos europarlamentares portugueses em relação ao uso das novas tecnologias nos processos democráticos da União Europeia. Os resultados obtidos a partir da análise desses questionários fornecerão *insights* valiosos para compreender a interação entre as novas tecnologias e o exercício democrático, além de contribuir para o conhecimento sobre as práticas e perspectivas dos eurodeputados portugueses em relação a essa temática específica. A pesquisa busca avaliar a extensão da utilização das novas tecnologias, as percepções sobre seus impactos na representação política e na participação dos cidadãos, bem como identificar possíveis desafios e oportunidades associados à sua implementação nos processos democráticos da União Europeia. A análise dos resultados desse questionário permitirá uma compreensão aprofundada da influência das novas tecnologias na dinâmica democrática europeia, contribuindo para o desenvolvimento de políticas e práticas mais eficazes na era digital.

4.1.1 Apresentação dos dados

Dos 13 eurodeputados entrevistados (Tabela 4-1), observou-se uma distribuição heterogênea em relação à faixa etária. Um total de 10 eurodeputados (76,92%) pertence à faixa etária de 36 a 55 anos, enquanto 3 eurodeputados (23,08%) se encontram na faixa etária de 56 a 75 anos. Esses resultados indicam uma predominância significativa de eurodeputados mais jovens, com idades entre 36 e 55 anos, representando a maioria absoluta do grupo pesquisado. Por outro lado, os eurodeputados com idades entre 56 e 75 anos constituem uma minoria em comparação. Essas informações são relevantes para compreender a composição etária dos eurodeputados participantes da pesquisa, bem como para analisar possíveis implicações e considerações relacionadas à diversidade geracional no contexto político europeu.

Tabela 4-1 - Idade

	Frequência	%
De 36 - 55	10	76,92%
De 56 - 75	3	23,08%

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos eurodeputados analisados (Tabela 4-2), 46,2% têm domicílio eleitoral na Área Metropolitana de Lisboa, o que indica uma representação significativa dessa região no Parlamento Europeu. Em seguida, com uma proporção menor, temos o Centro com 15,4% dos eurodeputados, seguido pela Madeira com 7,7%. Tanto o Norte quanto o Alentejo possuem uma representação de 23,1% e 7,7%, respectivamente. Esses resultados destacam a predominância da Área Metropolitana de Lisboa na eleição dos eurodeputados, sugerindo uma possível concentração de poder e influência política nessa região. No entanto, é importante ressaltar que essa análise é baseada em uma amostra específica de eurodeputados e pode não refletir a distribuição geral da representação política em todo o país.

Tabela 4-2 - Região de domicílio eleitoral em Portugal.

	Frequência	%
Alentejo	1	7,69%
Área Metropolitana de Lisboa	6	46,15%

Centro	2	15,38%
Madeira	1	7,69%
Norte	3	23,08%

Fonte: Elaborado pelo autor

Observa-se (Tabela 4-3) que a maior representação é do grupo político S&D, com 38,462% dos eurodeputados analisados pertencendo a esse grupo. Em seguida, temos o grupo PPE com 30,77% e o GUE/NGL 23,08%. Por fim, o grupo Verdes–EFA conta com 7,69% da representatividade. Essa distribuição indica que o grupo político S&D possui uma presença significativa entre os parlamentares portugueses analisados, enquanto os grupos GUE/NGL e PPE têm uma representação igualmente substancial. O grupo Verdes–EFA possui a menor representação entre os eurodeputados em questão.

Tabela 4-3 - Grupo político que pertence no PE.

	Frequência	%
GUE/NGL	3	23,08%
PPE	4	30,77%
S&D	5	38,46%
Verdes–EFA	1	7,69%

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos 13 eurodeputados entrevistados (Tabela 4-4), 3 (23,08%) responderam afirmativamente à pergunta, indicando que já apresentaram ou estão atualmente envolvidos em propostas legislativas ou comissões especiais voltadas para a modernização dos processos democráticos por meio do uso de novas tecnologias. Por outro lado, 10 eurodeputados (76,92%) responderam negativamente à pergunta, indicando que não estão envolvidos em nenhuma proposta legislativa ou comissão especial com esse objetivo.

Tabela 4-4 - Se já apresentou ou está atualmente envolvido em alguma proposta legislativa ou comissão especial que visa a modernização dos processos democráticos através da utilização de novas tecnologias.

	Frequência	%
Não	10	76,92%
Sim	3	23,08%

Fonte: Elaborado pelo autor

Os resultados (Tabela 4-5) indicam que 38,46% dos participantes avaliaram a afirmação com notas entre 8 e 10, destacando uma tendência positiva significativa nesse intervalo. Por outro lado, 7,69% dos eurodeputados deram uma pontuação de 5, indicando uma percepção mais cética em relação ao impacto das novas tecnologias nesse contexto. No entanto, a maioria expressou um grau de concordância moderado a forte, como evidenciado pelas respostas nas categorias de 6 a 10, totalizando 92,31% das respostas. A pontuação média para esta afirmação é de 7,06, indicando que a maioria dos eurodeputados (69,23%) avalia positivamente a capacidade das novas tecnologias em promover a expansão do direito de voto e uma maior participação política.

Tabela 4-5 - Promove a expansão do direito de voto e uma maior participação política.

Nota	Frequência	%
5	1	7,69%
6	3	23,08%
7	2	15,38%
8	4	30,77%
9	1	7,69%
10	2	15,38%

Fonte: Elaborado pelo autor

Observa-se (Tabela 4-6), verifica-se que a maioria dos participantes (46,14%) parece discordar ou discordar fortemente com a afirmação, indicado pelas respostas nas categorias 2, 3 e 5 da escala Likert. Isso sugere uma resistência significativa por parte dos eurodeputados em relação à ideia de aumentar o poder do governo sobre os órgãos administrativos. Por outro lado, 23,08% dos participantes forneceram uma pontuação de 7, indicando uma posição neutra sobre a afirmação. Apenas 30,76% dos participantes mostraram concordância significativa, com respostas nas categorias 8, 9 e 10. Os dados revelam uma divisão de opiniões entre os eurodeputados portugueses. Enquanto uma parte considerável parece discordar da afirmação, uma minoria expressa apoio a ela. A presença de respostas neutras também sugere que alguns participantes podem não ter uma posição definida sobre este assunto específico.

Tabela 4-6 - Aumenta o poder do governo em estabelecer autoridade sobre os órgãos administrativos que executam funções públicas, com o objetivo de atender e controlar as necessidades e exigências da

sociedade.

<i>Nota</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
2	2	15,38%
3	2	15,38%
5	2	15,38%
7	3	23,08%
8	1	7,69%
9	2	15,38%
10	1	7,69%

Fonte: Elaborado pelo autor

Os resultados (Tabela 4-7) revelaram que as respostas se distribuíram entre as categorias 4 a 10, o que indica que os entrevistados não consideraram a afirmação com notas muito baixas, sugerindo que, de alguma forma, eles veem valor na ideia de uma maior especificidade funcional e integração nas instituições administrativas do sistema político da União Europeia. A maioria das respostas (54,85%) concentra-se nas categorias 7 e 8, o que sugere que a maioria dos entrevistados tem uma percepção moderadamente positiva em relação a essa afirmação. Eles veem o potencial de maior especificidade funcional e integração como benéfico em algum grau. No entanto, é importante notar que 15,38% das respostas foram classificadas com uma nota de 5, o que indica que alguns entrevistados têm uma visão mais neutra ou indecisa sobre a afirmação. Além disso, 7,69% atribuíram uma nota de 10, sugerindo que há uma minoria que acredita fortemente que a maior especificidade funcional e integração são altamente benéficas. Essa variação nas respostas destaca a diversidade de opiniões dos eurodeputados(as) portugueses em relação à afirmação, o que pode refletir uma série de perspectivas em relação à eficácia e eficiência da administração no contexto da União Europeia.

Tabela 4-7 - Possibilita uma maior especificidade funcional, isto é, a divisão de tarefas administrativas através da criação de órgãos burocráticos específicos, e uma maior integração entre todas as instituições administrativas que compõem o sistema político.

<i>Nota</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
4	3	23,08%
5	2	15,38%
7	4	30,77%
8	3	23,08%
10	1	7,69%

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao analisar as respostas individuais (Tabela 4-8), observamos que a maioria dos eurodeputados (10 de 13) atribuiu pontuações acima de 7, representando 76,92% das respostas, indicando que eles consideram a burocracia administrativa interna como um desafio para o processo de modernização política da UE. Dentre esses, cinco eurodeputados atribuíram uma pontuação máxima de 10, demonstrando um alto nível de concordância. No entanto, uma minoria dos eurodeputados (3 de 13) atribuiu pontuações abaixo de 7, 15,38% das respostas, sugerindo uma discordância ou uma percepção menos crítica em relação à afirmação. Essa análise indica que a burocracia administrativa interna é percebida como um desafio para a modernização política da UE pela maioria dos eurodeputados. No entanto, é importante ressaltar que as opiniões individuais variam, o que sugere que alguns eurodeputados podem ter uma percepção menos problemática em relação à burocracia administrativa interna. Estas opiniões variadas podem refletir diferentes experiências ou perspectivas sobre como a burocracia afeta o processo de modernização política no PE.

Tabela 4-8 - A burocracia administrativa interna representa um desafio para o processo de modernização política do PE.

<i>Nota</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
4	1	7,69%
6	1	7,69%
7	1	7,69%
8	1	7,69%
9	4	30,77%
10	5	38,46%

Fonte: Elaborado pelo autor

A análise dos resultados (Tabela 4-9) referentes à afirmação "Falta vontade política no PE para a proposição e implementação de projeto(s) de modernização política", numa escala Likert de 1 a 10, revelaram uma distribuição variada nas respostas dos eurodeputados(as) portugueses. A maioria das respostas (69,22%) foi categorizada entre 1 e 5, indicando uma forte discordância ou neutralidade dos eurodeputados(as) em relação a afirmação. No entanto, o desvio padrão relativamente alto indica uma grande variabilidade nas respostas. Além disso, 7,69% das respostas estavam distribuídas de forma semelhante nas categorias 1, 2, 5, 6, 7 e 8, sugerindo que há uma divisão significativa de opiniões entre os parlamentares. Esta variação nas respostas reflete a diversidade de opiniões e atitudes dentro do grupo de eurodeputados portugueses em relação à falta de vontade política no PE para propostas de

modernização política.

Tabela 4-9 - Falta vontade política no PE para a proposição e implementação de projeto(s) de modernização política.

<i>Nota</i>	Frequência	%
1	1	7,69%
2	1	7,69%
3	5	38,46%
4	2	15,38%
5	1	7,69%
6	1	7,69%
7	1	7,69%
8	1	7,69%

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao analisar as respostas dos eurodeputados(as) em relação à afirmação (Tabela 4-10) “Questões como: exclusão e literacia digital são consideradas e priorizadas nas propostas e programas de modernização política do PE”, verificou-se uma forte concordância com 76,92% das respostas recebendo notas de 7 a 10. No entanto, 23,07% das respostas receberam nota de 3, 5 e 6, sugerindo variabilidade significativa nas opiniões dos parlamentares, indicando que há uma minoria que discorda ou está indecisa. Essa divergência nas opiniões sugere que, enquanto a maioria dos eurodeputados está alinhada com a ideia de priorizar questões como exclusão e literacia digital, ainda existem pontos de vista discordantes dentro deste grupo.

Tabela 4-10 - Questões como: exclusão e literacia digital são consideradas e priorizadas nas propostas e programas de modernização política do PE.

<i>Nota</i>	Frequência	%
3	1	7,69%
5	1	7,69%
6	1	7,69%
7	3	23,08%
8	1	7,69%
9	2	15,38%
10	4	30,77%

Fonte: Elaborado pelo autor

A análise dos dados coletados (Tabela 4-11) sobre a opinião dos parlamentares portugueses em relação à afirmação "A modernização dos processos democráticos do PE causaram um impacto prático nas vidas dos cidadãos da UE" revelaram uma variedade de respostas. A maioria das respostas 53,83% foram dadas nas pontuações 7, 8, 9, e 10 indicando uma concordância moderada para forte em relação à afirmação. Porém, ao mesmo tempo (46,15%) concentra-se nas pontuações 2, 3, 5 e 6, indicando uma percepção mediana negativa sobre o impacto prático da modernização dos processos democráticos. A análise sugere que enquanto alguns eurodeputados veem a modernização como tendo um impacto prático muito positivo (pontuações 7, 8, 9, 10), outros acreditam que o impacto é limitado ou negativo (pontuações 2, 3, 5, 6). A variedade nas respostas pode ser influenciada por uma série de fatores, incluindo diferenças ideológicas, experiências pessoais e interpretações das iniciativas de modernização democrática.

Tabela 4-11 - A modernização dos processos democráticos do PE causou um impacto prático nas vidas dos cidadãos da UE.

<i>Nota</i>	Frequência	%
2	1	7,69%
3	1	7,69%
5	3	23,08%
6	1	7,69%
7	1	7,69%
8	2	15,38%
9	2	15,38%
10	2	15,38%

Fonte: Elaborado pelo autor

A análise (Tabela 4-12) das respostas dos eurodeputados(as) a afirmação "A utilização de novas tecnologias nos processos democráticos faz com que os cidadãos percebam os processos democráticos como mais eficazes e de melhor qualidade" revelou uma variedade de opiniões e percepções. Dos 13 eurodeputados, 30,76% deram uma pontuação nas posições 3, 5 e 6, demonstrando uma percepção menos favorável ou neutra em relação ao impacto das novas tecnologias na qualidade e eficácia dos processos democráticos. Por outro lado, 69,22% dos eurodeputados atribuíram uma pontuação nas posições 7, 8, 9 e 10, indicando uma percepção mais positiva e um grau de concordância com a afirmação de moderado para forte. A análise sugere que há uma variedade de opiniões entre os

parlamentares portugueses, porém, ficou evidente que a maioria tem uma visão positiva da influência das novas tecnologias na melhoria da qualidade dos processos democráticos.

Tabela 4-12 - A utilização de novas tecnologias nos processos democráticos faz com que os cidadãos percebam os processos democráticos como mais eficazes e de melhor qualidade.

<i>Nota</i>	Frequência	%
3	1	7,69%
5	1	7,69%
6	2	15,38%
7	5	38,46%
8	2	15,38%
9	1	7,69%
10	1	7,69%

Fonte: Elaborado pelo autor

A análise dos dados referentes à afirmação (Tabela 4-13) "Os cidadãos têm uma percepção maioritariamente positiva a respeito da migração dos processos democráticos tradicionais (presenciais) para os eletrônicos (digitais)" revelaram que os parlamentares portugueses têm uma posição maioritariamente neutra em relação à afirmação. A maioria das respostas (69,22%) concentrou-se nas opções intermediárias, ou seja, nas pontuações 4, 5, 6 e 7, indicando uma visão mista sobre a afirmação. Enquanto 15,38% dos participantes atribuíram pontuações 2 e 3, demonstrando uma visão bastante cética ou negativa, outros 15,38% pontuaram entre 8 e 9, indicando uma percepção bastante positiva dos cidadãos em relação à transição para processos democráticos digitais. Porém, a análise estatística sugere que os eurodeputados(as) portugueses têm opiniões relativamente consistentes sobre a percepção dos cidadãos em relação à migração dos processos democráticos para o digital, com uma ligeira inclinação para uma visão neutra. No entanto, a variabilidade nas respostas indica que ainda existe uma diversidade de perspectivas dentro deste grupo, apesar da tendência central.

Tabela 4-13 - Os cidadãos têm uma percepção maioritariamente positiva a respeito da migração dos processos democráticos tradicional (presenciais) para os eletrônicos (digitais).

<i>Nota</i>	Frequência	%
2	1	7,69%
3	1	7,69%
4	3	23,08%
5	2	15,38%
6	2	15,38%

7	2	15,38%
8	1	7,69%
9	1	7,69%

Fonte: Elaborado pelo autor

Os resultados (Tabela 4-14) revelaram que 38,45% dos eurodeputados(as) atribuíram uma pontuação de 2, 5 e 6 à afirmação, indicando uma forte discordância ou neutralidade com a ideia de que as novas tecnologias estão modificando positivamente a relação entre cidadão e governo. Por outro lado, 30,77% dos parlamentares portugueses deram uma pontuação de 7, sinalizando uma percepção mais otimista, mas ainda com espaço para melhorias e 15,38% deram uma pontuação de 8, mostrando uma percepção mais favorável em relação à afirmação. É importante notar que uma minoria dos participantes (15,38%) atribuiu pontuações mais altas (9 e 10), sugerindo uma forte concordância com a ideia de que as novas tecnologias estão desempenhando um papel significativo na modificação da relação entre cidadão e governo para promover maior participação e transparência nos processos democráticos. Essa diversidade de respostas indica uma percepção geral moderadamente positiva entre os parlamentares portugueses em relação ao impacto das novas tecnologias nos processos democráticos.

Tabela 4-14 - A utilização de novas tecnologias nos processos democráticos tem modificado a relação entre cidadão e governo, ampliando a participação e transparência.

<i>Nota</i>	Frequência	%
2	2	15,38%
5	1	7,69%
6	2	15,38%
7	4	30,77%
8	2	15,38%
9	1	7,69%
10	1	7,69%

Fonte: Elaborado pelo autor

O resultado (Tabela 4-15) das respostas dos eurodeputados portugueses à afirmação "A análise dos dados coletados por meio de pesquisas de opinião e a avaliação do nível de participação dos

cidadãos nas plataformas digitais são formas de mensurar o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos do PE" apresenta uma variação notável nas opiniões. A maioria dos participantes atribuiu uma pontuação de 7 (38,46%) a esta afirmação, indicando uma concordância significativa com a importância da análise de dados e participação cidadã digital na avaliação do impacto das tecnologias no cenário democrático da UE. Além disso, 15,38% dos participantes deram uma pontuação de 8, indicando um nível ligeiramente superior de concordância.

No entanto, é importante notar que uma minoria, 30,76%, discordou ou expressou uma opinião neutra em relação a esta afirmação atribuindo pontuações de 2, 3, 5 e 6, indicando um nível variado de discordância ou incerteza. Isso indica que as opiniões dos eurodeputados variam consideravelmente em relação a esta questão, com algumas respostas sugerindo discordância, e outras significativamente indicando forte concordância.

Tabela 4-15 - A análise dos dados coletados por meio de pesquisas de opinião e a avaliação do nível de participação dos cidadãos nas plataformas digitais são formas de mensurar o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos do PE.

<i>Nota</i>	Frequência	%
2	1	7,69%
3	1	7,69%
5	1	7,69%
6	1	7,69%
7	5	38,46%
8	2	15,38%
9	1	7,69%
10	1	7,69%

Fonte: Elaborado pelo autor

Os resultados revelam (Tabela 4-16) que a maioria dos participantes atribuiu pontuações relativamente altas (7 a 10) a afirmação “O incremento do interesse e envolvimento dos cidadãos no debate, proposta, implementação e monitorização de políticas públicas”, indicando uma tendência geral positiva em relação ao aumento do interesse e envolvimento dos cidadãos nos processos políticos. Os resultados detalhados mostram que 7,69% dos participantes deram a pontuação 3, enquanto 15,38% atribuíram a pontuação 5, sugerindo uma pequena minoria com opiniões menos positivas. A maioria significativa dos eurodeputados demonstrou níveis consideráveis de otimismo, com 69,23% dando pontuações entre 7 e 10. Especificamente, 23,08% deram a pontuação 7, 30,77% atribuíram a pontuação 8 e 7,69% concederam tanto a pontuação 9 quanto a pontuação 10. Esses resultados sugerem que, em geral, há um apoio substancial dos parlamentares portugueses ao aumento

do envolvimento dos cidadãos nos processos políticos.

Tabela 4-16 - O incremento do interesse e envolvimento dos cidadãos no debate, proposta, implementação e monitorização de políticas públicas.

<i>Nota</i>	Frequência	%
3	1	7,69%
5	2	15,38%
6	1	7,69%
7	3	23,08%
8	4	30,77%
9	1	7,69%
10	1	7,69%

Fonte: Elaborado pelo autor

A análise dos dados referentes à opinião dos eurodeputados(as) portugueses sobre a afirmação "Redução dos custos administrativos e operacionais associados aos processos democráticos" (Tabela 4-17), revelam uma variedade de respostas na escala Likert de 1 a 10. As pontuações indicam uma tendência geral positiva, com apenas 7,69% dos participantes atribuindo uma pontuação baixa de 2 e nenhum atribuindo a pontuação mínima de 1. A maioria das respostas (69,24%) cai entre 5 e 10 na escala, sugerindo uma inclinação favorável em relação à afirmação. As pontuações 8 e 10 são as mais comuns, cada uma representando 23,08% das respostas, indicando uma forte concordância com a ideia de que a implementação de tecnologias pode resultar em uma significativa redução dos custos administrativos e operacionais nos processos democráticos. Além disso, 15,38% dos participantes deram uma pontuação de 9, indicando um nível elevado de concordância. Esses dados sugerem que a maioria dos eurodeputados(as) portugueses reconhecem o potencial das tecnologias em otimizar os custos associados aos procedimentos democráticos. A inclinação positiva nessas respostas sugere uma atitude favorável em relação à modernização e à eficiência dos processos democráticos através da implementação de soluções tecnológicas.

Tabela 4-17 - Redução dos custos administrativos e operacionais associados aos processos democráticos.

<i>Nota</i>	Frequência	%
-------------	------------	---

2	1	7,69%
5	3	23,08%
6	1	7,69%
8	3	23,08%
9	2	15,38%
10	3	23,08%

Fonte: Elaborado pelo autor

Com base nos dados fornecidos sobre a opinião dos eurodeputados(as) portugueses em relação à afirmação "Ampla cobertura territorial" (Tabela 4-18) em uma escala Likert de 1 a 10, observa-se uma variedade de respostas. Os resultados mostram uma distribuição das respostas variando de 3 a 10. A maioria das respostas (84,62%) está concentrada nas pontuações 7, 8, 9 e 10, indicando uma tendência positiva e um nível considerável de concordância entre os parlamentares em relação à afirmação de que a utilização das novas tecnologias nos processos democráticos da UE ajuda a promover uma ampla cobertura territorial. No entanto, é importante observar que uma parcela (15,38%) de eurodeputados avaliou deram notas 3 e 6, indicando uma discordância moderada ou neutralidade. Portanto, embora haja uma inclinação positiva, seria benéfico explorar as razões por trás das respostas mais baixas para entender melhor as preocupações e perspectivas dos parlamentares portugueses.

Tabela 4-18 - Ampla cobertura territorial.

<i>Nota</i>	Frequência	%
3	1	7,69%
6	1	7,69%
7	1	7,69%
8	4	30,77%
9	4	30,77%
10	2	15,38%

Fonte: Elaborado pelo autor

A análise dos dados sobre a opinião dos parlamentares portugueses em relação à afirmação "A participação ativa de indivíduos expatriados" (Tabela 4-19) revela uma distribuição variada de respostas. A maioria dos participantes (84,62%) respondeu com uma pontuação entre 7 e 10, indicando uma inclinação positiva e de concordância de moderada para forte em relação à afirmação. Em particular, 30,77% dos eurodeputados atribuíram uma pontuação de 9 e 23,08% a pontuação máxima de 10, sugerindo uma forte concordância com a afirmação que a utilização das novas tecnologias nos processos democráticos da UE proporciona a participação ativa de indivíduos

expatriados. No entanto, também é notável que uma minoria (15,38%) atribuiu pontuações 3 e 5, indicando uma visão mais cética ou negativa em relação à afirmação. A presença de pontuações tão baixas sugere que há uma diversidade de opiniões entre os eurodeputados sobre este assunto específico. Esta diversidade de opiniões pode ser um ponto de partida crucial para futuras discussões e políticas relacionadas à participação dos expatriados nos processos democráticos da União Europeia.

Tabela 4-19 - A participação ativa de indivíduos expatriados.

<i>Nota</i>	Frequência	%
3	1	7,69%
5	1	7,69%
7	3	23,08%
8	1	7,69%
9	4	30,77%
10	3	23,08%

Fonte: Elaborado pelo autor

A análise dos dados da escala Likert de 1 a 10, que avalia a opinião dos eurodeputados(as) portugueses em relação à afirmação "A possibilidade de o PE tomar decisões políticas muito mais precisas baseadas na análise de uma grande quantidade de dados" (Tabela 4-20), revelou algumas tendências interessantes. Primeiramente, é importante notar que a maioria dos parlamentares expressou opiniões positivas sobre a capacidade do Parlamento Europeu (PE) em tomar decisões políticas mais precisas com base na análise de dados. A combinação das respostas nas categorias 7 (15,38%), 8 (15,38%), 9 (30,77%), e 10 (15,38%) indica que 76,92% dos eurodeputados(as) que participaram da pesquisa possuem uma visão favorável desta capacidade. Esta análise sugere que a maioria dos eurodeputados acredita que a análise de grandes volumes de dados pode aprimorar a precisão nas tomadas de decisões políticas no âmbito da UE. No entanto, ainda existe uma parcela minoritária de 23,07% dos participantes que parecem não compartilhar dessa visão ou que, talvez, não tenham uma opinião clara sobre o assunto (categorias 2 e 6). No geral, os dados indicam uma inclinação positiva entre os eurodeputados(as) portugueses em relação ao uso da análise de dados para melhorar a precisão das decisões políticas no contexto do PE.

Tabela 4-20 - A possibilidade de o PE tomar decisões políticas muito mais precisas baseadas na análise de uma grande quantidade de dados.

<i>Nota</i>	Frequência	%
2	1	7,69%
6	2	15,38%
7	2	15,38%
8	2	15,38%
9	4	30,77%
10	2	15,38%

Fonte: Elaborado pelo autor

Com base nos dados coletados dos eurodeputados(as) portugueses sobre a afirmação "Redução da dependência da representatividade política por parte dos cidadãos" (Tabela 4-21), foi possível tirar algumas conclusões sobre esse tema relativamente sensível aos políticos. Os resultados indicaram uma tendência clara: uma grande maioria (69,23%) atribuiu uma pontuação média (2, 3, 5, e 6) para esta afirmação. Isso sugere uma opinião ambígua entre os parlamentares portugueses, indicando que alguns discordam fortemente e outros estão indecisos ou neutros em relação à afirmação. Por outro lado, o percentual de 30,77% dos parlamentares darem a nota 7, 8 e 9, demonstra uma concordância moderada para forte a respeito da afirmação. Este cenário destaca a complexidade das opiniões dos parlamentares portugueses em relação à redução da dependência da representatividade política pelos cidadãos. As razões por trás dessa variação significativa podem incluir diferentes interpretações da afirmação, experiências políticas individuais, visões partidárias ou perspectivas sobre o papel dos cidadãos na política.

Tabela 4-21 - Redução da dependência da representatividade política por parte dos cidadãos.

<i>Nota</i>	Frequência	%
2	2	15,38%
3	2	15,38%
5	3	23,08%
6	2	15,38%
7	1	7,69%
8	1	7,69%
9	2	15,38%

Fonte: Elaborado pelo autor

A análise dos dados indica que a maioria dos eurodeputados(as) portugueses expressaram uma opinião favorável em relação à afirmação "A promoção da descentralização das decisões políticas, com vista a viabilizar a autonomia administrativa e política dos distritos e regiões na gestão das suas

políticas públicas.” (Tabela 4-22). Os resultados mostram que 38,46% dos participantes deram uma pontuação de 7, indicando um apoio considerável a essa proposta. Além disso, 23,08% atribuíram uma pontuação de 8 ou 9, reforçando a tendência positiva geral. No entanto, é importante notar que 38,46% dos participantes atribuíram uma pontuação de 2, 5 e 6, indicando uma forte discordância ou neutra em relação a afirmação. No geral, os resultados sugerem uma aceitação geral da descentralização, embora haja uma minoria significativa que expressa preocupações ou discordâncias substanciais em relação a esta abordagem.

Tabela 4-22 - A promoção da descentralização das decisões políticas, com vista a viabilizar a autonomia administrativa e política dos distritos e regiões na gestão das suas políticas públicas.

<i>Nota</i>	Frequência	%
2	2	15,38%
5	1	7,69%
6	2	15,38%
7	5	38,46%
8	2	15,38%
9	1	7,69%

Fonte: Elaborado pelo autor

A análise dos dados relativos à afirmação "Um risco ao modelo de democracia representativa atual do PE" (Tabela 4-23), revelou que a maioria dos parlamentares, 30,77%, classificou a afirmação com uma pontuação de 1, indicando uma forte discordância com a afirmação a utilização das novas tecnologias nos processos democráticos da UE representa um risco ao modelo de democracia representativa atual do Parlamento Europeu (PE). Em contraste, 61,54% atribuíram uma pontuação de 2, 3, 4 e 5 indicando uma evolução da concordância com a afirmação, de moderada para neutra. Além disso, 7,69% dos respondentes atribuíram uma pontuação de 7, sugerindo uma discordância moderada com a afirmação. Enquanto alguns expressam forte discordância, outros mostram opiniões mais moderadas e neutras, destacando a complexidade das atitudes em relação a esta questão específica.

Tabela 4-23 - Um risco ao modelo de democracia representativa atual do PE.

<i>Nota</i>	Frequência	%
1	4	30,77%

2	3	23,08%
3	1	7,69%
4	3	23,08%
5	1	7,69%
7	1	7,69%

Fonte: Elaborado pelo autor

A análise dos dados referentes à opinião dos eurodeputados(as) portugueses sobre a afirmação "A adaptação do PE à realidade de uma sociedade cada vez mais hipertecnológica" (Tabela 4-24), revela uma gama de respostas que permite identificar tendências significativas. A maioria dos respondentes demonstrou um grau de otimismo razoável, uma vez que a combinação de respostas com uma pontuação de 7 (23,08%) e 8 (30,77%) constitui o grupo mais significativo, representando mais da metade das respostas. Isso sugere que uma parte substancial dos eurodeputados acredita que o Parlamento Europeu está razoavelmente bem adaptado à sociedade hipertecnológica. No entanto, é notável que houve um pequeno número de respondentes que demonstrou ceticismo, representado pelas respostas com uma pontuação de 5 (15,38%) e 6 (15,38%). Isso indica que uma minoria considerável ainda vê espaço para melhorias na adaptação do PE às mudanças tecnológicas. Uma pequena percentagem dos respondentes (7,69%) atribuiu uma pontuação mais alta de 9 e 10, indicando que estão muito otimistas sobre a adaptação do Parlamento Europeu à sociedade hipertecnológica. Em resumo, com base nessas respostas, pode-se inferir que a maioria dos eurodeputados está moderadamente otimista sobre a capacidade da UE de se adaptar a uma sociedade cada vez mais tecnológica, enquanto uma minoria expressa ceticismo e um pequeno grupo demonstra grande otimismo.

Tabela 4-24 - A adaptação do PE a realidade de uma sociedade cada vez mais hipertecnológica.

<i>Nota</i>	Frequência	%
5	2	15,38%
6	2	15,38%
7	3	23,08%
8	4	30,77%
9	1	7,69%
10	1	7,69%

Fonte: Elaborado pelo autor

A tabela comparativa por temas (Tabela 4-25) é uma ferramenta valiosa na análise das respostas dos parlamentares portugueses do Parlamento Europeu (PE). Essa abordagem sistemática permite uma

visão geral e estruturada das opiniões e percepções dos parlamentares sobre quatro tópicos-chave: Poder Político, Participação Política, Processo Democrático e Políticas Públicas. Através dessa tabela, é possível identificar tendências, diferenças e áreas de convergência nas respostas dos parlamentares ao inquérito, fornecendo *insights* valiosos sobre como eles veem o impacto das novas tecnologias na esfera política. No contexto do tema "Poder Político", a tabela pode revelar se os parlamentares acreditam que as novas tecnologias estão fortalecendo ou enfraquecendo as estruturas de poder político, como partidos políticos ou instituições governamentais. Eles podem expressar se veem as tecnologias como uma ferramenta para aumentar a eficiência do poder político ou como uma ameaça à sua autoridade. Em relação à "Participação Política", a tabela permite identificar se os parlamentares acreditam que as novas tecnologias estão promovendo uma maior participação dos cidadãos nos processos políticos. Eles podem compartilhar se acreditam que as tecnologias estão capacitando os eleitores a se envolverem mais ativamente na política ou se estão criando barreiras à participação. No tema "Processo Democrático", a tabela pode mostrar se os parlamentares acreditam que as novas tecnologias estão melhorando ou comprometendo a qualidade da democracia. Eles podem expressar se veem as tecnologias como facilitadoras do acesso à informação política e ao processo de tomada de decisões ou se estão preocupados com questões como desinformação e privacidade. Por fim, no contexto das "Políticas Públicas", a tabela pode revelar como os parlamentares percebem o uso das novas tecnologias na formulação e implementação de políticas públicas. Eles podem compartilhar se acreditam que as tecnologias estão permitindo uma governança mais eficaz e responsiva ou se estão levantando desafios relacionados à segurança cibernética e à equidade no acesso (Tufte, 2001).

Tabela 4-25 - Tabela comparativa por temas: poder político, participação política, processo democrático e política pública.

Parlamentar português	Poder Político (A7, A22, A23, A24)	Participação Política (A6, A15, A17, A20)	Participação Política (A6, A15, A17, A20)	Políticas Públicas (A8, A12, A13, A14, A16, A18, A19, A21, A25)
1	Ao analisarmos as respostas do Líder Político 1 em relação ao impacto da utilização das novas tecnologias nos processos democráticos no poder político, observamos uma variedade de classificações atribuídas, variando de 2 a 9 numa escala de 1 a 10, em que 1 representa discordância total e 10 representa concordância total.	A média das respostas do Líder Político 1 é de 7.75, indicando uma concordância moderada a alta com o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos em relação à participação política. Essa pontuação sugere que o Líder Político 1 possui uma opinião positiva em relação a esse impacto, considerando que a média está acima do ponto médio da escala.	A média das respostas do Líder Político 1 é de 6.33, indicando uma concordância moderada com o posicionamento do Parlamento Europeu (PE) em relação à utilização das novas tecnologias nos seus processos democráticos. Essa pontuação sugere que o Líder Político 1 possui uma opinião relativamente neutra, com uma tendência ligeiramente positiva em relação ao posicionamento do PE.	A média das respostas do Líder Político 1 é de 8, indicando uma concordância moderada com o impacto da utilização das novas tecnologias nos seus processos democráticos na formulação de políticas públicas. Essa pontuação sugere que o Líder Político 1 possui uma opinião positiva e acredita que a utilização das novas tecnologias tem um impacto significativo na formulação de políticas públicas.
2	O Líder Político 2 atribuiu uma variedade de classificações em relação ao impacto da utilização das novas tecnologias nos processos democráticos no poder político, variando de 3 a 8, em uma escala de 1 a 10, onde 1 representa discordância total e 10 representa concordância total. Ao calcular a média das respostas, obtivemos um valor de 5.0, o que indica uma concordância moderada do líder, sugere uma opinião relativamente neutra ou moderadamente inclinada a concordar.	A média das respostas do Líder Político 2 é de 7, indicando uma concordância moderada com o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos em relação à participação política. Essa pontuação sugere que o Líder Político 2 possui uma opinião positiva ou favorável em relação a esse impacto.	A média das respostas do Líder Político 2 é de 6.67, indicando uma concordância moderada com o posicionamento do PE em relação à utilização das novas tecnologias nos seus processos democráticos. Essa pontuação sugere que o Líder Político 2 possui uma opinião relativamente neutra a ligeiramente positiva em relação ao posicionamento do PE.	A média das respostas do Líder Político 2 é de 6.11, indicando uma concordância moderada com o impacto da utilização das novas tecnologias nos seus processos democráticos na formulação de políticas públicas. Essa pontuação sugere que o Líder Político 2 possui uma opinião neutra a ligeiramente positiva em relação ao impacto das novas tecnologias na formulação de políticas públicas.

3	<p>O Líder Político 3 atribuiu uma série de classificações à afirmação, variando de 1 a 7, em uma escala de 1 a 10, onde 1 representa discordância total e 10 representa concordância total. Ao calcular a média das respostas, obtemos um valor de 3.75, o que indica uma concordância moderada a baixa com o tema. Isso sugere uma opinião relativamente neutra a desfavorável em relação ao impacto das novas tecnologias no poder político.</p>	<p>A média das respostas do Líder Político 3 é de 6.75, indicando uma concordância moderada com o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos em relação à participação política. Essa pontuação sugere que o Líder Político 3 possui uma opinião relativamente neutra, com uma ligeira tendência positiva em relação a esse impacto.</p>	<p>A média das respostas do Líder Político 3 é de 5, indicando uma concordância moderada com o posicionamento do PE em relação à utilização das novas tecnologias nos seus processos democráticos. Essa pontuação sugere que o Líder Político 3 possui uma opinião neutra a ligeiramente positiva, com uma tendência mais favorável ao posicionamento do PE.</p>	<p>A média das respostas do Líder Político 3 é de 6.89, indicando uma concordância moderada com o impacto da utilização das novas tecnologias nos seus processos democráticos na formulação de políticas públicas. Essa pontuação sugere que o Líder Político 3 possui uma opinião neutra a ligeiramente positiva em relação ao impacto das novas tecnologias na formulação de políticas públicas.</p>
4	<p>O Líder Político 4 atribuiu uma variedade de classificações à afirmação, variando de 2 a 9, em uma escala de 1 a 10, onde 1 representa discordância total e 10 representa concordância total. Ao calcular a média das respostas, obtemos um valor de 6.5, indicando uma concordância moderada a alta com o tema. Isso sugere uma opinião relativamente positiva em relação ao impacto das novas tecnologias nos processos democráticos no poder político.</p>	<p>A média das respostas do Líder Político 4 é de 7.25, indicando uma concordância moderada a alta com o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos em relação à participação política. Essa pontuação sugere que o Líder Político 4 possui uma opinião positiva em relação a esse impacto, considerando que a média está acima do ponto médio da escala.</p>	<p>A média das respostas do Líder Político 4 é de 7.33, indicando uma concordância moderada a alta com o posicionamento do PE em relação à utilização das novas tecnologias nos seus processos democráticos. Essa pontuação sugere que o Líder Político 4 possui uma opinião positiva e acredita que o PE adota um posicionamento favorável à integração das novas tecnologias em seus processos democráticos.</p>	<p>A média das respostas do Líder Político 4 é de 5.22, indicando uma concordância moderada com o impacto da utilização das novas tecnologias nos seus processos democráticos na formulação de políticas públicas. Essa pontuação sugere que o Líder Político 4 possui uma opinião neutra a ligeiramente positiva em relação ao impacto das novas tecnologias na formulação de políticas públicas.</p>

5	<p>O Líder Político 5 atribuiu uma série de classificações à afirmação, variando de 4 a 10, numa escala de 1 a 10, onde 1 representa discordância total e 10 representa concordância total. Ao calcular a média das respostas, obtemos um valor de 6.25, indicando uma concordância moderada com o tema. Isso sugere uma opinião relativamente positiva em relação ao impacto das novas tecnologias nos processos democráticos e no poder político.</p>	<p>A média das respostas do Líder Político 5 é de 9, indicando uma concordância relativamente alta com o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos em relação à participação política. Essa pontuação sugere que o Líder Político 5 tem uma visão positiva e acredita que as novas tecnologias têm um impacto significativo na participação política.</p>	<p>A média das respostas do Líder Político 5 é de 9.33, indicando uma concordância alta com o posicionamento do PE em relação à utilização das novas tecnologias nos seus processos democráticos. Essa pontuação sugere que o Líder Político 5 possui uma opinião positiva e acredita que o PE adota um posicionamento favorável à integração das novas tecnologias em seus processos democráticos.</p>	<p>A média das respostas do Líder Político 5 é de 8.89, indicando uma forte concordância com o impacto da utilização das novas tecnologias nos seus processos democráticos na formulação de políticas públicas. Essa pontuação sugere que o Líder Político 5 possui uma opinião positiva e acredita que as novas tecnologias têm um impacto significativo na formulação de políticas públicas, contribuindo para a eficiência e a participação democrática.</p>
6	<p>A média das respostas do Líder Político 6 é de 4, indicando uma concordância moderada com o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos e no poder político. No entanto, é importante notar que as classificações variam significativamente, indo de uma pontuação mais alta (7) para pontuações mais baixas (2 e 5). Essa variação sugere uma ambiguidade ou incerteza por parte do Líder Político 6 em relação ao impacto das novas tecnologias nos processos democráticos e no poder político. As pontuações mais baixas podem indicar preocupações ou ressalvas em relação a esse impacto, enquanto a pontuação mais alta sugere uma percepção mais</p>	<p>A média das respostas do Líder Político 6 é de 8, indicando uma concordância considerável com o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos em relação à participação política. Essa pontuação sugere que o Líder Político 6 acredita que as novas tecnologias têm um efeito significativo na participação política e contribuem para o fortalecimento dos processos democráticos.</p>	<p>A média das respostas do Líder Político 6 é de 6.33, indicando uma concordância moderada com o posicionamento do PE em relação à utilização das novas tecnologias nos seus processos democráticos. Essa pontuação sugere que o Líder Político 6 possui uma opinião relativamente neutra, com uma ligeira tendência positiva em relação ao posicionamento do PE.</p>	<p>A média das respostas do Líder Político 6 é de 8, indicando uma forte concordância com o impacto da utilização das novas tecnologias nos seus processos democráticos na formulação de políticas públicas. Essa pontuação sugere que o Líder Político 6 possui uma opinião positiva e acredita que as novas tecnologias desempenham um papel significativo na formulação de políticas públicas, contribuindo para a eficiência e a participação democrática.</p>

	positiva.			
--	-----------	--	--	--

7	A média das respostas do Líder Político 7 é de 4.75, indicando uma concordância moderada com o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos e no poder político. Essa pontuação sugere que o Líder Político 7 possui uma opinião relativamente neutra, com uma ligeira tendência para uma percepção positiva em relação a esse impacto.	A média das respostas do Líder Político 7 é de 7, indicando uma concordância moderada com o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos em relação à participação política. Essa pontuação sugere que o Líder Político 7 acredita que as novas tecnologias têm um impacto relevante na participação política, porém sem uma opinião extremamente positiva.	A média das respostas do Líder Político 7 é de 7.33, indicando uma concordância moderada com o posicionamento do PE em relação à utilização das novas tecnologias nos seus processos democráticos. Essa pontuação sugere que o Líder Político 7 possui uma opinião positiva e acredita que o PE adota um posicionamento favorável à integração das novas tecnologias em seus processos democráticos.	A média das respostas do Líder Político 7 é de 6.11, indicando uma concordância moderada com o impacto da utilização das novas tecnologias nos seus processos democráticos na formulação de políticas públicas. Essa pontuação sugere que o Líder Político 7 possui uma opinião neutra a ligeiramente positiva em relação ao impacto das novas tecnologias na formulação de políticas públicas.
8	A média das respostas do Líder Político 8 é de 4.25, indicando uma concordância moderada com o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos e no poder político. Essa pontuação sugere que o Líder Político 8 possui uma opinião relativamente neutra, porém com uma tendência ligeiramente negativa em relação a esse impacto.	A média das respostas do Líder Político 8 é de 3.25, indicando uma concordância moderada a baixa com o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos em relação à participação política. Essa pontuação sugere que o Líder Político 8 possui uma visão relativamente negativa sobre esse impacto.	A média das respostas do Líder Político 8 é de 5.33, indicando uma concordância moderada com o posicionamento do PE em relação à utilização das novas tecnologias nos seus processos democráticos. Essa pontuação sugere que o Líder Político 8 possui uma opinião neutra a ligeiramente negativa, com uma tendência mais desfavorável ao posicionamento do PE.	A média das respostas do Líder Político 8 é de 3.0, indicando uma concordância moderada com o impacto da utilização das novas tecnologias nos seus processos democráticos na formulação de políticas públicas. Essa pontuação sugere que o Líder Político 8 possui uma opinião neutra para negativa em relação ao impacto das novas tecnologias na formulação de políticas públicas, não demonstrando forte concordância nem discordância.

9	A média das respostas do Líder Político 9 é de 7, indicando uma concordância relativamente alta com o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos e no poder político. Essa pontuação sugere que o Líder Político 9 possui uma opinião positiva em relação a esse impacto.	A média das respostas do Líder Político 9 é de 9.75, indicando uma concordância alta com o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos em relação à participação política. Essa pontuação sugere que o Líder Político 9 tem uma visão extremamente positiva e acredita que as novas tecnologias desempenham um papel fundamental no fortalecimento da participação política.	A média das respostas do Líder Político 9 é de 6.67, indicando uma concordância moderada com o posicionamento do PE em relação à utilização das novas tecnologias nos seus processos democráticos. Essa pontuação sugere que o Líder Político 9 possui uma opinião positiva e acredita que o PE adota um posicionamento favorável à integração das novas tecnologias em seus processos democráticos.	A média das respostas do Líder Político 9 é de 8.89, indicando uma forte concordância com o impacto da utilização das novas tecnologias nos seus processos democráticos na formulação de políticas públicas. Essa pontuação sugere que o Líder Político 9 possui uma opinião positiva e acredita que as novas tecnologias desempenham um papel significativo na formulação de políticas públicas, contribuindo para a eficiência e a participação democrática.
10	A média das respostas do Líder Político 10 é de 6, indicando uma concordância moderadamente alta com o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos e no poder político. Essa pontuação sugere que o Líder Político 10 possui uma opinião positiva em relação a esse impacto, mas com algumas ressalvas.	A média das respostas do Líder Político 10 é de 6.5, indicando uma concordância moderada com o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos em relação à participação política. Essa pontuação sugere que o Líder Político 10 possui uma opinião neutra a ligeiramente positiva sobre esse impacto.	A média das respostas do Líder Político 10 é de 6.33, indicando uma concordância moderada com o posicionamento do PE em relação à utilização das novas tecnologias nos seus processos democráticos. Essa pontuação sugere que o Líder Político 10 possui uma opinião positiva, mas com algumas ressalvas em relação ao posicionamento do PE.	A média das respostas do Líder Político 10 é de 6.33, indicando uma concordância moderada com o impacto da utilização das novas tecnologias nos seus processos democráticos na formulação de políticas públicas. Essa pontuação sugere que o Líder Político 10 possui uma opinião neutra a ligeiramente positiva em relação ao impacto das novas tecnologias na formulação de políticas públicas.

11	A média das respostas do Líder Político 11 é de 4, indicando uma concordância moderada com o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos e no poder político. Essa pontuação sugere que o Líder Político 11 possui uma opinião relativamente neutra, com uma ligeira tendência para uma percepção negativa em relação a esse impacto.	A média das respostas do Líder Político 11 é de 8.5, indicando uma concordância moderada a alta com o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos em relação à participação política. Essa pontuação sugere que o Líder Político 11 possui uma opinião positiva e acredita que as novas tecnologias têm um papel relevante no contexto político, contribuindo para a participação do público.	A média das respostas do Líder Político 11 é de 7.67, indicando uma concordância moderada a alta com o posicionamento do PE em relação à utilização das novas tecnologias nos seus processos democráticos. Essa pontuação sugere que o Líder Político 11 possui uma opinião positiva e acredita que o PE adota um posicionamento favorável à integração das novas tecnologias em seus processos democráticos.	A média das respostas do Líder Político 11 é de 8.11, indicando uma forte concordância com o impacto da utilização das novas tecnologias nos seus processos democráticos na formulação de políticas públicas. Essa pontuação sugere que o Líder Político 11 possui uma opinião positiva e acredita que as novas tecnologias desempenham um papel significativo na formulação de políticas públicas, contribuindo para a eficiência e a participação democrática.
12	A média das respostas do Líder Político 12 é de 5.75, indicando uma concordância moderada com o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos e no poder político. Essa pontuação sugere que o Líder Político 12 possui uma opinião relativamente neutra, com uma ligeira tendência para uma percepção positiva em relação a esse impacto.	A média das respostas do Líder Político 12 é de 7.25, indicando uma concordância moderada com o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos em relação à participação política. Essa pontuação sugere que o Líder Político 12 possui uma opinião positiva, acreditando que as novas tecnologias têm um papel relevante no contexto político e contribuem para a participação do público.	A média das respostas do Líder Político 12 é de 6.67, indicando uma concordância moderada com o posicionamento do PE em relação à utilização das novas tecnologias nos seus processos democráticos. Essa pontuação sugere que o Líder Político 12 possui uma opinião positiva, mas com algumas ressalvas em relação ao posicionamento do PE.	A média das respostas do Líder Político 12 é de 7.89, indicando uma concordância moderada com o impacto da utilização das novas tecnologias nos seus processos democráticos na formulação de políticas públicas. Essa pontuação sugere que o Líder Político 12 possui uma opinião neutra a ligeiramente positiva em relação ao impacto das novas tecnologias na formulação de políticas públicas.

13	A média das respostas do Líder Político 13 é de 4.5, indicando uma concordância moderada com o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos e no poder político. Essa pontuação sugere que o Líder Político 13 possui uma opinião relativamente neutra em relação a esse impacto.	A média das respostas do Líder Político 13 é de 6, indicando uma concordância moderada com o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos em relação à participação política. Essa pontuação sugere que o Líder Político 13 possui uma opinião neutra ou ligeiramente negativa sobre esse impacto.	A média das respostas do Líder Político 13 é de 7, indicando uma concordância moderada com o posicionamento do PE em relação à utilização das novas tecnologias nos seus processos democráticos. Essa pontuação sugere que o Líder Político 13 possui uma opinião positiva e acredita que o PE adota um posicionamento favorável à integração das novas tecnologias em seus processos democráticos.	A média das respostas do Líder Político 13 é de 7.11, indicando uma concordância moderada com o impacto da utilização das novas tecnologias nos seus processos democráticos na formulação de políticas públicas. Essa pontuação sugere que o Líder Político 13 possui uma opinião neutra a ligeiramente positiva em relação ao impacto das novas tecnologias na formulação de políticas públicas.
----	---	--	---	---

Fonte: Elaborado pelo autor

4.2 Inquérito aos cidadãos portugueses

Foi conduzida uma pesquisa junto aos cidadãos portugueses, utilizando uma amostragem por conveniência e a técnica não probabilística *snowball*. O questionário foi elaborado com base nos insights obtidos a partir das respostas do questionário aplicado aos eurodeputados(as) e destinava-se a investigar a perspectiva dos cidadãos em relação à incorporação das novas tecnologias no contexto democrático, abordando questões relevantes relacionadas a esse tópico. Este questionário virtual incluiu itens de resposta no formato Likert, com uma escala que variava de 1 a 10. Um *link* para o questionário virtual foi disponibilizado por meio de um formulário *web* criado no Google Forms, uma aplicação do Google que facilita a criação, partilha e distribuição de formulários online. Esse *link* foi divulgado aos cidadãos portugueses através de e-mails, bem como nas redes sociais, incluindo Facebook, Instagram e Twitter. O processo de coleta de dados ocorreu durante um período que abrangeu desde 14 de junho de 2023 até 02 de agosto de 2023. Foram recebidas 108 respostas dos cidadãos portugueses.

Dos 108 cidadãos portugueses que responderam ao questionário, observou-se uma distribuição heterogênea em relação à faixa etária (Tabela 4-26). Um total de 53 cidadãos (49,1%) pertence à faixa etária de 18 a 35 anos, enquanto 39 (36,1%) se encontram na faixa etária de 36 a 55 anos e 16 (14,8%) na faixa etária de 56 a 75 anos.

Tabela 4-26 - Idade

	Frequência	%
De 18 - 35	53	49,07%
De 36 - 55	39	36,11%
De 56 - 75	16	14,81%
Total geral	108	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Destes, 53,7% são do sexo feminino e 46,3% do sexo masculino (Tabela 4-27). A grande maioria possui como grau mais elevado o mestrado 35,19% seguido pela licenciatura 33,33%, ensino secundário 16,67%, doutoramento 6,48%, técnico com 5,56% e bacharelato e ensino 12º ano com 0,93% ambos (Tabela 4-28).

Tabela 4-27 - Sexo

	Frequência	%
Feminino	58	53,70%
Masculino	50	46,30%
Total geral	108	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 4-28 - Grau de escolaridade

4) Grau de Escolaridade:	Frequência	%
12º ano	1	0,93%
Bacharelado	1	0,93%
Doutoramento	7	6,48%
Ensino Básico	1	0,93%
Ensino Secundário	18	16,67%
Licenciatura	36	33,33%
Mestrado	38	35,19%
Técnico	6	5,56%
Total geral	108	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação ao domicílio eleitoral dos cidadãos portugueses que participaram da pesquisa, 76,85% têm domicílio eleitoral na Área Metropolitana de Lisboa. Em seguida, com uma proporção menor, temos o centro com 12,04%, seguido pelo norte com 4,63%, Alentejo e Açores 1,85% ambos, e por fim Vale do Tejo, Oeste e Algarve todos com 0,93% (Tabela 4-29). Destes, 34,26% afirmam ter um enquadramento ideológico e partidário de esquerda, 28,7% sem enquadramento, 19,44% de centro, 13,89% de direita e por fim, centro esquerda, extrema-esquerda, extrema-direita e liberal, todos com 0,93% (Tabela 4-30).

Tabela 4-29 - Região de domicílio eleitoral em Portugal

	Frequência	%
Açores	2	1,85%
Alentejo	2	1,85%
Algarve	1	0,93%
Área Metropolitana de Lisboa	83	76,85%
Centro	13	12,04%

Norte	5	4,63%
Oeste	1	0,93%
Vale do Tejo	1	0,93%
Total geral	108	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 4-30 - Em relação ao seu enquadramento ideológico e partidário, você considera-se de:

	Frequência	%
Centro	21	19,44%
Centro Esquerda	1	0,93%
Direita	15	13,89%
Esquerda	37	34,26%
Extrema-Esquerda	1	0,93%
Extrema-Direita	1	0,93%
Liberal	1	0,93%
Sem enquadramento	31	28,70%
Total geral	108	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Quanto à participação em algum processo democrático do PE que utilize as novas tecnologias, a maioria dos participantes do inquérito, representando 71,30%, responderam que não participou e 28,70% que sim (Tabela 4-31).

Tabela 4-31 - Já participou em algum processo democrático do PE que utilize tecnologias modernas, como a internet ou aplicações móveis?

	Frequência	%
Não	77	71,30%
Sim	31	28,70%
Total geral	108	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Destes que responderam sim, 48,39% são do sexo feminino e 51,61% do sexo masculino (Tabela 4-32), 67,74% pertencem à faixa etária de 18 a 35 anos, 25,81% de 36 a 55 anos e 6,45% à de 56 a 75 anos (Tabela 4-33). A grande maioria 80,65% têm domicílio eleitoral na área metropolitana de Lisboa, 6,45% no centro e ambos, Açores e Algarve com 3,23% cada (Tabela 4-34). Em relação ao grau de escolaridade (Tabela 4-35), 41,94% possuem licenciatura, 35,48% mestrado, 16,13% secundário e

6,45% técnico. Além disso, 41,93% são de inclinação ideológica e partidária de esquerda, 29,03% não possuíam um alinhamento específico, 19,35% para o centro, 6,45% para a direita e 3,23% para a extrema-direita. A petição em linha foi o processo democrático mais utilizado por eles (Tabela 4-36), com 28,57%, seguido pelo acesso a informações e documentos online, 22,08%, transmissões ao vivo e vídeos em linha, 11,69%, consultas públicas em linha, 11,69%, votação em linha, 7,79%, participação em fóruns e debates em linha, 6,49%, participação em audiências virtuais, 5,19%, aplicações móveis, 5,19% e plataformas de *crowdsourcing* com 1,30%.

Em conclusão, a análise aprofundada dos dados revela uma paisagem complexa e diversificada de engajamento democrático em linha entre os cidadãos portugueses que já participaram de algum processo democrático utilizando as novas tecnologias. A equitativa divisão de gênero e a forte presença da geração mais jovem indicam uma participação ativa de diferentes grupos demográficos. No entanto, desafios relacionados à representatividade geográfica e político-ideológica destacam áreas onde os esforços podem ser direcionados para garantir uma participação verdadeiramente inclusiva. Além disso, as preferências variadas em relação às formas de participação online destacam a necessidade de plataformas diversificadas e acessíveis para envolver efetivamente os cidadãos. Estes insights oferecem uma base sólida para futuras estratégias de engajamento democrático, proporcionando orientações cruciais para a criação de políticas e plataformas que atendam às necessidades e expectativas variadas dos cidadãos portugueses na era digital. Ao integrar essas descobertas em iniciativas futuras, é possível estabelecer um cenário onde a participação democrática em linha seja verdadeiramente inclusiva, reflexiva da diversidade da sociedade e, portanto, genuinamente representativa e eficaz.

Tabela 4-32 - Já participou em algum processo democrático do PE que utilize tecnologias modernas, como a internet ou aplicações móveis? Resposta: Sim / Sexo.

	Frequência	%
Feminino	15	48,39%
Masculino	16	51,61%
Total geral	31	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 4-33 - Já participou em algum processo democrático do PE que utilize tecnologias modernas, como a internet ou aplicações móveis? Resposta: Sim / Idade.

	Frequência	%
De 18 - 35	21	67,74%
De 36 - 55	8	25,81%
De 56 - 75	2	6,45%
Total geral	31	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 4-34 - Já participou em algum processo democrático do PE que utilize tecnologias modernas, como a internet ou aplicações móveis? Resposta: Sim / Região de domicílio eleitoral em Portugal.

	Frequência	%
Açores	1	3,23%
Algarve	1	3,23%
Área Metropolitana de Lisboa	25	80,65%
Centro	2	6,45%
Total geral	31	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 4-35 - Já participou em algum processo democrático do PE que utilize tecnologias modernas, como a internet ou aplicações móveis? Resposta: Sim / Grau de escolaridade.

	Frequência	%
Ensino Secundário	5	16,13%
Licenciatura	13	41,94%
Mestrado	11	35,48%
Técnico	2	6,45%
Total geral	31	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 4-36 - Já participou em algum processo democrático do PE que utilize tecnologias modernas, como a internet ou aplicações móveis? Resposta: Sim / Em relação ao seu enquadramento ideológico e partidário, você considera-se de.

	Frequência	%
Centro	6	19,35%
Direita	2	6,45%
Esquerda	13	41,94%
Extrema-Direita	1	3,23%
Sem enquadramento	9	29,03%
Total geral	31	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 4-37 - Já participou em algum processo democrático do PE que utilize tecnologias modernas, como a internet ou aplicações móveis? Resposta: Sim / Se sim na pergunta anterior, qual(is). Se não, não marcar nenhuma.

Processo democrático em linha	Frequência	%
Petição online	22	28,57%
Acesso a informações e documentos online	17	22,08%
Transmissões ao vivo e vídeos online	9	11,69%
Consultas públicas online	9	11,69%
Votação online	6	7,79%
Participação em fóruns e debates online	5	6,49%
Participação em audiências virtuais	4	5,19%
Aplicações móveis	4	5,19%
Plataformas de crowdsourcing	1	1,30%
Total Geral	77	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Foi inquirido aos cidadãos portugueses itens dentro do seguinte contexto “Pensando na utilização das novas tecnologias nos processos democráticos do Parlamento Europeu (PE), dê a sua opinião” em que 1 significa “Discordo totalmente” e 10 “Concordo totalmente”.

Em relação à afirmação “Promove a expansão do direito de voto e uma maior participação política” a maioria dos participantes atribuiu notas mais elevadas, principalmente nas faixas de 7 a 10 (13,89%, 18,52%, 7,41% e 36,11% respectivamente) o que sugere uma concordância considerável com a afirmação. Isso indica que muitos dos cidadãos portugueses acreditam que a utilização de novas tecnologias pode expandir o direito de voto e aumentar a participação política na União Europeia. No entanto, também há algumas notas mais baixas atribuídas, incluindo 1 (1,85%) e 2 (2,78%), o que indica forte discordância por parte de alguns participantes. A média das respostas 7.77 indica que, em média, os cidadãos portugueses tendem a concordar positivamente com a afirmação. O desvio padrão de 2,374 mostra que as respostas são relativamente dispersas, o que sugere que existe uma variação significativa nas opiniões dos participantes (Tabela 3-2, anexo D).

Já em relação à afirmação “Fortalece o governo ao dar-lhe mais autoridade sobre os órgãos que executam funções públicas, para que este possa atender e controlar as necessidades e exigências da

sociedade”, a média das respostas é de 6,73, o que indica que, em média, os participantes concordam moderadamente com a afirmação. No entanto, o desvio padrão é de 2,448, o que mostra uma dispersão considerável nas respostas (Tabela 3-2, anexo D). A análise percentual revela que a maioria das respostas está concentrada nas faixas de 7 e 10 na escala Likert, representando um total de 41,66% das respostas. Isso sugere que uma parcela significativa dos participantes concorda, em diferentes graus, com a afirmação de que as novas tecnologias podem fortalecer o governo na gestão das necessidades da sociedade. No entanto, também é importante notar que aproximadamente 16,66% das respostas estão na faixa de 1 a 4 na escala, o que indica discordância ou forte discordância com a afirmação. Nesse sentido, com base nas respostas, podemos concluir que há uma divisão de opiniões entre os cidadãos portugueses. Enquanto uma parte considerável concorda com a afirmação, outra parte discorda ou tem dúvidas sobre o impacto das novas tecnologias no fortalecimento do governo. O desvio padrão relativamente alto também reflete essa variação nas opiniões dos participantes.

A respeito da afirmação “Permite tornar as funções mais específicas, ou seja, dividir as tarefas administrativas criando órgãos burocráticos especializados, e promover uma melhor colaboração entre todas as instituições administrativas que fazem parte do sistema político”, a média das respostas foi de 7,31, com um desvio padrão de 2,342 (Tabela 3-2, anexo D). Observa-se que a maioria dos participantes atribuiu notas mais altas (7 a 10) à afirmação, com um percentual total de 66,66%. Isso sugere que a maioria dos respondentes concorda que a utilização das novas tecnologias permite tornar as funções mais específicas e promover uma melhor colaboração entre as instituições administrativas no sistema político. No entanto, também houve um número significativo de respostas, 0,93%, 4,63%, 12,96% e 10,19%, nas notas intermediárias (3 a 6), indicando alguma variação nas opiniões dos participantes. As notas mais baixas (1 e 2) tiveram um percentual menor, 2,78% e 1,85% respectivamente, sugerindo que uma minoria discorda da afirmação. O desvio padrão moderado indica uma certa dispersão nas respostas, mas a média relativamente alta sugere uma tendência geral de concordância com a afirmação.

A respeito da afirmação "A burocracia administrativa interna representa um desafio político para a implementação das novas tecnologias nos processos democráticos do PE.", a maioria das respostas se concentra nas categorias de 7, 8, 9 e 10, 75,93%, representando um consenso relativamente forte em relação à afirmação. O fato de que a média das respostas foi de 7,92 e o desvio padrão de 1,855 (Tabela 3-2, anexo D) sugere que, em geral, os participantes têm uma visão positiva sobre o desafio político da burocracia administrativa interna na implementação das novas tecnologias nos processos democráticos do Parlamento Europeu.

Já para a afirmação "Falta de vontade política no PE para a proposição e implementação de projeto(s) de modernização dos processos democráticos", pode-se observar uma variabilidade nas percepções. A média das respostas foi de 7,10, com um desvio padrão de 2,356 (Tabela 3-2, anexo D), indicando um grau moderado de concordância. A maioria dos participantes, 62,03% (de 7 a 10), parece concordar, em algum grau, com a falta de vontade política no Parlamento Europeu para propor

e implementar projetos de modernização democrática. O desvio padrão indica uma dispersão moderada das respostas em relação à média.

As respostas dos cidadãos portugueses à afirmação “Questões como: exclusão (quando pessoas ficam de fora das oportunidades digitais) e literacia digital (saber usar as tecnologias de forma adequada) são consideradas e priorizadas nas propostas e programas de modernização política do PE.”, a média das respostas foi de 5,99, com um desvio padrão de 2,277 (Tabela 3-2, anexo D), indicando uma concordância moderada. Isso sugere que, em média, os participantes acreditam que essas questões são levadas em consideração nas propostas de modernização política do PE, mas também há uma presença significativa de respostas, 58,34% (de 4 a 7), que discordam ou estão neutras em relação a essa afirmação. Essa diversidade de opiniões reflete a complexidade das questões relacionadas à inclusão digital e à literacia digital, e a análise detalhada das respostas pode fornecer *insights* adicionais sobre as percepções e preocupações dos entrevistados em relação a esses tópicos.

Para a afirmação “Investimentos em infraestrutura digital e educação são necessários para garantir a participação plena dos cidadãos nos processos democráticos e estimular o progresso económico na UE.”, a média das respostas foi de 8,31, o que indica muita concordância com a afirmação. O desvio padrão foi de 2,030, o que sugere uma certa variabilidade nas respostas, embora a maioria das respostas esteja concentrada nas pontuações mais altas da escala Likert (Tabela 3-2, anexo D). A pontuação mais frequente foi 10, com 46,30% dos participantes concordando totalmente com a afirmação. Pontuações de 8 e 9 também foram relativamente comuns, com 17,59% e 8,33% dos participantes, respetivamente, indicando concordância significativa. As pontuações mais baixas (3 a 5) representaram uma proporção menor das respostas, variando de 1,85% a 6,48%, indicando alguma discordância ou neutralidade em relação à afirmação.

A afirmação "A modernização dos processos democráticos da União Europeia teve um efeito real nas vidas dos cidadãos da UE", teve uma média das respostas de 6,54, com um desvio padrão de 2,194, (Tabela 3-2, anexo D) o que indica que as opiniões estão moderadamente dispersas. A maior proporção de respostas encontra-se no meio da escala, com 17,59% dos participantes concordando totalmente (pontuação 10) e 21,30% concordando parcialmente (pontuação 5). Isso sugere que há um grupo considerável de cidadãos que acredita que a modernização democrática da UE teve algum efeito positivo em suas vidas, mas não necessariamente um efeito significativo.

Já a respeito da afirmação "Faz com que os cidadãos percebam os processos democráticos como mais eficazes e de melhor qualidade", pode-se observar que as opiniões estão distribuídas em uma ampla gama. A média das respostas foi de 6,69, com um desvio padrão de 2,334 (Tabela 3-2, anexo D). Isso sugere que as percepções dos cidadãos são variadas e que não há um consenso claro sobre a eficácia e a qualidade dos processos democráticos em relação ao uso das novas tecnologias. A maioria

das respostas está concentrada nas pontuações intermediárias de 5 a 8, 62,03%, o que indica uma tendência para a neutralidade e opiniões moderadas. No entanto, ainda existe uma parcela significativa de participantes que atribuíram pontuações mais baixas de 1 a 4, 14,82%, e mais altas de 9 e 10, 23,15%, refletindo uma divisão de opiniões.

A análise das respostas dos cidadãos portugueses à afirmação "Aumenta a sua sensação de participação e participação política", revela um quadro bastante positivo. A média das respostas foi de 7,37, o que indica um nível geral de concordância acima da média da escala Likert. O desvio padrão de 2,270 sugere uma certa variabilidade nas respostas, mas a maioria dos participantes parece concordar que o uso das novas tecnologias nos processos democráticos da União Europeia aumenta sua sensação de participação e participação política (Tabela 3-2, anexo D). Uma parte expressiva dos participantes, 23,15%, atribuíram a pontuação máxima de 10, indicando uma forte concordância com a afirmação. Além disso, uma parcela significativa deu nota 7 (17,59%), 8 (16,67%) e 9 (12,04%), reforçando a ideia de que a utilização das novas tecnologias é vista de forma muito positiva em relação à participação política. Embora haja uma minoria que tenha atribuído pontuações mais baixas, como 1 e 3, esses valores representam uma proporção relativamente pequena do total de respostas.

Em relação a afirmação "Melhora a sua confiança nos processos democráticos", observamos que as percepções variam significativamente. A média das respostas foi de 6,37, com um desvio padrão de 2,567, o que indica uma dispersão considerável das opiniões (Tabela 3-2, anexo D). A análise das respostas mostra que a maioria dos participantes está distribuída em torno do centro da escala Likert, com uma concentração razoável de respostas, 56,49%, nas categorias 5, 6, 7 e 8. Isso sugere que há uma divisão na opinião dos cidadãos em relação ao impacto das novas tecnologias na sua sensação de participação política. Alguns participantes parecem acreditar que as novas tecnologias têm um efeito positivo, enquanto outros têm opiniões mais neutras ou negativas sobre o assunto. É importante notar que a diversidade de respostas indica que não existe um consenso claro entre os participantes em relação a essa afirmação.

A média das respostas para a afirmação "Torna os processos mais inclusivos e acessíveis a todos os grupos da sociedade", foi de 6,45, com um desvio padrão de 2,53 (Tabela 3-2, anexo D). Isso indica que, em média, os participantes da pesquisa têm uma percepção moderada sobre o aumento da sensação de participação e envolvimento político por meio da utilização das novas tecnologias. No entanto, a variação é significativa, conforme evidenciado pelo desvio padrão, o que sugere que algumas pessoas têm percepções mais positivas (pontuações mais altas) enquanto outras têm percepções mais negativas (pontuações mais baixas) em relação a essa afirmação. A distribuição das respostas mostra que a maioria dos participantes atribuiu pontuações entre 5 e 8, 55,56%, o que indica um grau moderado de concordância com a afirmação. No entanto, também há uma porção significativa de participantes que atribuíram pontuações mais baixas, 22,23% de 1 a 4, e pontuações mais altas, 22,22% para 9 e 10 que sugere uma diversidade de opiniões em relação à capacidade das novas tecnologias de tornar os processos democráticos mais inclusivos e acessíveis.

Para a afirmação "Fortalece a confiança nas instituições políticas da UE," pode-se observar que as opiniões estão distribuídas em uma variedade de níveis de concordância. A média das respostas foi de 6,40, com um desvio padrão de 2,387 (Tabela 3-2, anexo D). Isso indica uma dispersão significativa nas respostas, sugerindo que as opiniões variam consideravelmente. Cerca de 50% dos entrevistados atribuíram uma pontuação de 7 ou superior, o que indica que eles concordam ou concordam fortemente com a afirmação, sugerindo que a utilização de novas tecnologias nos processos democráticos da União Europeia pode fortalecer a confiança nas instituições políticas da UE. Por outro lado, aproximadamente 21,30% dos entrevistados deram uma pontuação de 4 ou abaixo, o que indica discordância ou forte discordância com a afirmação. Na faixa intermediária, cerca de 28,70% dos entrevistados atribuindo pontuações entre 5 e 6. Isso sugere uma diversidade de opiniões e a falta de um consenso claro sobre o impacto das novas tecnologias na confiança nas instituições políticas da UE.

A respeito da afirmação "A migração dos processos democráticos tradicionais para os electrónicos torna as decisões políticas mais eficientes e ágeis", a média das respostas foi de 7,15, com um desvio padrão de 2,323, (Tabela 3-2, anexo D) indicando uma moderada concordância geral com a afirmação. Cerca de 60,19% dos participantes deram uma pontuação alta entre 7 e 10, indicando forte concordância com a ideia de que a migração para processos eletrônicos torna as decisões políticas mais eficientes e ágeis. Por outro lado, aproximadamente 39,81% deram uma pontuação baixa de 1 a 6, sugerindo discordância ou neutralidade com essa afirmação.

Em relação à afirmação "A utilização de novas tecnologias nos processos democráticos tem modificado a relação entre cidadão e governo, ampliando a participação e transparência", pode-se observar que a média das respostas foi de 6,81, com um desvio padrão de 2,171 (Tabela 3-2, anexo D). Isso indica que, em média, os participantes estão moderadamente inclinados a concordar que o uso de novas tecnologias tem impactado positivamente a relação entre cidadãos e governo, ampliando a participação e transparência. No entanto, é importante notar que as respostas variam consideravelmente. A maioria dos participantes, 70,37%, respondeu com notas na faixa de 4 a 8, o que sugere uma variedade de opiniões, desde discordância moderada até concordância moderada. Uma proporção de participantes, 4,63%, atribuiu notas mais baixas de 1 a 3, indicando discordância com a afirmação, enquanto outros, 25%, deram notas mais altas de 9 a 10, demonstrando forte concordância.

Para a afirmação "Aumentar a responsabilidade dos políticos perante os cidadãos", a média das respostas foi de 6,77, com um desvio padrão de 2,425, (Tabela 3-2, anexo D) o que indica que as opiniões estão um tanto dispersas. A maior porcentagem de respostas está concentrada nas opções 7 (13,89%) e 8 (18,52%), o que sugere que uma parcela significativa dos participantes concorda que aumenta a responsabilidade dos políticos perante os cidadãos. No entanto, também há uma presença

considerável de respostas nas opções 5 (12,96%) e 6 (12,04%), o que indica uma visão mais neutra sobre o aumento da responsabilidade dos políticos. As opções extremas, 1 (3,70%) e 10 (15,74%), representam aqueles que discordam fortemente e concordam fortemente, respectivamente, com a afirmação.

Já a respeito da afirmação "A avaliação do nível de participação dos cidadãos nas plataformas digitais é uma forma adequada de medir o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos do PE", pode-se observar que a média das respostas foi de 7,59, com um desvio padrão de 2,028 (Tabela 3-2, anexo D). Isso indica que, em média, os participantes concordam em certa medida que a avaliação do nível de participação nas plataformas digitais é uma forma apropriada de medir o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos do Parlamento Europeu (PE). A distribuição das respostas mostra uma variabilidade, com uma parcela significativa dos participantes (24,07%) atribuindo a pontuação máxima de concordância (10) e uma parcela bem menor (0,93%) atribuindo a pontuação mínima (1). A maioria dos participantes parece concordar ou concordar em certa medida com a afirmação, sugerindo que a avaliação do nível de participação nas plataformas digitais é vista como uma métrica relevante para medir o impacto das novas tecnologias na democracia do PE.

Para a afirmação "Aumentou o envolvimento dos cidadãos no debate, proposta, implementação e monitorização de políticas públicas", a média das respostas foi de 6,66, com um desvio padrão de 2,162 (Tabela 3-2, anexo D). A maioria das respostas se concentra em torno da faixa intermediária da escala Likert, com 55,56% das respostas atribuindo um valor de 4 a 7. Isso indica que uma parcela significativa dos entrevistados acredita que o envolvimento dos cidadãos aumentou moderadamente no debate e na implementação de políticas públicas. No entanto, também há uma presença considerável de respostas nas extremidades da escala, com 15,74% atribuindo um valor de 5 e 12,96% atribuindo um valor de 10. Isso indica que há opiniões divergentes, com alguns entrevistados acreditando que o envolvimento dos cidadãos aumentou substancialmente, enquanto outros acreditam que não aumentou significativamente. Em contrapartida, 7,41% dos entrevistados atribuíram um valor de 4, indicando uma percepção de diminuição no envolvimento dos cidadãos. No geral, os resultados sugerem uma variedade de opiniões sobre o aumento do envolvimento dos cidadãos no processo político, com algumas visões mais otimistas e outras mais neutras.

Em relação à afirmação "Possibilita uma participação mais ampla e inclusiva de cidadãos em diferentes regiões da UE", a média das respostas foi de 7,61, com um desvio padrão de 1,980 (Tabela 3-2, anexo D), indicando que a maioria dos participantes concorda em algum grau que o uso de novas tecnologias possibilita uma participação mais ampla e inclusiva de cidadãos em diferentes regiões da União Europeia. Observa-se uma distribuição relativamente equilibrada nas respostas, com uma quantidade significativa de participantes, 56,07%, atribuindo notas mais altas (8, 9 e 10) para concordância com a afirmação. Isso sugere uma percepção positiva em relação ao potencial das novas tecnologias para promover uma participação democrática mais ampla e inclusiva. No entanto, também é interessante notar que há uma parcela substancial de participantes, 37,38%, que atribuiu notas

intermediárias (5, 6 e 7), o que indica que existe alguma ambiguidade ou cautela em relação a essa afirmação.

Já a respeito da afirmação "Fortalece a legitimidade das decisões políticas ao alcançar uma ampla cobertura territorial", a média das respostas foi de 7,06, com um desvio padrão de 2,26 (Tabela 3-2, anexo D). Isso indica que, em média, os participantes concordaram moderadamente com a afirmação, mas houve uma dispersão relativamente ampla nas respostas, indicando diferentes níveis de concordância. Observa-se que a maioria das respostas se concentra nas categorias de 5 a 8, 56,48%, o que sugere que a maioria dos participantes concorda em algum grau que o uso de novas tecnologias na política pode fortalecer a legitimidade das decisões políticas, mas também há uma proporção considerável de respostas nas categorias de 1 a 4, 12,96%, o que indica discordância ou concordância fraca. Além disso, cerca de 21,30% dos participantes deram a pontuação máxima de 10, indicando forte concordância com a afirmação.

Levando em consideração as respostas dos cidadãos portugueses à afirmação "Reduz custos associados aos deslocamentos físicos e logística da participação e utilização dos processos democráticos pelos cidadãos", observa-se que a maioria dos participantes (44,44%) concorda totalmente com essa afirmação, atribuindo a pontuação máxima de 10. Além disso, uma parcela significativa dos entrevistados expressa níveis moderados de concordância, com 13,89% atribuindo uma nota 9 e 12,04% atribuindo uma nota 8. A média das respostas foi de 8,39, o que indica muita concordância em geral. O desvio padrão de 1,844 sugere que as respostas estão relativamente próximas da média, indicando uma certa consistência nas percepções dos entrevistados em relação a essa afirmação (Tabela 3-2, anexo D).

Relativo à afirmação "Possibilita uma maior representatividade política dos indivíduos expatriados", a média das respostas foi de 7,70, com um desvio padrão de 2,184 (Tabela 3-2, anexo D). Isso indica que, em média, os participantes concordaram em algum grau que a utilização das novas tecnologias possibilita uma maior representatividade política dos indivíduos expatriados. Observa-se que a maioria das respostas se concentra nas categorias de 7 a 10, 73,15%, o que sugere que a maioria dos participantes concorda em algum grau com a afirmação, mas também há uma proporção considerável de respostas nas categorias de 5 a 6, 17,59%, o que indica opiniões neutras sobre a afirmação.

Para a afirmação "A modernização dos processos democráticos do PE por meio das novas tecnologias e análise de dados contribui para uma tomada de decisões políticas mais precisa e fundamentada", a média das respostas foi de 6,93, com um desvio padrão de 2,203 (Tabela 3-2, anexo D). Isso indica que, em média, os participantes concordam moderadamente com a afirmação, mas há uma dispersão significativa nas respostas. A maioria das respostas, 59,26%, atribuiu notas de 7 a 10,

indicando forte concordância com a afirmação. Por outro lado, uma parcela considerável (16,67%) escolheu a pontuação 5, que representa uma posição neutra. As respostas abaixo da média, como pontuações de 1, 2, 3 e 4, são menos comuns, totalizando 12,04%. Isso sugere que uma minoria dos participantes discorda fortemente da afirmação.

Já para a afirmação "Redução da dependência da representatividade política tradicional por parte dos cidadãos" a média das respostas foi de 6,95, com um desvio padrão de 2,256 (Tabela 3-2, anexo D). Isso indica que as opiniões estão um pouco inclinadas para um grau moderado de concordância, mas há uma considerável dispersão nas respostas. Os resultados mostram que uma parcela significativa dos participantes respondeu com notas intermediárias, ou seja, entre 5 e 8, o que sugere uma diversidade de perspectivas. No entanto, a resposta com a maior frequência foi 10, indicando uma concordância forte com a afirmação.

Referente à afirmação "Permite aos cidadãos influenciarem diretamente as decisões políticas", a média das respostas foi de 6,34, o que sugere que, em média, os participantes tendem a acreditar que as novas tecnologias têm um impacto moderado na capacidade dos cidadãos de influenciar as decisões políticas. O desvio padrão de 2,41 indica uma certa dispersão das respostas em relação à média, o que significa que as opiniões estão um pouco polarizadas. revela uma variedade de percepções (Tabela 3-2, anexo D). As respostas com valores intermediários (5, 6, 7 e 8) são as mais frequentes. Isso indica que muitos participantes têm uma visão moderada sobre a afirmação. Embora as respostas extremas (1, 2, 9 e 10) tenham uma presença significativa, elas não dominam a distribuição. Isso sugere que há um equilíbrio entre aqueles que acreditam fortemente no impacto positivo das novas tecnologias e aqueles que têm uma visão mais cética.

Relativo à afirmação "Promove a descentralização das decisões políticas, com vista a viabilizar a autonomia financeira, administrativa e política dos distritos e regiões na gestão das suas políticas públicas", a média das respostas foi de 6,81, com um desvio padrão de 2,138 (Tabela 3-2, anexo D), o que sugere um grau moderado de concordância geral. A maioria das respostas se concentra nas faixas intermediárias da escala Likert, ou seja, entre 5 e 8, o que indica que muitos participantes têm uma visão neutra ou ligeiramente favorável à descentralização das decisões políticas para viabilizar a autonomia das regiões na gestão de políticas públicas. A porcentagem mais significativa de respostas está no nível 7, com 23,15%, seguida pelo nível 5, com 17,59%, e pelo nível 8, com 12,96%. Porém, também é importante notar que cerca de 14,81% dos participantes atribuíram a pontuação máxima de 10, indicando uma forte concordância com a afirmação. Por outro lado, 7,41% dos participantes deram uma pontuação de 1 a 3, indicando forte discordância com a descentralização.

Já para a afirmação "Fortalece a governança local e aumenta a eficácia das políticas públicas", a média das respostas foi de 6,45, o que sugere uma percepção moderada de concordância com a afirmação. Entretanto, o desvio padrão de 2,301 (Tabela 3-2, anexo D) indica que as respostas estão relativamente dispersas em torno da média, o que significa que existe uma variabilidade substancial nas opiniões dos entrevistados. revela um conjunto de percepções variadas em relação a essa questão.

As pontuações 5 e 6, que são consideradas neutras, juntas representam cerca de 30,56% das respostas. Isso indica que uma parcela significativa dos entrevistados não expressou uma opinião fortemente positiva ou negativa sobre a afirmação. As pontuações acima de 6 representam aproximadamente 50% das respostas, o que indica uma concordância moderada a forte com a afirmação. Por outro lado, as pontuações abaixo de 5 representam cerca de 19,44% das respostas, indicando uma discordância moderada a forte com a afirmação.

Para a afirmação "Permite uma melhor adaptação das políticas públicas às necessidades específicas de cada região", a média das respostas foi de 7,00, o que indica que, em média, os participantes concordam moderadamente com a afirmação. O desvio padrão de 2,179 indica uma certa variabilidade nas respostas (Tabela 3-2, anexo D). A distribuição das respostas mostra que a maioria dos participantes, 60,19%, atribuiu notas entre 5 e 8 à afirmação. Isso indica que a percepção geral está concentrada nessa faixa, o que significa que a maioria vê as novas tecnologias como tendo algum impacto na adaptação das políticas públicas às necessidades regionais. A porcentagem de participantes que atribuíram notas extremamente baixas (1, 2, 3) ou extremamente altas 9 e 10, são relativamente baixa, representando respectivamente 5,56% e 26,85% das respostas, o que sugere que a maioria das respostas está no meio da escala, refletindo uma visão moderada a respeito da afirmação.

Em relação à afirmação "Contribui para a descentralização de recursos e investimentos, estimulando o crescimento económico em diferentes regiões", a média das respostas foi de 6,84, o que indica uma tendência ligeiramente positiva. Isso sugere que, em média, os participantes concordam com a afirmação. Porém, o desvio padrão de 2,205 indica uma certa dispersão nas respostas (Tabela 3-2, anexo D). Isso significa que as opiniões dos participantes estão relativamente espalhadas em relação a essa afirmação, com algumas respostas indicando forte concordância e outras forte discordância. A distribuição das respostas mostra que a maioria dos participantes, 62,04%, atribuiu notas entre 5 e 8 à afirmação. Isso indica que a percepção geral está concentrada nessa faixa, o que significa que a maioria concorda moderadamente com a afirmação. A porcentagem de participantes, 24,07%, que atribuíram notas extremamente altas 9 e 10, significa uma tendência positiva alta de concordância com a afirmação.

A respeito da afirmação "Um risco ao modelo de democracia representativa atual do PE", a média das respostas é de 5,19, o que sugere um ponto intermediário na escala. Isso indica que, em média, os participantes têm uma visão neutra em relação à afirmação. O desvio padrão de 2,687 é relativamente alto, mostrando uma dispersão significativa das respostas em relação à média (Tabela 3-2, anexo D). A maior porcentagem de participantes, 16,67%, escolheu a opção 5, indicando uma percepção neutra ou indecisa sobre a afirmação. Além disso, aproximadamente 37,04% dos participantes escolheram pontuações abaixo de 5 (1 a 4), indicando algum grau de discordância. Por outro lado, cerca de

46,30% dos participantes deram pontuações acima de 5 (6 a 10), indicando algum grau de concordância com a afirmação. Com base nesses resultados, podemos concluir que não há um consenso claro entre os participantes em relação à afirmação. Algumas pessoas veem um risco, enquanto outras não estão convencidas disso. O desvio padrão elevado sugere uma grande variabilidade nas opiniões, indicando que essa é uma questão sobre a qual as pessoas têm visões muito diferentes.

Para a afirmação "Um desafio ao papel dos representantes eleitos e a sua capacidade de tomar decisões em nome dos cidadãos", a média das respostas foi de 6,85, com um desvio padrão de 2,437 (Tabela 3-2, anexo D), indicando uma certa diversidade nas opiniões. A maioria dos participantes parece estar inclinada a concordar com a afirmação. Cerca de 20,37% dos entrevistados atribuíram uma pontuação máxima de 10, indicando um forte grau de concordância com a afirmação. Além disso, 25,93% deram uma pontuação de 7 a 8, o que sugere uma concordância moderada. Por outro lado, cerca de 10,19% dos entrevistados deram uma pontuação baixa de 1 a 3. Isso indica a presença de uma minoria que discorda fortemente da afirmação.

Já para a afirmação "Pode requerer mudanças nas estruturas e nos procedimentos políticos existentes", a média das respostas foi de 7,85, o que sugere que, em média, os participantes concordam com a afirmação. O desvio padrão de 1,889 indica que as respostas estão relativamente próximas da média, sugerindo uma certa consistência nas percepções (Tabela 3-2, anexo D). A maioria das respostas, 62,96%, está nas categorias 8 e 10, o que indica muita concordância com a afirmação. Além disso, cerca de 22,22% das respostas estão nas categorias 6 e 7, o que também sugere um nível moderado de concordância. Isso indica que uma parcela significativa dos entrevistados acredita fortemente que a modernização democrática pode requerer mudanças nas estruturas políticas existentes. Cerca de 15% dos participantes deram pontuações entre 3 e 5, o que pode ser interpretado como respostas neutras ou de leve discordância.

A respeito das respostas dos cidadãos portugueses à afirmação "A adaptação do PE a realidade de uma sociedade cada vez mais hipertecnológica", a média das respostas foi de 7,86, o que indica uma tendência em direção à concordância com a afirmação. O desvio padrão de 1,887 sugere que as respostas estão relativamente próximas da média, o que pode indicar um certo grau de consenso nas percepções dos entrevistados (Tabela 3-2, anexo D). A distribuição das respostas mostra que a maioria dos entrevistados, 73,15%, atribuiu uma pontuação alta entre 7 e 10. Isso sugere que uma parcela significativa dos participantes concorda com a afirmação. Embora a maioria das respostas seja positiva, ainda existe uma parcela considerável, 24,07%, que atribuiu pontuações médias 5 e 6 que indica que há alguma variação nas percepções, representando uma posição neutra com tendência a concordar desses entrevistados.

Em relação à afirmação "Estimula o interesse e a participação política dos jovens na UE", a média das respostas foi de 7,94 indicando uma tendência positiva com a maioria dos participantes concordando em algum grau com a afirmação. O desvio padrão de 2,289 mostra que as respostas estão

relativamente dispersas em relação à média (Tabela 3-2, anexo D). Notavelmente, 38,89% dos participantes deram a maior pontuação possível, 10, indicando um forte acordo de que o uso de novas tecnologias estimula o interesse e a participação política dos jovens na UE. As pontuações intermediárias de 5 a 8, também são significativas, totalizando 39,81%. Isso sugere que há um grupo considerável que vê benefícios, mas não de forma extrema. As pontuações mais baixas (1, 2, e 3) representam uma porcentagem relativamente pequena, somando 4,63%, indicando que uma minoria dos participantes discorda fortemente da afirmação.

À afirmação "A velocidade do avanço das novas tecnologias supera a capacidade de regulação dos processos democráticos", teve uma média de 8,00, o que está mais inclinado para a concordância. No entanto, o desvio padrão de 1,914 mostra que as respostas estão relativamente dispersas em torno da média, indicando que existe alguma variabilidade nas opiniões dos entrevistados (Tabela 3-2, anexo D). Cerca de 21,30% dos participantes atribuíram pontuações de 3 a 6, indicando discordância ou neutralidade em relação à afirmação. Porém, a maioria das respostas, 78,70%, estão entre as pontuações 7 e 10, indicando um nível moderado e forte de concordância. Isso significa que uma parcela significativa dos entrevistados acredita que a velocidade das novas tecnologias supera claramente a capacidade de regulação dos processos democráticos.

4.3 Análise documental

A análise documental das políticas públicas de modernização digital da União Europeia representa um mergulho profundo no tecido das estratégias governamentais da organização. Este estudo meticuloso envolveu a identificação, codificação e categorização temática de uma gama diversificada de documentos oficiais da UE, desde tratados e planos de ação até regulamentações e iniciativas, todos detalhadamente articulados para parametrizar o processo de utilização das novas tecnologias nos processos administrativos e políticos da organização. Ao utilizar ferramentas avançadas como o ATLAS.ti, esta análise buscou desentranhar as nuances e complexidades das políticas implementadas entre 1999 e 2022. Este exame não apenas revelou a evolução das estratégias de modernização digital da UE, mas também iluminou a permeabilidade e posicionamento da organização em relação ao rápido desenvolvimento tecnológico das últimas três décadas e seu impacto prático na sociedade e governança pública (Bardin, 2011).

A análise documental detalhada das citações a respeito das ações de modernização digital da UE nos documentos oficiais da organização no período, revelaram padrões interessantes. Comparando a totalização das citações nos documentos por categoria (Tabela 4-38), observou-se que temas relacionados com a "Governo em linha" 59,54% (206) das citações, "Processos democráticos em linha" teve 23,12% (80), "Inclusão digital" 10,98% (38) e "Literacia digital" (6,36% (22).

Inicialmente, isso pode ser interpretado como que a União Europeia deu muito mais importância às políticas públicas relacionadas à governança em linha do que aos processos democráticos em linha durante o período em análise. A governança digital, representada pela categoria "Governo em linha", parece ter sido um tema central nos documentos da UE, indicando aparentemente um foco mais forte em aspectos relacionados à eficiência administrativa, transparência governamental, prestação de serviços em linha e participação cidadã aos níveis governamentais. Porém, embora os "Processos democráticos em linha" foram mencionados em uma frequência menor dentro do contexto temporal, isso a princípio, pode significar uma relação com o impacto progressivo da evolução das novas tecnologias na sociedade e na governança pública no período. Pode-se inferir que, a princípio, a UE considerou utilizar as novas tecnologias para melhorar a eficiência da governança pública, bem como, a inclusão e literacia digital, e de acordo com a evolução tecnológica sinalizou utilizá-las nos processos democráticos.

Tabela 4-38 - Políticas públicas para a modernização digital da UE.

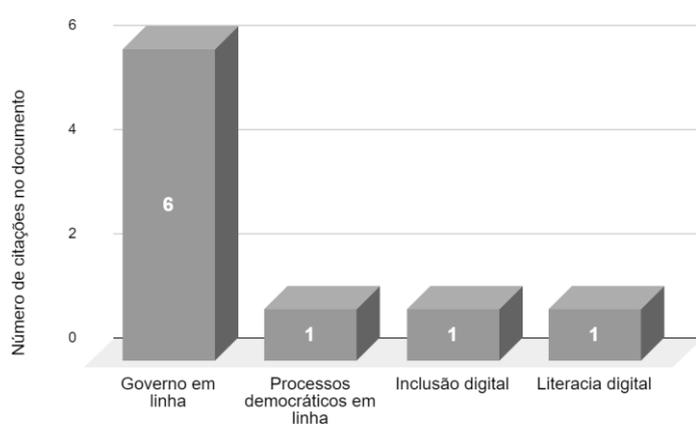
Documentos/Categorias	Governo em linha	Processos democráticos em linha	Inclusão digital	Literacia digital
1999 - DOC01	6	1	1	1
2000 - DOC02	30	10	7	6
2001 - DOC03	4	1	0	0
2002 - DOC05	11	1	3	0
2003 - DOC04	26	1	2	1
2006 - DOC06	28	10	8	0
2010 - DOC08	11	1	0	2
2010 - DOC11	35	12	2	0
2011 - DOC09	4	9	0	0
2015 - DOC12	4	1	1	2
2016 - DOC13	11	2	1	0
2019 - DOC10	0	8	1	0
2020 - DOC14	6	11	2	2
2021 - DOC15	15	7	3	3
2022 - DOC16	15	5	7	5
Total	206	80	38	22

Fonte: Elaborado pelo autor

Legenda: o sistema de codificação inclui o «ano» da publicação da política pública; «DOC» + «número» para indicar o documento no corpus documenta da pesquisa.

Em dezembro de 1999 foi lançada pela CE a iniciativa “eEurope - Uma sociedade da informação

para todos”, que buscava promover uma sociedade da informação para todos, incentivando a disseminação generalizada das tecnologias da informação. Esse esforço visou impulsionar o crescimento econômico, aumentar a competitividade, criar empregos e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, ao mesmo tempo em que preservava o ambiente. As citações relacionadas a categoria “Governo em linha” representaram 66,67% (6), “Processos democráticos em linha” 11,11% (1), “Inclusão digital” 11,11% (1) e “Literacia digital” 11,11% (1) respectivamente (Figura 4-1). Embora a citações relacionadas a governança predomine no total de citações do documento, a princípio, não traduz a intenção da CE de promover através a iniciativa a participação democrática, inclusão e literacia em linha. De acordo com *Europe - An Information Society for All* (1999), os objetivos da iniciativa eram “colocar todos os cidadãos, todas as famílias e escolas, todas as empresas e todos os órgãos da administração pública na era digital e em linha” e “criar uma Europa digitalmente instruída, apoiada por uma cultura empresarial pronta a financiar e a desenvolver novas ideias”, demonstrando o interesse da CE em promover ações de inclusão e literacia digital. Fica claro também desde já, na definição das ações prioritárias no item “Governança em linha”, a intenção da UE em promover a participação democrática em linha quando afirma “graças à Internet, todos os cidadãos e empresas poderão beneficiar de um maior acesso às informações do sector público. Este deve, pois, facilitar-lhes o acesso em linha às informações, aos serviços e aos processos de decisão da administração” (eEurope - An Information Society for All., 1999).



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 4-1- Citações dos temas da pesquisa na iniciativa eEurope - Uma sociedade da informação para todos.

Em maio de 2000, a CE lança o projeto de plano de ação eEurope 2002 - Uma Sociedade da Informação para Todos. O plano de ação representou o compromisso estratégico da UE para alcançar as metas estabelecidas na Cimeira de Lisboa que ocorreu entre os dias 23 e 24 de março de 2000. Inicialmente, a iniciativa eEurope tinha identificado 10 áreas cruciais para ação europeia coordenada. O plano revisitou essas áreas à luz das conclusões da Cimeira de Lisboa e do *feedback* valioso recebido da Comissão, do Parlamento Europeu e dos Estados-Membros. As discussões intensivas durante a Conferência Ministerial em Lisboa, em abril do mesmo ano, também moldaram esse plano, destacando o compromisso da organização em impulsionar a sociedade da informação e do conhecimento em toda União Europeia. Com base nos números das citações temáticas do projeto de plano de ação "eEurope 2002 - Uma sociedade da informação para todos", fica evidente que houve uma forte ênfase na digitalização dos serviços governamentais (Figura 4-2), indicada pelo marcador significativo de 56,60% (30), citações para "Governo em linha". Além disso, a atenção aos "Processos democráticos em linha", com uma pontuação de 18,87% (10), destacou a importância atribuída à modernização dos processos democráticos. A "Inclusão digital" e a "Literacia digital" também foram citadas no documento 13,21% (7), e 11,32% (6), respectivamente, indicando a preocupação da UE em garantir que todos os cidadãos tenham acesso e compreensão adequada das tecnologias digitais. Este contexto sugere uma abordagem abrangente para a construção de uma sociedade da informação inclusiva e participativa na União Europeia. O plano de ação da eEurope 2002 foi altamente focado e operacional, delineando estratégias claras para atingir seus objetivos. Três métodos principais foram enfatizados: a criação rápida de um ambiente jurídico adequado, o apoio às novas infraestruturas e serviços, e a aplicação de um método aberto de coordenação e avaliação do desempenho. A coleta eficiente de dados foi considerada vital, utilizando fontes como Eurostat e estatísticas dos Estados-Membros, além de inquéritos e estudos específicos quando necessário. Os resultados e o progresso seriam divulgados na página Web da eEurope, garantindo transparência e acompanhamento público das metas específicas estabelecidas. O plano visou garantir a implementação eficaz das estratégias delineadas, alinhando-se com a visão da Cimeira de Lisboa. A UE reforça no texto a preocupação em "assegurar aos cidadãos um acesso fácil aos dados públicos essenciais e promover uma interação em linha entre os cidadãos e a administração" (eEurope 2002 - *An Information society for all*, 2000).

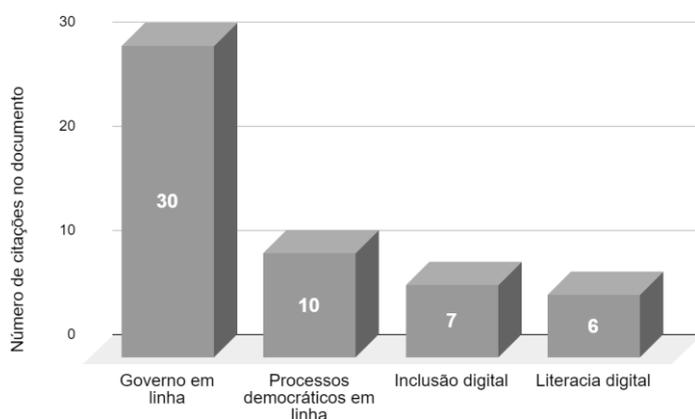


Figura 4-2 - Citações dos temas da pesquisa no projeto de plano de ação eEurope 2002 – Uma Sociedade da Informação para todos.

Fonte: Elaborado pelo autor

Em março de 2001, a CE lança o comunicado “eEurope 2002 - Impacto e prioridades” com o objetivo central de realizar uma análise abrangente do primeiro relatório, avaliando como o plano eEurope contribuiu para o desenvolvimento de uma sociedade baseada no conhecimento. Além disso, a comunicação tinha como intuito estabelecer prioridades para continuar a execução do plano. Parte significativa dessa análise estava centrada no impacto do plano na modernização da função pública nos Estados-Membros da União Europeia. Em essência, a CE buscou no relatório, avaliar o progresso alcançado até o momento e entender como o plano estava, de fato, moldando a sociedade e a função pública, e usar essas informações para orientar futuras ações e decisões políticas. O relatório apontou avanços relevantes em relação as metas estabelecidas pelo plano. Por exemplo, a penetração domiciliar da Internet teve um aumento significativo de 18% para 28% entre março e outubro de 2000. Apesar das disparidades entre os Estados-Membros, aqueles com taxas mais baixas viram o crescimento mais rápido durante esse período. Os números das citações temáticas do documento (Figura 4-3), basicamente repetem a ênfase das ações de modernização dos serviços públicos em linha com “Governo em linha”, recebendo 80% (4) das citações contra 20% (1) de “Processos democráticos em linha. Porém, o documento aborda pela primeira vez temas como cibersegurança e cibercriminalidade, bem como, a internet móvel.

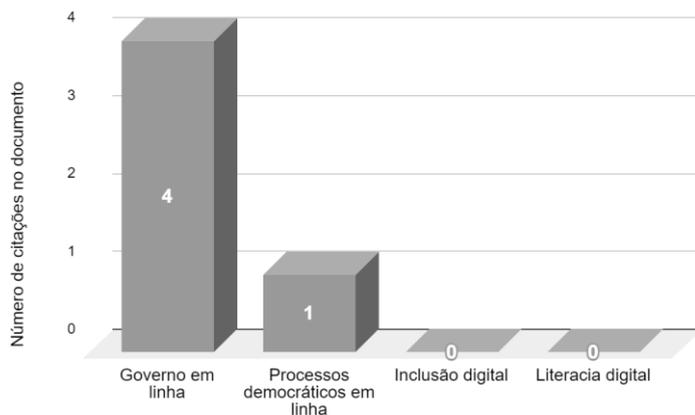


Figura 4-3 - Citações dos temas da pesquisa no projeto de plano de ação - eEurope 2002 – Impacto e prioridades.

Fonte: Elaborado pelo autor

Em maio de 2002 a CE lança a comunicação para o Conselho, Parlamento Europeu e Comité Económico e Social e Comité das Regiões - eEurope 2005: Uma sociedade da informação para todos - Plano de Acção a apresentar com vista ao Conselho Europeu de Sevilha, 21-22 de junho de 2002. O objetivo da comunicação da Comissão Europeia (CE) por meio do plano de ação "eEurope 2005" foi criar um ambiente propício para o investimento privado e a geração de empregos na União Europeia. Isso envolveria o impulso da produtividade, a modernização dos serviços públicos e, fundamentalmente, a promoção da inclusão de todos os cidadãos na sociedade global da informação. O plano teve como foco central a promoção de serviços, aplicações e conteúdos seguros que se baseiem em uma ampla infraestrutura de banda larga disponível em toda a União Europeia. O "eEurope 2005" colocou os usuários no centro, priorizando a participação e criando oportunidades para todos, ao mesmo tempo em que aprimoraria as habilidades digitais. Um foco central dessa política é a inclusão digital, integrada em todas as suas diretrizes. Uma estratégia fundamental para alcançar esse objetivo é assegurar a disponibilidade de serviços em multiplataformas. Reconhecendo que nem todos os cidadãos desejavam utilizar um computador pessoal, o plano defendia a oferta diversificada de serviços públicos online, acessíveis por meio de dispositivos como televisores ou telefones móveis, para garantir a inclusão de toda a população. Em relação às citações no documento (Figura 4-4), 73,33% (11), foram de temas relacionados ao "Governo em linha", 6,67% (1) para "Processos democráticos em linha e 20% para "Inclusão digital e nenhuma citação para "Literacia digital". Uma das ações propostas do plano foi a interatividade dos serviços públicos em linha.

De acordo com eEurope 2005 (2002):

Os Estados-Membros devem garantir que, no final de 2004, os serviços públicos básicos serão interactivos, quando adequado, e acessíveis a todos e explorarão as potencialidades das redes de

banda larga e do acesso multiplataformas. Tal exigirá uma reorganização logística que será abordada no exercício das boas práticas. Será também necessário resolver os problemas do acesso de pessoas com necessidades especiais, como as pessoas com deficiências e os idosos. A Comissão e os Estados-Membros estabelecerão uma lista dos serviços públicos para os quais são desejáveis a interactividade e a interoperabilidade (p. 12).

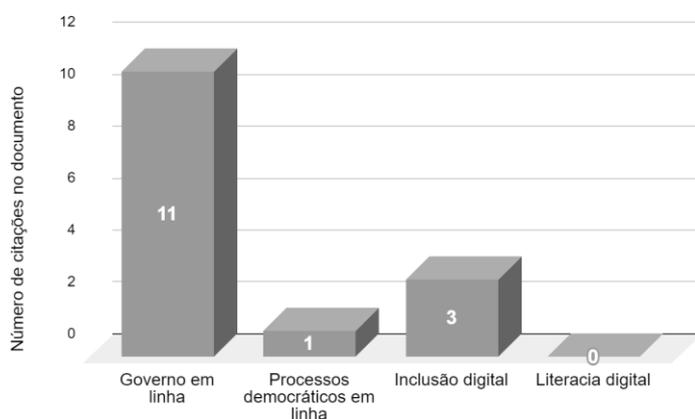


Figura 4-4- Citações dos temas da pesquisa no plano de ação - eEurope 2005: Uma sociedade da informação para todos.

Fonte: Elaborado pelo autor

Em fevereiro de 2003 a CE enviou para o Conselho e Parlamento Europeu, Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões o “Relatório Final do eEurope 2002”. O documento destacou os feitos alcançados pelo programa eEurope, bem como, os desafios remanescentes que ainda limitavam o completo desenvolvimento da sociedade da informação na Europa. O relatório apresentou avanços notáveis na sofisticação dos serviços oferecidos pelos Estados-Membros da União Europeia. Um olhar mais profundo sobre a qualidade desses serviços demonstrou que a média da oferta de serviços totalmente interativos, desde somente fornecer informações até o tratamento eletrônico completo do processo, aumentaram de 45% para 60%. Quatro Estados-Membros atingiram uma média superior a 75%, indicando que os cidadãos tinham acesso a solicitação de serviços públicos totalmente em linha, enquanto outros oito países tinham uma média superior a 50%, garantindo que as informações estivessem disponíveis em linha e que formulários poderiam ser baixados eletronicamente. Esses resultados indicaram uma melhoria significativa na acessibilidade e interatividade dos serviços em linha oferecidos na União Europeia, destacando o impacto positivo da iniciativa eEurope 2002. Em

relação as citações no documento (Figura 4-5), 86,67% (26), foram de temas relacionados ao “Governo em linha”, 3,33% (1) para “Processos democráticos em linha, 6,67% (2) para “Inclusão digital e 3,33% (1) para “Literacia digital” (eEurope 2002 - Final Report, 2003).

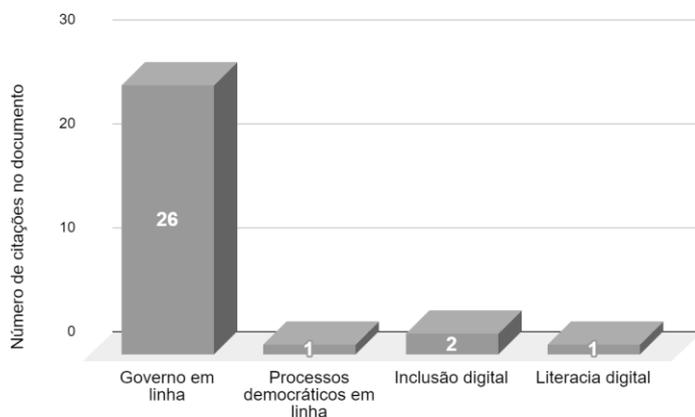


Figura 4-5- Citações dos temas da pesquisa no documento - Relatório Final do eEurope 2002.

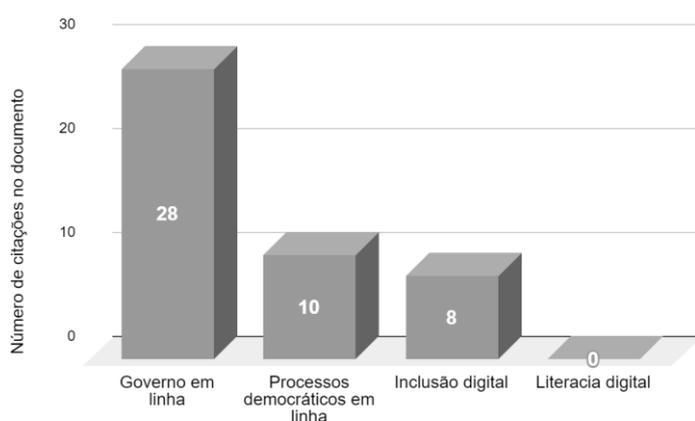
Fonte: Elaborado pelo autor

Em abril de 2006, a Comissão Europeia enviou para o Conselho e Parlamento Europeu, Comité Económico e Social Europeu e Comité das Regiões, a comunicação a respeito do plano de ação “Administração em linha i2010” - Acelerar a Administração em linha na Europa para benefício de todos. A "Administração em linha i2010" foi uma iniciativa estratégica da Comissão Europeia que visava acelerar a implantação de serviços públicos digitais na Europa. Integrada na iniciativa i2010, focou-se na modernização e inovação dos serviços públicos, reconhecendo a forte relação entre a eficiência do setor público e a competitividade econômica. O plano responderia aos desafios contemporâneos, como o envelhecimento da população e as alterações climáticas, além das crescentes expectativas dos cidadãos por melhores serviços e maior segurança. Ele também se alinhava com a expansão da União Europeia, proporcionando serviços públicos transfronteiriços sem interrupções, promovendo a mobilidade e atendendo às necessidades variadas da sociedade e das empresas. O plano de ação centrou-se em cinco objetivos para a Administração em Linha, com metas específicas até 2014:

- Garantir a inclusão de todos: promover a acessibilidade por meio da Administração em linha, assegurando que, até 2010, todos os cidadãos tenham acesso a serviços confiáveis, inovadores e de fácil utilização;
- Tornar a eficiência e a eficácia uma realidade: contribuir significativamente para alcançar, até 2010, altos níveis de satisfação dos usuários, transparência e responsabilidade, reduzindo a burocracia e aumentando a eficiência;

- Desenvolver serviços vitais de grande relevância para cidadãos e empresas: até 2010, todos os procedimentos de contratação pública deverão estarem acessíveis eletronicamente, com uma utilização efetiva esperada de 50%, e seria estabelecido um acordo de colaboração para outros serviços online de alta importância para os cidadãos;
- Integrar componentes cruciais: oferecer aos cidadãos e empresas, até 2010, um acesso autenticado, conveniente, seguro e interoperável aos serviços públicos em toda a Europa;
- Fortalecer a participação e a tomada de decisões democráticas, demonstrando em 2010 ferramentas eficazes para envolvimento no debate público e processos democráticos de tomada de decisões (Administração em linha i2010, 2006).

Em relação as citações dos temas da pesquisa no documento (Figura 4-6), 60,87% (28), foram relacionados ao “Governo em linha”, 21,74% (10) para “Processos democráticos em linha”, 17,39% (8) para “Inclusão digital e nenhuma para “Literacia digital”. Embora que o número de citações referentes as ações do tema “Governo em linha” tenha obtido uma pontuação mais que o dobro da do tema “Processos democráticos em linha”, é de se destacar proposta de ação de fortalecimento dos processos democráticos em linha para a participação da população no debate e tomada de decisões das políticas públicas da organização (Administração em linha i2010, 2006).



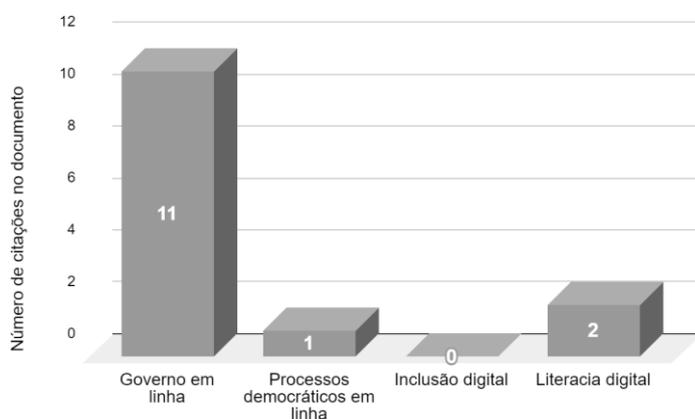
Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 4-6 - Citações dos temas da pesquisa no plano de ação - Administração em linha i2010.

O Tratado de Lisboa, assinado em 13 de dezembro de 2007 e em vigor desde 1 de dezembro de 2009, foi um marco crucial para a União Europeia (UE) em termos de democracia e eficiência

institucional. Ele reformulou e melhorou as estruturas da UE para enfrentar desafios modernos. O tratado desempenhou um papel fundamental na promoção da transparência e da participação cívica na UE. Em primeiro lugar, o Tratado de Lisboa estabeleceu processos decisórios mais claros, tornando as políticas e as decisões da UE mais transparentes para os cidadãos. Além disso, fortaleceu o papel do Parlamento Europeu, um órgão diretamente eleito pelos cidadãos, dando-lhe uma voz mais robusta no processo legislativo. O tratado também facilitou a tomada de decisões, introduzindo o voto por maioria qualificada em várias questões e criando o cargo da Alta Representante da União para Assuntos Externos e Política de Segurança, unificando a posição da UE no cenário global. Em termos de direitos fundamentais, o Tratado de Lisboa incorporou a Carta dos Direitos Fundamentais da UE, fornecendo uma base legal sólida para a proteção dos direitos humanos e democráticos na UE. E por último, porém não menos importante, introduziu no seu Artigo 8.º-B a Iniciativa de Cidadania Europeia, permitindo que os cidadãos da UE passassem a influenciar a agenda política, apresentando propostas legislativas diretamente à Comissão Europeia.

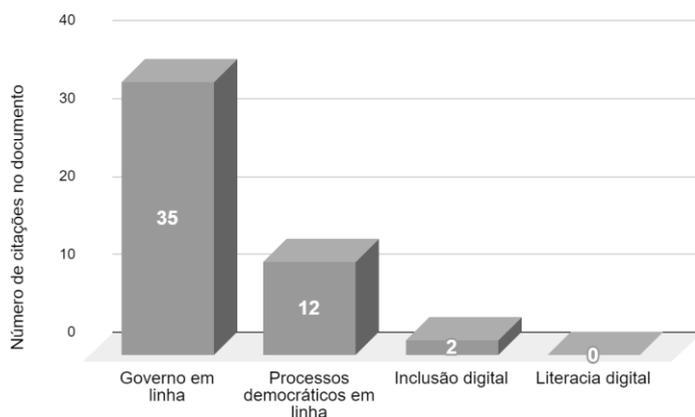
Em maio de 2010 a CE lançou a iniciativa “Uma Agenda Digital para a Europa” como parte da estratégia Europa 2020 que propunha um conjunto de ações centradas em extrair benefícios econômicos e sociais sustentáveis a partir do estabelecimento de um mercado único digital na União Europeia. Esse mercado era fundamentado na disponibilidade de Internet rápida e ultrarrápida, juntamente com aplicações que tivessem alta interoperabilidade. O foco não estava somente na expansão tecnológica, mas também em garantir que essas inovações se traduzissem em avanços econômicos e sociais duradouros. A iniciativa visou proporcionar benefícios tangíveis, como melhores cuidados de saúde, soluções de transporte mais seguras, um ambiente mais limpo, novas formas de comunicação e um acesso mais fácil a serviços públicos e conteúdos culturais. Em relação às citações no documento (Figura 4-7), 78,57% (11), foram de temas relacionados ao “Governo em linha”, em particular sobre cibersegurança, 7,14% (1) para “Processos democráticos em linha, nenhuma para “Inclusão digital e 14,29% (2) para “Literacia digital”.



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 4-7- Citações dos temas da pesquisa no plano de ação - Uma Agenda Digital para a Europa.

O Plano de Ação Europeu (2011-2015) para a Administração Pública Online, introduzido pela Comissão Europeia em dezembro de 2010, delineou uma estratégia para utilizar as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) com o objetivo de impulsionar uma administração pública na União Europeia que fosse mais inteligente, sustentável e inovadora. O plano focou-se na utilização estratégica das TIC para transformar a maneira como os serviços públicos eram prestados, com o objetivo de torná-los mais eficientes e acessíveis aos cidadãos e às empresas. Foi dada ênfase não apenas na modernização tecnológica, mas também na criação de serviços públicos que estivessem alinhados com as necessidades dos usuários, fossem inclusivos e promovessem a transparência. Outro aspecto importante do plano, foi que ele não objetivava apenas melhorar a eficiência administrativa, mas também promover um modelo de administração pública que ajudasse a enfrentar os desafios impostos pela crise econômica de 2008, permitindo uma utilização mais eficiente dos recursos públicos e uma redução nas despesas governamentais. A abordagem coordenada entre recursos públicos e privados foi considerado fundamental para o desenvolvimento econômico, facilitando uma implementação mais econômica dos serviços de administração pública em linha. Isso, a princípio, explica a predominância maior (Figura 4-8) de citações no documento do tema “Governo em linha”, 71,43% (35), seguida por “Processos democráticos em linha” com 24,49% (12), “Inclusão digital” 4,08% e nenhuma a relacionada à literacia digital (Plano de acção europeu (2011-2015), 2010).

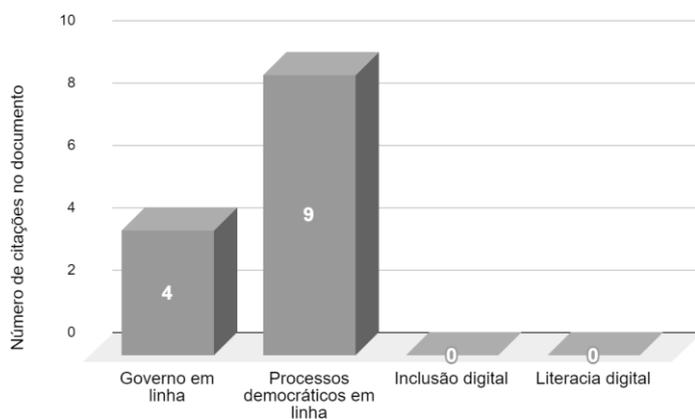


Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 4-8 - Citações dos temas da pesquisa no plano de ação - Plano de ação europeu (2011-2015).

O Regulamento (UE) n.º 211/2011, promulgado em 16 de fevereiro de 2011, constitui um marco

fundamental na promoção da participação cívica em linha na UE. Este documento normativo estabelece as diretrizes detalhadas para a execução da Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE), como já mencionado acima, um mecanismo que concedeu aos cidadãos europeus a oportunidade de propor legislação à Comissão Europeia. Uma das características notáveis deste regulamento foi o reconhecimento das assinaturas eletrônicas como válidas, permitindo que os cidadãos apoiassem iniciativas em linha, transcendendo as fronteiras nacionais. Além do mais, o regulamento estipulou a necessidade de uma plataforma em linha centralizada, administrada pela Comissão Europeia, proporcionando um espaço onde os organizadores pudessem registrar suas propostas, coletar assinaturas e gerenciar o processo de forma transparente. Para garantir uma representação transnacional significativa, uma ICE deve receber apoio de cidadãos de pelo menos um quarto dos Estados-Membros da UE. Esta regulamentação, desempenhou um papel crucial na promoção da democracia digital UE, democratizando o processo legislativo e incentivando a participação ativa dos cidadãos na esfera política. A predominância das citações (Figura 4-9) relacionadas ao tema “Processos democráticos em linha” 69,23% (9) – “Governo em linha” obteve 30,77% (4) das citações – traduz o foco das ações contidas no documento na direção da digitalização do processo democrático participativo ICE da UE. Com certeza um passo corajoso, e ao mesmo tempo condizente com os princípios democráticos europeus, de criação de mecanismos digitais para a participação direta e em linha dos cidadãos na formulação de políticas públicas (Regulamento (UE) n. ° 211-2011 - Iniciativa de Cidadania Europeia, 2011).

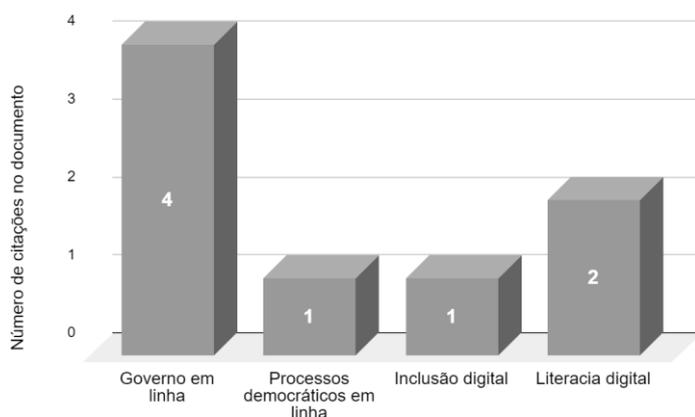


Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 4-9- Citações dos temas da pesquisa no Regulamento (UE) n. ° 211/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, sobre a Iniciativa de Cidadania Europeia.

A "Estratégia para o Mercado Único Digital" da União Europeia, lançada em maio de 2015, representou um compromisso sólido da organização em direção a uma economia digital inovadora e integrada em toda a UE. Esta estratégia, meticulosamente desenvolvida a partir das contribuições dos

Estados-Membros, do Parlamento Europeu e de partes interessadas, foi projetada para um período plurianual e focou-se em três pilares cruciais. Primeiramente, busca garantir um melhor acesso dos consumidores e empresas a bens e serviços online em toda a Europa, eliminando discrepâncias entre os mundos online e offline. Em segundo lugar, objetivou criar um ambiente propício para o desenvolvimento de redes e serviços digitais, promovendo infraestruturas seguras e de alta velocidade, apoiadas por regulamentações que incentivaram a inovação e a concorrência justa. Por fim, buscou otimizar o potencial de crescimento da Economia Digital Europeia, investindo em tecnologias de ponta como computação em nuvem e big data, bem como em pesquisa e inovação. Dessa forma, a estratégia não apenas impulsionou a economia digital, mas também promoveu a inclusão e literacia digital, melhorando os serviços públicos e as habilidades digitais, enquanto criou um mercado digital integrado e dinâmico em toda a União Europeia. Esse canteiro de obras de infraestrutura digital, impulsionou o processo de modernização política e administrativa da UE em benefício do aumento da interatividade dos cidadãos e empresas com a organização. O destaque das citações no documento dos temas (Figura 4-10) “Governo em linha” 50% (4) e “Literacia digital” 25% (2) demonstra o foco das ações relacionadas aos temas na estratégia (Estratégia para o Mercado Único Digital na Europa, 2015).

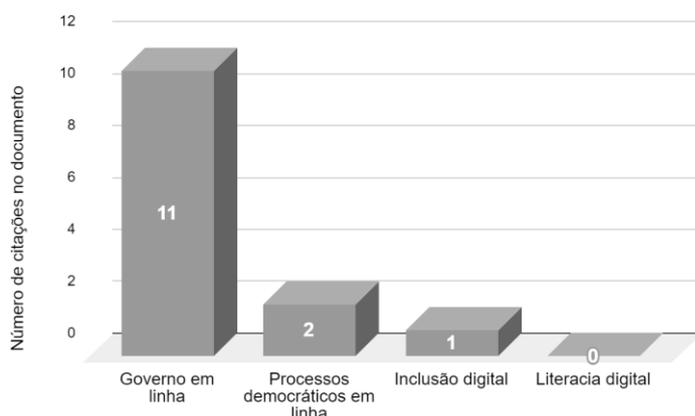


Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 4-10- Citações dos temas da pesquisa na – Estratégia para o Mercado Único Digital.

O Plano de Ação Europeu (2016-2020) para a Administração Pública em Linha", lançado em abril de 2016, foi uma iniciativa da União Europeia projetada para eliminar as barreiras digitais no Mercado Único Digital e evitar uma maior fragmentação resultante da modernização das administrações públicas. Este plano serviu como um guia que agregava os esforços dos Estados-Membros, estabelecendo princípios fundamentais para futuras iniciativas. Ele adotou uma abordagem dinâmica e

flexível para se adaptar ao ambiente tecnológico em constante evolução. Além das ações delineadas no plano, tanto a Comissão quanto os Estados-Membros poderiam propor ações adicionais, todas sendo preparadas de acordo com as melhores práticas regulatórias da Comissão. Apesar de não contar com um orçamento específico ou instrumentos de financiamento próprios, o plano atuou como um catalisador, coordenando os esforços de modernização do setor público no âmbito da administração pública em linha. Outro destaque do plano foram as ações direcionadas a melhorar, de forma significativa, a inclusividade e a acessibilidade, o que significou que os serviços públicos digitais deveriam ser projetados para atenderem a uma ampla variedade de necessidades, em especial as de idosos e pessoas com deficiência, garantindo que todos os cidadãos pudessem acessá-los. Além disso, promoveu a abertura e transparência nas administrações públicas, encorajando o compartilhamento de informações e dados entre elas, bem como permitindo que os cidadãos e empresas acessassem, controlassem e corrigissem suas próprias informações. Em relação às citações dos temas da pesquisa no documento (Figura 4-11), o “Governo em linha” recebeu 78,57% (11) das citações, os “Processos democráticos em linha” 14,29% (2), “Inclusão digital” 7,14% (1) e “Literacia digital”, nenhuma.

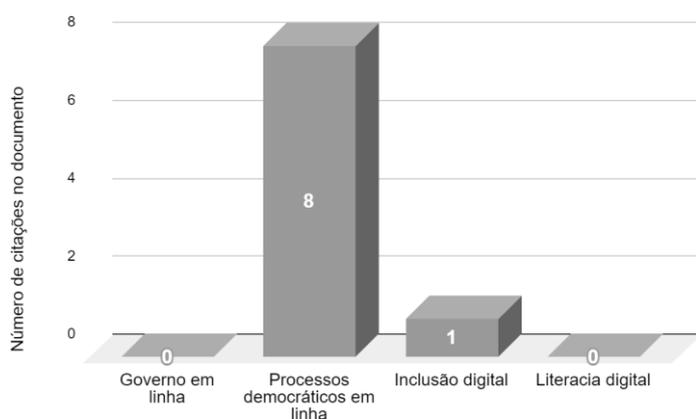


Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 4-11- Citações dos temas da pesquisa no – "Plano de Ação Europeu (2016-2020).

O Regulamento (UE) 2019/788 do Parlamento Europeu e do Conselho, de abril de 2019, estabeleceu que a CE disponibilizaria, assumindo todos os custos, uma plataforma colaborativa em linha gratuita dedicada à Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE). Esta plataforma serviria como um recurso central, oferecendo aconselhamento prático e jurídico, bem como um espaço para discussões sobre a Iniciativa de Cidadania Europeia. No âmbito dessa plataforma, os cidadãos teriam a capacidade de apoiar iniciativas online, utilizando identificação eletrônica ou assinaturas eletrônicas, conforme definido pelo Regulamento (UE) nº 910/2014. Além disso, os cidadãos poderiam escolher apoiar iniciativas tanto em linha quanto em papel, fornecendo apenas os dados pessoais especificados no Anexo III do regulamento. Esse regulamento buscou facilitar a participação ativa dos cidadãos

européus nas iniciativas políticas, promovendo a transparência e a acessibilidade no processo de tomada de decisões da União Europeia através da ICE. Como esperado (Figura 4-12) pela tratativa do regulamento, as citações do tema “Processos democráticos em linha” representaram 88,89% (8) das citações e a “Inclusão digital” 11,11% (1). Os temas “Governo em linha e “Literacia digital não tiveram nenhuma citação (Regulamento (UE) 2019- 788 - ICE, 2019).

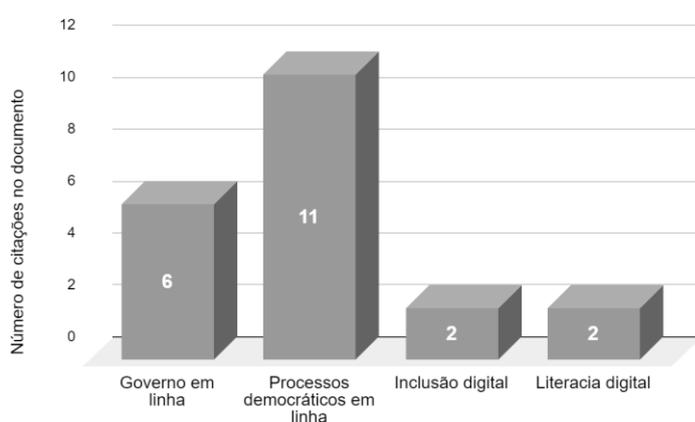


Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 4-12-Citações dos temas da pesquisa no – Regulamento (UE) 2019/788 - Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE).

Em dezembro de 2020 a CE lançou o "Plano de Ação para a Democracia Europeia". O "Plano de Ação para a Democracia Europeia" representou um compromisso fundamental da União Europeia (UE) com os princípios democráticos, o Estado de direito e os direitos fundamentais. Considerando a democracia como um valor essencial europeu, o plano foi direcionado às instituições da UE, governos e parlamentos nacionais, bem como outras entidades como partidos políticos, mídia, sociedade civil e plataformas em linha. De fato, ele foi uma reação da UE à transformação provocada pela revolução digital na política democrática. Esta revolução estendeu as campanhas políticas para o mundo em linha, oferecendo novas oportunidades aos atores políticos para comunicarem suas mensagens aos eleitores e facilitando a participação cívica, especialmente entre os jovens. Entretanto, o rápido crescimento das campanhas online também trouxe novas vulnerabilidades, tornando mais desafiador garantir a integridade das eleições, a liberdade e diversidade dos meios de comunicação e proteger o processo democrático contra ameaças como desinformação e manipulações. O "Plano de Ação para a Democracia Europeia" visou abordar essas questões, promovendo a integridade e a participação democrática na era digital. Reconhecendo que uma democracia saudável depende do engajamento

contínuo dos cidadãos e de uma sociedade civil ativa, o plano enfatiza capacitar os cidadãos e a sociedade civil para resistir às ameaças, garantindo assim a resiliência das democracias europeias. Ficou evidente (Figura 4-13), considerando as citações temáticas da pesquisa no documento – “Governo em linha” 28,57% (6), “Processos democráticos em linha” 52,38% (11), “Inclusão digital” 9,52% (2) e “Literacia digital” 9,52% (2) – a reação da UE perante o fenômeno revolucionário político causado pela utilização das novas tecnologias nos processos democráticos. O poder de comunicação, interação e mobilização das novas tecnologias, botou abaixo todas as estruturas tradicionais que dirigiram a dinâmica da política representativa até então. É isso, foi um divisor de águas para a democracia europeia e mundial (Plano de Ação para a Democracia Europeia, 2020).



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 4-13 - Citações dos temas da pesquisa no – Plano de Ação para a Democracia Europeia.

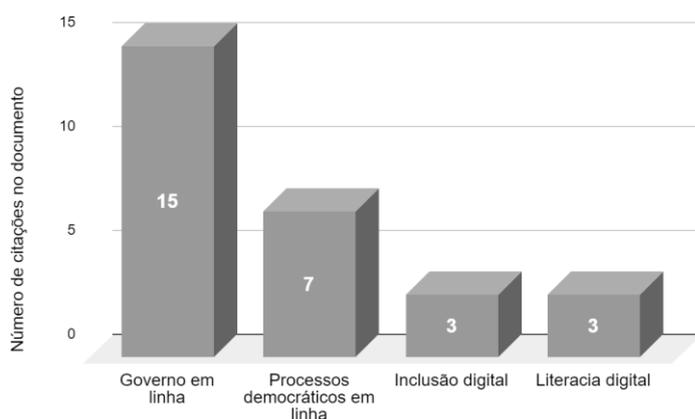
O lançamento da "Década Digital" em março de 2021 pela CE representou uma resposta direta às mudanças profundas que a pandemia de COVID-19 trouxe à sociedade e à economia. A digitalização, acelerada pela pandemia, tornou-se crucial em quase todos os aspectos da vida diária, desde o trabalho e a aprendizagem até o entretenimento e a saúde. No entanto, essa rápida transformação também revelou vulnerabilidades, incluindo dependências de tecnologias não europeias e o impacto da desinformação em democracias. Diante desses desafios, a União Europeia buscou através dessa agenda de reformas, capacitar pessoas e empresas para um futuro digital sustentável e centrado no ser humano. A pandemia destacou disparidades digitais, não apenas entre áreas urbanas e rurais, mas também entre empresas já digitalizadas e aquelas que não estão. Isso criou uma forma de "pobreza digital", onde algumas pessoas e empresas não conseguem acessar plenamente os benefícios do ambiente digital.

De acordo com a Década Digital (2021):

Surgiu também uma nova clivagem digital, não só entre zonas urbanas bem conectadas e territórios rurais e periféricos, mas também entre aqueles que podem beneficiar plenamente de um espaço

digital enriquecido, acessível e seguro, com uma vasta gama de serviços, e aqueles que não o podem. Surgiu uma clivagem semelhante entre as empresas já capazes de explorar todo o potencial do ambiente digital e as que ainda não estão totalmente digitalizadas. Neste sentido, a pandemia de COVID-19 expôs uma nova «pobreza digital», tornando imperativo assegurar que todos os cidadãos e empresas da Europa possam impulsionar a transformação digital para uma vida melhor e mais próspera. A visão europeia para 2030 aponta para uma sociedade digital em que ninguém fica para trás (p. 2–3).

A estratégia, de acordo com o documento, consistiu em aproveitar os pontos fortes da Europa, como um mercado único competitivo e regras fundamentadas nos valores europeus, enquanto ao mesmo tempo, abordou cuidadosamente fragilidades e dependências para garantir sua soberania digital. O objetivo foi construir capacidades tecnológicas que não apenas impulsionassem a transformação digital, mas também contribuíssem para uma sociedade mais saudável e ecológica, refletindo o compromisso da Europa com um futuro digital inclusivo e sustentável. Em relação as citações temáticas da pesquisa no documento (Figura 4-14), o “Governo em linha” marcou 53,57% (15), “Processos democráticos em linha” 25% (7), “Inclusão digital” 10,71% (3) e “Literacia digital” 10,71% (3) (Década Digital, 2021).

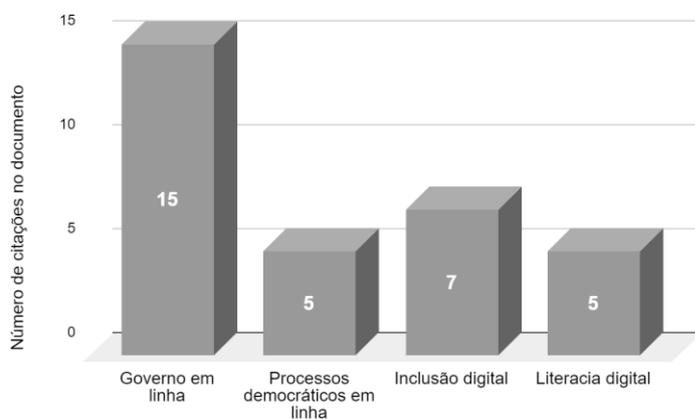


Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 4-14 - Citações dos temas da pesquisa no – Década Digital.

Em dezembro de 2022, a CE lançou o programa “Década Digital 2030”, que visou criar um ambiente digital centrado no ser humano, com foco na transparência, inclusão e acessibilidade

universal. Priorizando a resiliência e a igualdade, o programa buscou superar disparidades geográficas e de gênero, promovendo a educação contínua em competências digitais e infraestruturas seguras e acessíveis. Uma ênfase especial foi dada aos grupos desfavorecidos, incluindo pessoas com deficiência e aqueles que vivem em áreas rurais e remotas, para garantir sua inclusão digital. O objetivo era criar um ambiente online seguro e confiável para todos, bem como competitividade industrial e a participação democrática e serviços públicos em linha. Foram estabelecidas algumas metas digitais ambiciosas a serem alcançadas até 2030. Uma delas é garantir que, no mínimo, 80% da população entre 16 e 74 anos adquira competências digitais básicas, o que implica um conhecimento fundamental de tecnologia e habilidades para interagir de forma eficaz com dispositivos e plataformas digitais. A outra concentra-se na digitalização dos serviços públicos, com o objetivo de tornar 100% dos serviços públicos essenciais acessíveis eletronicamente, e permitir que cidadãos e empresas na União Europeia possam interagir de maneira eficiente com as administrações públicas por meio de plataformas digitais. Essas metas refletem o compromisso da União Europeia em promover a inclusão digital, melhorar a eficiência dos serviços públicos e fomentar o avanço tecnológico dentro da região. Ao mesmo tempo, destacou-se a importância da cibersegurança, promovendo conscientização e medidas para proteger organizações públicas e privadas contra ameaças cibernéticas. Em relação às citações temáticas no documento (Figura 4-15), o “Governo em linha” teve 46,88% (15) de menções, “Processos democráticos em linha” 15,63% (5), “Inclusão digital” 21,88% (7) e “Literacia digital” 15,63% (5).



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 4-15- Citações dos temas da pesquisa no – Década Digital 2030.

5) CAPÍTULO V - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa teve como objetivo analisar como as iniciativas e programas de modernização política da UE influenciaram os processos democráticos da organização, especialmente no que diz respeito ao acesso e participação dos cidadãos na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas. Para obter essa compreensão, realizamos pesquisas com os eurodeputados(as) e cidadãos portugueses. Além disso, conduzimos uma análise documental das políticas públicas da UE relacionadas à modernização democrática. As análises quantitativas e qualitativas proporcionaram *insights* valiosos sobre a interseção complexa entre tecnologia e democracia. Neste capítulo, os resultados obtidos são discutidos em profundidade à luz da literatura existente e das questões de pesquisa delineadas. As descobertas destacam não apenas as semelhanças, mas também as divergências notáveis nas percepções e experiências de diferentes grupos de *stakeholders*, fornecendo uma compreensão abrangente do cenário digital democrático atual na UE.

A presente pesquisa, embora forneça *insights* valiosos sobre as perspectivas dos eurodeputados(as) portugueses e dos cidadãos em relação à modernização dos processos democráticos da União Europeia, apresenta algumas limitações que devem ser consideradas. Em primeiro lugar, a amostra de eurodeputados que participaram do inquérito pode não ser totalmente representativa, uma vez que não abrangeu a totalidade dos 21 parlamentares portugueses eleitos em 2019. Essa limitação pode influenciar a generalização dos resultados para o conjunto completo de eurodeputados. Além disso, as respostas dos cidadãos, embora valiosas em termos de percepções, refletem interpretações subjetivas e podem não corresponder diretamente às ações efetivas no âmbito democrático. A pesquisa também está suscetível a viés de resposta, dado que os participantes podem tender a fornecer respostas socialmente desejáveis. A abordagem quantitativa adotada na análise documental, embora ofereça uma visão numérica, pode limitar a compreensão de nuances qualitativas das políticas de modernização democrática. Ademais, a falta de contextualização histórica nas análises pode não capturar totalmente a evolução das políticas ao longo do tempo. Considerando tais

limitações, é imperativo interpretar os resultados com cautela, reconhecendo a complexidade inerente aos processos democráticos e incentivando futuras investigações que abordem essas limitações de maneira mais aprofundada e holística.

Nossas descobertas indicaram que dos 13 eurodeputados(as) que responderam o inquérito, somente 3 estão atualmente envolvidos em projetos ou participando de comissões especiais relacionadas à utilização das novas tecnologias nos processos democráticos da UE nas áreas administrativa, tecnológica e de transporte. Esse fato, pode ser contextualizado à luz dos desafios descritos por Sifry (2014) que acredita que o fenômeno da desconexão entre a política tradicional e o ambiente online pode ser crucial para entender essa lacuna. Embora as redes sociais e outras plataformas digitais tenham criado novas oportunidades para a interação cívica e a mobilização política, muitos políticos ainda não dominaram a arte de aproveitar totalmente esses espaços ou não se sentem compelidos a engajar-se de maneira autêntica com os processos democráticos em linha. Além disso, na opinião de Susskind (2022), os dilemas éticos e as ameaças à privacidade e à transparência que surgem com o avanço tecnológico, bem como a natureza rápida e sempre em evolução das tecnologias digitais pode ter criado uma atmosfera de incerteza, cautela e uma lacuna de compreensão, onde a adaptação das estruturas democráticas tradicionais para incorporar essas inovações se torna desafiadora. É possível inferir que a complexidade dessas questões, juntamente com as divergentes opiniões sobre como integrar efetivamente as tecnologias digitais nos processos democráticos, pode ter desencorajado uma participação mais ativa por parte dos eurodeputados(as) portugueses em projetos ou comissões especiais relacionadas ao tema.

As respostas provenientes dos inquéritos aos eurodeputados(as) e cidadãos portugueses evidenciaram que ambos os grupos concordam majoritariamente, e de forma convergente, de que a utilização das novas tecnologias nos processos democráticos da UE estimula a ampliação do direito de voto, estendendo o acesso ao voto a um maior número de pessoas, removendo barreiras ou restrições que possam limitar a participação nos processos democráticos, e ao mesmo tempo, fomenta uma participação política mais abrangente da população, incentivando e promovendo a participação ativa de um número mais amplo e diversificado de pessoas nos processos políticos. Inicialmente, essa convergência de concordância reflete as ações da União Europeia ao longo das últimas décadas, onde, desde o eEuropa (1999), passando pela ICE até o Década Digital 2030, propôs e regulamentou políticas públicas com o intuito de incorporar as novas tecnologias nos processos democráticos. Essa incorporação vai além de simples consultas ou informações, abrangendo também aspectos participativos e deliberativos.

Para exemplificar esse ponto, podemos observar que já na iniciativa eEuropa de 1999 (1999, p. 3), na categoria "Governos em linha", é mencionado o seguinte: "Graças à internet, todos os cidadãos e empresas terão um acesso ampliado às informações do setor público. Isso deve facilitar o acesso online a informações, serviços e processos de decisão administrativa." Essa intenção é reiterada no projeto de plano de ação eEuropa 2002 de 2000 (2000, p. 22) na área de "Administração em linha: acesso eletrônico aos serviços públicos", como uma ação que "busca garantir aos cidadãos um acesso fácil aos dados públicos essenciais e promover a interação online entre os cidadãos e a administração". Essa "interação" na tomada de decisões demonstrou, já naquela época, a intenção da UE em buscar aproveitar a tecnologia em linha para tornar a administração pública mais transparente e ao mesmo tempo, permitir a participação ativa dos diversos setores da sociedade na definição das políticas e decisões públicas. Depois, nas outras iniciativas, essa tímida determinação de participação democrática direta em linha, interação, evoluiu para sugestão de mecanismos participativos e deliberativos diretos.

Como manifestado no Administração em linha i2010 (2006):

A democracia em linha tem a ver com a interface entre democracia, novas tecnologias e novas formas de organização social e de governação. 65% dos respondentes ao inquérito em linha à política de Administração em linha esperam que a democracia em linha ajude a reduzir os défices democráticos, existindo já bons exemplos de democracia em linha. Não obstante, falta ainda abordar muitas questões e preocupações, que vão da inclusão à qualidade do processo de tomada de decisões (p. 11).

A compreensão contextual da democracia em linha pela UE, nesse estágio inicial, alinha-se às interpretações sociológicas e analíticas de Manuel Castells. Castells, ao discutir a ascensão da sociedade digital e as mudanças resultantes da revolução tecnológica - especialmente na comunicação e informação - antecipou que isso daria origem a novas formas de organização social, política e econômica. Ele reconheceu o potencial positivo das redes digitais para facilitar a participação cidadã, promover a transparência e permitir uma comunicação mais aberta entre governos e cidadãos. No entanto, também alertou para desafios como: a possível exclusão e falta de literacia digital, bem como a concentração de poder nas mãos de grandes atores tecnológicos. Essa visão de Castells ecoa na abordagem

inicial da UE em direção à democracia digital.

É interessante observar, que no Plano de ação europeu (2011-2015) de (2010, p. 8), a UE definiu como prioridade de ação, o “envolvimento dos cidadãos e das empresas nos processos de definição de políticas” e reafirmou o seu comprometimento em promover a participação significativa de empresas e cidadãos nos processos de definição de políticas por meio da utilização efetiva das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) (Plano de ação europeu (2011-2015), 2010). O foco estava em melhorar a capacidade dos cidadãos e das empresas de contribuírem para a definição de políticas nos Estados-Membros e na UE como um todo. A iniciativa inclui a implementação de projetos de participação eletrônica, como petições eletrônicas com suporte para iniciativas dos cidadãos. Nesse sentido, os Estados-Membros, em colaboração com a Comissão e outras instituições representativas, como os parlamentos, foram convidados a estabelecer serviços que envolvessem as partes interessadas em debates públicos e processos decisórios. Essa abordagem seria apoiada por meio de projetos-piloto e demonstrações, visando aprimorar a interação entre os cidadãos e as instituições, contribuindo assim para uma governança mais inclusiva e participativa. De fato, já em 2011, a Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE) proporcionou pela primeira vez, a participação direta dos cidadãos na formulação e proposição de políticas públicas através da utilização das novas tecnologias. Todo o processo da ICE pode ser feito através da plataforma em linha disponibilizado pela UE. Mesmo sendo somente um passo em direção a modernização dos processos democráticos, o ICE eletrônico, por ser transnacional, representou a materialização da modernização dos processos democráticos da organização (Regulamento (UE) n. ° 211-2011 - Iniciativa de Cidadania Europeia, 2011). Nesse sentido, no Plano de Ação para a Democracia Europeia de 2020 - muito em função da utilização das novas tecnologias no enfrentamento da pandemia de COVID-19 pela organização – o interesse dos Estados-Membros em soluções de votação eletrônica, foi renovado (Plano de Ação para a Democracia Europeia, 2020). O Década Digital 2030 definiu que a utilização das novas tecnologias, não podem se resumir as soluções de serviços públicos em linha, mas também para todos os processos democráticos da UE (Década Digital para 2030, 2022).

As perspectivas dos eurodeputados(as) e dos cidadãos portugueses, aliadas à análise documental das políticas da UE convergem, moderadamente, para a importância atribuída ao fortalecimento do governo no contexto da modernização democrática. A maioria dos eurodeputados(as) e cidadãos expressa a convicção de que a modernização amplia o poder do governo sobre órgãos administrativos e que é crucial para atender e controlar as necessidades

e exigências da sociedade. Ou seja, na opinião de ambos os grupos, a modernização da política democrática não enfraquece o governo, pelo contrário, fortalece o poder executivo europeu na formulação de políticas públicas e entrega efetiva de serviços e equipamentos públicos. Ao considerar os documentos da UE, notamos que as políticas públicas também endossam a necessidade de fortalecimento do governo. Quando analisamos a quantidade de citações referente ao governo em linha nos documentos, a princípio, a modernização dos processos democráticos é conduzida como ferramenta acessória para o funcionamento do governo em linha. O que torna esse resultado interessante é que, aparentemente, os cidadãos portugueses não consideram a utilização das novas tecnologias nos processos democráticos do governo de forma disruptiva. De fato, sinalizam concordar que fortalece a autoridade do governo. Talvez, ambos os grupos acreditem que a implementação de tecnologias pode aprimorar a eficiência e a transparência nas operações governamentais, permitindo uma prestação de serviços mais ágil e acessível. Além disso, a incorporação de ferramentas digitais pode facilitar a participação cidadã, criando canais diretos de comunicação entre o governo e os cidadãos. Noveck (2015) destaca a importância das tecnologias colaborativas, como plataformas digitais e ferramentas online, para envolver os cidadãos no processo de tomada de decisões governamentais. Ao fornecer meios mais acessíveis e eficazes para os cidadãos participarem ativamente na formulação de políticas públicas, as tecnologias digitais podem promover uma governança mais inclusiva e responsiva. Ao simplificar processos, coletar dados em tempo real e facilitar o diálogo, as novas tecnologias oferecem uma oportunidade para os governos fortalecerem sua autoridade de maneira participativa, integrando as vozes dos cidadãos nas decisões políticas e garantindo uma abordagem mais adaptativa e centrada nas necessidades da sociedade. Isso permite que políticas públicas sejam mais direcionadas e adaptadas às demandas reais dos cidadãos, fortalecendo a legitimidade das ações governamentais.

No entanto, a pesquisa mostrou que ambos os grupos concordam fortemente que a burocracia interna da União Europeia é um desafio para a modernização política do bloco. A complexidade dos processos decisórios da UE, que envolvem várias instituições como a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia, pode resultar em tomadas de decisão demoradas e opacas. A elaboração detalhada de regulamentações para

garantir a harmonização entre os países membros, embora busque a consistência, muitas vezes se traduz em procedimentos burocráticos extensos, dificultando a implementação eficiente e a compreensão por parte dos cidadãos. Além disso, a natureza complexa dos processos orçamentários e a elaboração detalhada de documentos para monitoramento e avaliação contribuem para uma carga burocrática considerável. Os procedimentos demorados e a quantidade substancial de regulamentos e relatórios podem desencorajar a participação ativa dos cidadãos nos processos democráticos, criando assim um desafio para a modernização política da UE. A análise documental da UE, revela que essa já era uma preocupação da organização, desde a avaliação das iniciativas de modernização digital do eEuropa 2002. Na época, o relatório atribuía os desafios ao excesso de burocracia interna na organização. Ele expressava preocupação sobre como a burocracia poderia ter um impacto adverso no progresso efetivo das iniciativas de modernização digital da União Europeia.

Segundo o relatório do eEuropa (2000):

No entanto, este potencial não está a ser materializado. A passagem à interacção electrónica implica grandes mudanças no funcionamento interno das administrações, cuja gestão é complexa. Além disso, a existência de regras diferentes de acesso através da União entrava o desenvolvimento de serviços pan-europeu (p. 22).

Contrariando a visão de uma burocracia negativa e desprovida de coerência, Ellinas et al. (2012) consideram que os críticos subestimam o papel da burocracia como um elemento vital e poderoso na tomada de decisões dentro da União Europeia. Segundo o autor, ao contrário de uma entidade dissonante, a UE é percebida como um foco de supranacionalismo, formada por defensores dedicados da integração europeia. Ele utiliza a Comissão Europeia como exemplo para destacar essa perspectiva. Para ele, a Comissão vai além de ser simplesmente uma burocracia formal; é uma entidade com a capacidade de propor legislação, supervisionar sua implementação e regulamentar a competição em uma escala que afeta de maneira significativa os 448,4 milhões de cidadãos da UE. Os tratados da organização conferem à Comissão uma autonomia formal notável, destacando-a como uma das burocracias mais influentes do mundo. Contudo, as críticas frequentes que a retratam como obscura e opaca são uma dimensão constante do debate. Apesar das discordâncias, a influência da Comissão não é apenas um resultado dos tratados, mas também é fortemente moldada pelo ambiente institucional único da UE, onde ela responde a diversos mestres políticos. Esse papel central

questiona a noção de uma burocracia desarticulada, ressaltando a importância e a relevância da Comissão Europeia na governança da UE.

Outro dado relevante do estudo, foi a disparidade significativa nas percepções dos dois grupos em relação à falta de vontade política do Parlamento Europeu para propor e implantar políticas públicas de modernização política. Na concepção dos parlamentares portugueses, não falta vontade política do PE em relação ao tema. Pode ser, que essa perspectiva majoritariamente positiva, vem da condição de serem membros ativos do PE, e assim, podem ter uma visão privilegiada do processo decisório e das iniciativas em andamento. Sua participação direta em comissões, negociações e debates pode proporcionar uma compreensão mais profunda das dinâmicas internas e dos esforços empreendidos para a modernização. Além do mais, os eurodeputados(as) podem perceber a vontade política como refletida em propostas legislativas, discussões, sessões plenárias, comitês e grupos de trabalho e compromissos que ocorrem no PE, influenciando sua percepção sobre a seriedade e a dedicação dos colegas e das instituições em promover mudanças positivas. Outra possibilidade, é uma visão mais pragmática e informada dos parlamentares sobre o tema, que vem da compreensão mais realista das complexidades institucionais, dos processos de negociação e das restrições orçamentárias, o que justificaria uma visão mais positiva em comparação com as expectativas externas menos informadas.

Em contrapartida, os cidadãos portugueses acreditam majoritariamente na falta de vontade política do PE para a proposição e implementação de projetos de modernização dos processos democráticos. Uma possibilidade eminente, pode ser que os cidadãos baseiam as suas opiniões em percepções mais amplas, notícias e experiências menos detalhadas, o que pode levar a uma visão mais crítica e simplista em relação ao tema. A comunicação e informação podem contribuir para essa percepção. Se os cidadãos não têm acesso adequado a informações sobre as atividades e esforços de modernização empreendidos pelo Parlamento Europeu (PE) e outras instituições da UE, podem formar opiniões com base em uma compreensão limitada. Experiências pessoais e diferentes definições de "modernização política" podem adicionar complexidade à questão. Se as iniciativas de modernização não são comunicadas efetivamente ou não têm impacto tangível nas experiências cotidianas dos cidadãos, isso pode criar a impressão de falta de vontade política. Outro fator pode ser a desconfiança geral nas instituições políticas. Se os cidadãos já têm uma visão cética em

relação à política tradicional, isso pode se refletir em suas percepções em relação aos esforços de modernização política da UE. Ou talvez, possa ser somente expectativas mal gerenciadas ou mal compreendidas sobre o papel e as capacidades do PE. Se os cidadãos têm expectativas irrealistas ou mal-informadas sobre o que o PE pode alcançar, isso pode resultar em desilusão. Ou seja, a percepção dos cidadãos portugueses sobre a falta de vontade política para a modernização dos processos políticos do PE, pode ser uma interseção complexa de comunicação inadequada, desconexão percebida, desconfiança geral nas instituições e expectativas mal gerenciadas.

Contudo, quando analisamos as iniciativas propostas no plano de ação para a democracia europeia de 2020, verifica-se no texto uma série de iniciativas e esforços empreendidos pela Comissão para fortalecer a democracia participativa e deliberativa. A ênfase do plano de ação em apoiar uma sociedade civil dinâmica, promover a participação democrática e aumentar a transparência reflete um compromisso explícito em envolver os cidadãos nos processos decisórios. Outro fato a se observar, é que as propostas de iniciativas do plano de ação são politicamente transversais.

Segundo o texto do Plano de Ação para a Democracia Europeia (2020):

O presente plano de ação tem por destinatários as instituições da UE, os governos e parlamentos nacionais, que são os principais responsáveis pela garantia do bom funcionamento da democracia, bem como outras autoridades nacionais, os partidos políticos, os meios de comunicação social, a sociedade civil e as plataformas em linha (p. 3).

O texto também destaca a utilização de fundos estruturais e de investimento para apoiar a sociedade civil e promover a participação pública na criação de políticas públicas. Essas iniciativas coletivas visam não apenas incentivar a participação dos cidadãos, mas também fortalecer a legitimidade democrática e a confiança nas instituições da UE.

Os dados revelam uma notável disparidade entre as perspectivas dos eurodeputados(as) e cidadãos portugueses em relação à inclusão digital e à literacia digital nas propostas e iniciativas de modernização política da UE. Porém, antes de se avançar na discussão do porquê disso, para uma melhor interpretação e comparação dos dados, se faz necessário fundamentar ambos os conceitos. A diferença crucial entre inclusão digital e literacia digital reside na abrangência de habilidades e conhecimentos. A inclusão digital concentra-se em proporcionar a todos o acesso equitativo às tecnologias digitais, incluindo *software*, *hardware*

e conectividade (Dijk, 2005; Helsper, 2008). Por outro lado, a literacia digital vai além, envolvendo habilidades críticas para compreender, avaliar e utilizar eficazmente as informações no ambiente digital. Enquanto a inclusão digital busca eliminar barreiras de acesso, a literacia digital visa capacitar as pessoas a navegar de maneira informada e ética no vasto cenário digital, compreendendo questões como segurança, privacidade e avaliação de conteúdo online (Dijk, 2005; Gilster, 1997a). Ou seja, inclusão digital e literacia digital estão intrinsicamente ligadas. A inclusão digital, sendo um requisito inicial, implica ter acesso às tecnologias digitais para desenvolver as habilidades e mentalidade necessárias para utilizá-las de maneira eficaz. Entretanto, é importante notar que a inclusão digital não assegura automaticamente a literacia digital. Ter acesso às tecnologias digitais não garante possuir as habilidades e atitudes essenciais para usá-las de forma inteligente, segura, ética e eficiente. Porém, ambas são fundamentais para uma participação plena e eficaz na sociedade digital moderna (Dijk, 2005; Década Digital, 2021).

Posto isso, como mencionamos acima, uma maioria significativa dos eurodeputados(as) entende que a UE prioriza questões como exclusão e literacia digital, enquanto os cidadãos portugueses expressaram uma visão mais cética ou neutra a respeito da questão. À primeira vista, a razão disso pode ser porque os eurodeputados estão mais alinhados com as diretrizes e estratégias da UE que frequentemente enfatizam a inclusão digital como parte integrante de iniciativas mais amplas de modernização e fortalecimento democrático, enquanto os cidadãos não. Outra possibilidade pode ser porque os cidadãos não estejam completamente informados sobre as iniciativas e propostas da UE específicas relacionadas a essas questões, existindo uma lacuna na comunicação entre as instituições da UE e os cidadãos, resultando em uma compreensão limitada ou distorcida das políticas propostas. Além disso, as diferenças podem refletir as prioridades percebidas pelos cidadãos em relação a outras questões. Em um contexto em que há uma série de desafios e preocupações sociais, econômicas e políticas, os cidadãos podem não ver a exclusão digital e a literacia digital como as questões mais prementes ou urgentes. Outros problemas, como emprego, saúde ou segurança, podem ocupar mais espaço na percepção pública. Ou de fato, simplesmente as iniciativas a respeito do tema, não chegaram até aos cidadãos. Nossas pesquisas sobre o tema revelaram que desde o eEuropa em 1999 até a Década Digital para 2030 em 2022, todas as iniciativas vincularam a modernização dos serviços públicos e dos processos democráticos à inclusão e literacia

digital.

Já na comunicação do plano de ação eEuropa pela CE em 1999, ficou evidente que a construção da “sociedade da informação para todos” passaria obrigatoriamente pela inclusão e literacia digital dos cidadãos.

Segundo o eEuropa (1999), o plano tinha como objetivos principais:

- Colocar todos os cidadãos, todas as famílias e escolas, todas as empresas e todos os órgãos da administração pública na era digital e em linha.
- Criar uma Europa digitalmente instruída, apoiada por uma cultura empresarial pronta a financiar e a desenvolver novas ideias.
- Assegurar que todo o processo seja socialmente abrangente, ganhe a confiança dos consumidores e reforce a coesão social.

O relatório final do eEuropa 2002 demonstrou o sucesso notável na consecução das metas estabelecidas para o plano de ação. Esse resultado positivo foi possível graças à colaboração efetiva de diversos intervenientes, incluindo instituições europeias, Estados-Membros, setor industrial e parceiros sociais. Os resultados específicos das ações direcionadas à inclusão e literacia digital, foram significativamente positivos como podemos ver abaixo:

- A taxa de conectividade domiciliar através da Internet experimentou um aumento notável, passando de aproximadamente 18% em março de 2000 para 43% em novembro de 2002.
- A abrangência da conectividade pela Internet nas escolas atingiu um notável patamar de 93% em fevereiro de 2002. Quase todos os Estados-Membros conseguiram alcançar ou estavam prestes a atingir a meta estabelecida, que consistia em conectar todas as escolas até o final de 2002.
- Os dados revelaram um panorama positivo no campo da educação, onde mais de 50% dos professores receberam formação oficial no uso de computadores, e 40% foram treinados especificamente para utilizar a Internet. Mais de 90% dos professores utilizavam computadores em suas residências e enquanto quase 80% possuem acesso à Internet em casa.
- A média de serviços online em todos os Estados-Membros experimentou um aumento significativo, passando de 45% para 60%. Destaca-se que quatro Estados-Membros (Suécia, Irlanda, Dinamarca e Finlândia) alcançaram uma média superior a 75%, indicando que os pedidos de serviços podem ser completados integralmente online. Adicionalmente, outros oito

Estados-Membros apresentam uma média superior a 50%, evidenciando que as informações necessárias estão disponíveis online e os formulários podem ser facilmente baixados

Vale ressaltar que mesmo não constando no relatório, na sua conclusão o eEurope 2002 (2003) afirma que “falta agora aumentar a sua interactividade e efectuar uma reorganização logística para obter plenamente os ganhos de eficiência”. É importante registrar que no início da revolução tecnológica dos anos 90, somente tinham acesso à internet quem possuía computador, linha telefônica fixa, provedor e a literacia para saber navegar na *web*. O perfil desse internauta vanguardista, era com ensino superior, empregado e jovem. Ou seja, um percentual muito pequeno da população (Dijk, 2020). Trabalhar para eliminar essas limitações estruturais, técnicas e de conhecimento, e ao mesmo tempo acompanhar o ritmo acelerado das evoluções tecnológicas, era o grande desafio posto para UE. Talvez seja por isso que o eEuropa 2005 colocou os utilizadores no centro das iniciativas (eEurope 2005, 2002).

O eEurope 2005 buscava fortalecer a participação e inclusão para todos, especialmente focando em aprimorar as qualificações. O programa incorporou medidas específicas de e-inclusão, com destaque para oferecer serviços multiplataformas. Reconhecendo a diversidade de preferências no acesso à tecnologia, a disponibilidade de serviços públicos online em diversos dispositivos, como TVs e celulares, desempenhava um papel crucial na inclusão, especialmente para pessoas com deficiências e idosos. A promoção do acesso à banda larga visava beneficiar áreas como saúde, educação e negócios. Ao estabelecer o objetivo de oferecer serviços públicos interativos e acessíveis em várias plataformas até o final de 2004, o plano refletia o compromisso com uma sociedade inclusiva e conectada, alinhando-se à visão de uma 'sociedade da informação para todos'. Essa abordagem não apenas atendia às diversas necessidades da sociedade, mas também promovia a participação cidadã, contribuindo para uma governança mais transparente e eficiente (eEurope 2005, 2002).

A iniciativa Administração em linha i2010 de 2006, buscou enfrentar o desafio da clivagem digital, procurando superar a exclusão digital com serviços públicos em linha. Esta abordagem ofereceu oportunidades para políticas inclusivas, baseadas nas TICs, com o objetivo de fortalecer a coesão social ao facilitar o acesso as plataformas públicas para os grupos desfavorecidos, pois, apesar dos avanços, os *websites* públicos precisavam melhorar a acessibilidade. Os Estados-Membros se comprometeram em garantir que, até 2010, todos se

beneficiariam da Administração em linha. Quanto à participação democrática em linha, a UE teve que lidar com desafios como a baixa participação em eleições e recorrente complexidade na tomada de decisões. A iniciativa priorizou as TICs como oportunidade para promover o envolvimento e participação dos cidadãos nos processos democráticos. A CE liderou esforços para promover transparência e participação por meio de iniciativas como a 'Comissão Online' e a busca por formas avançadas de democracia em linha no programa de pesquisa IST do 7.º Programa-Quadro (Administração em linha i2010, 2006).

De acordo com a iniciativa “Uma Agenda Digital para a Europa (2010)” de 2010 (2010, p. 28), na altura, “150 milhões de europeus – cerca de 30% - nunca utilizaram a Internet”. A maioria dessas pessoas afirmou não precisar ou considerar o custo muito elevado. Esse conjunto era predominantemente composto por indivíduos com idades entre 65 e 74 anos, de baixa renda, desempregados e com níveis educacionais mais baixos. A disparidade entre aqueles que se integravam no mundo digital e os que não, muitas vezes decorreria da falta de habilidades para usar as novas tecnologias, ou seja, da iliteracia digital e mediática. Essas habilidades eram cruciais não apenas para garantir emprego, mas também para facilitar a aprendizagem, a criação, a participação, e para cultivar confiança e discernimento no uso dos meios digitais. Nesse sentido, a iniciativa propôs ações de literacia digital com o objetivo de que todos europeus soubesse como utilizar as TICs e os meios de comunicação digitais (Uma Agenda Digital para a Europa, 2010).

O “Plano de acção europeu (2011-2015)”, de dezembro de 2010, propôs ações de inclusão digital que aprimorasse a usabilidade e o acesso aos serviços públicos online que implicava, disponibilizá-los por diversos canais, como internet, televisão, telefone, dispositivos móveis e, quando apropriado, por meio de intermediários. O plano de ação trouxe tratativas para aumentar a participação dos cidadãos e empresas nos processos democráticos de tomada de decisão (Plano de acção europeu (2011-2015), 2010).

Em 2020, a iniciativa “sobre o plano de ação para a democracia europeia” ajustou as propostas e ações de inclusão e literacia digital para que fosse garantido o acesso equitativo à participação democrática. Isso inclui o fomento da inclusividade e igualdade na participação democrática, a promoção do equilíbrio de gênero na política e na tomada de decisões, além da implementação de medidas proativas para combater ataques antidemocráticos e discursos de ódio. Estas ações visaram desencorajar qualquer tentativa de dissuasão de participação ativa na vida política por parte de mulheres, pessoas LGBTIQ, grupos minoritários, bem como oferecer atenção especial a jovens desfavorecidos, pessoas de minorias étnicas ou raciais, pessoas com deficiência e aqueles com níveis mais baixos de literacia e participação digital,

como famílias com baixos rendimentos sem fácil acesso à Internet e pessoas idosas. O plano estabeleceu medidas para combater a desinformação e a propagação de informações falsas. Isso foi alcançado por meio da promoção da literacia mediática, que envolveu o desenvolvimento do pensamento crítico. O objetivo era capacitar cidadãos de todas as idades a navegar no cenário de notícias, identificar diferentes tipos de mídia, compreender seu funcionamento, desenvolver uma compreensão crítica das redes sociais e tomar decisões informadas. A CE aprimorou os esforços para fortalecer a literacia mediática, envolvendo e colaborando com observatórios e grupos de especialistas, apoio a campanhas nacionais e promoção da educação para a cidadania. A abordagem foi abrangente, incluindo programas específicos e iniciativas intersetoriais. O objetivo central foi garantir que os cidadãos possuíssem as competências necessárias para compreender plenamente os mecanismos que moldam as interações online e para enfrentarem os desafios associados à desinformação (Plano de Ação para a Democracia Europeia, 2020).

E por último, porém não menos importante, o programa “Década Digital para 2030”. O programa proposto em 2022 visa melhorar as infraestruturas digitais, priorizando investimentos para garantir conectividade acessível em toda a UE. O objetivo central é reduzir a disparidade digital entre diferentes regiões, com foco especial na lacuna entre áreas urbanas e rurais. Até 2030, a meta é oferecer redes de gigabits, cobrindo todas as zonas povoadas com uma rede sem fios equivalente a pelo menos 5G. Essas ações visam assegurar que a transformação digital beneficie equitativamente todos os cidadãos, proporcionando acesso a serviços digitais seguros e inclusivos. O programa enfatiza a criação de um ambiente digital centrado em direitos fundamentais, transparente e acessível, com especial atenção para grupos desfavorecidos e a necessidade de competências digitais básicas para a população. Essas iniciativas estão alinhadas com a visão de uma sociedade digital inclusiva e transparente na União Europeia até 2030 (Década Digital para 2030, 2022).

As descobertas da nossa pesquisa reforçam a percepção de alguns autores de que a temática da inclusão e literacia digital transcende não apenas os âmbitos administrativos e políticos da União Europeia, mas de qualquer governo. A dinâmica intrínseca de evolução e desenvolvimento das tecnologias, assim como o acesso e consumo destas pela população, são inicialmente conduzidos e controlados pelos interesses privados em busca de expansão de mercado. Em outras palavras, o mercado não ajusta suas estratégias econômicas e comerciais

às políticas públicas de inclusão e literacia digital. Se no início da sociedade da informação, era necessário se ter um computador, linha telefônica fixa, provedor de acesso à internet e literacia digital para navegar na *net*, hoje basta ter um *smartphone* com um pacote de dados. Um ponto importante para se refletir a respeito é que atualmente, para se consumir, compartilhar e criar informação e desinformação, não é obrigatoriamente necessário se ter literacia digital, cultural ou acadêmica. A pandemia de COVID-19 demonstrou que esse fluxo de mão dupla de informação, pode ser muito benéfico quando usado para informar, porém, desastroso e fatal quando propositalmente utilizado para desinformar.

Segundo (Silva, 2022):

Convém-nos lembrar de que a Organização Mundial da Saúde publicou em 2020 um relatório que tem por cenário a desinformação durante as fases mais agudas da covid-19 (UNESCO, 2020). Entre os muitos números, há um que me chamou muito a atenção: de que 19 milhões dos 50 milhões de tweets relacionados com a covid-19, ou seja, 38% do total dos tweets comunicados a propósito da covid-19, foram considerados falsos ou manipulados. Isso é um problema de dimensões estratosféricas e que confirma a ideia de que estamos realmente vivendo um fenômeno de proporções gigantescas, desregulado e sem fronteiras (p. 453).

A desinformação no período da pandemia de COVID-19 na UE emergiu como um desafio premente devido à acessibilidade facilitada pela tecnologia moderna. O alcance ubíquo das plataformas digitais possibilitou que qualquer indivíduo, munido de um dispositivo conectado à internet, espalhasse e amplificasse informações, independentemente da veracidade. Esse fenômeno foi alimentado pela velocidade com que as informações circularam nas redes sociais e outros meios online, criando um ambiente propício para a propagação de narrativas falsas e manipuladoras. A pandemia evidenciou não apenas o potencial transformador da inovação disruptiva, mas também destacou as vulnerabilidades e impacto da desinformação em nossas sociedades democráticas. Historicamente, a desinformação não estava facilmente ao alcance de todos, mas hoje, sua disseminação é facilitada. Em termos simples, a desinformação, embora não seja uma novidade, representa uma epidemia em nossa era. Em relação a inclusão digital, durante o período pandêmico, surgiu uma nova divisão digital, não apenas entre áreas urbanas bem conectadas e regiões rurais e periféricas, mas também entre aqueles que podem desfrutar plenamente de um ambiente digital enriquecido e seguro e aqueles que não conseguem. A pandemia, portanto, expôs uma nova forma de "pobreza digital". A pandemia de COVID-19 trouxe consigo valiosas lições de grande relevância. Em

primeiro lugar, destacou-se a capacidade da digitalização em aproximar pessoas, independentemente de sua localização física. A digitalização tem o poder de superar barreiras geográficas, possibilitando que as pessoas trabalhem, aprendam, interajam com instituições públicas, gerenciem suas finanças, participem da vida democrática e se conectem com outros em qualquer parte da União Europeia, inclusive em áreas rurais e remotas. Em segundo lugar, ficou evidente que as infraestruturas digitais e uma conectividade rápida não apenas abrem novas oportunidades, mas também podem ser catalisadoras para os direitos e liberdades individuais. (Dijk, 2005, 2020; Década Digital, 2021; Gilster, 1997b; Silva, 2022).

A pesquisa demonstrou que houve uma divergência semelhante de opiniões entre os grupos em relação ao impacto prático da modernização dos processos democráticos na vida dos cidadãos da União Europeia. Essa discrepância ficou evidenciada nos dados apresentados. Enquanto 53,9% dos eurodeputados(as) acreditam que essas mudanças tiveram um impacto real nas vidas dos cidadãos, apenas 45,6% dos cidadãos concordam com essa afirmação. Essa disparidade pode derivar de diversos fatores, incluindo a possibilidade de os cidadãos estarem menos familiarizados com os processos democráticos em linha, resultando em uma percepção limitada dos efeitos práticos dessas mudanças. Também pode indicar uma desconexão entre as ações percebidas pelos eurodeputados(as) e a experiência real dos cidadãos, sugerindo a necessidade de uma comunicação mais eficaz na explicação de como essas modernizações afetaram concretamente a vida cotidiana dos cidadãos da União Europeia.

Os resultados evidenciaram uma convergência de opiniões entre os eurodeputados(as) e os cidadãos quanto à percepção destes de que os processos democráticos em linha são mais eficazes e de melhor qualidade, intensificando sua sensação de participação política. Por outro lado, os dados indicaram que os cidadãos mantêm uma postura cética ou neutra em relação à modernização política resultar em melhorias na confiança nos processos democráticos, inclusão social e reforço da credibilidade nas instituições políticas da União Europeia.

Os dados revelam uma discrepância significativa nas percepções entre os grupos em relação à migração dos processos democráticos tradicionais para os eletrônicos. Enquanto a maioria dos eurodeputados(as) não tem uma percepção concordante e positiva em relação essa transição, os cidadãos expressam uma visão otimista, considerando que essa mudança torna as decisões políticas mais eficientes e ágeis. A divergência pode ser atribuída a vários fatores. Em primeiro lugar, os eurodeputados(as) podem ter uma compreensão mais detalhada e

técnica do processo de migração para os processos eletrônicos, considerando nuances e desafios que podem não ser tão evidentes para os cidadãos comuns. Além disso, as diferentes experiências e exposições à eficácia dos processos eletrônicos podem influenciar as percepções. Os cidadãos, ao vivenciarem a facilidade e rapidez de serviços digitais em outras áreas da vida cotidiana, podem transferir essa confiança para a esfera política. Outro resultado relevante, foi que tanto eurodeputados quanto cidadãos portugueses mostram uma convergência notável em suas perspectivas sobre o impacto positivo das novas tecnologias na relação entre cidadão e governo. Ambos concordam que essas tecnologias têm alterado essa relação, promovendo maior participação e transparência. Essa convergência sugere uma compreensão compartilhada do potencial transformador das tecnologias na dinâmica democrática. A visão conjunta de que as novas tecnologias fortalecem a participação e a transparência reflete uma apreciação comum do potencial democratizante dessas ferramentas digitais.

Tanto os eurodeputados(as) quanto os cidadãos expressam uma forte concordância com que a avaliação do nível de participação dos cidadãos nas plataformas digitais é uma abordagem adequada para medir o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos da UE. Esse alinhamento pode ser por causa de uma consciência compartilhada de que vivemos em uma sociedade de dados, onde a análise de informações provenientes de pesquisas de opinião e do envolvimento digital dos cidadãos oferece uma visão valiosa sobre a eficácia das inovações tecnológicas nos processos democráticos. A forte concordância sugere uma compreensão mútua da importância da coleta de dados nas plataformas digitais como uma ferramenta essencial para a compreensão e avaliação contínua do impacto das novas tecnologias na esfera democrática. Essa convergência também destaca que as novas tecnologias estão integralmente incorporadas à vida tanto dos representantes políticos quanto dos cidadãos, indicando a necessidade de estratégias políticas e sociais que abracem e regulamentem eficazmente esse novo paradigma digital. Por outro lado, ficou evidente a existência de uma clara disparidade entre as perspectivas dos eurodeputados(as) e dos cidadãos em relação ao impacto da modernização dos processos democráticos na participação ativa dos cidadãos. Enquanto os parlamentares acreditam que a modernização despertou um maior interesse e envolvimento dos cidadãos em todo o ciclo de fomentação de políticas públicas, a maioria dos cidadãos não concorda com essa afirmação. Essa divergência pode ser interpretada de várias maneiras. Pode indicar que, apesar dos esforços de modernização, os cidadãos ainda não percebem um aumento substancial em seu envolvimento no processo político. Também pode sugerir que, embora os cidadãos possam estar mais envolvidos, ainda

não reconhecem plenamente a extensão desse envolvimento. Ainda, é crucial considerar que a percepção da eficácia e do impacto varia entre diferentes grupos e pode ser influenciada por fatores como acesso à informação, compreensão dos processos políticos e confiança nas instituições.

Ambos os grupos expressam uma forte concordância quanto à redução significativa dos custos administrativos e operacionais associados aos processos democráticos, indicando uma eficiência financeira que pode potencialmente otimizar recursos. A ampla cobertura territorial é outra área em que eurodeputados(as) e cidadãos compartilham opiniões, destacando a capacidade dos processos eletrônicos em envolver cidadãos de diferentes regiões da UE, promovendo assim uma participação mais inclusiva. O fortalecimento da legitimidade das decisões políticas, evidenciado pela ampla cobertura territorial, é particularmente salientado pelos cidadãos, sugerindo que percebem esses processos como uma forma eficaz de representação. A participação ativa de indivíduos expatriados também é um ponto de consenso, sendo percebida como uma maneira de promover uma representatividade política mais abrangente. Os dados revelam uma mesma convergência de perspectivas positivas em relação ao aumento da precisão das decisões políticas, baseadas na utilização de tecnologias de análise de grandes bases de dados. Esse consenso sugere que tanto os eurodeputados quanto os cidadãos compartilham a crença de que tecnologias avançadas de processamento e análise de dados, como big data, inteligência artificial, computação quântica e inteligência geral artificial, têm o potencial de gerar informações de maneira inédita em termos de quantidade, alcance, velocidade e precisão.

A análise dos dados revelou uma clara disparidade de perspectivas entre os grupos no que diz respeito à influência e representatividade política na era digital. Enquanto os parlamentares expressaram uma forte resistência à ideia de redução da dependência da representatividade política tradicional, os cidadãos indicam uma inclinação oposta, com mais da metade concordando que a utilização das novas tecnologias permite influenciar diretamente as decisões políticas e reduzir a necessidade de representantes físicos no governo. Este contraste sugere uma desconexão substancial entre as percepções dos representantes eleitos e os anseios da população em relação à modernização democrática. A resistência dos eurodeputados pode estar enraizada em preocupações sobre a estabilidade do sistema representativo, enquanto os cidadãos veem nas tecnologias uma oportunidade de maior

participação e impacto direto nas decisões políticas.

Outra descoberta relevante do estudo foi a dinâmica complexa entre as percepções dos eurodeputados(as) e dos cidadãos em relação à descentralização das decisões políticas proporcionada pela modernização política. Ambos os grupos mostraram um consenso significativo na crença de que a promoção da descentralização promovida pelos processos democráticos digitais, contribui para a autonomia administrativa e política dos governos regionais e locais. Verificou-se também uma concordância positiva alta sobre a contribuição da descentralização para a adaptação das políticas públicas às necessidades específicas de cada região, estimulando o crescimento econômico regional, sugerindo que parlamentares e cidadãos reconhecem a importância da flexibilidade para abordagens regionalizadas. Embora a modernização política tenha sido implementada para fortalecer a governança e aprimorar a eficácia das políticas públicas regionais, os cidadãos demonstraram ceticismo ou neutralidade se ela está resultando em benefícios concretos. Essa falta de concordância pode ser explicada pela possível desconexão entre a percepção dos cidadãos sobre os resultados práticos da descentralização, que não apresenta benefícios percebidos, e as narrativas institucionais.

Ambos os grupos não consideram essa implementação como uma ameaça ao atual modelo de democracia representativa da UE. Entretanto, divergências emergem quando se aprofunda na análise. Enquanto os eurodeputados(as) parecem mais confiantes na robustez do modelo representativo atual, os cidadãos expressam preocupações mais substanciais. A percepção de que a introdução de novas tecnologias representa um desafio ao papel dos representantes eleitos, assim como a possibilidade de exigir mudanças nas estruturas e procedimentos políticos, sinaliza uma apreensão mais profunda por parte dos cidadãos. A discussão sobre o tamanho dos parlamentos e a redução de custos emerge como uma reflexão pertinente, pois a mudança tecnológica pode ser vista como uma oportunidade não apenas para fortalecer a democracia, mas também para reavaliar e otimizar os recursos institucionais. Essa análise aponta para a importância de considerar não apenas as divergências, mas também as oportunidades e desafios subjacentes à integração das novas tecnologias nos processos democráticos da UE.

E por fim, nossa pesquisa descobriu um entendimento comum nas perspectivas de eurodeputados(as) e cidadãos portugueses, a respeito da urgência da modernização dos processos democráticos, particularmente em resposta à crescente hipertecnologização da sociedade. Ambos os grupos reconheceram a necessidade de adaptação da UE a essa realidade tecnológica consolidada em todas as esferas da vida. Destaca-se ainda mais, a forte concordância dos cidadãos de que essa modernização é vital não apenas para manter-se

atualizado com as tecnologias, mas também para impulsionar o interesse e a participação política dos jovens nas questões da União Europeia. No entanto, é interessante observar que tanto os eurodeputados(as) quanto os cidadãos compartilham a preocupação de que a velocidade do avanço tecnológico é superior à capacidade regulatória da utilização das novas tecnologias nos processos democráticos pela UE. Pode ser que essa apreensão reflita a consciência de desafios similares enfrentados durante revoluções tecnológicas anteriores, como a Revolução Industrial do século XVIII e a das TICs nos anos 1990. As rápidas transformações tecnológicas podem criar um descompasso entre o ritmo inovador da tecnologia e a capacidade institucional de regulamentação. Este consenso sugere uma percepção coletiva de que, embora a modernização seja imperativa, é igualmente crucial que a UE desenvolva mecanismos regulatórios ágeis e adaptáveis para acompanhar o vertiginoso progresso tecnológico e garantir a integridade e relevância contínuas dos processos democráticos na era digital.

6) CONCLUSÃO

A tese buscava alcançar dois objetivos essenciais.

O primeiro consistia em propor um quadro de avaliação do impacto das iniciativas e programas implantados pela UE na modernização dos processos democráticos da organização. Esta avaliação serviu para respondermos à pergunta central desta tese: Como as iniciativas e programas implantados pela UE têm influenciado a modernização dos processos democráticos da organização, promovendo acesso e participação do cidadão na criação, implementação e avaliação de políticas públicas? Desdobrámos esta pergunta em quatro outras, que nos ajudaram a responder àquela: i) Quais as áreas foram priorizadas pela UE para a modernização dos processos democráticos? ii) Quais desafios administrativos e políticos a União Europeia enfrentou ao implementar suas iniciativas e programas destinados à modernização dos processos democráticos? iii) Na modernização dos processos democráticos, como a União Europeia abordou questões como exclusão digital e literacia digital? iv) Como a modernização política da UE impactou diretamente a vida dos eurodeputados(as) e cidadãos portugueses?

O segundo grande objetivo decorre do primeiro e passa pela análise dos efeitos nos eurodeputados(as) e cidadãos portugueses das iniciativas e programas de modernização política implantadas nas últimas três décadas pela UE. Com vista a realizar este objetivo, colocámos quatro perguntas principais a propósito do impacto da utilização das novas tecnologias nos processos democráticos da UE: i) Será que a utilização das novas tecnologias nos processos democráticos promovem uma maior percepção de qualidade e eficácia dos mesmos pelos eurodeputados(as) e cidadãos portugueses? ii) Como os eurodeputados(as) e cidadãos portugueses percebem a transição dos processos democráticos da forma tradicional para a eletrónica? iii) De que forma a utilização das novas tecnologias tem modificado a relação entre os eurodeputados(as)/cidadãos portugueses e UE? iv) De que maneira podemos avaliar o impacto dos processos democráticos digitais na democracia, considerando a perspectiva dos eurodeputados(as) e dos cidadãos portugueses?

Para responder às perguntas, utilizamos o seguinte plano de tese:

Na Parte I desta investigação, começámos por fazer uma análise da evolução da democracia como uma característica única da humanidade para a tomada de decisões coletivas. Verificou-se que a percepção desse fenómeno tem passado por alterações significativas, influenciada por forças ambientais, demográficas, económicas, tecnológicas, sociais e políticas ao longo do tempo. A cada introdução de uma nova tecnologia de informação, comunicação e mobilização e controle de massa, ocorreu uma transformação na percepção coletiva sobre o uso da democracia como ferramenta de discussão, engajamento, participação, deliberação e fiscalização das questões que dizem respeito às comunidades, sempre provocando mudanças nas estruturas económicas, sociais e políticas. Essa relação é evidenciada na criação do alfabeto grego no século VIII a.C., na invenção da prensa móvel

por Gutenberg no século XV, na sua evolução para a prensa a vapor no século XVIII, na introdução do telégrafo no século XIX e, mais recentemente, as novas tecnologias no século XX (Harari, 2016; Vernant, 1990). Porém, constatamos que definitivamente estamos diante de uma revolução tecnológica sem precedentes, cujo impacto supera as passadas. Ao contrário das inovações do vapor e do telégrafo, as atuais, como biotecnologia e das NTICs, não se limitam à produção material. As gerações mais recentes de redes têm transformado nosso mundo, conectando não apenas pessoas, mas também dispositivos, objetos, dados e até elementos naturais. Este é um ambiente inovador que não é mais habitado apenas por seres humanos; agora, cada pessoa física e biológica possui uma contraparte digital, semelhante e formada por dados (Massimo Di Felice, 2023). Esse avanço, comparado a um "trem do progresso", sugere a necessidade imperativa de compreender e dominar essas tecnologias, pois aqueles que o fizerem terão vantagens inigualáveis e que a compreensão ativa dessas inovações não apenas influencia a sociedade, mas delinea o próprio destino da humanidade e do planeta.

Na Parte II, depois de analisar detalhadamente as políticas públicas de modernização política da União Europeia, propusemos um modelo para avaliar o número de citações a respeito de: i) Serviços públicos em linha; ii) Processos democráticos em linha; iii) Inclusão e literacia digital. Assim, foi com base na realização da categorização e codificação nos documentos oficiais desses objetivos, que avaliamos a evolução das propostas de modernização política da UE até aqui. Situados neste contexto, constatamos que ao longo das últimas três décadas a União Europeia testemunhou uma evolução notável em suas políticas públicas de modernização política. Inicialmente focadas em oferecer serviços públicos em linha para facilitar o acesso dos cidadãos a informações e recursos governamentais, essas políticas gradualmente se expandiram para abranger os próprios processos democráticos. A crescente importância atribuída à participação ativa dos cidadãos na discussão, proposição, formulação, definição, execução e fiscalização de políticas públicas tem sido um marco nesse desenvolvimento. A introdução de mecanismos como a Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE) representa uma inovação significativa, proporcionando aos cidadãos da UE uma plataforma para influenciar diretamente a agenda legislativa da UE. Além disso, a ênfase na utilização de novas tecnologias, como a digitalização e a conectividade, evidencia o compromisso da UE em manter-se na vanguarda das transformações sociais e tecnológicas. Essa evolução reflete não apenas a adaptação contínua às demandas da sociedade e avanços tecnológicos, mas também a aspiração de construir uma democracia mais inclusiva e participativa em toda a União Europeia. Depois das experiências adquiridas com o advento da pandemia de COVID-19, a UE planeja ampliar a utilização das novas tecnologias (inteligência artificial e computação quântica) nos seus processos democráticos, em particular, adotando o voto eletrônico nas eleições futuras.

Outra questão que ficou evidente nas políticas públicas de modernização política da UE é de que a

inclusão e literacia digital ocupam uma posição central nesse contexto. As diretrizes da UE enfatizam a necessidade de garantir uma sociedade da informação sem exclusão social, destacando a importância de abordar as disparidades no acesso às novas tecnologias desde 1995. A inclusão digital não se limita apenas à disponibilidade de infraestrutura, mas também à promoção de competências digitais básicas para todos os cidadãos. A UE reconhece que a literacia digital é fundamental para garantir que os benefícios da digitalização sejam acessíveis a todos os estratos da sociedade. Além disso, as políticas buscam assegurar que a participação eletrônica na vida democrática seja acessível a todos, incluindo grupos desfavorecidos, como pessoas com deficiência e residentes em áreas rurais. Essa abordagem reflete o compromisso da UE em construir uma sociedade digital centrada no ser humano, inclusiva, transparente e aberta, onde os serviços digitais respeitam os direitos fundamentais e são acessíveis a todos os cidadãos.

Outra perspectiva relevante a respeito da relação da UE com NTICs é a sua regulamentação, que constitui uma parte essencial dos esforços para se adaptar às rápidas transformações tecnológicas e sociais. A UE tem demonstrado um compromisso em estabelecer diretrizes claras para orientar a modernização dos processos democráticos, reconhecendo a importância de alinhar suas estruturas políticas com as demandas da era digital. As regulamentações abrangem uma variedade de áreas, desde a acessibilidade digital até a segurança cibernética, garantindo que a modernização não apenas promova a eficiência, mas também mantenha padrões elevados de transparência, segurança e inclusão. A legislação busca equilibrar a inovação tecnológica com a proteção dos direitos fundamentais, promovendo assim uma transformação digital que seja responsável e centrada no cidadão. Um bom exemplo dessa visão da UE, é o projeto de regulamento da IA – a primeira no mundo - que foi aprovado em julho deste ano no PE, que teve como relatora sombra a eurodeputada portuguesa Maria Manuel Leitão Marques. Essas regulamentações refletem a abordagem proativa da UE em antecipar os desafios e oportunidades apresentados pela evolução tecnológica, estabelecendo um quadro normativo que visa garantir que os processos democráticos permaneçam robustos e relevantes na era digital.

Na Parte III, focamos especialmente nas percepções dos eurodeputados(as) e cidadãos portugueses a respeito do impacto econômico, social e político da modernização política da UE por via das NTICs. Para compreender a percepção dos dois grupos, recolhemos dados empíricos inéditos. Para isso, realizámos dois inquéritos específicos, um para cada grupo. O nosso estudo reforça a longa tradição do apoio político do PE às iniciativas de modernização administrativa e política da CE e do governo. Isso se tornou claro pela participação dos eurodeputados(as) portugueses na pesquisa. Os parlamentares afirmam um sólido apoio à modernização política dos processos democráticos promovido pela UE. Suas posições são fundamentadas na crença de que, apesar do desafio representado pela burocracia interna, essa medida fortalece e amplia a participação democrática, estende os direitos de voto, reduz custos e fomenta a descentralização política/administrativa. Além disso, a modernização é vista por eles como um meio de melhorar a percepção dos cidadãos sobre a eficácia e qualidade deles. Reconhecem a necessidade de ajustá-los ao contexto de uma sociedade

cada vez mais hipertecnológica, identificando assim o impacto evidente das NTICs na relação entre a UE e os cidadãos. Entretanto, eles adotam uma visão equilibrada dessas oportunidades, enfatizando o compromisso em preservar as instituições democráticas da UE e os processos já existentes. Não veem a modernização como uma ameaça ao atual modelo democrático da organização, nem como uma diminuição na dependência da representação política pelos cidadãos.

No entanto, chamamos a atenção para os resultados da participação dos cidadãos portugueses na pesquisa. O primeiro ponto a destacar, foi a concordância esmagadora da maioria de que a modernização dos processos democráticos da UE promove a expansão do direito de voto e uma maior participação política. Atualmente, na perspectiva dos cidadãos portugueses, os processos democráticos eletrônicos são considerados uma extensão natural da cidadania, não havendo mais questionamentos sobre sua existência ou legitimidade. Eles consideram que a e-democracia, proporciona um ganho de eficiência e agilidade na participação cidadã nas decisões da UE, elimina barreiras geográficas, promove a descentralização administrativa e política regionais e redução dos custos com os processos democráticos. No entanto, é crucial destacar que essa busca por modernização política não implica em enfraquecer as instituições e organizações públicas. Não condicionam a utilização das novas tecnologias, a movimentos políticos disruptivo. Somente acreditam que as novas tecnologias viabilizam um redesenho estrutural e político necessário das instituições públicas e da democracia representativa atual. Nesse redesenho, tanto governo como política funcionam sobre uma plataforma descentralizada de orçamento, governança e decisão política interligada com todos os atores da sociedade. Ou seja, na opinião dos cidadãos portugueses, as NTICs são o meio e não o fim para o aperfeiçoamento e fortalecimento dos processos democráticos da UE.

O nosso estudo visa contribuir para que organizações públicas, políticos e cidadãos, ao analisarem o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos, adotem um princípio conceitual de democracia como uma característica única humana, indo além da mera associação com representatividade e gestão pública em função das forças que continuamente incide sobre ela como crescimento demográfico, informação e comunicação coletiva e os interesses econômicos e políticos individuais e de grupos. Outra contribuição importante da pesquisa é a noção temporal de causa e efeito das revoluções tecnológicas na sociedade, especialmente nos processos democráticos. A pesquisa mostra que a velocidade do impacto dos avanços tecnológicos na governança e na política aumentou drasticamente. No início do século XX, as mudanças ocorriam a cada 50 anos. No final do século XX, esse tempo caiu para 5 anos. Hoje, as mudanças ocorrem mensalmente (Harari, 2016). E por último, porém não menos importante é o conflito. As novas tecnologias causam mudanças econômicas, sociais, ambientais e políticas. Essas mudanças geralmente geram conflitos de interesses e alternância de poder. A persistente influência do dinheiro na política, mesmo no contexto digital,

pode estar desempenhando um papel significativo. Conforme destacado por Zuboff (2020), a ascensão do "capitalismo de vigilância" e a extensa coleta de dados pelas empresas de tecnologia indicam que o poder econômico e político pode estar migrando das empresas rentistas para as gigantes tecnológicas. Essa mudança sugere uma transformação no cenário em que as *big techs* podem exercer uma influência crescente sobre os processos políticos, levantando questões sobre a equidade e a transparência no ambiente digital.

Acreditamos que a metodologia mista e o cruzamento de dados obtidos através de inquéritos aos eurodeputados(as) e cidadãos portugueses, nos permitiu uma maior segurança na análise dos resultados. No entanto, este percurso metodológico não está isento de limitações. Uma das limitações é o número reduzido de respostas aos inquéritos. Dos 21 eurodeputados(as), apenas 13 responderam, e obtivemos somente 108 participações dos cidadãos portugueses. Essa limitação decorre, em parte, da limitação temporal e humana de um estudo desta natureza, mas também de dificuldades na constituição da amostra.

Portanto, para estudos futuros que explorem a temática em questão, destacamos:

- realizar estudos comparativos entre diferentes países da União Europeia para entender como as variações culturais, políticas e socioeconômicas influenciam a adoção e percepção das novas tecnologias nos processos democráticos;

- conduzir pesquisas longitudinais para acompanhar a evolução das atitudes dos cidadãos e dos representantes políticos ao longo do tempo, à medida que as novas tecnologias continuam a se desenvolver e se integrar nos processos democráticos;

- investigar mais a fundo as percepções e experiências de grupos específicos, como jovens, idosos, minorias étnicas, e outras comunidades marginalizadas, para entender melhor como a inclusão digital pode ser otimizada;

- explorar de que maneira as contribuições dos cidadãos por meio das novas tecnologias estão sendo integradas efetivamente na formulação de políticas da União Europeia;

- investigar a literacia digital dos cidadãos para entender como isso influencia sua capacidade de participar efetivamente dos processos democráticos online;

- avaliar a percepção de eficácia dos cidadãos em relação ao uso das novas tecnologias nos processos democráticos, examinando se eles veem resultados tangíveis decorrentes dessa modernização;

- investigar o impacto da utilização do orçamento participativo inteligente (i-OP) na governança e representação política multinível (local, regional, nacional e internacional) e multidimensional (meio ambiente, econômica, tecnológica, social e política).

Os desafios que enfrentamos são globais e demandam ações políticas de alcance mundial para serem superados. Nesse contexto, o sucesso da União Europeia como uma organização transnacional pode servir como um modelo inspirador para o resto do mundo. A habilidade da UE em coordenar as políticas dos Estados-Membros em defesa de seus interesses nacionais, ao mesmo tempo em que busca

interesses comuns, destaca que é possível para todas as nações se unirem de maneira democrática e colaborativa para encontrar soluções conjuntas diante dos desafios sem precedentes dessa revolução global. Ao analisar de forma mais abrangente, as iniciativas e programas de modernização política da UE refletem uma maturidade institucional ao lidar com a diversidade de interesses em nível transnacional. No entanto, é crucial reconhecer que esse é um percurso em andamento. A modernização política do bloco ainda enfrenta obstáculos, incluindo a necessidade de combater a falta de literacia digital entre a população para combater a desinformação e a manipulação das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs) que podem influenciar processos democráticos, especialmente em eleições diretas. Portanto, enquanto a pesquisa oferece uma visão reveladora das percepções atuais, também destaca uma jornada desafiadora pela frente. A União Europeia está diante da tarefa de navegar por essas complexidades, assegurando que a modernização tecnológica fortaleça, em vez de minar, os fundamentos democráticos da União. Este momento crítico exige uma abordagem proativa na criação de pontes de entendimento e confiança entre cidadãos e instituições, transformando os desafios percebidos em oportunidades reais de aprimoramento e evolução democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 2030 Digital Compass: The European way for the Digital Decade, (2021). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/en/TXT/?uri=CELEX%3A52021DC0118>
- A Digital Agenda for Europe, (2010). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/en/ALL/?uri=CELEX%3A52010DC0245>
- A Digital Single Market Strategy for Europe, (2015). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=celex%3A52015DC0192>
- A *Iniciativa de Cidadania Europeia | Eurocid—Informação europeia ao cidadão*. ([s.d.]). Recuperado 25 de setembro de 2023, de <http://eurocid.mne.gov.pt/artigos/iniciativa-de-cidadania-europeia-1>
- Aasmae, K. (2019). *Online voting: Now Estonia teaches the world a lesson in electronic elections*. ZDNet. <https://www.zdnet.com/article/online-voting-now-estonia-teaches-the-world-a-lesson-in-electronic-elections/>
- Abbate, J. (2000). *Inventing the Internet* (3rd printing). MIT Press.
- Atualidade—Arquivos—Factos relevantes—Estratégia de Lisboa*. (2004). <https://www.europarl.europa.eu/highlights/pt/1001.html>
- Allcott, H., & Gentzkow, M. (2017). Social Media and Fake News in the 2016 Election. *Journal of Economic Perspectives*, 31(2), 211–236. <https://doi.org/10.1257/jep.31.2.211>
- Aral, S. (2020). *The hype machine: How social media disrupts our elections, our economy, and our health--and how we must adapt* (First edition). Currency.
- Aristotle, Fernandes, R. M. R., Henriques, M. C., Amaral, A. C., & Gomes, C. de C. (1998). *Política*. Vega.
- Autor, D. H. (2015). Why Are There Still So Many Jobs? The History and Future of Workplace Automation. *Journal of Economic Perspectives*, 29(3), 3–30. <https://doi.org/10.1257/jep.29.3.3>
- Baldwin, C. Y. (2021). Design Rules Volume 2 Chapter 22—An Ecosystem of Its Own: Google and Android. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3909099>
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Edições 70 - Almedina.
- Bates, A. W. (2022). *Teaching in a digital age: Guidelines for designing teaching and learning* (3rd ed.). Tony Bates Associates Ltd. <https://pressbooks.bccampus.ca/teachinginadigitalagev3m>
- Beard, M. (2016). *SPQR: A history of ancient Rome* (paperback edition). Profile Books.
- Beevor, A., Lozoya, T. de, & Rabasseda-Gascón, J. (2018). *La Segunda Guerra Mundial* (Cuarta edición en rústica). Pasado & Presente.
- Bernhardt, C. (2019). *Quantum computing for everyone*. The MIT Press.
- Bostrom, N. (2014). *Superintelligence: Paths, dangers, strategies* (First edition). Oxford University Press.
- Boyd, D. M., & Ellison, N. B. (2007). Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13(1), 210–230. <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x>
- Boyle, A. J. (2006). *An introduction to Roman tragedy*. Routledge.
- Bradley, G. J. (2013). *Early Rome to 290 BC: The beginnings of the city and the rise of the Republic*. Edinburgh University Press.
- Brynjolfsson, E., & McAfee, A. (2016). *The second machine age: Work, progress, and prosperity in a time of brilliant technologies* (First published as a Norton paperback). W. W. Norton & Company.
- Burckhardt, J. (2021). *The civilization of the Renaissance in Italy*. Mint Editions.
- Bwalya, K. J., & Mutula, S. M. (2014). *E-Government: Implementation, adoption and synthesis in developing countries*. De Gruyter Saur.
- Cadwalladr, C. (2019, julho 20). The Great Hack: The film that goes behind the scenes of the Facebook data scandal. *The Observer*. <https://www.theguardian.com/uk-news/2019/jul/20/the->

- great-hack-cambridge-analytica-scandal-facebook-netflix
- Cadwalladr, C., & Graham-Harrison, E. (2018, março 17). Revealed: 50 million Facebook profiles harvested for Cambridge Analytica in major data breach. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/news/2018/mar/17/cambridge-analytica-facebook-influence-us-election>
- Camello, J. (2019a). *CAPAS: Célula Administrativa Pública Autossustentável: Contributo para a gestão da administração pública: Uma visão* [Dissertações de mestrado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10071/19338>
- Camello, J. (2019b, 28). *CAPAS: Célula Administrativa Pública Autossustentável: Contributo para a gestão da administração pública: Uma visão*. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/19338/1/master_johnny_camello.pdf
- Campbell, S. W., & Park, Y. J. (2008). Social Implications of Mobile Telephony: The Rise of Personal Communication Society: The Rise of Personal Communication Society. *Sociology Compass*, 2(2), 371–387. <https://doi.org/10.1111/j.1751-9020.2007.00080.x>
- Cartledge, P. (2009). *Ancient Greek political thought in practice*. Cambridge University Press.
- Castells, M., & Castells, M. (2010). *The rise of the network society* (2nd ed., with a new pref). Wiley-Blackwell.
- Centro de Pesquisa Atopos (Diretor). (2020). *A CIDADANIA DO TERCEIRO MILÊNIO | EP. 04—A INFO-CIDADANIA por Massimo Di Felice (USP)*. https://www.youtube.com/watch?v=asd7GIoxz_A&list=PL0mU_yxzY2YWKCIngfcd3jPjHpXbvXonm&index=7
- Ceruzzi, P. E. (2003). *A history of modern computing* (2. ed). MIT Press.
- Chadwick, A. (2017). *The hybrid media system: Politics and power* (Second Edition). Oxford University Press.
- Coleman, S., & Cardoso Sampaio, R. (2017). Sustaining a democratic innovation: A study of three e-participatory budgets in Belo Horizonte. *Information, Communication & Society*, 20(5), 754–769. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2016.1203971>
- Creswell, J. W. (2015). *Educational research: Planning, conducting and evaluating quantitative and qualitative research* (4th edition, Indian edition). Pearson India Education Services.
- Creswell, J. W., Creswell, J. D., Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2018). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (Fifth edition). SAGE.
- Darnton, R., Roche, D., & New York Public Library (Orgs.). (1989). *Revolution in print: The press in France, 1775-1800*. University of California Press in collaboration with the New York Public Library.
- De Witte, L., Ghanea, N., Gomes, R., Nikitina, A. K., & Pinkeviciute, J. (2020). *Compass: Manual for human rights education with young people* (P. Brander, E. Keen, V. Juhász, A. Schneider, & P. Graells, Orgs.; 2nd edition, updated in 2020). Council of Europe Publishing.
- Denhardt, J. V., & Denhardt, R. B. (2015). *The new public service: Serving, not steering* (Fourth edition). Routledge/Taylor & Francis Group.
- Denzin, N. K., Lincoln, Y. S., Giardina, M. D., & Cannella, G. S. (Orgs.). (2024). *The SAGE handbook of qualitative research* (Sixth edition). SAGE.
- Diamond, L. (2015). Facing Up to the Democratic Recession. *Journal of Democracy*, 26(1), 141–155. <https://doi.org/10.1353/jod.2015.0009>
- Diamond, L. J. (1999). *Developing democracy: Toward consolidation*. Johns Hopkins University Press.
- Dias, N. (2018). *Hope for democracy: 30 years of Participatory Budgeting Worldwide*. *Epopoeia Records: Officinal coordination*, 638.
- Dias, N., & Júlio, S. (2019). *Trinta anos de Orçamentos Participativos no Mundo. Entre o passado, as tendências mais recentes e os desafios futuros*. *Epopoeia / Oficina*. <https://www.oficina.org.pt/30anosopmundo.html>

- DIÁSPORA: DESCUBRA COMO OS JUDEUS SE ESPALHARAM PELO MUNDO. (2015, maio 8). *TOK de HISTÓRIA*. <https://tokdehistoria.com.br/2015/05/08/diaspora-descubra-como-os-judeus-se-espalharam-pelo-mundo/>
- Dijk, J. van, Poell, T., & Waal, M. de. (2018). *The platform society*. Oxford University Press.
- Dijk, J. van. (2005). *The deepening divide: Inequality in the information society*. Sage Pub.
- Dijk, J. van. (2020). *The digital divide*. Polity.
- Dillman, D. A., Smyth, J. D., & Christian, L. M. (2014). *Internet, phone, mail, and mixed-mode surveys: The tailored design method* (4th edition). Wiley.
- Drechsler, W. (2009). *The rise and demise of the New Public Management: Lessons and opportunities for South East Europe*. Uprava, letnik VII.
- Drechsler, W. (2014). The rise and demise of the New Public Management: Lessons and opportunities for South East Europe. *Central European Public Administration Review*, 7(3). <https://doi.org/10.17573/cepar.v7i3.131>
- Duarte, M. (2007a). *Comunicação e Cidadania*. Editora Atlas.
- Duarte, M. (2007b). *Comunicação e Cidadania*. Editora Atlas.
- Dunn, J. (Org.). (2008). *Democracy, the unfinished journey: 508 BC to AD 1993* (Repr). Oxford Univ. Pr.
- Edwards, S. (2020). *Quantum Computing for beginners: A Complete beginner's guide to Explain in Easy Way, History, Features, Developments and Applications of New Quantum Computers that will Revolutionize the World*. Independently Published.
- Eisenstein, E. L. (2009). *The printing press as an agent of change: Communications and cultural transformations in early-modern Europe, volumes I and II [complete in one volume]* (14. print., combined paperback ed). Cambridge University Press.
- Eisenstein, E. L. (2012). *The printing revolution in early modern Europe* (2. ed., Canto classics ed). Cambridge Univ. Press.
- Elections in Estonia*. (2023). <https://www.valimised.ee/en>
- Ellinas, A. A., Suleiman, E. N., & Suleiman, E. N. (2012). *The European Commission and bureaucratic autonomy: Europe's custodians*. Cambridge Univ. Press.
- Espósito, J. L., Sonn, T., & Voll, J. O. (2016). *Islam and democracy after the Arab Spring*. Oxford University Press.
- EU eGovernment Action Plan 2016-2020, (2016). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52016DC0179>
- EUR-Lex—L24226a—PT - EUR-Lex*. (2003). <https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/summary/eeurope-2002.html>
- EUR-Lex—L24226j—PT - EUR-Lex*. (2006). <https://eur-lex.europa.eu/EN/legal-content/summary/i2010-egovernment-action-plan.html>
- EUR-Lex—L24226—PT - EUR-Lex*. (2010). <https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/summary/eeurope-2005.html>
- EUR-Lex—Si0021—PT - EUR-Lex*. (2011). <https://eur-lex.europa.eu/EN/legal-content/summary/ict-and-egovernment-european-action-plan-2011-2015.html>
- EUROPA - O portal da União Europeia*. (2006, maio 13). https://web.archive.org/web/20060513123032/http://europa.eu/index_pt.htm
- EUROPA - O sítio Europa—Perguntas mais frequentes—Quando foi criado o Europa?* (2006, junho 17). https://web.archive.org/web/20060617180219/http://europa.eu/abouteuropa/faq/q03/index_pt.htm
- eEurope 2005: Uma sociedade da informação para todos, (2002). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52002DC0263&qid=1696829705986>
- Plano de acção “Administração em linha i2010”—Acelerar a Administração em linha na Europa para benefício de todos {SEC(2006) 511}, (2006). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52006DC0173&qid=1696830189798>
- Plano de acção europeu (2011-2015), (2010). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52010DC0743&qid=1696878043133>
- Uma Agenda Digital para a Europa, (2010). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:52010DC0245>

- Estratégia para o Mercado Único Digital na Europa, (2015). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:52015DC0192>
- Plano de Ação para a Democracia Europeia, (2020). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52020DC0790&qid=1696880074055>
- Década Digital—Orientações para a Digitalização até 2030, (2021). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52021DC0118>
- Década Digital para 2030, 323 OJ L (2022). <http://data.europa.eu/eli/dec/2022/2481/oj/por>
- eEurope—An information society for all., (1999). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=celex:51999DC0687>
- eEurope 2002—An Information society for all, (2000). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52000DC0330>
- eEurope 2002—Final Report, (2003). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52003DC0066>
- European Democracy Action Plan*. (2021, novembro 25). https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/new-push-european-democracy/european-democracy-action-plan_en
- European Parliament. Directorate General for Communication. & Kantar Public. (2019). *The 2019 post-electoral survey: Have European elections entered a new dimension?* Publications Office. <https://data.europa.eu/doi/10.2861/259606>
- Regulamento (UE) n.º 211-2011—ICE, 065 OJ L (2011). <http://data.europa.eu/eli/reg/2011/211/oj/por>
- Regulamento (UE) 2019-788—ICE, 130 OJ L (2019). <http://data.europa.eu/eli/reg/2019/788/oj/por>
- Fedozzi, L. (2009). Orçamento Participativo de Porto Alegre: Gênese, avanços a limites de uma idéia que se globaliza. *CIDADES, Comunidades e Territórios*, 18, Artigo 18. <https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9288>
- Fieldhouse, E., Tranmer, M., & Russell, A. (2007). Something about young people or something about elections? Electoral participation of young people in Europe: Evidence from a multilevel analysis of the European Social Survey. *European Journal of Political Research*, 46(6), 797–822. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2007.00713.x>
- Filho, C. de B. (Diretor). (2022, abril 5). *Política e sociedade | Clóvis de Barros Filho | INSPIRE-C*. https://www.youtube.com/watch?v=TOPxxaS-N_s
- Floridi, L. (2014). *The 4th revolution: How the infosphere is reshaping human reality* (First edition). Oxford University Press.
- Fowler, F. J. (2014). *Survey research methods* (Fifth edition). SAGE.
- Franklin, M. N., & Russo, L. (2020). The 2019 European Elections: Something old, something new, something borrowed, and something green. *Italian Political Science Review/Rivista Italiana Di Scienza Politica*, 50(3), 307–313. <https://doi.org/10.1017/ipo.2020.32>
- Free the Slaves. ([s.d.]). *Slavery Is Everywhere*. Slavery Today. Recuperado 26 de abril de 2022, de <https://www.freetheslaves.net/slavery-today-2/slavery-today/>
- Friedman, T. L. (2005). *The world is flat: A brief history of the twenty-first century* (1st ed). Farrar, Straus and Giroux.
- Garrett, M., & Becker, D. (2022). *The big truth: Upholding democracy in the age of “the big lie”* (First Diversion Books edition). Diversion Books.
- Genoe McLaren, P., & Mills, A. J. (2008). A product of “his” time? Exploring the construct of the ideal manager in the Cold War era. *Journal of Management History*, 14(4), 386–403. <https://doi.org/10.1108/17511340810893126>
- Gilster, P. (1997a). *Digital literacy*. Wiley Computer Pub.
- Gilster, P. (1997b). *Digital literacy*. Wiley.
- Gladden, D. (2018). *The Effects of Smartphones on Social Lives: How They Affect Our Social Interactions and Attitudes*. OTS Master’s Level Projects & Papers. 586.

- https://digitalcommons.odu.edu/ots_masters_projects/586
- Glassman, R. M. (2018). *Origins of democracy in tribes, city-states and nation-states*. SPRINGER INTERNATIONAL PU.
- Global Media Group. (2018, novembro 21). "Portugal, ao expulsar os judeus, deu mundos ao mundo. E ficou a perder". <https://www.dn.pt/mundo/portugal-ao-expulsar-os-judeus-deu-mundos-ao-mundo-e-ficou-a-perder-10211135.html>
- Goldhill, S. (2007). *How to stage Greek tragedy today*. University of Chicago Press.
- Goldthwaite, R. A. (1995). *Banks, palaces and entrepreneurs in Renaissance Florence*. Variorum.
- Gorbatiuc, M. (2020). One small step for e-voting, one giant leap for democracy. *Journal of Geography, Politics and Society*, 10(1), Artigo 1. <https://doi.org/10.26881/jpgs.2020.1.01>
- Grasso, M. T. (2014). Age, period and cohort analysis in a comparative context: Political generations and political participation repertoires in Western Europe. *Electoral Studies*, 33, 63–76. <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2013.06.003>
- Gurin, J. (2014). *Open data now: The secret to hot startups, smart investing, savvy marketing, and fast innovation*. McGraw-Hill Education.
- Habermas, J. (1999). *The Structural transformation of the public sphere: An inquiry into a category of bourgeois society* (10. print). MIT Press.
- Hänel, L., & Pohl, I. (2019). *Germany's youth wake up to their political power* | DW | 08.06.2019. DW.COM. <https://www.dw.com/en/germanys-youth-wake-up-to-their-political-power/a-49108049>
- Hansen, M. H. (1999). *The Athenian democracy in the age of Demosthenes: Structure, principles and ideology*. Bristol Classical Press.
- Harari, Y. N. (2014). *Sapiens: Uma breve História da humanidade*. L&PM Editores.
- Harari, Y. N. (2016). *Homo Deus—Uma breve história do amanhã*. Companhia das Letras.
- Harari, Y. N. (2018). *21 Lições para o século 21*. Companhia das Letras.
- Helsper, E. J. (2008). *Digital inclusion: An analysis of social disadvantage and the information society*. Department for Communities and Local Government.
- Hennen, L., van Keulen, I., Korthagen, I., Aichholzer, G., Lindner, R., & Nielsen, R. Ø. (Orgs.). (2020). *European E-Democracy in Practice*. Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-27184-8>
- Herman, E. S., & Chomsky, N. (2010). *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media*. Vintage Digital.
- Iniciativa de Cidadania Europeia, 130 OJ L (2019). <http://data.europa.eu/eli/reg/2019/788/oj/por> Início | *Iniciativa de cidadania europeia*. ([s.d.]). Recuperado 25 de setembro de 2023, de https://citizens-initiative.europa.eu/_pt
- Jackson, K. (2019). *Qualitative data analysis with NVivo* (3rd edition). SAGE Publications.
- Jewish Virtual Library. ([s.d.]). *The Netherlands (Holland) Virtual Jewish History Tour*. Recuperado 4 de janeiro de 2023, de <https://www.jewishvirtuallibrary.org/the-netherlands-virtual-jewish-history-tour>
- Kaiser, B. (2019). *Targeted: The Cambridge Analytica whistleblower's inside story of how big data, Trump, and Facebook broke democracy and how it can happen again* (First edition). Harper, an imprint of HarperCollinsPublishers.
- Kammen, M. G. (1986). *A machine that would go of itself: The Constitution in American culture* (1st ed). Knopf.
- Katz, J. E., & Aakhus, M. (Orgs.). (2002). *Perpetual Contact: Mobile Communication, Private Talk, Public Performance* (1º ed). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511489471>
- Keegan, J. (1997). *The Second World War*. Pimlico.
- Kelley, E. S., Mills, A. J., & Cooke, B. (2006). Management as a Cold War phenomenon? *Human Relations*, 59(5), 603–610. <https://doi.org/10.1177/0018726706066437>
- Kerschaw, I., Flexa, J. A. e, & Kerschaw, I. (2015). *O fim do Terceiro Reich: A destruição da Alemanha de Hitler, 1944-1945*. Companhia das Letras.
- Kersting, N., & Baldersheim, H. (Orgs.). (2004). *Electronic voting and democracy: A comparative analysis*. Palgrave Macmillan.
- Kitchin, R. (2014). *The data revolution: Big data, open data, data infrastructures & their*

- consequences*. SAGE Publications.
- Krippendorff, K. (2019). *Content analysis: An introduction to its methodology* (Fourth edition). SAGE.
- Kurzweil, R. (2006). *The singularity is near: When humans transcend biology*. Penguin Books.
- L_2022323PT.01000401.xml. (2022). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX%3A32022D2481>
- Leonnig, C., & Rucker, P. (2021). *I alone can fix it: Donald J. Trump's catastrophic final year*. Penguin Press.
- Levitin, D. J. (2016). *Weaponized lies: How to think critically in the post-truth era*. Dutton.
- Liebling, A. J. (1981). *The Press* (Reprint). Pantheon Books.
- Lintott, A. W. (2009). *The constitution of the Roman Republic* (Reprinted). Oxford Univ. Press.
- Linz, J. J., & Stepan, A. C. (Orgs.). (1978). *The Breakdown of Democratic Regimes: Europe*. Johns Hopkins University Press.
- Lusa, A. (2021, março 10). *ONU regista máximos históricos de mulheres no poder mas exige mais liderança política feminina*. Observador. <https://observador.pt/2021/03/10/onu-regista-maximos-historicos-de-mulheres-no-poder-mas-exige-mais-lideranca-politica-feminina/>
- Mærøe, A. R., Norta, A., Tsap, V., & Pappel, I. (2020). Increasing citizen participation in e-participatory budgeting processes. *Journal of Information Technology & Politics*, 1–23. <https://doi.org/10.1080/19331681.2020.1821421>
- Manoharan, A. (Org.). (2015). *E-government and websites: A public solutions handbook*. Routledge, Taylor & Francis Group.
- Massimo Di Felice (Diretor). (2023, outubro 10). *Aula 1 | Masterclass "O info-vídeo: A identidade digital" com prof. Massimo Di Felice*. <https://www.youtube.com/watch?v=xPSBviVQ0d8>
- Mayer-Schönberger, V., & Cukier, K. (2014). *Big data: A revolution that will transform how we live, work, and think* (First Mariner Books edition). Mariner Books, Houghton Mifflin Harcourt.
- McQuail, D. (2010). *Mcquail's mass communication theory* (6th ed). Sage Publications.
- Merriam, S. B., & Tisdell, E. J. (2016). *Qualitative research: A guide to design and implementation* (Fourth edition). Jossey-Bass.
- Miles, M. B., Huberman, A. M., & Saldaña, J. (2020). *Qualitative data analysis: A methods sourcebook* (Fourth edition). SAGE.
- Millar, F. (2002). *The Roman Republic in political thought*. University Press of New England.
- Mithen, S. (1998). *The prehistory of the mind: A search for the origins of art, religion and science* (Nachdr.). Phoenix.
- Mithen, S. (2005a). *DEPOIS DO GELO - Uma História Humana Global 20000—5000 a.C.* Imago.
- Mithen, S. (2005b). *DEPOIS DO GELO - Uma História Humana Global 20000—5000 a.C.* Imago.
- Mithen, S. (2006). *After the ice: A global human history, 20.000 - 5.000 BC* (1. paperback ed). Harvard Univ. Press.
- Mithen, S. J. (2009). *Thoughtful foragers: A study of prehistoric decision making*. Cambridge university press.
- Molina-Azorin, J. F. (2012). Mixed Methods Research in Strategic Management: Impact and Applications. *Organizational Research Methods*, 15(1), 33–56. <https://doi.org/10.1177/1094428110393023>
- Nações Unidas. (2019, julho 15). *Envelhecimento*. Nações Unidas - ONU Portugal. <https://unric.org/pt/envelhecimento/>
- Neves, A. (2001). *PARA UMA CULTURA DE GESTÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*. 228.
- Nobre, M. (2022). *Limits of democracy: From the June 2013 uprisings in Brazil to the Bolsonaro government*. Springer.

- Norris, P. (2017). *Strengthening electoral integrity: The pragmatic case for assistance*. Cambridge University Press.
- Norwich, J. J. (2012). *A history of Venice* (Reissued in this edition). Penguin.
- Noveck, B. S. (2015). *Smart citizens, smarter state: The technologies of expertise and the future of governing*. Harvard University Press.
- O Parlamento Europeu: Processos eleitorais / Fichas temáticas sobre a União Europeia / Parlamento Europeu. (2023, fevereiro 28). <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/21/o-parlamento-europeu-processos-eleitorais>
- O'Donnell, G. A., & Schmitter, P. C. (2013). *Transitions from authoritarian rule. Tentative conclusions about uncertain democracies*. Johns Hopkins University Press.
- O'Donnell, G. A., Schmitter, P. C., Whitehead, L., & Woodrow Wilson International Center for Scholars (Orgs.). (1986). *Transitions from authoritarian rule. Latin America*. Johns Hopkins University Press.
- OECD. (2022). *Education at a Glance 2022*. <https://www.oecd-ilibrary.org/content/publication/3197152b-en>
- Onça, F. (2016). Grande inauguração – Bem vindo à civilização. *Super*. <https://super.abril.com.br/ciencia/grande-inauguracao-bem-vindo-a-civilizacao/>
- Onwuegbuzie, A. J., & Johnson, R. B. (Orgs.). (2021). *The Routledge reviewer's guide to mixed methods analysis*. Routledge.
- Osgood, J. (2018). *Rome and the making of a world state, 150 BCE-20 CE*. Cambridge University Press.
- Page, B. I., & Gilens, M. (2017). *Democracy in America? What has gone wrong and what we can do about it*. The University of Chicago Press.
- Patten, M. L. (2017). *Questionnaire research: A practical guide* (Fourth edition). Routledge.
- Patton, M. Q. (2015). *Qualitative research & evaluation methods: Integrating theory and practice* (Fourth edition). SAGE Publications, Inc.
- Plato, & Jowett, B. (1991). *The Republic: The complete and unabridged Jowett translation* (Vintage classics ed). Vintage Books.
- Pocock, J. G. A. (1987). *The ancient constitution and the feudal law: A study of English historical thought in the seventeenth century: a reissue with a retrospect*. Cambridge University Press.
- Pollitt, C., & Bouchaert, G. (2017). *Public management reform: A comparative analysis - into the age of austerity* (Fourth edition). Oxford University Press.
- Pollitt, C., & Bouckaert, G. (2011). *Public management reform: A comparative analysis: new public management, governance, and the neo-Weberian state* (3rd ed). Oxford University Press.
- Pollitt, C., Thiel, S. van, & Homburg, V. (Orgs.). (2007a). *New public management in Europe: Adaptation and alternatives* (1. publ). Palgrave Macmillan.
- Pollitt, C., Thiel, S. van, & Homburg, V. (2007b). *New Public Management in Europe—Adaptation and Alternatives*. Palgrave Macmillan.
- Princípios, países, história | União Europeia. ([s.d.]). Recuperado 18 de março de 2023, de https://european-union.europa.eu/principles-countries-history_pt
- Prins, C., Cuijpers, C., Lindseth, P. L., & Rosina, M. (Orgs.). (2017). *Digital democracy in a globalized world*. Edward Elgar Publishing.
- Raaflaub, K. A., Ober, J., & Wallace, R. W. (2008). *Origins of democracy in ancient Greece* (1. paperback print). University of California Press.
- Rafiq, A. (2018). Review of Twitter and Tear Gas: The Power and Fragility of Networked Protest [Review of *Review of Twitter and Tear Gas: The Power and Fragility of Networked Protest*, por Z. Tufekci]. *Strategic Studies*, 38(3), 111–113.
- Rea, L. M., & Parker, R. A. (2014). *Designing and conducting survey research: A comprehensive guide* (Fourth edition). Jossey-Bass, a Wiley brand.
- Reden, S. von (Org.). (2022). *The Cambridge companion to the ancient Greek economy* (1 Edition). Cambridge University Press.
- Ribeiro, A. B., & Menezes, I. (2013). *Participação cívica e política dos jovens europeus: Alienação ou tempos de mudança?* 6.

- Rosenstein, N. (2009). *The Limits of Democracy in the Ancient World: Vol. n° 1*. History Compass 7.
- Ruschenbusch, E. (1995). “*Zur Verfassungsgeschichte Griechenlands.*”: Vol. III. Oxford.
- Russell, S. J., Norvig, P., & Davis, E. (2010). *Artificial intelligence: A modern approach* (3rd ed). Prentice Hall.
- Saller, R. P. (1997). *Patriarchy, property and death in the Roman family* (1. paperback ed). Cambridge Univ. Press.
- Salvador, S. (2021, março 8). *Só 24 países (e menos de 500 milhões de pessoas) têm uma mulher no poder*. <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/08-mar-2021/so-24-paises-e-menos-de-500-milhoes-de-pessoas-tem-uma-mulher-no-poder-13429029.html>
- Sampaio, R. C. (2016). e-Orçamentos Participativos como iniciativas de e-solicitação: Uma prospecção dos principais casos e reflexões sobre a e-Participação. *Revista de Administração Pública*, 50(6), 937–958. <https://doi.org/10.1590/0034-7612152210>
- Schwab, K. (2016). *The fourth industrial revolution* (First U.S. edition). Crown Business.
- Schwab, K. (2018). *Globalization 4.0 – What does it mean?* World Economic Forum Annual Meeting.
- Serra-Silva, S. (2016a). *How are Parliaments using Internet and ICT in the service of Democratic Representation? A proposal to measure e-engagement from a top-down perspective*. 20.
- Serra-Silva, S. (2016b). *How are Parliaments using Internet and ICT in the service of Democratic Representation? A proposal to measure e-engagement from a top-down perspective*. 20.
- Serra-Silva, S. (2016c). *How are Parliaments using Internet and ICT in the service of Democratic Representation? A proposal to measure e-engagement from a top-down perspective*. 20.
- Sgueo, G. (2020). Digital democracy. *Digital Democracy*.
- Silva, J. J. F. D. (2022). Desinformação versus democracia: As relações do jornalismo, da ciência e da saúde na promoção de uma vida democrática. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 16(2). <https://doi.org/10.29397/reciis.v16i2.3347>
- Sloam, J. (2016). Diversity and voice: The political participation of young people in the European Union. *The British Journal of Politics and International Relations*, 18(3), 521–537. <https://doi.org/10.1177/1369148116647176>
- Sousa, M. J., Pani, S. K., Dal Mas, F., & Sousa, S. (Orgs.). (2024). *Incorporating AI technology in the service sector: Innovations in creating knowledge, improving efficiency, and elevating quality of life* (First edition). Apple Academic Press ; CRC Press.
- Stark, R. (2014). *How the West won: The neglected story of the triumph of modernity*. ISI Books.
- Strange, T., & Bayley, A. (2008a). *Sustainable Development: Linking economy, society, environment*. OECD Publishing.
- Strange, T., & Bayley, A. (2008b). *Sustainable Development: Linking Economy, Society, Environment*. OECD. <https://doi.org/10.1787/9789264055742-en>
- Sunstein, C. R. (2018). *#Republic: Divided Democracy in the Age of Social Media*. Princeton University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv8xnhtd>
- Susskind, J. (2022). *The digital republic: On freedom and democracy in the 21st century* (First Pegasus Books cloth edition). Pegasus Books.
- Tauberer, J. (2014). *Open Government Data* (2ª-Edição). *The global risks report 2021 insight report* (16th ed). (2021). World Economic Forum.
- The impact of Brexit on UK firms*. (2023, agosto 11). <https://www.bankofengland.co.uk/working-paper/2019/the-impact-of-brexit-on-uk-firms>
- Thompson, J. B. (1990). *Ideology and modern culture: Critical social theory in the era of mass communication*. Stanford University Press.
- Tooze, J. A. (2014). *The deluge: The Great War, America and the remaking of the global order, 1916-1931*. Viking Adult.
- Topol, E. J. (2019). *Deep medicine: How artificial intelligence can make healthcare human again*

- (First edition). Basic Books.
- Tratado da União Europeia, 191 OJ C (1992). <http://data.europa.eu/eli/treaty/teu/sign/por>
- Treaty of Lisbon, 306 OJ C (2007). <http://data.europa.eu/eli/treaty/lis/sign/eng>
- Tucker, J. A. (2022). *Liberty or lockdown* (Second edition). Brownstone Institute.
- Tuckman, B. W., & Harper, B. E. (2012). *Conducting educational research* (6th ed). Rowman & Littlefield Publishers.
- Tufte, E. R. (2001). *The visual display of quantitative information* (2nd ed). Graphics Press.
- UNESCO. (2020). *Global Education Monitoring (GEM) Report 2020 | UNESCO*. <https://www.unesco.org/en/articles/global-education-monitoring-gem-report-2020>
- União Europeia. (2022). *Estónia no Índice da Economia e Sociedade Digitais | Shaping Europe's digital future*. <https://digital-strategy.ec.europa.eu/pt/policies/desi-estonia>
- University, © Stanford, Stanford, & California 94305. (2022, janeiro 5). *The Legacy of January 6*. <https://fsi.stanford.edu/news/legacies-january-6>
- Vernant, J. P. (1990). *Myth and society in ancient Greece* (1st paperback ed., rev). Zone Books ; Distributed by MIT Press.
- Weber, M., & Barbosa, R. (1991). *Economia e sociedade. 1 / Trad. Da quinta edição revista, anotada e organizada por Johannes Winckelmann. Trad. De Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa*.
- World Bank. (2023). *Overview—Education* [Text/HTML]. World Bank. <https://www.worldbank.org/en/topic/education/overview>
- World Economic Forum: Annual Report 2021-2022*. (2022). World Economic Forum. <https://www.weforum.org/reports/annual-report-2021-2022/>
- World Health Organization. (2021). *Global strategy on digital health 2020-2025*. <https://www.who.int/health-topics/digital-health>
- Wylie, C. (2019). *Mindf*ck: Cambridge Analytica and the plot to break America* (First edition). Random House.
- Yin, R. K. (2009). *Case study research: Design and methods* (4th ed). Sage Publications.
- Zuboff, S. (2020). *The age of surveillance capitalism: The fight for a human future at the new frontier of power* (First Trade Paperback Edition). PublicAffairs.

ANEXO A - Inquérito Eurodeputados(as) Portugueses

Utilização das novas tecnologias nos processos democráticos da União Europeia.

Recolha de dados para a tese de doutoramento em Políticas Públicas de Johnny Camello.

Disclaimer:

Ao participar desta pesquisa, você está autorizando o uso dos dados coletados neste estudo, com a finalidade exclusiva de contribuir para a realização da pesquisa em questão. Todos os dados coletados serão mantidos em sigilo e serão tratados de forma anônima, garantindo o anonimato e a privacidade dos participantes. A participação é voluntária e segue os critérios do Código de Conduta Ética na Investigação do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Você tem o direito de se recusar a participar ou de interromper sua participação em qualquer momento, sem prejuízo de quaisquer direitos ou benefícios a que tenha direito. Caso tenha alguma dúvida ou preocupação relacionada a esta pesquisa, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável pelos meios de contato indicados no e-mail de solicitação.

1) Idade:

- De 18 - 35
- De 36 - 55
- De 56 - 75
- Acima de 75
- NS/NR

2) Região de domicílio eleitoral em Portugal:

- Norte
- Centro
- Área Metropolitana de Lisboa
- Alentejo
- Algarve
- Açores

Madeira

Outro:

3) Grupo político que pertence no Parlamento Europeu (PE):

PPE

S&D

RE

ID

Verdes–EFA

ECR

GUE/NGL

Não inscritos

4) Você já apresentou ou está atualmente envolvido em alguma proposta legislativa ou comissão especial que visa a modernização dos processos democráticos através da utilização de novas tecnologias?

Sim

Não

5) Se sim, qual(is) a(s) área(s) do(s) projeto(s)?

Não aplicável. Resposta "Não" na questão anterior

Saúde

Educação

Orçamento

Económica

Administrativa

Social

Tecnológica

Ambiental

Política

Outro:

Pensando na utilização das novas tecnologias nos processos democráticos do PE, de a sua opinião:

Classifique as seguintes frases de 1 (discordo totalmente) a 10 (concordo totalmente).

6) Promove a expansão do direito de voto e uma maior participação política.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

7) Aumenta o poder do governo em estabelecer autoridade sobre os órgãos administrativos que executam funções públicas, com o objetivo de atender e controlar as necessidades e exigências da sociedade.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

8) Possibilita uma maior especificidade funcional, isto é, a divisão de tarefas administrativas através da criação de órgãos burocráticos específicos, e uma maior integração entre todas as instituições administrativas que compõem o sistema político.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

9) A burocracia administrativa interna representa um desafio para o processo de modernização política do PE.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

10) Falta vontade política no PE para a proposição e implementação de projeto(s) de modernização política.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

11) Questões como: exclusão e literacia digital são consideradas e priorizadas nas propostas e programas de modernização política do PE.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

12) A modernização dos processos democráticos do PE causaram um impacto prático nas vidas dos cidadãos da UE.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

13) A utilização de novas tecnologias nos processos democráticos faz com que os cidadãos percebam os processos democráticos como mais eficazes e de melhor qualidade.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

14) Os cidadãos têm uma percepção maioritariamente positiva a respeito da migração dos processos democráticos tradicional (presenciais) para os eletrônicos (digitais).

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

15) A utilização de novas tecnologias nos processos democráticos tem modificado a relação entre cidadão e governo, ampliando a participação e transparência.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

16) A análise dos dados coletados por meio de pesquisas de opinião e a avaliação do nível de participação dos cidadãos nas plataformas digitais são formas de mensurar o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos do PE.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

Oportunidades e ameaças

A modernização dos processos democráticos através da utilização das novas tecnologias no PE representa:

17) O incremento do interesse e envolvimento dos cidadãos no debate, proposta, implementação e monitorização de políticas públicas.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

18) Redução dos custos administrativos e operacionais associados aos processos democráticos.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

19) Ampla cobertura territorial.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

20) A participação ativa de indivíduos expatriados.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

21) A possibilidade de o PE tomar decisões políticas muito mais precisas baseadas na análise de uma grande quantidade de dados.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

22) Redução da dependência da representatividade política por parte dos cidadãos.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

23) A promoção da descentralização das decisões políticas, com vista a viabilizar a autonomia administrativa e política dos distritos e regiões na gestão das suas políticas públicas.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

24) Um risco ao modelo de democracia representativa atual do PE.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

25) A adaptação do PE a realidade de uma sociedade cada vez mais hipertecnológica.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

26) Se você deseja informar seu nome e receber uma cópia da tese, por favor, informe seu nome completo abaixo e o endereço de e-mail que gostaria que a tese fosse enviada:

Nome:

Email:

ANEXO B - Inquérito aos Cidadãos Portugueses

Utilização das novas tecnologias nos processos democráticos da União Europeia. Inquérito aos Cidadãos Portugueses.

Recolha de dados para a tese de doutoramento em Políticas Públicas de Johnny Camello.

Disclaimer:

Ao participar desta pesquisa, você está autorizando o uso dos dados coletados neste estudo, com a finalidade exclusiva de contribuir para a realização da pesquisa em questão. Todos os dados coletados serão mantidos em sigilo e serão tratados de forma anônima, garantindo o anonimato e a privacidade dos participantes. A participação é voluntária e segue os critérios do Código de Conduta Ética na Investigação do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Você tem o direito de se recusar a participar ou de interromper sua participação em qualquer momento, sem prejuízo de quaisquer direitos ou benefícios a que tenha direito. Caso tenha alguma dúvida ou preocupação relacionada a esta pesquisa, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável pelos meios de contato indicados no e-mail de solicitação.

1) Idade:

- De 18 - 35
- De 36 - 55
- De 56 - 75
- Acima de 75
- NS/NR

2) Sexo:

- Masculino
- Feminino

3) Região de domicílio eleitoral em Portugal:

- Norte
- Centro
- Área Metropolitana de Lisboa
- Alentejo

- Algarve
- Açores
- Madeira
- Outro:

4) Grau de Escolaridade:

- Ensino Básico
- Ensino Secundário
- Técnico
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento
- Outro:

5) Em relação ao seu enquadramento ideológico e partidário, você considera-se de:

- Esquerda
- Centro
- Direita
- Sem enquadramento
- Outro:

6) Já participou em algum processo democrático do Parlamento Europeu que utilize tecnologias modernas, como a internet ou aplicações móveis?

- Sim
- Não

7) Se sim na pergunta anterior, qual(is). Se não, não marcar nenhuma:

- Votações online
- Consultas públicas online
- Petições online

- Participação em audiências virtuais
- Acesso a informações e documentos online
- Participação em fóruns e debates online
- Redes sociais e mídias digitais
- Transmissões ao vivo e vídeos online
- Aplicações móveis
- Plataformas de crowdsourcing
- Outro:

Pensando na utilização das novas tecnologias nos processos democráticos do Parlamento Europeu (PE), dê a sua opinião:

Classifique as seguintes frases de 1 (discordo totalmente) a 10 (concordo totalmente).

8) Promove a expansão do direito de voto e uma maior participação política.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

9) Fortalece o governo ao dar-lhe mais autoridade sobre os órgãos que executam funções públicas, para que este possa atender e controlar as necessidades e exigências da sociedade.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

10) Permite tornar as funções mais específicas, ou seja, dividir as tarefas administrativas criando órgãos burocráticos especializados, e promover uma melhor colaboração entre todas as instituições administrativas que fazem parte do sistema político.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

11) A burocracia administrativa interna representa um desafio político para a implementação das novas tecnologias nos processos democráticos do PE.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

12) Falta de vontade política no PE para a proposição e implementação de projeto(s) de modernização dos processos democráticos.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

13) Questões como: exclusão (quando pessoas ficam de fora das oportunidades digitais) e literacia digital (saber usar as tecnologias de forma adequada) são consideradas e priorizadas nas propostas e programas de modernização política do PE.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

14) Investimentos em infraestrutura digital e educação são necessários para garantir a participação plena dos cidadãos nos processos democráticos e estimular o progresso económico na UE.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

15) A modernização dos processos democráticos da União Europeia teve um efeito real nas vidas dos cidadãos da UE.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

16) Faz com que os cidadãos percebam os processos democráticos como mais eficazes e de melhor qualidade.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

17) Aumenta a sua sensação de participação e participação política.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

18) Melhora a sua confiança nos processos democráticos.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

19) Torna os processos mais inclusivos e acessíveis a todos os grupos da sociedade.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

20) Fortalece a confiança nas instituições políticas da UE.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

21) A migração dos processos democráticos tradicionais para os electrónicos torna as decisões políticas mais eficientes e ágeis.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

22) A utilização de novas tecnologias nos processos democráticos tem modificado a relação entre cidadão e governo, ampliando a participação e transparência.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

23) Aumentar a responsabilidade dos políticos perante os cidadãos.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

24) A avaliação do nível de participação dos cidadãos nas plataformas digitais é uma forma adequada de medir o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos do PE.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

25) Aumentou o envolvimento dos cidadãos no debate, proposta, implementação e monitorização de políticas públicas.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

26) Possibilita uma participação mais ampla e inclusiva de cidadãos em diferentes regiões da UE.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

27) Fortalece a legitimidade das decisões políticas ao alcançar uma ampla cobertura territorial.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

28) Reduz custos associados aos deslocamentos físicos e logística da participação e utilização dos processos democráticos pelos cidadãos.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

29) Possibilita uma maior representatividade política dos indivíduos expatriados.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

30) A modernização dos processos democráticos do PE por meio das novas tecnologias e análise de dados contribui para uma tomada de decisões políticas mais precisa e fundamentada.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

31) Redução da dependência da representatividade política tradicional por parte dos cidadãos.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

32) Permite aos cidadãos influenciar diretamente as decisões políticas.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

33) Promove a descentralização das decisões políticas, com vista a viabilizar a autonomia financeira, administrativa e política dos distritos e regiões na gestão das suas políticas públicas.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

34) Fortalece a governança local e aumenta a eficácia das políticas públicas.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

35) Permite uma melhor adaptação das políticas públicas às necessidades específicas de cada região.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

36) Contribui para a descentralização de recursos e investimentos, estimulando o crescimento económico em diferentes regiões.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

37) Um risco ao modelo de democracia representativa atual do PE.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

38) Um desafio ao papel dos representantes eleitos e a sua capacidade de tomar decisões em nome dos cidadãos.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

39) Pode requerer mudanças nas estruturas e nos procedimentos políticos existentes.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

40) A adaptação do PE a realidade de uma sociedade cada vez mais hipertecnológica.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

41) Estimula o interesse e a participação política dos jovens na UE.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

42) A velocidade do avanço das novas tecnologias, supera a capacidade de regulação dos processos democráticos.

Discordo totalmente 1- 10 Concordo totalmente

ANEXO C – Grupos de códigos utilizados na análise documental

Códigos dos documentos:

1999 - DOC01 - eEurope - Uma sociedade da informação para todos.

2000 - DOC02 - eEurope 2002 Uma Sociedade da Informação para Todos Projecto de Plano de Acção preparado pela Comissão Europeia para o Conselho Europeu da Feira 19-20 de Junho /* COM/99/0687 final */

2001 - DOC03 - Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu - eEurope 2002: Impacto e prioridades Comunicação ao Conselho Europeu da Primavera, em Estocolmo, de 23 a 24 de Março de 2001 /* COM/2001/0140 final */

2002 - DOC05 - Comunicação da Comissão ao Conselho, Parlamento Europeu, Comité Económico e Social e Comité das Regiões - eEurope 2005: Uma sociedade da informação para todos - Plano de Acção a apresentar com vista ao Conselho Europeu de Sevilha, 21-22 de Junho de 2002 /* COM/2002/0263 final */

2003 - DOC04 - Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões - Relatório Final do eEurope 2002 /* COM/2003/0066 final */

2006 - DOC06 - Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Plano de acção “Administração em linha i2010” - Acelerar a Administração em linha na Europa para benefício de todos {SEC(2006) 511} /* COM/2006/0173 final */

2007 - DOC07 - Tratado de Lisboa que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia, assinado em Lisboa em 13 de Dezembro de 2007

2010 - DOC08 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões Uma Agenda Digital para a Europa /* COM/2010/0245 final */

2010 - DOC11 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Plano de acção europeu (2011-2015) para a administração pública em linha Tirar partido das TIC para promover uma administração pública inteligente, sustentável e inovadora /* COM/2010/0743 final */

2011 - DOC09 - Regulamento (UE) n. ° 211/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Fevereiro de 2011 , sobre a iniciativa de cidadania.

2015 - DOC12 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Estratégia para o Mercado Único Digital na Europa /* COM/2015/0192 final */

2016 - DOC13 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES

Plano de ação europeu (2016-2020) para a administração pública em linha Acelerar a transformação digital da administração pública COM/2016/0179 final

2019 - DOC10 - Regulamento (UE) 2019/788 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2019, sobre a iniciativa de cidadania europeia (Texto relevante para efeitos do EEE.)

2020 - DOC14 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre o plano de ação para a democracia europeia COM/2020/790 final

2021 - DOC15 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Orientações para a Digitalização até 2030: a via europeia para a Década Digital COM/2021/118 final

2022 - DOC16 - Decisão (UE) 2022/2481 do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de dezembro de 2022 que estabelece o programa Década Digital para 2030 (Texto relevante para efeitos do EEE).

Categorias:

GL - Governo em linha.

PDL - Processos democráticos em linha.

ID - Inclusão digital.

LD - Literacia digital.

Códigos:

PDLVL - Participação democrática em linha - Votação em linha.

PDLCP - Participação democrática em linha - Consultas públicas em linha.

PDLPL - Participação democrática em linha - Petições em linha.

PDLAID - Participação democrática em linha - Acesso à informação e documentos.

PDLFD - Participação democrática em linha - Fóruns e debates.

PDLRSMD - Participação democrática em linha - Redes sociais e médias digitais.

PDLTVL - Participação democrática em linha - Transmissões ao vivo e vídeos em linha.

PDLAMPD - Participação democrática em linha - Aplicações móveis de participação democrática.

PDLPLPD - Plataformas em linha de participação democrática.

PDLE - Participação democrática em linha - Expatriados.

PDLCP - Campanha política eleitorais em linha.

PDLMPDTD - Migração dos processos democráticos tradicional para o digital.

PDLAFDPTD - Adoção de ferramentas digitais para processos de tomada de decisão.

PDLTPDL - Transparência nos processos democráticos em linha.

PDLUERECPD - Uso mais eficiente dos recursos para envolver os cidadãos nos processos democráticos.

PDLDD - Democracia direta.

PPMDSPL - Serviços públicos em linha.

PPMDCC - Combate à corrupção.

PPMDPLCPPP - Participação em linha dos cidadãos na proposta de políticas públicas.

PPMDELCIP - Envolvimento em linha dos cidadãos na implementação de políticas públicas.

PPMDPLJ - Participação em linha dos Jovens.

PPMDRCI - Redução de custos da internet.

PPMDAI - Acesso à internet.

PPMDSPLM - Serviços públicos em linha em multiplataformas.

PPMDID - Inclusão digital.

PPMDLD - Literacia digital.

PPMDLGD - Legitimidade democrática.

PPMDDP - Descentralização política

PPMDDPRAPNL - Redefinição de autoridade política em níveis locais.

PPMDAT - Adaptação tecnológica.

PPMDIT - Inovação tecnológica.

PPMAN - Nuvem.

PPMDITIA - Inteligência artificial.

PPMDITCC - Computação quântica.

PPMDSC - Supercomputadores.

PPMDRV - Realidade virtual.

PPMDITI - Internet.

PPMDITBL - Banda larga.

PPMDITIM - Internet móvel.

PPMDITT - Telecomunicações.

PPMDESP - Eficiência nos serviços públicos.

PPMDRCSP - Redução de custos dos serviços públicos

PPMDUTATPC - Utilização de tecnologia para aumentar a transparência e prestação de contas da UE.

PPMDIPTMCC - Integração de plataformas tecnológicas para melhorar a comunicação e a colaboração.

PPMDCTDAAU - Cobertura territorial digital, alcance em áreas urbanas.

PPMDCTDAAR - Cobertura territorial digital, alcance em áreas rurais.

PPMDCTDIRGD - Cobertura territorial digital, inclusão de regiões geográficas diversas.

PPMDCTDAIT - Cobertura territorial digital, alcance internacional ou transnacional.

PPMDAD - Análise de dados.

PPMDD - Digitalização de dados.

PPMDPD - Proteção de dados.

PPMDCS - Cibersegurança

PPMDTE - Tecnologia na Educação.

PPMDDE - Desenvolvimento Econômico.

PPMDINFD - Infraestrutura digital.

PPMDAEDP - Aumento do envolvimento no debate público.

MIPIDP - Impacto democrático prático.

MIPECIP - Confiança nas instituições políticas.

MIPRCG - Relação Cidadão-Governo.

MIPFCPIP - Fortalecimento da confiança pública nas instituições políticas.

MIPTRG - Transparência e responsabilidade governamental.

MIPRDRAMDR - Ameaças ao modelo de democracia representativa.

MIPRDRMEPD - Mudanças nas estruturas de participação democrática.

MIPMPIIG - Impacto nas instituições governamentais.

MIPSHDELRTS - Desafios éticos e legais relacionados à tecnologia na sociedade.

MIPSHITPCEP - Impacto da tecnologia na participação cívica e no engajamento político.

DPAB - Burocracia.

DPARTDRAT - Dificuldades em regulamentar avanços tecnológicos.

DPARTMRNAT - Mudanças regulatórias necessárias para acompanhar a tecnologia.

DPAITD - Inovações tecnológicas disruptivas.

DPADAMTR - Desafios de adaptação a mudanças tecnológicas rápidas.

DPAPIDA - Pressão sobre instituições democráticas para se adaptarem.

DPADGTPD - Desafios na garantia da transparência e participação democrática.

DPACDMDD - Combate à desinformação e à manipulação do debate democrático

ANEXO D – Médias e desvio padrão de todos os itens. *O ponto central a considerar é 6.5. Tudo o que é acima está elevado e o que é abaixo está baixo.*

Pensando na utilização das novas tecnologias nos processos democráticos do Parlamento Europeu (PE), dê a sua opinião: Classifique as seguintes frases de 1 (discordo totalmente) a 10 (concordo totalmente).			Média	Desvio Padrão
8) Promove a expansão do direito de voto e uma maior participação política.			7,77	2,374
9) Fortalece o governo ao dar-lhe mais autoridade sobre os órgãos que executam funções públicas, para que este possa atender e controlar as necessidades e exigências da sociedade.			6,73	2,448
10) Permite tornar as funções mais específicas, ou seja, dividir as tarefas administrativas criando órgãos burocráticos especializados, e promover uma melhor colaboração entre todas as instituições administrativas que fazem parte do sistema político.			7,31	2,342
11) A burocracia administrativa interna representa um desafio político para a implementação das novas tecnologias nos processos democráticos do PE.			7,92	1,855
12) Falta de vontade política no PE para a proposição e implementação de projeto(s) de modernização dos processos democráticos.			7,10	2,356
13) Questões como: exclusão (quando pessoas ficam de fora das oportunidades digitais) e literacia digital (saber usar as tecnologias de forma adequada) são consideradas e priorizadas nas propostas e programas de modernização política do PE.			5,99	2,277
14) Investimentos em infra-estrutura digital e educação são necessários para garantir a participação plena dos cidadãos nos processos democráticos e estimular o progresso económico na UE.			8,31	2,030
15) A modernização dos processos democráticos da União Europeia teve um efeito real nas vidas dos cidadãos da UE.			6,54	2,194
16) Faz com que os cidadãos percebam os processos democráticos como mais eficazes e de melhor qualidade.			6,69	2,334
17) Aumenta a sua sensação de participação e participação política.			7,37	2,270
18) Melhora a sua confiança nos processos democráticos.			6,37	2,567
19) Torna os processos mais inclusivos e acessíveis a todos os grupos da sociedade.			6,45	2,530
20) Fortalece a confiança nas instituições políticas da UE.			6,40	2,387
21) A migração dos processos democráticos tradicionais para os eletrónicos torna as decisões políticas mais eficientes e ágeis.			7,15	2,323
22) A utilização de novas tecnologias nos processos democráticos tem modificado a relação entre cidadão e governo, ampliando a			6,81	2,171

participação e transparência.				
23) Aumentar a responsabilidade dos políticos perante os cidadãos.			6,77	2,425
24) A avaliação do nível de participação dos cidadãos nas plataformas digitais é uma forma adequada de medir o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos do PE.			7,59	2,028
25) Aumentou o envolvimento dos cidadãos no debate, proposta, implementação e monitorização de políticas públicas.			6,66	2,162
26) Possibilita uma participação mais ampla e inclusiva de cidadãos em diferentes regiões da UE.			7,61	1,980
27) Fortalece a legitimidade das decisões políticas ao alcançar uma ampla cobertura territorial.			7,06	2,264
28) Reduz custos associados aos deslocamentos físicos e logística da participação e utilização dos processos democráticos pelos cidadãos.			8,39	1,844
29) Possibilita uma maior representatividade política dos indivíduos expatriados.			7,70	2,184
30) A modernização dos processos democráticos do PE por meio das novas tecnologias e análise de dados contribui para uma tomada de decisões políticas mais precisa e fundamentada.			6,93	2,203
31) Redução da dependência da representatividade política tradicional por parte dos cidadãos.			6,95	2,256
32) Permite aos cidadãos influenciar diretamente as decisões políticas.			6,34	2,408
33) Promove a descentralização das decisões políticas, com vista a viabilizar a autonomia financeira, administrativa e política dos distritos e regiões na gestão das suas políticas públicas.			6,81	2,138
34) Fortalece a governança local e aumenta a eficácia das políticas públicas.			6,45	2,301
35) Permite uma melhor adaptação das políticas públicas às necessidades específicas de cada região.			7,00	2,179
36) Contribui para a descentralização de recursos e investimentos, estimulando o crescimento económico em diferentes regiões.			6,84	2,205
37) Um risco ao modelo de democracia representativa atual do PE.			5,19	2,687
38) Um desafio ao papel dos representantes eleitos e a sua capacidade de tomar decisões em nome dos cidadãos.			6,85	2,437
39) Pode requerer mudanças nas estruturas e nos procedimentos políticos existentes.			7,85	1,889
40) A adaptação do PE a realidade de uma sociedade cada vez mais hipertecnológica.			7,86	1,887
41) Estimula o interesse e a participação política dos jovens na UE.			7,94	2,289
42) A velocidade do avanço das novas tecnologias, supera a capacidade de regulação dos processos democráticos.			8,00	1,914

Fonte: Elaborado pelo autor

ANEXO E – Comparações de médias tendo em atenção algumas variáveis sociodemográficas. Idade.

Pensando na utilização das novas tecnologias nos processos democráticos do Parlamento Europeu (PE), dê a sua opinião: Classifique as seguintes frases de 1 (discordo totalmente) a 10 (concordo totalmente).	De 18 a 35 anos			De 36 a 55 anos			De 56 a 75 anos		
	Média		Desvio Padrão	Média		Desvio Padrão	Média		Desvio Padrão
8) Promove a expansão do direito de voto e uma maior participação política.	7,34		2,409	7,97		2,411	8,69		1,922
9) Fortalece o governo ao dar-lhe mais autoridade sobre os órgãos que executam funções públicas, para que este possa atender e controlar as necessidades e exigências da sociedade.	6,06		2,116	7,26		2,572	7,69		2,676
10) Permite tornar as funções mais específicas, ou seja, dividir as tarefas administrativas criando órgãos burocráticos especializados, e promover uma melhor colaboração entre todas as instituições administrativas que fazem parte do sistema político.	6,92		2,252	7,36		2,549	8,44		1,788
11) A burocracia administrativa interna representa um desafio político para a implementação das novas tecnologias nos processos democráticos do PE.	7,81		1,755	7,87		1,866	8,38		2,187
12) Falta de vontade política no PE para a proposição e implementação de projeto(s) de modernização dos processos democráticos.	6,75		2,518	7,56		2,062	7,13		2,419

13) Questões como: exclusão (quando pessoas ficam de fora das oportunidades digitais) e literacia digital (saber usar as tecnologias de forma adequada) são consideradas e priorizadas nas propostas e programas de modernização política do PE.	5,91	2,133	5,77	2,549	6,81	1,974
14) Investimentos em infra-estrutura digital e educação são necessários para garantir a participação plena dos cidadãos nos processos democráticos e estimular o progresso económico na UE.	7,83	2,092	8,77	1,856	8,75	1,983
15) A modernização dos processos democráticos da União Europeia teve um efeito real nas vidas dos cidadãos da UE.	6,43	2,014	6,54	2,654	6,88	1,5
16) Faz com que os cidadãos percebam os processos democráticos como mais eficazes e de melhor qualidade.	6,09	2,022	6,95	2,695	8,06	1,692
17) Aumenta a sua sensação de participação e participação política.	7,02	2,179	7,46	2,532	8,31	1,621
18) Melhora a sua confiança nos processos democráticos.	5,74	2,451	6,49	2,733	8,19	1,515
19) Torna os processos mais inclusivos e acessíveis a todos os grupos da sociedade.	6,04	2,48	6,67	2,737	7,31	1,957
20) Fortalece a confiança nas instituições políticas da UE.	5,92	2,286	6,51	2,614	7,69	1,621
21) A migração dos processos democráticos tradicionais para os eletrónicos torna as decisões políticas mais eficientes e ágeis.	6,55	2,108	7,56	2,563	8,13	1,928
22) A utilização de novas tecnologias nos processos democráticos tem modificado a relação entre cidadão e governo, ampliando a participação e transparência.	6,42	1,956	6,82	2,448	8,13	1,668
23) Aumentar a responsabilidade dos políticos perante os cidadãos.	6,15	2,522	7,26	2,314	7,63	1,893
24) A avaliação do nível de participação dos cidadãos nas plataformas digitais é uma forma adequada de medir o impacto das	7,02	2,108	8,05	1,905	8,38	1,544

novas tecnologias nos processos democráticos do PE.									
25) Aumentou o envolvimento dos cidadãos no debate, proposta, implementação e monitorização de políticas públicas.	6,47		1,996	6,64		2,422	7,31		2,024
26) Possibilita uma participação mais ampla e inclusiva de cidadãos em diferentes regiões da UE.	7,02		1,831	7,92		2,095	8,75		1,528
27) Fortalece a legitimidade das decisões políticas ao alcançar uma ampla cobertura territorial.	6,21		2,088	7,54		2,258	8,75		1,528
28) Reduz custos associados aos deslocamentos físicos e logística da participação e utilização dos processos democráticos pelos cidadãos.	7,98		1,906	8,74		1,802	8,88		1,5
29) Possibilita uma maior representatividade política dos indivíduos expatriados.	7,21		2,222	8,18		2,126	8,19		1,94
30) A modernização dos processos democráticos do PE por meio das novas tecnologias e análise de dados contribui para uma tomada de decisões políticas mais precisa e fundamentada.	6,3		2,215	7,23		1,98	8,25		2,049
31) Redução da dependência da representatividade política tradicional por parte dos cidadãos.	6,26		2,246	7,36		2,17	8,25		1,732
32) Permite aos cidadãos influenciar diretamente as decisões políticas.	5,75		2,48	6,46		2,222	8		1,826
33) Promove a descentralização das decisões políticas, com vista a viabilizar a autonomia financeira, administrativa e política dos	6,3		2,09	6,95		2,064	8,13		1,962

distritos e regiões na gestão das suas políticas públicas.									
34) Fortalece a governança local e aumenta a eficácia das políticas públicas.	5,7		2,09	6,62		2,255	8,56		1,711
35) Permite uma melhor adaptação das políticas públicas às necessidades específicas de cada região.	6,49		2,207	7,03		2,084	8,63		1,5
36) Contribui para a descentralização de recursos e investimentos, estimulando o crescimento económico em diferentes regiões.	6,21		2,07	7,15		2,242	8,19		1,87
37) Um risco ao modelo de democracia representativa atual do PE.	5,34		2,425	5,23		2,897	4,56		3,054
38) Um desafio ao papel dos representantes eleitos e a sua capacidade de tomar decisões em nome dos cidadãos.	6,19		2,442	7,18		2,405	8,25		1,77
39) Pode requerer mudanças nas estruturas e nos procedimentos políticos existentes.	7,55		1,866	7,92		2,005	8,69		1,448
40) A adaptação do PE a realidade de uma sociedade cada vez mais hipertecnológica.	7,57		1,907	8,15		1,843	8,12		1,893
41) Estimula o interesse e a participação política dos jovens na UE.	7,53		2,462	8,33		1,965	8,31		2,33
42) A velocidade do avanço das novas tecnologias, supera a capacidade de regulação dos processos democráticos.	7,6		2,06	8,49		1,668	8,12		1,784

Fonte: Elaborado pelo autor

ANEXO F – Comparações de médias tendo em atenção algumas variáveis sociodemográficas. Sexo.

Pensando na utilização das novas tecnologias nos processos democráticos do Parlamento Europeu (PE), dê a sua opinião: Classifique as seguintes frases de 1 (discordo totalmente) a 10 (concordo totalmente).	Feminino			Masculino		
	Média		Desvio Padrão	Média		Desvio Padrão
8) Promove a expansão do direito de voto e uma maior participação política.	7,83		2,393	7,7		2,375
9) Fortalece o governo ao dar-lhe mais autoridade sobre os órgãos que executam funções públicas, para que este possa atender e controlar as necessidades e exigências da sociedade.	6,57		2,521	6,92		2,372
10) Permite tornar as funções mais específicas, ou seja, dividir as tarefas administrativas criando órgãos burocráticos especializados, e promover uma melhor colaboração entre todas as instituições administrativas que fazem parte do sistema político.	7,03		2,442	7,62		2,203
11) A burocracia administrativa interna representa um desafio político para a implementação das novas tecnologias nos processos democráticos do PE.	7,95		1,781	7,88		1,955
12) Falta de vontade política no PE para a proposição e implementação de projeto(s) de modernização dos processos democráticos.	7,43		2,137	6,72		2,556
13) Questões como: exclusão (quando pessoas ficam de fora das oportunidades digitais) e literacia digital (saber usar as tecnologias de forma adequada) são consideradas e priorizadas nas propostas e programas de modernização política do PE.	5,76		2,423	6,26		2,088
14) Investimentos em infra-estrutura digital e educação são necessários para garantir a participação plena dos cidadãos nos processos democráticos e estimular o progresso económico na UE.	8,24		2,088	8,38		1,978

15) A modernização dos processos democráticos da União Europeia teve um efeito real nas vidas dos cidadãos da UE.	6,67		2,131	6,38		2,276
16) Faz com que os cidadãos percebam os processos democráticos como mais eficazes e de melhor qualidade.	6,93		2,059	6,42		2,612
17) Aumenta a sua sensação de participação e participação política.	7,69		1,984	7		2,531
18) Melhora a sua confiança nos processos democráticos.	6,78		2,248	5,9		2,845
19) Torna os processos mais inclusivos e acessíveis a todos os grupos da sociedade.	6,43		2,472	6,48		2,62
20) Fortalece a confiança nas instituições políticas da UE.	6,48		2,265	6,3		2,541
21) A migração dos processos democráticos tradicionais para os eletrónicos torna as decisões políticas mais eficientes e ágeis.	7,03		2,232	7,28		2,441
22) A utilização de novas tecnologias nos processos democráticos tem modificado a relação entre cidadão e governo, ampliando a participação e transparência.	7,1		1,988	6,48		2,341
23) Aumentar a responsabilidade dos políticos perante os cidadãos.	7,1		2,117	6,38		2,71
24) A avaliação do nível de participação dos cidadãos nas plataformas digitais é uma forma adequada de medir o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos do PE.	7,9		1,88	7,24		2,153
25) Aumentou o envolvimento dos cidadãos no debate, proposta, implementação e monitorização de políticas públicas.	6,91		2,029	6,36		2,292
26) Possibilita uma participação mais ampla e inclusiva de cidadãos em diferentes regiões da UE.	7,71		1,947	7,49		2,032
27) Fortalece a legitimidade das decisões políticas ao alcançar uma ampla cobertura territorial.	7,16		2,101	6,96		2,457
28) Reduz custos associados aos deslocamentos físicos e logística da participação e utilização dos processos democráticos pelos cidadãos.	8,45		1,875	8,32		1,823
29) Possibilita uma maior representatividade política dos indivíduos expatriados.	7,97		1,825	7,4		2,523

30) A modernização dos processos democráticos do PE por meio das novas tecnologias e análise de dados contribui para uma tomada de decisões políticas mais precisa e fundamentada.	7		2,077	6,84		2,359
31) Redução da dependência da representatividade política tradicional por parte dos cidadãos.	7,03		1,991	6,86		2,548
32) Permite aos cidadãos influenciar diretamente as decisões políticas.	6,59		2,052	6,06		2,758
33) Promove a descentralização das decisões políticas, com vista a viabilizar a autonomia financeira, administrativa e política dos distritos e regiões na gestão das suas políticas públicas.	7,12		1,846	6,44		2,4
34) Fortalece a governança local e aumenta a eficácia das políticas públicas.	6,78		1,938	6,08		2,633
35) Permite uma melhor adaptação das políticas públicas às necessidades específicas de cada região.	7,36		1,803	6,58		2,5
36) Contribui para a descentralização de recursos e investimentos, estimulando o crescimento económico em diferentes regiões.	7,29		1,938	6,32		2,394
37) Um risco ao modelo de democracia representativa atual do PE.	5,33		2,645	5,02		2,752
38) Um desafio ao papel dos representantes eleitos e a sua capacidade de tomar decisões em nome dos cidadãos.	6,95		2,365	6,74		2,538
39) Pode requerer mudanças nas estruturas e nos procedimentos políticos existentes.	7,81		1,951	7,9		1,832
40) A adaptação do PE a realidade de uma sociedade cada vez mais hipertecnológica.	7,76		1,838	7,98		1,953
41) Estimula o interesse e a participação política dos jovens na UE.	8,29		1,91	7,52		2,62
42) A velocidade do avanço das novas tecnologias, supera a capacidade de regulação dos processos democráticos.	8,03		1,891	7,96		1,958

Fonte: Elaborado pelo autor

ANEXO G – Comparações de médias tendo em atenção algumas variáveis sociodemográficas. Em relação ao seu enquadramento ideológico e partidário, você considera-se de.

Pensando na utilização das novas tecnologias nos processos democráticos do Parlamento Europeu (PE), dê a sua opinião: Classifique as seguintes frases de 1 (discordo totalmente) a 10 (concordo totalmente).	Sem Enquadramento		Esquerda		Centro		Direita	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
8) Promove a expansão do direito de voto e uma maior participação política.	7,39	2,186	8,24	2,046	7,55	2,857	7,71	2,733
9) Fortalece o governo ao dar-lhe mais autoridade sobre os órgãos que executam funções públicas, para que este possa atender e controlar as necessidades e exigências da sociedade.	6,65	2,288	7,39	2,388	5,95	2,663	6,41	2,399
10) Permite tornar as funções mais específicas, ou seja, dividir as tarefas administrativas criando órgãos burocráticos especializados, e promover uma melhor colaboração entre todas as instituições administrativas que fazem parte do sistema político.	7,45	1,997	7,76	2,211	6,64	2,871	6,88	2,395
11) A burocracia administrativa interna representa um desafio político para a implementação das novas tecnologias nos processos democráticos do PE.	7,77	1,927	8,18	1,984	7,27	1,667	8,41	1,502
12) Falta de vontade política no PE para a proposição e implementação de projeto(s) de modernização dos processos democráticos.	7,45	2,234	6,87	2,506	7,09	2,158	7	2,598

13) Questões como: exclusão (quando pessoas ficam de fora das oportunidades digitais) e literacia digital (saber usar as tecnologias de forma adequada) são consideradas e priorizadas nas propostas e programas de modernização política do PE.	6,16	2,41	6,61	2,06	5,32	2,338	5,18	2,128
14) Investimentos em infra-estrutura digital e educação são necessários para garantir a participação plena dos cidadãos nos processos democráticos e estimular o progresso económico na UE.	7,68	2,315	8,18	2,24	8,86	1,521	9	1,061
15) A modernização dos processos democráticos da União Europeia teve um efeito real nas vidas dos cidadãos da UE.	6,84	1,985	6,68	2,315	6,5	2,22	5,71	2,229
16) Faz com que os cidadãos percebam os processos democráticos como mais eficazes e de melhor qualidade.	6,52	2,096	7,08	2,21	6,59	2,323	6,29	3,037
17) Aumenta a sua sensação de participação e participação política.	6,97	2,183	7,79	2,22	7,59	2,364	6,88	2,395
18) Melhora a sua confiança nos processos democráticos.	6,32	2,242	6,66	2,793	6,14	2,713	6,12	2,571
19) Torna os processos mais inclusivos e acessíveis a todos os grupos da sociedade.	6,39	2,445	6,95	2,681	6,5	2,345	5,41	2,451
20) Fortalece a confiança nas instituições políticas da UE.	6,29	2,532	6,66	2,317	6,27	2,272	6,18	2,58
21) A migração dos processos democráticos tradicionais para os eletrónicos torna as decisões políticas mais eficientes e ágeis.	6,45	2,188	7,61	2,51	7,09	2,266	7,47	2,065

22) A utilização de novas tecnologias nos processos democráticos tem modificado a relação entre cidadão e governo, ampliando a participação e transparência.	6,61		2,305	6,87		2,506	7,18		1,708	6,59		1,698
23) Aumentar a responsabilidade dos políticos perante os cidadãos.	7,13		2,187	6,82		2,66	6,36		2,321	6,53		2,528
24) A avaliação do nível de participação dos cidadãos nas plataformas digitais é uma forma adequada de medir o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos do PE.	7,32		1,939	7,71		2,229	7,55		2,22	7,88		1,495
25) Aumentou o envolvimento dos cidadãos no debate, proposta, implementação e monitorização de políticas públicas.	6,71		2,179	6,84		2,354	6,64		1,916	6,18		2,099
26) Possibilita uma participação mais ampla e inclusiva de cidadãos em diferentes regiões da UE.	7,39		2,06	7,73		2,104	7,36		2,036	8,06		1,478
27) Fortalece a legitimidade das decisões políticas ao alcançar uma ampla cobertura territorial.	6,77		1,995	7,08		2,603	7,27		2,051	7,29		2,312
28) Reduz custos associados aos deslocamentos físicos e logística da participação e utilização dos processos democráticos pelos cidadãos.	7,87		2,029	8,76		1,762	8,45		1,819	8,41		1,622
29) Possibilita uma maior representatividade política dos indivíduos expatriados.	7,74		1,949	8		2,066	7,23		2,329	7,59		2,694
30) A modernização dos processos democráticos do PE por meio das novas tecnologias e análise de dados contribui para uma tomada de decisões políticas mais precisa e fundamentada.	6,48		2,08	7,24		2,443	6,86		2,21	7,12		1,867

31) Redução da dependência da representatividade política tradicional por parte dos cidadãos.	7		2,066	7,11		2,513	6,5		2,198	7,12		2,176
32) Permite aos cidadãos influenciar diretamente as decisões políticas.	6,1		2,071	6,71		2,779	6,18		1,563	6,18		3,026
33) Promove a descentralização das decisões políticas, com vista a viabilizar a autonomia financeira, administrativa e política dos distritos e regiões na gestão das suas políticas públicas.	6,58		1,803	7,32		2,195	6,73		2,313	6,18		2,27
34) Fortalece a governança local e aumenta a eficácia das políticas públicas.	6,03		2,089	6,55		2,607	6,91		1,849	6,41		2,526
35) Permite uma melhor adaptação das políticas públicas às necessidades específicas de cada região.	6,77		1,995	7,11		2,48	7,41		1,869	6,65		2,234
36) Contribui para a descentralização de recursos e investimentos, estimulando o crescimento económico em diferentes regiões.	6,68		2,039	7,05		2,449	6,73		1,956	6,82		2,378
37) Um risco ao modelo de democracia representativa atual do PE.	5,87		2,377	4,76		2,963	4,82		2,575	5,35		2,668
38) Um desafio ao papel dos representantes eleitos e a sua capacidade de tomar decisões em nome dos cidadãos.	6,68		2,257	7,05		2,37	6,77		2,308	6,82		3,167
39) Pode requerer mudanças nas estruturas e nos procedimentos políticos existentes.	7,29		1,953	8,37		1,683	7,73		1,856	7,88		2,088
40) A adaptação do PE a realidade de uma sociedade cada vez	7,48		1,998	8,13		1,818	7,86		1,983	7,94		1,749

mais hipertecnológica.												
41) Estimula o interesse e a participação política dos jovens na UE.	7,58		2,248	7,89		2,425	7,95		2,4	8,65		1,902
42) A velocidade do avanço das novas tecnologias, supera a capacidade de regulação dos processos democráticos.	7,48		1,93	8,53		1,812	8,09		1,77	7,65		2,12

Fonte: Elaborado pelo autor

ANEXO H – Comparações de médias tendo em atenção algumas variáveis sociodemográficas. Já participou em algum processo democrático do Parlamento Europeu que utilize tecnologias modernas, como a internet ou aplicações móveis?

Pensando na utilização das novas tecnologias nos processos democráticos do Parlamento Europeu (PE), dê a sua opinião: Classifique as seguintes frases de 1 (discordo totalmente) a 10 (concordo totalmente).	Não			Sim		
	Média		Desvio Padrão	Média		Desvio Padrão
8) Promove a expansão do direito de voto e uma maior participação política.	8,05		2,339	7,06		2,351
9) Fortalece o governo ao dar-lhe mais autoridade sobre os órgãos que executam funções públicas, para que este possa atender e controlar as necessidades e exigências da sociedade.	7,06		2,51	5,9		2,103
10) Permite tornar as funções mais específicas, ou seja, dividir as tarefas administrativas criando órgãos burocráticos especializados, e promover uma melhor colaboração entre todas as instituições administrativas que fazem parte do sistema político.	7,44		2,381	6,97		2,243
11) A burocracia administrativa interna representa um desafio político para a implementação das novas tecnologias nos processos democráticos do PE.	7,92		1,918	7,9		1,72
12) Falta de vontade política no PE para a proposição e implementação de projeto(s) de modernização dos processos democráticos.	7,26		2,336	6,71		2,397
13) Questões como: exclusão (quando pessoas ficam de fora das oportunidades digitais) e literacia digital (saber usar as tecnologias de forma adequada) são consideradas e priorizadas nas propostas e programas de modernização política do PE.	6,22		2,349	5,42		2,013

14) Investimentos em infra-estrutura digital e educação são necessários para garantir a participação plena dos cidadãos nos processos democráticos e estimular o progresso económico na UE.	8,27		2,113	8,39		1,838
15) A modernização dos processos democráticos da União Europeia teve um efeito real nas vidas dos cidadãos da UE.	6,78		2,382	5,94		1,504
16) Faz com que os cidadãos percebam os processos democráticos como mais eficazes e de melhor qualidade.	6,99		2,425	5,97		1,941
17) Aumenta a sua sensação de participação e participação política.	7,52		2,474	7		1,633
18) Melhora a sua confiança nos processos democráticos.	6,58		2,731	5,84		2,051
19) Torna os processos mais inclusivos e acessíveis a todos os grupos da sociedade.	6,73		2,548	5,77		2,39
20) Fortalece a confiança nas instituições políticas da UE.	6,65		2,507	5,77		1,961
21) A migração dos processos democráticos tradicionais para os eletrónicos torna as decisões políticas mais eficientes e ágeis.	7,3		2,351	6,77		2,247
22) A utilização de novas tecnologias nos processos democráticos tem modificado a relação entre cidadão e governo, ampliando a participação e transparência.	7,19		2,128	5,87		2,012
23) Aumentar a responsabilidade dos políticos perante os cidadãos.	7,12		2,465	5,9		2,119
24) A avaliação do nível de participação dos cidadãos nas plataformas digitais é uma forma adequada de medir o impacto das novas tecnologias nos processos democráticos do PE.	7,92		1,897	6,77		2,14
25) Aumentou o envolvimento dos cidadãos no debate, proposta, implementação e monitorização de políticas públicas.	6,73		2,304	6,48		1,786
26) Possibilita uma participação mais ampla e inclusiva de cidadãos em diferentes regiões da UE.	7,92		2,012	6,84		1,695
27) Fortalece a legitimidade das decisões políticas ao alcançar uma ampla cobertura territorial.	7,47		2,192	6,06		2,159
28) Reduz custos associados aos deslocamentos físicos e logística da participação e utilização dos processos democráticos pelos cidadãos.	8,6		1,914	7,87		1,565

29) Possibilita uma maior representatividade política dos indivíduos expatriados.	7,95		2,23	7,1		1,972
30) A modernização dos processos democráticos do PE por meio das novas tecnologias e análise de dados contribui para uma tomada de decisões políticas mais precisa e fundamentada.	7,23		2,235	6,16		1,951
31) Redução da dependência da representatividade política tradicional por parte dos cidadãos.	7,42		2,166	5,81		2,088
32) Permite aos cidadãos influenciar diretamente as decisões políticas.	6,6		2,435	5,71		2,254
33) Promove a descentralização das decisões políticas, com vista a viabilizar a autonomia financeira, administrativa e política dos distritos e regiões na gestão das suas políticas públicas.	7,12		2,265	6,03		1,56
34) Fortalece a governança local e aumenta a eficácia das políticas públicas.	6,74		2,419	5,74		1,825
35) Permite uma melhor adaptação das políticas públicas às necessidades específicas de cada região.	7,42		2,142	5,97		1,941
36) Contribui para a descentralização de recursos e investimentos, estimulando o crescimento económico em diferentes regiões.	7,16		2,225	6,06		1,982
37) Um risco ao modelo de democracia representativa atual do PE.	5,29		2,818	4,94		2,351
38) Um desafio ao papel dos representantes eleitos e a sua capacidade de tomar decisões em nome dos cidadãos.	7,17		2,473	6,06		2,19
39) Pode requerer mudanças nas estruturas e nos procedimentos políticos existentes.	8,01		1,943	7,45		1,71
40) A adaptação do PE a realidade de uma sociedade cada vez mais hipertecnológica.	8		1,919	7,52		1,786
41) Estimula o interesse e a participação política dos jovens na UE.	8,22		2,298	7,23		2,14

42) A velocidade do avanço das novas tecnologias, supera a capacidade de regulação dos processos democráticos.	8,17		2,009	7,58		1,608
--	------	--	-------	------	--	-------

Fonte: Elaborado pelo autor

